

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
DOUTORADO EM HISTÓRIA

TASSIANA MARIA PARCIANELLO SACCOL

**DE LÍDERES HISTÓRICOS À OPOSITORES: AS DISSIDÊNCIAS REPUBLICANAS E O JOGO  
POLÍTICO REGIONAL (RIO GRANDE DO SUL, 1890-1907)**

Porto Alegre  
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

TASSIANA MARIA PARCIANELLO SACCOL

**DE LÍDERES HISTÓRICOS A OPOSITORES:  
AS DISSIDÊNCIAS REPUBLICANAS E O JOGO POLÍTICO REGIONAL  
(RIO GRANDE DO SUL, 1890-1907)**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

Porto Alegre  
2018

## Ficha Catalográfica

S119d Saccol, Tassiana Maria Parcianello

De líderes históricos à opositores : as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907) / Tassiana Maria Parcianello Saccol . – 2018.

190.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

1. Dissidências. 2. Partido Republicano Rio-Grandense. 3. Primeira República. 4. Facções. 5. Ideologia. I. Abreu, Luciano Aronne de. II. Título.

TASSIANA MARIA PARCIANELLO SACCOL

**DE LÍDERES HISTÓRICOS A OPOSITORES:  
AS DISSIDÊNCIAS REPUBLICANAS E O JOGO POLÍTICO REGIONAL  
(RIO GRANDE DO SUL, 1890-1907)**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 19 de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

---

Professor Doutor Luciano Aronne de Abreu – PUCRS

---

Professora Doutora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi – UFJF

---

Professor Doutor Luiz Alberto Grijó – UFRGS

---

Professor Doutor André Átila Fertig – UFSM

---

Professor Doutor René Ernaini Gertz

Porto Alegre  
2018

## AGRADECIMENTOS

Fechar ciclos, para então dar início a novas experiências, implica sempre um olhar retrospectivo sobre o vivido. Quatro anos se passaram, até que este trabalho tomasse os contornos que têm hoje. No entanto, a tese é apenas o desfecho de um percurso bem mais longo, onde contei com o apoio, incentivo e carinho de várias pessoas.

Gostaria de iniciar agradecendo ao Professor André Fertig, de quem tive o prazer de ser orientanda durante a Graduação. Com ele dei meus primeiros passos na investigação científica, entrando em um contato mais direto com as décadas finais do Brasil Império. A *Guerra do Paraguai através dos livros didáticos* abriu-me outros caminhos e novas curiosidades: a questão abolicionista; a geração de 1870 e seus personagens; e o movimento republicano.

Agradeço ao Jonas, que acompanhou muito de perto a minha caminhada, desde a graduação até o início do doutorado. Foi ele quem me apresentou o fascinante mundo dos arquivos e me incentivou a sair de Santa Maria, alçando voos bem maiores do que eu estava acostumada. Sou grata por todas as oportunidades que compartilhamos – alegrias, dificuldades, sonhos, viagens... – e por todo o crescimento (pessoal e profissional) que pude viver a seu lado.

Em Porto Alegre, posso dizer que fiz família. Desde o Mestrado, a amizade da Carolina, da Gislaine, da Luísa, do Marcos e da Dúnia deixou mais leve o cotidiano da pós-graduação e as várias mudanças vividas naquele momento. Além deles, os colegas do LabConeSul tornaram o ambiente da PUC mais familiar para mim. Agradeço ao Marcelo, ao Thiago, ao Jefferson, a Ana, a Monia, ao Cristiano, a Letícia e a Amanda, pela companhia nas reuniões, almoços e cafés e pelo laço de afeto que tivemos oportunidade de criar e aprofundar, sobretudo, ao longo do doutorado.

Impossível falar da PUC e não referenciar o professor Flavio Heinz, que me acolheu como orientanda no Mestrado e início de Doutorado. O Flavio mostrou, a cada conversa que tivemos, as potencialidades de meu objeto de pesquisa. Sempre que podíamos falar sobre as dissidências, sentia se instalar em mim certo brilho no olhar, que me encanta e emociona até hoje.

Agradeço também ao Professor René Gertz – com quem tive a oportunidade de trabalhar ao longo de dois anos –, pela receptividade que teve para comigo, pela tranquilidade e autonomia de pesquisa que pude vivenciar sob sua orientação e pelo suporte dado em todos os momentos em que precisei de sua ajuda.

Sou igualmente grata ao professor Luciano, que acolheu esta pesquisa em sua fase mais decisiva. O Luciano me ajudou a colocar a tese no papel: ordenou as minhas ideias e me auxiliou naquela que talvez seja a tarefa mais difícil para o pesquisador, a de eleger o que entraria na versão final do trabalho e, o que, em contrapartida, seria “arquivado” para projetos futuros. Agradeço ainda pelo olhar criterioso na leitura de cada material encaminhado e, principalmente, pela compreensão e pelo apoio que tive de sua parte, nesse nosso curto ano de trabalho.

Às queridas Carla Carvalho e Henriet, agradeço pela ajuda com a burocracia da vida acadêmica, e, sobretudo, pelo sorriso no rosto com que sempre me atenderam e sanaram as minhas dúvidas.

Aos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que tornaram este trabalho possível de ser realizado, à medida que me disponibilizaram fontes de pesquisa inéditas. Agradeço pelas inúmeras dicas do Dr. Miguel e pela maestria com que sempre compartilhou o conhecimento adquirido ao longo dos anos de trabalho no Instituto e, igualmente, da Vanessa, profunda conhecedora das fontes lá depositadas; sou grata também pelo atendimento precioso prestado pela Márcia, Taís, Tiago e Priscila.

Agradeço igualmente aos funcionários e estagiários do Arquivo Histórico (em especial a Gabriela e ao Tiago) e do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, bem como aos profissionais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, locais onde tive a oportunidade de pesquisar por alguns dias.

Aos professores Cláudia Viscardi e Luiz Alberto Grijó, por aceitarem fazer parte da banca examinadora. Ao Grijó, agradeço também pelas sugestões apresentadas no momento da qualificação da tese, bastante importantes para que o trabalho ganhasse a configuração ora apresentada.

À Teacher Ana, pelo período em que me acompanhou, sobretudo, no início do doutorado. Muitas saudades das nossas aulas semanais e do seu abraço, sempre apertado.

À Flavia, por me ensinar a reconhecer e compreender melhor os meus limites, potencialidades e desejos. Sua ajuda foi fundamental para a aceitação e a conclusão de cada uma das etapas (profissionais e pessoais) vividas ao longo desses quatro últimos anos.

Aos amigos que já conhecia e, que, felizmente, tive a oportunidade de me aproximar ainda mais: Luciana, Helen, Dani, Lidiane, Camila pelos vários encontros, pelo apoio e pelo carinho de sempre. Sou grata por acompanhar de perto as inúmeras mudanças que vêm acontecendo na vida de todas, e de cada uma em especial.

À Amanda e ao Cristiano, pela amizade e parceria que desenvolvemos a partir de nossa oficina: quero vocês sempre por perto, seja pra trabalhar junto, seja pra explorar Porto Alegre ou qualquer outra cidade, em busca de sorvetes e cafés.

À Monia, pela intensa amizade que teve início numa Anpuh, desdobrando-se depois em eventos sociais, diálogos sobre a vida e a academia. Tua amizade é muito especial pra mim e tenho orgulho de tudo o que já fizemos em tão pouco tempo de convívio.

À Mariana e à Angelita, que praticamente me adotaram, ainda em 2013. Morar e viver em Porto Alegre, digo com toda a certeza, não seria a mesma coisa sem vocês. Obrigada por estarem sempre ao meu lado e por trazerem à minha vida muita alegria, bobagens e risadas. À Angelita, agradeço ainda, por ter me dado de presente a pequena Sophia, por quem tenho imenso carinho.

Ao ‘anjo Bia’, que me fez dinda pela primeira vez, e por quem tenho muito amor: Obrigada Carol, por reforçar nossa amizade com esse grande presente...

À pequena ‘Pedrita’, pelos muitos “rolezinhos” que demos juntas, que trouxeram muita inspiração nos últimos meses de 2017.

À Catarine e à Tatiane, que me acolheram no fim do mesmo ano, e que me ofereceram o espaço e a tranquilidade que eu precisava para o processo de escrita.

À Letícia, que conseguiu se fazer sempre perto, ainda que morando longe, nos últimos meses. Sou grata por todos os momentos que pudemos compartilhar, desde a Graduação até o Doutorado. Foste e continuará sendo sempre uma irmã para mim. Sinto saudades de dividir a casa e a vida (mais de perto) contigo.

À minha família, que soube compreender a distância, apesar de sempre querer que eu retornasse pra perto. À mãe, pelo exemplo de mulher forte e dedicada e por ter ligado pra saber de mim, todos os dias, sem exceção. Ao pai, por ter me mostrado o valor do trabalho e da honestidade. À Camila, que vi bebê e que agora me inspira como estudante e pesquisadora: sempre dedicada. À Cristiane, por me mostrar que todas as batalhas valem à pena e, por me ensinar a importância do recomeço, a cada tombo que levamos.

Ao João, finalmente, por ter chegado na hora certa e, pelo universo à parte que pudemos criar, em tão pouco tempo juntos.

*Ninguém adora mais as agitações da vida política do que os homens públicos, que dela se lamentam quando fartos de a gozarem, e não cessam de desejá-las, quando dela se afastam.*

(Jornal A Federação, 25 abril 1904)

## RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar como se processaram algumas das principais cisões do Partido Republicano Rio-Grandense. Tomando como objeto a primeira e a segunda grande dissidências – ocorridas, respectivamente, em 1890/91 e 1907 – buscamos avaliar quais motivações ocasionaram a ruptura dos líderes com o partido e, sendo assim, o que estava sendo disputado efetivamente, em cada uma dessas conjunturas do jogo partidário e político. Os percursos individuais de alguns dos principais dissidentes foram o fio condutor de nossa investigação. A partir da identificação dos debates e episódios, em que cada um desses indivíduos esteve envolvido, pôde-se constatar a insuficiência das explicações fundamentadas em supostas rivalidades ideológicas, propondo em contrapartida, disputas por interesses pessoais e espaços de poder como motivo comum dessas dissidências. O material empírico pesquisado compõe-se, principalmente, de editoriais da imprensa e de correspondências particulares, trabalhados a partir de uma abordagem que privilegia noções como facção e cadeia de líderes-seguidores, e que visa melhor compreender as lógicas atinentes a política rio-grandense de fins do século XIX e princípios do século XX.

**Palavras-Chave:** Dissidências. Partido Republicano Rio-Grandense. Primeira República. Facções. Ideologia.

## **ABSTRACT**

This thesis aims to analyze how some of the main divisions of Rio Grande – Republican Party take place. Taking as its object the first and second great dissidents – which occurred, respectively, in 1890/91 and 1907 – we seek to evaluate which motivations led to the rupture of leaders with the party and, thus, what was being effectively disputed in each of these conjunctures of party and political play. The individual journeys of some of the main dissidents were the guiding thread of our investigation. From the identification of the debates and episodes in which each one of these individuals were involved, the insufficiency of the explanations based on supposed ideological rivalries could be verified, proposing, in contrast, disputes over personal interests and spaces of power as a common motive for these dissidents. The empirical material researched consists mainly of press editorials and private correspondences, works based on an approach that favors notions as faction and chain of leader-followers, and which aims to better understand the logics pertaining to Rio Grande do Sul politics of the late nineteenth and early twentieth century.

**KEYWORDS:** Dissidents. Rio Grande - Republican Party. First Republic. Factions. Ideology.

## RESUMEN

El objetivo de esta tesis es analizar cómo se procesaron algunas de las principales escisiones del Partido Republicano Rio-Grandense. Tomando como objeto la primera y la segunda gran disidencia – ocurridas, respectivamente en 1890/91 y 1907 – buscamos evaluar qué motivaciones ocasionaron la ruptura de los líderes con el partido y, siendo así, qué sería lo que de hecho se estaba disputando en cada una de esas coyunturas del juego partidista y político. Los recorridos individuales de algunos de los principales disidentes fueron el hilo conductor de nuestra investigación. A partir de la identificación de los debates y episodios en que cada uno de esos individuos estuvieron involucrados, se pudo constatar la insuficiencia de las explicaciones fundamentadas en supuestas rivalidades ideológicas, proponiendo en contrapartida, disputas por intereses personales y espacios de poder como motivo común de esas disidencias. El material empírico investigado se compone principalmente de editoriales de la prensa y de correspondencias particulares, trabajados a partir de un enfoque que privilegia nociones como facción y cadena de líderes-seguidores, y que pretende mejor comprender las lógicas relativas a la política rio-grandense de fines del siglo XIX y principios del siglo XX.

**PALABRAS CLAVE:** Disidencias. Partido Republicano Rio-Grandense. Primera República. Facciones. Ideología.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AAM – Arquivo Particular Aparício Mariense

AAB – Arquivo Particular Assis Brasil

AAPA – Arquivo Particular Apolinário Porto Alegre

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

NPH/UFRGS – Núcleo de Pesquisa em História/Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 AS DISSIDÊNCIAS DO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE ATRAVÉS DA HISTORIOGRAFIA .....</b>	<b>31</b>
2.1 A PRIMEIRA DISSIDÊNCIA .....	33
2.2 A SEGUNDA DISSIDÊNCIA .....	47
2.3 A TERCEIRA DISSIDÊNCIA .....	56
<b>3 ATORES, PERCURSOS E CONFLITOS PRÉVIOS ÀS RUPTURAS .....</b>	<b>64</b>
3.1 A PRIMEIRA DISSIDÊNCIA .....	66
3.1.1 Joaquim Francisco de Assis Brasil .....	67
3.1.2 Apolinário Porto Alegre e Antão de Faria .....	76
3.1.3 Demétrio Ribeiro e João de Barros Cassal .....	86
3.2 A SEGUNDA DISSIDÊNCIA .....	97
3.2.1 Fernando Abbott ... ..	98
3.2.2 Aparício Mariense da Silva .....	108
<b>4 TORNANDO-SE DISSIDENTE: REARRANJOS FACCIONAIS E PARTIDÁRIOS NA POLÍTICA RIO-GRANDENSE .....</b>	<b>117</b>
4.1 A PRIMEIRA DISSIDÊNCIA: UMA QUESTÃO DE CANDIDATURA E IDEOLOGIA? .....	118
4.1.1 Família Porto Alegre: a rejeição de Aquiles ao serviço administrativo estadual e a exclusão de Apolinário da <i>União Republicana</i> .....	120
4.1.2 O “caso Fanor” e a demissão de Antão de Faria da Superintendência de Obras Públicas .....	125
4.1.3 Os Assis Brasil se afastam do partido .....	134
4.1.4 As facções perrerristas por trás da primeira dissidência .....	142
4.2 A SEGUNDA DISSIDÊNCIA: UMA QUESTÃO DE IDEOLOGIA? .....	145
4.2.1 Antecedentes da ruptura: a influência política dos irmãos Abbott e os atritos com o PRR .....	146
4.2.2 Os fabricantes da agitação .....	158
4.2.2.1 Joaquim Francisco de Assis Brasil: “o chefe dos chefes da agitação” .....	160

<b>4.2.2.2 Aparício Mariense da Silva: “o republicano de maiores e mais antigos labores que figura ao lado da candidatura Abbott” .....</b>	<b>167</b>
<b>4.2.2.3 Arthur Pinto da Rocha: “o chefe da agitação na imprensa da capital” .....</b>	<b>174</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>180</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>185</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Porto Alegre, outubro de 1890. Há cerca de um ano, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e seus membros haviam ascendido ao poder e vinham exercendo os principais postos de mando no estado. Sem dúvida, o cenário político havia sofrido inúmeras mudanças no decorrer desse período, não obstante, muitas outras ainda viriam, uma vez que a primeira dissidência começava a se processar nas fileiras da agremiação. A correspondência escrita por Júlio de Castilhos a Demétrio Ribeiro demonstra a quebra da solidariedade entre ambos, como também chama a atenção para as várias questões objetivas e subjetivas que esta envolvia:

Sr. Dr. Demétrio Ribeiro,  
 Nada me pode ser mais doloroso do que sentir extinguir-se uma amizade antiga e ser forçado pelas circunstâncias a travar discussão irritante com um velho companheiro na imprensa. Entretanto, no pé em que lhe aprouve colocar publicamente as nossas relações políticas e pessoais, prefiro agora a apreciação pública, porque não as julgo suscetíveis de um exame satisfatório, feito por nós ambos, em um conselho particular de amigos comuns.  
 Devo acrescentar que não ponho empenho pessoal em prolongar indefinidamente um debate desagradável.  
 Eis o que tenho a dizer.  
 Julio de Castilhos.<sup>1</sup>

A carta indica que a amizade e o afeto se perdiam ao mesmo tempo em que a aliança política era desfeita. A publicização do atrito, que ocasionou a dissidência de Demétrio Ribeiro, traria à tona uma série de questões inerentes ao jogo político – dentre elas a disputa em torno da liderança e do prestígio, bem como do acesso e/ou manutenção dos principais postos da hierarquia política e partidária – que podem contribuir para uma explicação mais precisa, não só das dissidências republicanas, como também das próprias características do PRR e de sua dinâmica interna.

Além de Demétrio Ribeiro, utilizado como exemplo introdutório, vários outros líderes tornaram-se dissidentes ao longo do período em que o partido esteve no comando estadual: ainda no contexto dos anos de 1890/91, Antão de Faria, João de Barros Cassal e Joaquim Francisco de Assis Brasil também romperam com a agremiação; entre 1894 e 1895, seria a vez dos irmãos Álvaro e Homero Baptista, de Francisco Miranda e de Pedro Moacyr

---

<sup>1</sup> Correspondência de Júlio de Castilhos a Demétrio Ribeiro. Porto Alegre, 07 de outubro de 1890. Caixa 10, Série: 08 – Correligionários. Subsérie: 08.04 – Correspondência Enviada, Maço: 47, Doc. 992/4. Arquivo Particular de Júlio de Castilhos (AHRs).

abandonarem o partido; mais adiante, em 1907, Fernando Abbott e Aparício Mariense da Silva tornaram-se dissidentes, levando junto consigo um séquito de descontentes. As cisões dos anos 1915/16 engrossaram as fileiras dos antigos dissidentes com Ramiro Barcellos, os Barbosa Gonçalves, os Menna Barreto e os Neves da Fontoura, além das famílias Pinheiro Machado e Vargas que, naquela conjuntura, oscilavam entre apoiar ou não o PRR nas suas localidades.<sup>2</sup>

Essa listagem poderia se estender ainda mais, contudo, os nomes acima elencados já são suficientes para indicar que por trás da ideia de um partido disciplinado, coeso e homogêneo, corrente nos editoriais de *A Federação*, e incorporada, em boa medida, por parcela significativa da historiografia regional, existia uma dinâmica bem mais complexa – que favorecia as cisões partidárias – ainda pouco explorada empiricamente.

O presente trabalho, pois, tem como objetivo analisar como se processaram algumas das principais dissidências do PRR e as estratégias<sup>3</sup> empreendidas pelos agentes nos seus respectivos movimentos. Em outras palavras, buscou-se avaliar quais motivações ocasionaram a ruptura dos líderes com o partido e, sendo assim, o que é que estava sendo disputado efetivamente, em cada uma dessas situações/conjunturas. Para tal, selecionei duas grandes dissidências – a de 1890/91 e a de 1907 – momentos de construção da hegemonia castilhistas e borgistas e, portanto, de grande instabilidade dentro do quadro partidário, e que acabaram afetando também o jogo político regional de modo mais geral.

A seleção teve em vista o fato de que a historiografia tomou supostas divergências ideológicas como argumento principal para a explicação dessas duas dissidências. Em contrapartida, a documentação pesquisada sugere que, apesar de importantes, esses não eram motivos suficientes para o rompimento. Tomando como premissa a divisão faccional característica do PRR (mas não apenas dele), temos como hipótese que as disputas tinham como seus principais motores os interesses pessoais e as rivalidades em torno de espaços de poder (traduzidos em postos, posições, prestígio, liderança, dentre outros<sup>4</sup>). Em determinados

---

<sup>2</sup> É importante deixar claro que, embora essas famílias políticas tenham vivenciado um período de conturbação de suas relações com o partido nesse momento, a aliança entre eles foi retomada, logo em seguida.

<sup>3</sup> No sentido atribuído por Pierre Bourdieu. Este autor busca romper com o uso dominante do termo, que considera a estratégia como uma antecipação calculada e racional aos efeitos de determinada ação, definindo a estratégia como um senso prático, um sentido do jogo, a incorporação da lógica do jogo “que se adquire pela experiência de jogo e que funciona aquém da consciência e do discurso” (BOURDIEU, Pierre. *Da regra às estratégias*. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.79).

<sup>4</sup> Aqui, vale destacar a importância da noção de capital social para melhor captar as lógicas em questão. Para Pierre Bourdieu, o capital social consiste no “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, *à vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles

momentos, esses atritos assumiam grande seriedade, – faz-se necessário dizer desde já que, na maior parte dos casos, é perceptível um histórico de querelas que iam muito além do momento da dissidência em si – a ponto de colocar em xeque a permanência de algumas dessas lideranças no partido.

Selecionadas as rupturas processadas nos anos de 1890/91 e 1907 – a primeira e a segunda grandes dissidências republicanas –, elegi os itinerários de Apolinário Porto Alegre, Demétrio Ribeiro, João de Barros Cassal, Antão de Faria, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Fernando Abbott e Aparício Mariense como fios condutores da análise. A partir da identificação dos debates e episódios em que estiveram envolvidos, à época de suas rupturas, foi possível observar como e pelo que competiam os líderes partidários e o significado por eles atribuído ao conflito político, avançando também no sentido de melhor explicar a dinâmica histórica do PRR e as lógicas dos processos de que esses atores participaram.

## II.

O estudo da política no Rio Grande do Sul da Primeira República possui uma consistente tradição, que tem como característica o fato de ter tomado o PRR e o Partido Federalista como objetos de estudo principais. Ao passo que há vasta produção sobre estes dois agrupamentos políticos (inclusive, prioritariamente centrados na polarização e rivalidades entre ambos), as dissidências partidárias e, especialmente, as dissidências republicanas foram trabalhadas de modo menos sistemático, quando não apenas referenciadas rapidamente pela historiografia.

Os dois partidos de maior expressão política foram analisados a partir de vários vieses – ideológicos e sociológicos, por exemplo – sendo que, muitas vezes, foi a partir da comparação (ou da contraposição) que as supostas diferenças e divergências entre ambos foram ressaltadas pelos pesquisadores. A respeito do PRR, que nos interessa mais especialmente, cristalizou-se a imagem de uma agremiação coesa e disciplinada, tendo sido o

---

mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis” (BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p.67). O capital social é, numa dinâmica como a aqui analisada, estruturante do espaço político, em vez de um aspecto relativamente residual, como no caso francês (estudado por Bourdieu). No entanto, a ideia de permanência dos vínculos (e, portanto, de uma certa constância ao longo do tempo) impele à mobilização de outros referenciais que permitam dar conta de relações mais efêmeras e acionadas em contextos específicos, que também caracterizam as dissidências no PRR. Refiro-me aqui a toda uma série de trabalhos que trazem à tona noções com as de grupos diádicos não-corporados, coalizões, facções e cadeias de líderes-seguidores. Estas noções, apenas aqui mencionadas, serão tratadas mais adiante, no tópico III desta Introdução.

“positivismo” um importante fator de unidade e identidade.<sup>5</sup> Por sua vez, as cisões republicanas foram lidas pelo viés da rivalidade entre personalidades conflitantes, valorizando-se, em seguida, e, sobretudo, as divergências ideológicas e diferenças de posicionamento formais como fatores de dissidência, especialmente no que concerne às rupturas processadas nos contextos de 1890-91 e de 1907.

Esse tipo de formulação – característica dos anos 1970/80 – se manteve com significativa importância historiográfica, pelo menos até a última década, quando alguns pesquisadores começaram a visualizar o PRR como um partido que guardava muito mais semelhanças do que diferenças em relação às agremiações contemporâneas, ou seja, também sofria com divisões faccionais e disputas internas e, portanto, a disciplina era mais entoada como discurso do que algo que realmente funcionava na prática.

Deve-se creditar a Loiva Félix, ainda nos anos 1990, o protagonismo desse tipo de estudo. Analisando correspondências de coronéis do planalto norte com o governo estadual perrerrista, a autora demonstrou a existência de uma rede de compromissos coronelista que dava apoio e sustentação ao Executivo, ao mesmo tempo em que dele se valia.<sup>6</sup> Em seguida, Luiz Alberto Grijó, atento às lógicas que regem as disputas no interior do campo político, chamou a atenção para a insuficiência do fator ideologia para a explicação das dissidências, indicando, em contrapartida, a necessidade de uma análise fina das características do PRR – faccionismo, segmentariedade, personificação das relações pelo peso e importância das relações diádicas de reciprocidade –, para se poder ampliar a visão de sua dinâmica histórica.<sup>7</sup>

Gunter Axt, em estudo mais recente, afirmou que “diferentemente do que sustentava o discurso oficial de legitimação do regime, o PRR era violentamente cindido por facções intestinas, em torno das quais se organizavam redes de compromissos coronelísticos”.<sup>8</sup> Partindo daí, o autor pontuou que o poder do PRR foi construído a partir de um misto de “competição, cooperação e confronto” entre a chefia do Estado e do partido, as demais estrelas partidárias e o mandonismo local.<sup>9</sup> Axt ainda chamou atenção para o fato de que as

---

<sup>5</sup> Ao longo do texto, as aspas referir-se-ão à categorias nativas, próprias do mundo da política, sendo as mesmas utilizadas quando de citações bibliográficas, bem como para destacar algumas expressões usuais do senso comum.

<sup>6</sup> FÉLIX, Loiva. **Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

<sup>7</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Foi o PRR um “partido político”? **Logos**. Canoas: Editora da Ulbra, v. 11, n. 1, maio de 1999, p. 67.

<sup>8</sup> AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza; AXT, Gunter. (Orgs.). **História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)**. V. 3, T. 1. Passo Fundo: Méritos, p. 126.

<sup>9</sup> AXT, Gunter. **Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)**. Porto Alegre: Paiol, 2011, p. 101.

“alianças entre lideranças partidárias podiam ser dissolvidas ou recompostas, conforme interesses personalizados, destituídos de compromissos ideológicos ou programáticos mais sólidos”.<sup>10</sup>

Apesar do grande avanço realizado por estes trabalhos, nenhum tomou como objeto específico as dissidências republicanas. Ainda assim, partindo de suas proposições, alguns pesquisadores se dispuseram a demonstrar como se processaram algumas cisões no âmbito municipal, partindo de disputas entre as facções republicanas locais, que tinham como objetivo principal obter o apoio (ou a manutenção deste) do governo do estado.<sup>11</sup> Não obstante, as explicações acerca das dissidências de alguns dos líderes de maior projeção regional permaneciam sem apresentar grandes avanços.

### III.

Definidas as dissidências republicanas como o objeto dessa investigação, fez-se necessário dialogar com os estudos da área da Antropologia, mais especificamente aqueles que se opõem à ideia de grupo corporado, que pressupõe certa estabilidade e perenidade. Uma vasta bibliografia foi produzida para apreender lógicas em que o que vigora é o acionamento de relações de caráter mais efêmero, com conteúdos difusos e sem tanta continuidade. Nesse conjunto de trabalhos, algumas noções importantes para a tese foram desenvolvidas, tais como grupos diádicos não-corporados, coalizões, facções, cadeias de líderes-seguidores, entre outras.<sup>12</sup>

Fundamentalmente, e sem pretensões de ser exaustiva, uma preocupação que perpassa boa parte dessa produção são os modos pelos quais ocorre o ajustamento entre as estruturas formais e as estruturas informais de uma sociedade. Nesse sentido, a distinção estabelecida por Eric Wolf é bastante esquemática. Buscando distinguir entre relações interpessoais e

---

<sup>10</sup> AXT, Gunter. *Coronelismo Indomável...* p. 107

<sup>11</sup> A exemplo dos trabalhos de BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. **Coronelismo, Borgismo e Escândalos Políticos: o caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)**. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, 2004; REZENDE, Suzana Garcia de. **Vargas e Borges: o local e o regional na política gaúcha (1913-1917)**. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, 2010.

<sup>12</sup> O uso de conceitos tais como os de coronelismo e clientelismo, igualmente seriam uma discussão pertinente e válida para a investigação de nosso objeto de estudo. É importante deixar claro que o fato de optarmos pela utilização de um outro referencial não exclui a possibilidade de se trabalhar com esses conceitos e, tampouco, significa desconhecimento ou descrédito de suas possibilidades explicativas para o caso em análise. Discussão fundamental, nesse sentido, pode ser encontrada, por exemplo, no texto de CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*. **Dados**, vol. 40, nº 2, Rio de Janeiro, 1997, p. 1-10.

associações informais e agrupamentos organizados, este autor argumenta que as primeiras se desenvolveriam dentro dos segundos, interagindo de modo dialético. O que se coloca, então, é um processo de justaposição, considerando as relações informais de três formas (em relação às estruturas formais): intersticiais, suplementares e paralelas. As últimas são por ele ainda divididas em parentesco, amizade e relações patrono-cliente.<sup>13</sup>

Seguindo essa linha, tomamos como referência a ideia de *relações diádicas*, formulada por Carl Landé e que vem sendo utilizada na explicação dos modos de fazer política de sociedades agrárias ou pré-industriais, tendo, portanto, grande relação com o cenário rio-grandense de fins do século XIX e princípios do século XX e do tipo de agrupamentos/partidos que lhe era característico.<sup>14</sup> Na base destas relações, como o nome sugere, está a díade, que se caracteriza como uma relação de auxílio mútuo entre dois indivíduos.<sup>15</sup> Ocorre que as relações diádicas funcionam como uma *addenda* às relações institucionais, isto acontecendo na medida em que as instituições são fracas em estrutura e organização.

Assumindo como princípio o fato de as relações diádicas se darem entre dessemelhantes (ou seja, entre pessoas que diferem entre si em termos de riqueza, posição social e/ou prestígio; o que possibilita as trocas de favores e reciprocidade entre eles), o sistema político daí originário baseia-se na ideia de *líderes-seguidores*. Avançando um pouco mais, sua sistematização acerca de um modelo de sistema político estruturado diadicamente, tornou-se bastante cara à pesquisa, uma vez que este traz à tona uma série de lógicas – no que se destaca a reciprocidade entre os agentes (ditadas pela amizade, pelo parentesco, ou mesmo pelas relações patrono-cliente) e a tentativa de promoção de interesses particulares (complementares entre líder e seguidor) – que orientavam a política de então, e que

---

<sup>13</sup> WOLF, Eric. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: WOLF, Eric. **Antropologia e poder:** contribuições de Eric. R. Wolf. RIBEIRO, Gustavo Lins, BIANCO, Bela Feldman (Orgs.). Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas: Ed. Unicamp, 2003. Ainda segundo Wolf, a ideia de amizade instrumental se apresenta como particularmente fecunda para o estudo aqui empreendido. O caráter instrumental da amizade reside na possibilidade de acesso a recursos, abrindo caminho para que outras relações, mediadas pela amizade, potencializem a ligação com outros espaços e estruturas. Em suas palavras: “Em contraste com a amizade emocional, associada à limitação do círculo social, a amizade instrumental vai além das fronteiras dos grupos existentes e procura estabelecer pontas de lança com novos grupos” (p.105).

<sup>14</sup> LANDÉ, Carl. Groups politics and dyadic politics: notes for a theory. SCHMIDT, S.W. et alli. (Eds.). **Friends, Followers and Factions.** A reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977; Muito embora esse tipo de análise seja igualmente pertinente para contextos mais recentes. Ver, por exemplo: LIMA, João Gilberto do Nascimento. **Diversificação de papéis e divisão do trabalho político especializado:** análise a partir de uma “família de políticos” do Maranhão. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2012;

<sup>15</sup> LANDÉ, Carl. **Groups politics and dyadic politics:** notes for a theory. SCHMIDT, S.W. et alli. (Eds.). **Friends, Followers and Factions.** A Reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977, p. 6.

subsistiram ao lado de lógicas mais formais, relativas à Lei, à Constituição, e mesmo às afinidades ideológicas.<sup>16</sup> Nas palavras do próprio autor:

É provável que os grandes sistemas de líderes-seguidores do tipo diádico consistam em diferentes segmentos (“tiers”) de seguidores. Cada um dos seguidores imediatos do líder principal possui seguidores pessoais próprios, e estes por sua vez são líderes por seus próprios méritos. O sistema é formado de cadeias de díades verticais (“chain of vertical dyads”), que ligam o líder máximo àqueles na base da pirâmide indiretamente através de uma série de sublíderes. A estrutura multisegmentada de grandes sistemas de líderes-seguidores origina-se do fato de que os sistemas diádicos dependem de estreitas relações face a face entre os dois parceiros diádicos. Um indivíduo não seguirá um líder que está tão distante que não seja possível aproximar-se dele e lembrá-lo das suas obrigações com seu cliente. O caráter segmentado de grandes sistemas de líderes-seguidores os tornam bastante instáveis. Se um sublíder tem uma desavença com um líder superior, ele pode separar-se e unir-se a outro, levando consigo a maioria dos seus próprios seguidores.<sup>17</sup>

Logo, é possível pensar numa estrutura formada por vários líderes e seguidores, num formato de pirâmide, onde o topo certamente é cobiçado, e em torno dele ocorrem as principais disputas. Assim é que, os momentos de ascensão de um novo líder ou, mesmo, de incertezas sobre a continuidade da chefia principal – em 1891, em 1907 e depois, em 1915 – foram as ocasiões em que ocorreram as maiores disputas dentro do Partido Republicano Rio-Grandense, ocasionando as dissidências. Cada um dos chefes (e que depois tornar-se-iam dissidentes) envolvidos nessa competição eram parte desse sistema e, como tal, dispunham de prestígio (autoridade e mesmo um nome a zelar) e de um séquito de seguidores dispostos ou, com a intenção de acessar o topo da estrutura partidária, sem dúvida, o espaço com maiores vantagens no sentido da distribuição de prebendas, recursos e posições políticas.

Tendo em vista que avaliaremos duas ocasiões em que é possível perceber a contraposição de interesses e lutas de poder dentro do partido, os conceitos de coalizão e, sobretudo, de facção, assumem grande validade para melhor compreendermos nosso objeto de estudo. Tomamos como referência a noção utilizada por Jeremy Boissevain, qual seja a de que uma coalizão seria uma aliança temporária entre distintas partes, visando um propósito definido. Nas palavras do autor, diferentemente de uma organização corporativa, que tem existência permanente, “una coalición se forma explicitamente con el fin de alcanzar un proposito determinado. Pero, a medida que passa el tiempo puede acumular más tareas. La

---

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> LANDÉ, Carl. Groups politics and dyadic politics: notes for a theory. SCHMIDT, S.W. et alli. (Eds.). **Friends, Followers and Factions**. A reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977, p. 8.

duración de la coalición variará, obviamente, en función de la cantidad de tiempo necesario para realizar ese propósito”.<sup>18</sup>

Partindo dessa definição geral, Boissevain chama a atenção para a existência de uma tipologia das coalizões – onde destaca as *pandillas*, *bandas*, *conjuntos de acción* e *facciones* – sendo possível defini-las a partir do modo em que se apresentam determinadas características.<sup>19</sup> Interessa-nos aqui, sobretudo, a ideia de *facção*, que o autor indica serem formas de organização social básicas em qualquer processo político. Em suas palavras:

Por *facción* entiendo una coalición de personas (seguidores) reclutadas personalmente, de acuerdo a principios estructuralmente diversos por, o en nombre de, una persona que está en conflicto con otra u otras personas, con las que antes estaba unida, por el honor y/o el control de los recursos. El foco central de la *facción* es la persona que la há reclutado, a la que también se puede describir como líder. Los lazos a partir de los cuales el líder recluta a un seguidor son de muy diversos tipos. [...] Normalmente, se trata de vínculos personales, aunque, en ocasiones, algunos seguidores, a su vez, movilizarán también el apoyo de miembros de su propia red.<sup>20</sup>

Portanto, a *facção* seria um tipo específico de coalizão, e poderia ser definida a partir de determinadas características, quais sejam: a) a existência de um ego central, que também pode ser chamado de líder; b) um objetivo claramente definido (adquirir honra ou recursos variados, por exemplo); c) existência ou não de especialização interna, ou seja, de papéis definidos para os seus membros; e, d) princípios de recrutamento não muito claros, à medida que podem ter origem no afeto, no parentesco, na vizinhança ou simplesmente na existência de interesses mútuos.

Além disso, destaca o autor uma questão que é essencial para a existência das *facções*. De acordo com Boissevain:

No obstante, está claro que la rivalidad es básica para la existencia de una *facción*, ya que una *facción* apoya a una persona implicada en una competencia hostil, bien sea por el honor o bien por los recursos. De esta forma el conflicto se convierte en un conflicto político. [...] Aunque las unidades enfrentadas son, pues, funcionalmente equivalentes en el sentido de que compiten por los mismos premios, pueden ser desiguales en términos de organización y tamaño así como tener acceso a diferentes recursos y, por tanto, usar diferentes estrategias. [...] Por último, las *facciones* son unidades en conflicto dentro de una entidad social que las envuelve como es el caso

<sup>18</sup> BOISSEVAIN, Jeremy. Coaliciones. In: SANTOS, F. R. **Análisis de redes sociales**. Barcelona: Siglo Veintiuno, 2003. p. 148.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> BOISSEVAIN, Jeremy. Coaliciones. In: SANTOS, F. R. **Análisis de redes sociales**. Barcelona: Siglo Veintiuno, 2003. p. 168.

de um pueblo, de una asociación o incluso de otra coalición que antes tenía una unidad.<sup>21</sup>

Tomando a rivalidade como algo básico, pode-se dizer que o grande objetivo do líder de uma facção é vencer a competição, sendo um recurso importante para isso o número de seus seguidores e o controle que este tem sobre suas ações, mediante a capacidade de distribuir recursos e gerar uma rede de dependências e de troca de favores em cascata. Por fim, é preciso ressaltar a relação direta que as coalizões, ou, de modo mais específico, as facções, têm com o conflito, e igualmente, com as mudanças e/ou as transformações do processo político. É ainda Boissevain quem nos indica que as coalizões “de facto, proporcionan buena parte de dinamismo de la vida social, ya que no sólo reflejan cambio, sino que lo crean y continuamente dependen de dito cambio”.<sup>22</sup>

Cabe por fim destacar que não afirmamos que a disputa política se define única e exclusivamente por relações pessoais. Moacir Palmeira observa que se deve considerar uma “espécie de ‘dualidade’ na política, feita de relações institucionais e relações pessoais em todos os seus níveis, do local ao nacional”.<sup>23</sup> Portanto, é preciso atentar para a relação entre a “pequena política” (a “política das reputações”) e a “grande política” (a “política das grandes instituições”). Assim, é possível considerar as instituições partidárias (o PRR incluso) como abrigando, em certa medida, o jogo das disputas faccionais travadas entre os indivíduos que a elas pertencem. A consideração da sobreposição entre a dinâmica das rivalidades pessoais e das incertezas característica das disputas faccionais e a dimensão institucional da competição política, permite, não obstante, ter nos partidos políticos lugares privilegiados para observar como se opera a “pequena política” num contexto como o aqui estudado.

<sup>21</sup> Idem, p. 170-171.

<sup>22</sup> Idem, p. 178. Assim como Boissevain, outros autores também se preocuparam em conceitualizar as facções e seu papel nas disputas políticas. Adrian Mayer, por exemplo, numa definição bastante simplificada, caracteriza as facções como “unidades de conflito acionadas em ocasiões específicas”, apontando ainda que “as facções são vagamente ordenadas, suas bases de arregimentação são estruturalmente diversas, e tornam-se manifestas por meio de uma interconexão de autoridade pessoal entre líder e seguidor” (MAYER, Adrian. C. A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987;). Frank Belloni, por sua vez, caracterizou as facções como “agências de competência política”, e os partidos enquanto “arenas nas quais os conflitos e concorrências entre facções ocorrem”. Para este autor, a análise das facções intrapartidárias “seria um complemento importante para entender a organização interna de um partido com relação ao estado de forças que entram em concorrência em determinada conjuntura política”, indicando ainda ser vital observar e analisar o nexos existente entre facções e partidos políticos, reconhecendo que o mesmo está constantemente mediado por conflitos, acordos ou negociações entre atores específicos. (BELLONI, Frank; BELLER, Denis. **The Study of Party Factions as Competitive Political Organizations**. The Western Political Quarterly. Utah, University of Utah, vol. 29, n. 4, 1976.)

<sup>23</sup> PALMEIRA, Moacir. Eleição Municipal, política e cidadania. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Cesar. **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006, p. 139.

Partindo desse referencial, pois, procuramos demonstrar, ao longo do texto, que os interesses pessoais, familiares e facciosos permaneciam tendo grande peso no jogo político, criando condições para o processamento das dissidências republicanas, muito embora estas tenham sido explicadas, majoritariamente – tanto por seus protagonistas, quanto por boa parte dos estudiosos – a partir de argumentos de ordem mais formal (privilegiando, no caso em estudo, as divergências ideológicas como motivo das rupturas). Com isto, não se quer dizer que a dimensão ideológica não tivesse peso sobre os conflitos dentro do PRR e as estratégias dos dissidentes, mas sim que os elementos da política informal devem ser analisados concomitantemente a eles, para que se consiga chegar a uma explicação mais aproximada do cenário político e partidário rio-grandense, e das transformações a ele inerentes em fins do século XIX e princípios do século XX.<sup>24</sup>

#### IV.

Façamos a partir de agora algumas considerações metodológicas e do material empírico investigado. A opção em trabalhar com os líderes dissidentes de um partido político no contexto de institucionalização republicana traz consigo a necessidade de fazer um breve comentário sobre o conceito de elite, que assumirá importância especial ao longo do texto. Flavio Heinz destacou que apesar de não haver consenso sobre o que se entende por elites, pode-se dizer que em sentido amplo, “o termo faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o “topo de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos”.<sup>25</sup> Dito de outro modo, a noção de elite “diz respeito acima de tudo à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos”.<sup>26</sup>

Tanto os líderes dissidentes do PRR quanto os não-dissidentes, foram aqui considerados membros da elite regional, a partir da observação de algumas questões. Esses sujeitos tinham origem social privilegiada, ou seja, integravam famílias de importante capital econômico e cultural, o que lhes permitiu, por exemplo, frequentar as academias do Império,

---

<sup>24</sup> Em outras palavras, tendo em vista que a historiografia já demarcou suficientemente a importância do peso das ideias para os conflitos internos e, nesse mesmo sentido, para as cisões ocorridas dentro do PRR, a questão que apresentamos é *O que mais motivava/provocava as dissidências, além da questão ideológica?* Nesse sentido, acreditamos não estar subestimando o peso das questões mais formais dentro do jogo político, mas sim estar, de alguma forma, contribuindo para que as mesmas não sejam superestimadas.

<sup>25</sup> HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por uma outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 7.

<sup>26</sup> Idem.

compartilhar de espaços socioculturais elevados, pagar pela publicação de seus livros e sustentar financeiramente seus jornais. Do mesmo modo, esses agentes acessaram importantes cargos/postos políticos (fossem eles eletivos ou não), espaços de autoridade e distribuição de recursos diversos, inacessíveis à maioria da população naquele contexto<sup>27</sup>, se notorizando, portanto, em diferentes espaços de atuação.<sup>28</sup>

Uma vez que os percursos individuais de alguns dissidentes tornaram-se importantes para o trabalho, foram incorporadas, em alguma medida, as reflexões acerca dos estudos de trajetórias, tendo como principais interlocutores Pierre Bourdieu, Giovanni Levi, Sabina Loriga, Mario Grynszpan e Benito Schmidt.<sup>29</sup> Ainda que não se trate de realizar estudo(s) de trajetória(s) propriamente dita(s) – mas sim, de avaliar o que poderíamos chamar de *itinerário da dissidência*, pressupondo, pois, uma reflexão que vai desde o momento da adesão à ruptura com o partido – a observação da ação individual desses protagonistas acabou levando em conta várias questões, já ponderadas pelos estudiosos citados.

---

<sup>27</sup> Por esta série de fatores é que consideramos estes agentes como “estrelas de primeira grandeza” (no sentido atribuído por Carl Landé), e, enquanto tais, são “egos” de redes de relações com estrutura piramidal com outros tantos indivíduos situados nos diferentes níveis da hierarquia política. Para uma aplicação empírica voltada para o mesmo universo em questão, mas com outro enfoque e objetivos, ver GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias...**

<sup>28</sup> Embora o caso aqui tratado não envolva a constituição de um campo político relativamente autônomo, a noção de capital político ainda é pertinente, particularmente uma espécie de capital político, aquela que Bourdieu chama de capital pessoal de “notoriedade”. Este capital é “firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um ‘nome’, uma ‘reputação’, etc.) e também no fato de possuir certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma ‘boa reputação’”, e, geralmente é o produto da reconversão de um capital de notoriedade gestado e acumulado em outros espaços, como no exercício profissional (BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 190-191). Somando a este, uma noção um tanto mais refinada precisa ser considerada para alguns dos casos em pauta, sobretudo por frequentemente se tratarem de membros de importantes famílias do cenário regional: Briquet, estudando uma família de políticos da região da Córsega, propõe o capital político familiar como dimensão específica em meio ao conjunto de recursos detidos e mobilizados por seus membros. Argumenta então o autor que: “a simples constatação da transmissão dos mandatos políticos no interior de uma mesma família assim como a aparente facilidade dessa transmissão, que obedece a um esquema análogo àquele que rege a herança das riquezas e, na maioria das vezes também, àquele dos saberes, permite evidenciar a existência de uma forma específica de patrimônio político: o patrimônio político familiar. É em grande parte em nome de seu pertencimento a um grupo de parentesco particular que os membros da família Gavini podem pretender ao exercício do poder notabiliário. Nisso, eles são os depositários passageiros de um capital político feito de reputação coletiva, mas também de apoios e de fidelidades da parte de sua clientela, capital que não lhes pertence como propriedade particular, mas ao conjunto da linhagem” (BRIQUET, Jean-Louis. Une histoire de famille. La gestion d’un patrimoine politique. Le cas d’une famille de notables corses: les Gavini (1850-1962), p.4). In: PATRIAT, Claude; PARODI, Jean-Luc. **L’héritage en politique**. Paris: Economica, 1992).

<sup>29</sup> LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. 167-182; LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 233; BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. 183-192; GRYSZPAN, Mário. *Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n. 14, ano 5, out. de 1990, p. 1-22; SCHMIDT, Benito B. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In: GUAZZELLI, César A. *et al.* **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 124.

Benito Schmidt fala em “deixar-se guiar pelo indivíduo estudado: suas experiências, relações sociais, interpretações de mundo, metáforas, posturas diante do amor e da amizade, etc.”, para compreender uma época.<sup>30</sup> Sabina Loriga, por sua vez, demarcou a necessidade de analisarmos os sujeitos a partir de suas múltiplas experiências, incluindo, portanto, sua contraditoriedade de pensamentos, suas incertezas, hesitações e escolhas, seus espaços de atuação e seus limites. Alertando que deveríamos renunciar à noção de integridade individual, diz a autora que: “a biografia deveria empenhar-se em exprimir a multiplicidade da experiência reivindicada por Virginia Woolf quando esta caçoava do hábito dos biógrafos de ‘explicar seis ou sete eus’, quando uma pessoa pode possuir milhares deles.”<sup>31</sup>

Pierre Bourdieu também chama a atenção para os riscos de construirmos narrativas teleológicas e coerentes, que “escondem” as ambivalências dos personagens. Tal equívoco foi traduzido na ideia de *ilusão biográfica*, expressão bastante conhecida do autor. Em suas palavras:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de um sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.<sup>32</sup>

Dito isso, a busca de informações sobre os personagens e, de como estes se tornaram dissidentes, baseou-se no *método onomástico*, fórmula cunhada por Carlo Ginzburg e Carlo Poni. Tal proposta, que reivindica o *nome* como fio condutor da investigação, baseia-se em procurar os sujeitos na mais variada gama de documentação possível, a fim de acompanhar esses agentes em momentos diversos e através de diferentes contextos sociais.<sup>33</sup> Em outras palavras, busquei os nomes dos líderes dissidentes em vários tipos de fontes (em momentos anteriores e posteriores às cisões), a fim de analisar como a empreenderam, os motivos declarados para tal e, o que esses rompimentos podem nos dizer a respeito deles próprios e ainda, da agremiação.

O conjunto documental analisado é composto, primordialmente, por correspondências particulares e periódicos da imprensa. Quanto aos jornais, foi consultado o órgão criado pelos dissidentes (*O Rio Grande*), que circulou em Porto Alegre, diariamente, entre os anos de 1890

<sup>30</sup> SCHMIDT, Benito. Op. Cit., p.124.

<sup>31</sup> LORIGA, Sabina. Op. Cit., p. 245.

<sup>32</sup> BOURDIEU, Pierre. Op. Cit., p. 185.

<sup>33</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; RJ: Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

e 1893. Este foi o principal meio de expressão dos primeiros dissidentes, e, enquanto fonte, ainda não havia sido explorado de forma sistemática.<sup>34</sup> Para contrastar com o seu posicionamento político e mapear a visão que o governo castilhista-borgista tinha dos mesmos e de suas dissidências, foi analisado o jornal *A Federação*, órgão oficial do PRR, presente no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.<sup>35</sup> Por fim, e sempre que possível, foram utilizados outros periódicos, tais como o *Correio do Povo* e *A Reforma*, (1890-1912) que acolheram os escritos dos dissidentes em algum momento, muito embora não fossem órgãos específicos da dissidência.

Apesar de se configurar – dada a riqueza de elementos e informações trazidas – como um excelente meio de acessar as realidades passadas, o trabalho com a imprensa deve ser cuidadoso. Claudio Pereira Elmir nos fala a respeito da criticidade necessária ao trabalho com os jornais. Para esse historiador:

O jornal jamais pode ser visto como um dado, a partir do qual abstraímos os elementos de uma suposta realidade. O jornal, como um conjunto de páginas, é o receptáculo de textos que exigem de nós uma leitura diferente daquela que fazemos todos os dias a nossa porta. A leitura deve ser meticulosa, deve ser demorada, deve ser exaustiva.<sup>36</sup>

Isso quer dizer que não podemos nos apropriar acriticamente dos dados fornecidos pela imprensa, mantendo em mente que apesar da roupagem de “verdade”, o jornal é portador de um discurso que visa a persuasão e o convencimento de seus leitores. No caso em que analisamos, onde as folhas eram órgãos político-partidários (e, portanto, parciais), e onde, muitas vezes, se utilizava da estratégia de descaracterização dos adversários, os cuidados devem ser redobrados. A necessidade desse cuidados, vale dizer, não invalida o uso da fonte, que continua sendo uma importante porta de entrada aos cenários investigados, apenas realça a necessidade de examiná-la a partir de um olhar criterioso e, sempre que possível, realizando o cruzamento de suas informações com aquelas contidas em outros tipos de documentação.

Nesse sentido, é importante destacar que se recorreu a alguns arquivos pessoais, disponíveis à consulta em instituições de Porto Alegre. Refiro-me aqui aos acervos de Apolinário Porto Alegre, Assis Brasil e Aparício Mariense da Silva, bem como aos arquivos

---

<sup>34</sup> O acervo é inédito e encontra-se sob guarda do IHGRGS. Atualmente, encontra-se em fase de digitalização e, em breve, será disponibilizado de forma mais ampla ao público.

<sup>35</sup> O acervo foi digitalizado e disponibilizado para a pesquisa, recentemente, estando depositado na BNRJ.

<sup>36</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos de Estudos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, UFRGS, v. 13, 1995, p. 21.

de Borges de Medeiros e de Júlio de Castilhos, sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, à exceção do último citado.<sup>37</sup> Em sua maior parte, esses acervos estão constituídos de correspondências e telegramas recebidos e enviados por esses indivíduos, em diferentes momentos de suas vidas.

É Angela de Castro Gomes quem nos traz um alerta a respeito do exame de correspondências. Para a autora, este é um tipo de documentação abundante e variada, mas também fragmentada, dispersa e muitas vezes inacessível por uma série de barreiras impostas ao historiador. Sendo assim:

O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento.<sup>38</sup>

Ao observar as trajetórias e os registros produzidos pelos líderes dissidentes, é natural que o conteúdo dos documentos privados (as cartas, por exemplo) seja diverso dos de caráter público, já que nas correspondências o autor está se remetendo a alguém com quem tem algum tipo de vínculo e, portanto, “se confia ao outro uma série de informações e sentimentos íntimos”.<sup>39</sup> Os textos públicos – sejam eles artigos de jornal ou textos de manifesto político – por sua vez, tendem a ser mais formais e, no caso das dissidências, apontar para motivos “mais elevados” para os rompimentos. Isso significa que motivações fisiológicas (rancores, rivalidades pessoais, disputas em torno da honra e do prestígio), também integrantes do jogo político, são silenciadas em prol de um discurso superior, e que tem por finalidade o registro não só para os contemporâneos, mas também para a posteridade.

Esse tipo de cuidado também é necessário para a leitura de outras fontes, tais como as memórias e as biografias, que também utilizamos na coleta de dados sobre os personagens. Luiz Alberto Grijó aponta que uma das razões da necessidade de elaboração de uma crítica a esses documentos é a de que “o jogo das posições inter-relacionais e das motivações para a ação dos agentes enfocados nesse tipo de produto são nelas constantemente veladas pelo manto do referencial *arché-telos*”, ao que complementa que essa característica:

<sup>37</sup> Esses foram os que produziram melhores resultados em termos de obtenção de dados. Contudo, uma série de outros arquivos de líderes dissidentes foram vasculhados, a exemplo do Arquivo Homero Baptista e do Arquivo Ramiro Barcellos (também sob guarda do IHGRGS) e do Arquivo Barros Cassal, sob guarda do APERS. Apesar de alguns deles serem bastante volumosos, não se encontrou documentos de impacto para a pesquisa.

<sup>38</sup> GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escritas da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV. 2004, p. 15.

<sup>39</sup> GOMES, Angela. Op. Cit., p. 19.

Não impede que a partir destes textos não se possa ter portas de entrada para a explicação do jogo inter-relacional das representações, posições, predisposições, recursos utilizados e ações dos agentes considerados, bem como para o desvelamento dos respectivos princípios subjacentes e que só serão encontrados por detrás do sentido manifesto destas e nestas mitografias.<sup>40</sup>

Feitas algumas ponderações a respeito do material investigado e dos cuidados que procuramos tomar para sua análise, voltemo-nos para a estrutura do trabalho. O texto está dividido em três capítulos. No primeiro deles procuramos identificar, na produção historiográfica, seja ela contemporânea ou mais recente, quais as principais linhas de interpretação assumidas em relação às dissidências do PRR. Desse modo, apresentamos ao leitor os contextos de cisões mais visitados pelos pesquisadores – organizando nossa exposição a partir de três grandes dissidências, quais sejam a de 1890/91, 1907 e 1915 –, os personagens mais citados e motivos atribuídos para os rompimentos.

A partir dessa análise, foi possível identificar certa convergência entre vários estudos, no que diz respeito à tomada do viés ideológico e de conflitos a ele relacionados, como principais fatores que teriam condicionado as dissidências, especialmente aquelas processadas nos anos de 1890/91 e a de 1907. Adveio dessa percepção, inclusive, a nossa opção em trabalhar apenas com a primeira e a segunda dissidências nos capítulos subsequentes.

No segundo capítulo, pois, apresento ao leitor alguns dos principais líderes da primeira e da segunda dissidências. Para tal, analiso suas origens sociais, investimentos realizados na educação superior e, especialmente, sua relação com o PRR e os demais líderes do partido até o momento do processamento de suas dissidências. Avaliando sua atuação junto ao PRR, foi possível diagnosticar a existência de conflitos anteriores ao rompimento definitivo desses líderes com o partido, indicando, pois, a grande segmentariedade característica da agremiação, e as disputas em torno da honra, do prestígio e da liderança, que já caracterizavam o cenário intrapartidário naquele momento.

O terceiro e último capítulo, por sua vez, busca captar o momento em que cada um dos principais líderes da primeira e da segunda dissidências rompeu com o partido, procurando identificar o que, de fato, os levou a essa tomada de posição, ou, em outras palavras, em torno de que se dava a competição política. Buscamos demonstrar, nesse sentido, que interesses pessoais, familiares e facciosos continuavam mobilizando a ação política dos agentes, ao lado de desacordos e rivalidades ideológicas que, embora importantes, não eram suficientes no

---

<sup>40</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. *Biografia, para quê?* In: CORADINI, Odaci (Org.) **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 87.

sentido de condicionar a permanência (ou não) sob a mesma sigla partidária e, tampouco, a formulação de novas alianças políticas no cenário pós-dissidência.

## 2 AS DISSIDÊNCIAS DO PARTIDO REPUBLICANO RIO-GRANDENSE ATRAVÉS DA HISTORIOGRAFIA

Este capítulo tem como objetivo analisar a produção historiográfica referente às cisões que ocorreram dentro do PRR, ao longo do período republicano. Nesse sentido, buscamos avaliar como estas dissidências foram explicadas ao longo do tempo, sobretudo no que diz respeito às suas motivações e ao papel atribuído aos seus líderes no jogo político.

A historiografia relativa à política rio-grandense na Primeira República destaca o processamento de três grandes dissidências dentro do Partido Republicano Rio-Grandense: a primeira teria ocorrido entre os anos de 1890/91; a segunda diz respeito ao contexto de 1907 e; a terceira, à conjuntura dos anos 1915/16. Dado que a ênfase nessas conjunturas é praticamente consensual entre os estudiosos, tomamos esses três momentos de cisão como ponto de partida para nossa investigação.

Apesar disso, é preciso ressaltar que, além destas, outras dissidências foram referidas historiograficamente, a exemplo das cisões partidárias processadas nos anos de 1894/95 e, finalmente, aquela ocorrida nos anos de 1922/23. Dado que a primeira citada pode ser analisada ainda como desdobramento do contexto de 1890/91 e que, por sua vez, a última grande dissidência tem relação com uma conjuntura histórica bastante diferenciada – trata-se, não mais do momento de implantação da nova ordem republicana, mas, pelo contrário, da tentativa de implosão dessa mesma ordem, não obstante ao fato de o partido já contar com uma série de novos atores, ainda ausentes no jogo político da primeira e, em parte, da segunda década republicana – optamos por examinar, neste capítulo, somente as dissidências dos anos de 1890/91, 1907 e 1915.

Nosso intuito não é o de realizar uma análise exaustiva de autores e obras que se dedicaram ao estudo desse período, mas sim, examinar a produção que direta ou indiretamente abordou as dissidências republicanas. Sendo assim, o conjunto de trabalhos sob o qual nos debruçamos é mais ou menos variado, uma vez que é formado por biografias, livros de memórias e textos de história, tenham sido eles escritos por historiadores ou não-historiadores, acadêmicos ou não acadêmicos, contemporâneos ou não contemporâneos aos acontecimentos.

No que concerne à produção realizada pelos contemporâneos, destaca-se o seu caráter propagandístico, apresentando vinculação tanto com os castilhistas/borgistas quanto com o grupo federalista. Outra característica dos escritos dos contemporâneos é a construção de uma narrativa que toma por base, na maior parte das vezes, os jornais partidários. Os livros de

memória, por sua vez, embora também escritos por contemporâneos, têm a particularidade de terem sido produzidos em período posterior aos acontecimentos narrados, priorizando, portanto, o recurso à lembrança daquilo que foi vivido. Já as obras aqui chamadas de história, sejam elas de produção acadêmica ou não, foram assim definidas por apresentarem narrativas diacrônicas dos acontecimentos, de caráter muitas vezes factual, além de também ser mais comprometidos com a referência às fontes documentais pesquisadas.

A análise desses diferentes tipos de produção nos permite apontar que, a maioria dos autores converge no sentido de relacionar a primeira dissidência ao apoio de Júlio de Castilhos à candidatura do Marechal Deodoro da Fonseca à presidência da República, episódio que teria ocorrido sem consulta às bases partidárias. Além disso, boa parte dos trabalhos analisados também aponta como motivos de dissídio, as divergências ideológicas – sobretudo no caso do conflito entre Joaquim Francisco de Assis Brasil e Castilhos e, entre este último e Apolinário Porto Alegre – e, principalmente, a ascensão do Dr. Júlio como principal chefe partidário, em detrimento das demais lideranças.

No que se refere à segunda dissidência, esta tem sido relacionada, principalmente, às disputas em torno do controle do partido e do governo do Estado, logo após a morte de Castilhos. A maioria dos autores aponta que a liderança de Borges de Medeiros não estava consolidada naquele momento, de modo que as contendas em torno da candidatura ao governo estadual teriam ocasionado o dissídio de Fernando Abbott e, junto dele, de vários outros líderes partidários. Ao passo que boa parte dos trabalhos destaca as divergências ideológicas e a existência de duas correntes – positivistas ortodoxos e liberais – como fator importante (ou mesmo fundamental) nessa cisão, estudos mais recentes têm atribuído maior importância às questões de ordem pessoal, familiar e facciosa como motores dos conflitos.

Por fim, a terceira dissidência tem sido explicada, principalmente, a partir da candidatura de Hermes da Fonseca ao Senado, no ano de 1915, indicação que teria descontentado Ramiro Barcellos e outras lideranças, levando-os a uma posição de crítica e, em seguida, de ruptura com o partido. Como pano de fundo, alguns autores destacam o desagrado com a condução unipessoal de Borges de Medeiros e o protagonismo de Pinheiro Machado. Pesquisas mais atuais chamam atenção para o vazio de poder deixado por Borges de Medeiros ao tempo de sua enfermidade e, por conseguinte, para a expectativa de algumas facções em assumir a condução do PRR e do Estado.

Vejamos, de forma pormenorizada, como cada uma dessas dissidências foi analisada historiograficamente. Interessa-nos saber, sobretudo, quais os personagens (mais ou menos)

referenciados e os motivos atribuídos ao rompimento, enfatizando, na medida do possível, convergências e divergências entre os escritos em análise.

## 2.1 A primeira dissidência

O processo de construção do Estado Republicano, seus protagonistas e ideários políticos, bem como os revezes dessa implementação já foram o mote de várias publicações ao longo do tempo. No caso da historiografia rio-grandense, que se dedicou ao estudo da Primeira República, é possível perceber o destaque recebido por alguns temas, dentre eles, o amplo domínio do PRR e a forma como o partido construiu sua hegemonia no estado, a oposição liderada pelo Partido Federalista e, os movimentos revolucionários de 1893 e 1923, tratados como ápices da contestação ao *status quo*. Dissidências político-partidárias e, mais especificamente, os dissidentes republicanos, embora tenham sido referidos por inúmeros autores, até agora não foram tomados, mais diretamente, como objeto de estudo. Não obstante, essas inúmeras menções às cisões ocorridas dentro do PRR e, sobretudo, aos seus protagonistas e suas motivações, precisam ser trazidas para o debate a que nos propusemos.

A respeito da primeira dissidência, ou seja, aquela ocorrida entre os anos de 1890/91, a maior parte dos estudos analisados indica como seus principais líderes os personagens Demétrio Ribeiro, Antão de Faria, João de Barros Cassal e Joaquim Francisco de Assis Brasil. As narrativas, independentemente do gênero ou período de publicação dos trabalhos, foram construídas na tentativa de explicar o abandono partidário por parte desses quatro líderes, conferindo pouco espaço ou importância a outros membros do PRR que, igualmente, romperam com a agremiação neste contexto.<sup>41</sup>

Sobre as motivações, os autores destacaram que esses dissídios tiveram vinculação direta com o apoio de Júlio de Castilhos à candidatura do Marechal Deodoro da Fonseca à presidência da República, episódio que teria ocorrido sem consulta às bases partidárias, desprezando, pois, a prática de reunião em congresso para a tomada de decisões, corrente ao longo da década de 1880. Nesse sentido, a ascensão de Castilhos como principal chefia do PRR, em prejuízo dos demais líderes, deixando para trás o formato mais horizontal da época

---

<sup>41</sup> A exemplo dos irmãos Apeles, Apolinário e Aquiles Porto Alegre, de Germano Hasslocher, Sylvio Rangel, Bartholomeu de Assis Brasil, Luís Leseigneur, José Pedro Alves, dentre outros. Os anos de 1894/95 – ainda contexto de implementação da nova ordem republicana –, também foram marcados por uma cisão bastante significativa, desencadeada pelo grupo chamado de *autonomista* ou *nórmico*, formada pelos irmãos Álvaro e Homero Baptista, Francisco Miranda e Pedro Moacyr.

da propaganda, também é apontado como motivo de conflitos entre os líderes da agremiação. Por fim, parcela significativa dos trabalhos examinados também chama a atenção para as divergências ideológicas enquanto causa dos conflitos, especialmente para o caso dos amigos e cunhados Assis Brasil e Castilhos, o primeiro seguidor de uma vertente liberal e, o segundo, adepto ao positivismo.

Analisemos, mais sistematicamente, o modo como a primeira dissidência foi interpretada pelos seus contemporâneos. De início, é importante salientar que, por serem estudos produzidos em meados do século XX é difícil desvincular o trabalho intelectual do posicionamento de seus autores na arena política. Sendo assim, partes significativas desses estudos foram escritos por indivíduos que tinham vínculo explícito com o PRR, logo, tinham interesse em propagandear o discurso castilhistaborgista. Por outro lado, existiu também uma parcela de estudiosos que se dedicou à análise do período republicano pelo viés dos opositores do regime, – nesse caso, os gasparistas.

Ambas as posições privilegiaram, em suas abordagens, a rivalidade entre os dois grupos principais, republicanos e federalistas. A ação político-institucional e/ou revolucionária de personalidades como Silveira Martins, Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, também se transformaram no fio condutor de boa parte desses estudos. Nesse ínterim, os dissidentes republicanos, também opositores do castilhismo-borgismo, foram referidos apenas de modo indireto pelos contemporâneos.<sup>42</sup>

Em geral, tratam-se de biografias ou obras de história, as narrativas são essencialmente factuais e cronológicas e utilizam como fonte, sobretudo, a imprensa da época e os pronunciamentos oficiais. Para além dessas características em comum, entre os contemporâneos, é possível encontrar convergências tanto no que se refere à ênfase de alguns personagens, como nas motivações da primeira dissidência.

Othelo Rosa e Vitor Russomano, por exemplo, chamam a atenção para os dissídios de Antão de Faria, Demétrio Ribeiro, Barros Cassal e Assis Brasil.<sup>43</sup> Ainda que o primeiro tenha

---

<sup>42</sup> Parte significativa desses trabalhos e de seus autores tem vinculação com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), fundado na década de 1920, a principal instituição de pesquisa em História nesse período. Nedel e Rodrigues destacam que muitos dos intelectuais agrupados no IHGRGS “dividiam suas ocupações entre a escrita histórica, a direção de instituições públicas e a militância política” (NEDEL, Letícia; RODRIGUES, Mara. *Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História no Rio Grande do Sul. Ágora*. v. 1, n. 1, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1995, p. 166).

<sup>43</sup> ROSA, Othelo. **Júlio de Castilhos**: perfil biográfico e escritos políticos. Porto Alegre: Globo, 1930; RUSSOMANO, Victor. **História Constitucional do Rio Grande**. Porto Alegre: ALRS, 1976 (1. ed. 1932). Ambos os autores eram membros do PRR e pareciam comprometidos com uma publicidade positiva do período republicano, dos governos do PRR e de seus principais líderes. Victor Russomano foi deputado estadual e federal pelo partido nas décadas de 1920 e 1930. Othelo Rosa, por sua vez, foi deputado estadual (1928-1930) e até secretário particular de Borges de Medeiros, além de também ter sido diretor de *A Federação* em fins da

escrito uma biografia de Castilhos e o segundo tenha tomado como fio condutor de sua análise as constituições estaduais e os debates e episódios relativos a elas, ambos tematizam a primeira dissidência, apontando como fator motivacional a adesão de Castilhos à candidatura do Marechal Deodoro da Fonseca (à presidência da República).

Nas palavras de Russomano, “pretextando negar-se a aceitar a candidatura de Deodoro para a presidência da República, o Dr. João de Barros Cassal, temperamento de lutador, arremessado e enérgico, rompe com os amigos e concorre às urnas”<sup>44</sup>, ao que complementa que, a cisão, porém, tomaria maior vulto: “Depois da eleição, os deputados republicanos Demétrio Ribeiro e Antão de Faria se aliam à Barros Cassal e fundam um jornal, *O Rio Grande*, rompendo em oposição a Castilhos”.<sup>45</sup>

Othelo Rosa também se refere ao episódio da candidatura Deodoro como o desencadeador do conflito entre essas lideranças, no entanto, adverte que, para ele, esta seria apenas a ‘causa aparente’ das desavenças. Em suas palavras:

Outras, as causas reais. E a primacial, dentre elas, a supremacia crescente de Castilhos nos altos conselhos partidários, a sua direção preponderante e decisiva, a que seus amigos e correligionários davam força imensa e inexcedível prestígio. A ascendência progressiva e vitoriosa daquele moço republicano criava desgostos e originava ressentimentos, que causariam a seu turno resistências silenciosas, surdas rebeldias, propiciando o surto maléfico das murmurações e dos enredos. [...]

As dificuldades do gravíssimo momento estavam a exigir e a impor uma direção centralizada e forte capaz de afrontar rápida e eficazmente aos perigos de toda hora [...]. A direção das comissões executivas, de tantas vantagens e benefícios nos tempos da predicação e ataque, resultaria frágil e improcedente naquele período de realização e defesa. [...]

E sonegavam justiça elementar à Castilhos, atribuindo-lhe preocupações de mando exclusivo, estreitas intenções de prepotência. Era o partido que o investia das insígnias de comando, que o fazia seu diretor supremo, em instante em que a recusa seria uma fraqueza e um comodismo covardes.<sup>46</sup>

Logo, os dois autores convergem em relação ao episódio que teria desencadeado essa primeira cisão partidária, no entanto, Othelo Rosa considera importante também os ‘ressentimentos’ dos dissidentes para com a ascensão de Castilhos enquanto principal liderança do PRR. Essa mesma premissa é utilizada pelo autor para explicar as dissidências processadas alguns meses depois, já em fins de 1891.

---

década de 1920. Este último também foi membro do IHGRGS (MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/IEL, 1978).

<sup>44</sup> RUSSOMANO. Victor. Op. Cit., p. 166-167.

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> ROSA, Othelo. Op. Cit., p. 108-109.

Mais uma vez a apoio de Castilhos às ações ao governo federal – nesse caso, a dissolução do Congresso Nacional, determinada pelo Marechal Deodoro – seria o gatilho para uma nova cisão, da qual fez parte Assis Brasil, ‘o corypheu do movimento’ que levou à deposição de Castilhos do governo do Estado. Para Rosa, nesse momento, os dissidentes agiam “em atropelo e tumulto, sequiosos de mando e famintos de poder”.<sup>47</sup>

As supostas pretensões de mando por parte dos dissidentes também aparecem na narrativa de Russomano, ainda que com menor ênfase. Ao caracterizar o Partido Republicano Federal, agremiação que assumiu o poder logo após a deposição de Castilhos, o autor indica que, enquanto o PRR poderia ser considerado um agrupamento político de consistência doutrinária, seus opositores formavam uma espécie de confraria onde reinavam “as ambições dos conchavos políticos”.<sup>48</sup>

Portanto, os dois autores concordam a respeito dos motivos que teriam desencadeado a primeira dissidência: o apoio de Castilhos à candidatura de Deodoro à Presidência – que levou ao rompimento de Barros Cassal e, em seguida, de Demétrio Ribeiro e Antão de Faria – e posteriormente, sua adesão ao golpe de Estado realizado pelo Marechal, que levou ao rompimento de Assis Brasil, ocasionando na sequência, o governicho.<sup>49</sup> O descontentamento em relação à liderança crescente de Castilhos dentro do partido, também é referida como motor da dissidência pelos contemporâneos, sobretudo, no caso de Othelo Rosa.

Esse tipo de explicação é reiterado nos estudos de contemporâneos que eram críticos do modelo de estado castilhista-borgista. Conforme dissemos anteriormente, escritores que tinham vinculação com os grupos políticos adversários, especialmente com o Partido Federalista, também dissertaram sobre o período. Esse é o caso de Wenceslau Escobar e de Rafael Cabeda, que se dedicaram a realizar um balanço do regime e/ou dos acontecimentos ligados aos governos do PRR.<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup> ROSA, Othelo, Op. Cit., p. 139-140. A respeito de Assis Brasil, Othelo Rosa aponta que as “dubiedades de sua conduta política vinham desde a proclamação da República”, ao que complementa que a deputação federal pelo Rio Grande do Sul e o posto de Ministro Plenipotenciário em Buenos Aires “não correspondiam, por certo, à natureza e amplitude das suas aspirações”; por fim, afirma que o abandono do partido teria sido uma “apostasia” e o desentendimento com Castilhos uma “traição quanto ao amigo”. (ROSA, Othelo. Idem, p. 148).

<sup>48</sup> RUSSOMANO, Victor. Op. Cit., p. 188.

<sup>49</sup> Sérgio da Costa Franco assim define o governicho: “Alcunha depreciativa que recebeu o governo provisório da dissidência republicana, que dirigiu o Estado entre 12/11/1891 e 17/06/1892, ou seja, entre a derrubada de Júlio de Castilhos e o seu retorno ao poder. A denominação foi dada pelo próprio Castilhos, em uma série de arrasadores artigos que publicou em A Federação”. (FRANCO, Sérgio. **Dicionário político do Rio Grande do Sul (1821-1937)**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010, p. 98).

<sup>50</sup> Wenceslau Escobar foi membro do Partido Liberal já na década de 1880. No período republicano, cedo inclinou-se à oposição ao castilhismo, aderindo ao Partido Federalista, através do qual foi eleito à deputação federal, nas legislaturas de 1906/08 e 1924/26 (MARTINS, 1978; FRANCO, 2010). Recentemente, a produção de Wenceslau Escobar foi objeto de estudo de alguns trabalhos. Veja-se, por exemplo, os de Francisco das Neves Alves (1995) e Eduardo Rouston Júnior (2012; 2016). Rafael Cabeda era importante liderança federalista na

Escobar discorre sobre a primeira dissidência, ocorrida à época da confecção da chapa de deputados à Constituinte Federal. Para ele:

Foi por esta ocasião que, tratando-se de confeccionar a chapa oficial, o Dr. Barros Cassal opôs-se à inclusão de seu nome no número de candidatos, apesar de instado e rogado pelo Dr. Castilhos, já então apontado como chefe do partido republicano. Segundo uns, esta resolução foi ditada pela transgressão do princípio da eleição prévia; segundo outros, pelo compromisso da eleição do general Deodoro. A não ser pela vaidade de fazer-se eleger sem figurar na chapa oficial, o Dr. Cassal foi correto: o único modo de ter liberdade de ação era não tomar um compromisso de tal natureza. Desde este tempo, agosto de 1890, tornou-se dissidente um grupo de republicanos históricos, guiados por Demétrio Ribeiro, Antão de Faria e Barros Cassal, os quais, como este, não se pronunciaram, francamente, senão depois de eleitos.<sup>51</sup>

Como se vê, dois fatores são indicados por Escobar como motivo da primeira dissidência: a transgressão do princípio da eleição prévia e o compromisso com a eleição do general Deodoro. Esse último fator é reiterado na análise de Rafael Cabeda. Para ele, “Castilhos, traíndo seus amigos do Rio Grande, que o haviam subsidiado para falar com o Marechal para que não se dessem perseguições contra o elemento republicano”, havia retornado do Rio de Janeiro como “emissário das imposições do alto: arranjar uma chapa de deputados que se comprometessem a ser os eleitores do Marechal à Presidência da República”, ao que conclui: “daí o rompimento dos republicanos intransigentes, sendo o primeiro entre todos: o Dr. Barros Cassal”.<sup>52</sup>

É importante destacar que Cabeda também apresenta outras desavenças, que possivelmente tiveram peso no processamento dessa primeira dissidência. Exemplo disso é um episódio contemporâneo ao comprometimento de Castilhos com a candidatura Deodoro, e que teria sido um fator de conflito entre ele, Antão de Faria e Demétrio Ribeiro. Por ser um evento pouco referenciado pela historiografia, reproduzimos a narração da ocorrência na íntegra:

Julho (1890): Regressa ao Rio Grande o bacharel Júlio de Castilhos, que havia seguido para o Rio em missão especial de conciliação junto ao Marechal Deodoro da Fonseca – despesas pagas pelos correligionários de Porto Alegre.

---

região da fronteira. Fez frente ao PRR ao longo de toda a República, tendo participado da derrubada de Castilhos em 1891, chefiado operações ao longo de todo o contexto revolucionário, e, já no século XX, participado das disputas eleitorais, quando chegou a deputação federal como representante das minorias. (MARTINS, 1978; FRANCO, 2010).

<sup>51</sup> ESCOBAR, Wenceslau. **30 anos de Ditadura Rio-grandense**. Rio de Janeiro, s/ ed., 1922, p. 17.

<sup>52</sup> CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. Os crimes da ditadura: a história contada pelo dragão. 2. ed. (Org.). Coralio B. P. Cabeda; Ricardo Vaz Seeling; Günter Axt. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Memorial, 2002, p. 44-45.

Não vem com ele o Syrius, *pursang* inglês (ficou doente em Paranaguá). O Syrius foi um regalo do engenheiro Fanor Cumplido, interessado na negociata dos burgos agrícolas em que estava metido Castilhos, que tinha como representante, junto ao ministro Glycerio, um Fulano Gonçalves, que veio ao Estado com o fim exclusivo de tratar de tal patota. Essa foi denunciada pelo *Echo do Sul*, com dados que depois tiveram plena confirmação por parte do Dr. Antão de Faria, Superintendente das Obras Públicas, o que deu lugar a um rompimento da *Federação* (artigo de Castilhos) contra o Dr. Antão, não admitindo que este lhe desse resposta pela mesma folha. O Dr. Antão exonerou-se do cargo que exercia junto ao governo de Candido Costa, que tinha como governador de fato o bacharel Castilhos, Superintendente do Interior. Foi de tal ordem o escândalo, tão desmoralizado ficou o traiçoeiro Castilhos, que a ladroeira dos burgos não pôde ser levada a efeito. Entretanto, Castilhos ficou com o Syrius, parte integrante da gorada mamata. Demétrio Ribeiro colocou-se então ao lado do Dr. Antão, em artigo inserto na *Federação*, havendo lugar a uma violenta polêmica entre Demétrio e Castilhos.<sup>53</sup>

Portanto, Cabeda considera importante a polêmica gerada entre os republicanos, resultado das ‘negociatas’ em que Castilhos havia se envolvido.<sup>54</sup> Nesse sentido, o comprometimento com a candidatura de Deodoro aparece aliado a outros conflitos que surgiram no interior do partido (e que envolviam interesses particulares) àquela época e que, juntos, tiveram peso para o processamento da primeira dissidência.

Para além dos trabalhos escritos pelos contemporâneos, a historiografia produzida nas décadas de 1960, 1970 e 1980, também explicou essa primeira dissidência a partir dos desacordos gerados pela candidatura Deodoro, agregando a isso fatores como a emergência da liderança de Castilhos em alguns casos, e, em outros, também diferenças em termos de ideologia.

Sergio da Costa Franco e Joseph Love produziram duas importantes obras de história, onde reiteram a posição de que o movimento de ascendência de Castilhos dentro do PRR era motivo de incômodo entre as demais lideranças, conformando um fator importante na primeira grande cisão partidária.<sup>55</sup> O brasilianista Joseph Love, buscando compreender a inserção gaúcha na política nacional ao longo da Primeira República, traz indícios importantes da ascendência de Castilhos dentro do partido, apontando sua liderança, por exemplo, na reunião da Fazenda da Reserva, em 1889. Sobre as motivações da primeira cisão, o autor endossa a visão anteriormente referida. Em suas palavras: “Castilhos tomara uma decisão que provocou a passagem de alguns membros proeminentes de seu partido para a oposição”, ou

<sup>53</sup> CABEDA; COSTA (2002, p. 44).

<sup>54</sup> Esse episódio também foi referido em trabalho mais recente, a saber, o de Gunter Axt (2011). Ele será explorado, minuciosamente, no último capítulo deste trabalho.

<sup>55</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: UFRGS, 1988; LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

seja, “havia concordado em apoiar Deodoro para presidente quando a Assembleia Constituinte se reunira no Rio para organizar formalmente a República, em troca do cargo de vice-governador”.<sup>56</sup>

O autor chama atenção para uma insatisfação dos membros do PRR com o governo do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo em que, muitos deles também se opunham a Castilhos, demarcando a grande tensão vivida, à época do fechamento do Congresso por Deodoro da Fonseca. Em suas palavras:

[...] o partido cindira-se ante o golpe no Rio: recriminações pouco veladas entre o dirigente do partido e dois de seus lugar-tenentes mais leais, Barcellos e Borges de Medeiros, ilustravam a crise do PRR. Além disso, o cunhado de Castilhos, Assis Brasil, havia rompido definitivamente e em seguida afastou-se por completo da política gaúcha.<sup>57</sup>

Esse excerto mostra que o posicionamento partidário em relação ao governo federal era motivo de atrito entre os líderes do PRR naquela conjuntura. Ademais, Love também aponta que a postura do patriarca igualmente teria contribuído para as dissidências. Para o autor: “Em sua ascensão à posição de autoridade incontestável, tivera que pôr de lado uma organização cujos bastiões antes pareciam inexpugnáveis”; concluindo que “ao adquirir o poder, transformou-se em déspota e alienou-se de muitos de seus companheiros, propagandistas republicanos”.<sup>58</sup>

Sergio da Costa Franco, em *Júlio de Castilhos e sua época* (1967), é ainda mais enfático nesse sentido. Centrando-se no protagonismo de Castilhos, o autor aponta que já na época da Constituinte Federal “ele ia assumindo direção preponderante e decisiva nos altos conselhos partidários, progressivamente substituindo a direção coletiva, que fora até então tradicional na organização do partido [...]”, concluindo que “disso lhe resultariam rivalidades e desconfianças por parte de antigos companheiros, incompatibilidades que estuariam em graves dissidências”.<sup>59</sup>

O autor explorou de forma minuciosa o episódio da organização das chapas de candidatos à Constituinte Federal, da qual resultou o conflito entre Castilhos e Barros Cassal, pretexto da primeira dissidência. Utilizando-se de trechos de artigos publicados por Castilhos em *A Federação*, o autor argumentou que o nome de Cassal só não constava na chapa porque

<sup>56</sup> LOVE, Joseph. Op. Cit., p. 46.

<sup>57</sup> LOVE, Joseph. Idem, p. 53.

<sup>58</sup> LOVE, Joseph. Ibidem, p. 60.

<sup>59</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Op. Cit., p. 77. Utilizamos para análise a quarta edição do livro, publicada em 1996; contudo, a obra foi originalmente publicada no ano de 1967.

ele próprio havia se recusado a participar dela – por motivo de estar em discordância com o apoio do partido à candidatura Deodoro. Em seguida, complementa:

A discórdia se tornara irremediável. Acompanharam Barros Cassal numerosos correligionários de Porto Alegre, afora dois grandes vultos da propaganda, Demétrio Ribeiro e Antão de Faria, ambos candidatos oficiais à deputação federal. Era a terceira lesão irreparável ao organismo partidário. *Se as razões explícitas dessa discordância decorriam do apoio da cúpula do partido à candidatura Deodoro, no fundo se ligavam ao descontentamento com a liderança de Castilhos, mormente pela forma arbitrária como este arrastara a agremiação para aquela candidatura.*<sup>60</sup>

Como se vê, as explicações de Franco convergem com aquelas apresentadas pelos demais trabalhos, vistos até então. Segue o autor apontando que, na eleição presidencial ocorrida em fevereiro, “manifestaram-se visíveis os sintomas de quebra da liderança discretamente exercida por Júlio de Castilhos”, uma vez que “o mesmo problema que já determinara o afastamento de Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Faria da grei partidária, inclinaria outros deputados à dissensão”.<sup>61</sup> Rocha Osório, Alcides Lima, Assis Brasil e Vitorino Monteiro votariam em Prudente de Moraes, contra o Marechal Deodoro, sendo que destes, apenas Vitorino Monteiro continuaria, mais além, fiel à orientação castilhista; os demais abandonariam o partido.<sup>62</sup>

Por fim, fazendo um balanço dos primeiros anos republicanos, Franco aponta que:

É certo que a dureza das refregas e a inflexibilidade do chefe gerara desalentos e discordâncias, afastando das fileiras numerosos militantes tradicionais. Dos grandes vultos da propaganda republicana, quantos já haviam abandonado a ortodoxia partidária! Sem falar em Demétrio Ribeiro, em Assis Brasil, em Barros Cassal, em Antão de Faria, adversários desde 1891, vários outros companheiros fidelíssimos se tinham indisposto com o líder, como Alcides Lima, Homero Baptista, Antônio Adolfo Mena Barreto, Francisco Miranda, Pedro Moacyr.<sup>63</sup>

Como se vê, Franco elenca nomes de vários líderes que dissentiram do PRR nos primeiros anos republicanos, para além daqueles que já haviam rompido em 1891. Para ele, a personalidade intransigente de Castilhos e a seriedade dos conflitos desencadeados entre os propagandistas seriam o motivo do afastamento dessas inúmeras lideranças nesse contexto. É

---

<sup>60</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Op. Cit., p. 78. Grifos nossos.

<sup>61</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Idem, p. 92.

<sup>62</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Ibidem, p. 92.

<sup>63</sup> FRANCO, Sérgio da Costa. Ibidem, p. 167.

importante ressaltar a preocupação do autor com o registro de nomes menos referenciados entre os dissidentes, algo pouco comum, como temos visto até agora.<sup>64</sup>

Ricardo Vélez Rodriguez, em obra de história onde buscou caracterizar o castilhismo como uma filosofia política inspirada no positivismo, também corrobora essa interpretação acerca da primeira dissidência. Para ele, “o apoio à candidatura Deodoro teria sido um dos “costumeiros lances de autoritarismo” de Castilhos, sendo que, dessa atitude, “resultar-lhe-iam não poucas inimizades e desconfianças por parte de antigos companheiros, incompatibilidades que se convertiam em fortes dissidências no seio do PRR”.<sup>65</sup> O autor endossa a interpretação de Sérgio da Costa Franco, fazendo referência ao seguinte trecho do autor: “Se as razões explícitas dessa dissidência decorriam do apoio da cúpula do partido à candidatura Deodoro, no fundo se ligava ao descontentamento com a liderança de Castilhos”.<sup>66</sup>

Referindo-se ao episódio que levou à deposição do Patriarca, Rodríguez aponta que “entre os instigadores da revolta figuravam tradicionais propagandistas republicanos que, em outros tempos, haviam sido grandes amigos de Castilhos e que dele se afastaram por causa de seu crescente autoritarismo”, destacando, entre eles, os nomes de Luis Leseigneur, José Pedro Alves e Assis Brasil.<sup>67</sup> No que se refere a esse último, é importante ressaltar que, ainda que não trate como motivação da dissidência, o autor destaca as divergências ideológicas entre ele e Castilhos. Para Rodriguez, Assis Brasil não teria se deixado influenciar pelo amigo, mostrando “profundas diferenças, causadas por sua orientação liberal, diametralmente divergente da inspiração positivista do líder republicano”.<sup>68</sup>

Ainda dentro do gênero ‘obras de história’, o trabalho de Héliog Trindade, *Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937)*, também merece destaque. Interessado na persistência de uma clivagem entre as duas famílias político-

---

<sup>64</sup> Outra exceção, nesse sentido, é a dissidência de Pedro Moacyr, explicada mais detalhadamente no trabalho de Joseph Love. Para Love (1975, p. 86): “Inevitavelmente, havia políticos que deixavam o partido, por uma razão ou outra. Um dos primeiros, nesse sentido, foi o deputado federal Pedro Moacyr, editor de *A Federação* no explodir da guerra. Em 1895, assumindo uma posição independente, negou-se, no congresso, a votar conforme a orientação partidária. Não obstante, repudiado pelos outros congressistas gaúchos, ele não abandonaria seu lugar. Entretanto, o jornal, que recentemente havia editado, deu início a vigorosa campanha contra ele, que não se reelegeu em 1896. Imediatamente, Moacyr aderiu aos federalistas, entrando alguns anos mais tarde na Câmara dos Deputados como representante maragato.”

<sup>65</sup> RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo**: uma filosofia da República. Porto Alegre: UCS/EST, 1980, p. 34.

<sup>66</sup> RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Op. Cit., p. 35.

<sup>67</sup> RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Idem, p. 44.

<sup>68</sup> RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. Ibidem, p. 124. Essas questões são importantes para o autor, uma vez que ele contrapõe às ideias básicas da filosofia política de inspiração positivista, os princípios da filosofia liberal, sua antagonista, e que tinha em Silveira Martins e Assis Brasil os seus principais representantes no Estado. A fim de demonstrar as diferenças entre as duas ideologias, o autor avaliou escritos e manifestações públicas dos dois últimos citados.

ideológicas (os conservadores-autoritários e os conservadores-liberais) ao longo do período republicano, o autor traça um longo panorama da evolução do sistema partidário rio-grandense e, ao mesmo tempo, da reestruturação das oposições conservadoras-liberais.<sup>69</sup>

Sua interpretação acerca da primeira dissidência converge com a que vimos até então, tendo o autor, inclusive, referenciado os trabalhos de Othello Rosa e Joseph Love. Para ele, a primeira cisão nas hostes republicanas “decorre da decisão de Castilhos de apoiar a candidatura Deodoro à presidência da República, após uma viagem que fizera ao Rio de Janeiro” e, ao endosso dessa candidatura, dias depois, pela *Federação*, “escarnecendo assim dos processos democráticos porque o PRR ainda funcionava”.<sup>70</sup> Prossegue o autor afirmando que “o conflito interno, porém, vai explodir quando Castilhos organiza as chapas de candidatos a deputado federal e senador para eleição à constituinte Federal”, sendo que, quando da oficialização desta, já excluído o nome de Cassal, ocorre a primeira fissura na estrutura do PRR, que perdia então três de seus antigos militantes da propaganda.<sup>71</sup>

Por outro lado, as divergências ideológicas são enfatizadas como o principal motivo da dissensão de Assis Brasil, em 1891. Trindade afirma que a desavença entre este último e Castilhos “remonta a elaboração do projeto de constituição”, fazendo referência ao Manifesto publicado em fins daquele ano, onde Assis Brasil afirmava estar em desacordo com a doutrina contida no mesmo, bem como com os procedimentos tomados por Castilhos desde a candidatura Deodoro.<sup>72</sup>

Questões ideológicas ainda são apontadas em vários momentos em que o autor faz referência à polarização entre as duas famílias políticas – “liberais” X “autoritários” –, demarcando-as como fator importante na reestruturação das oposições. Através de uma análise de fragmentos de manifestos e programas partidários, Trindade procurou demonstrar que a ideia de revisão da Constituição Estadual – no sentido de adaptá-la a carta federal (baseada em princípios liberais) - era uma das reivindicações das agremiações de que fizeram parte os dissidentes, a exemplo do Partido Republicano Federal e do Partido Republicano Liberal.<sup>73</sup>

---

<sup>69</sup> TRINDADE, Héglio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 119.

<sup>70</sup> TRINDADE, Héglio. Op. Cit., 1979, p. 130.

<sup>71</sup> TRINDADE, Héglio. Idem, p. 131.

<sup>72</sup> TRINDADE, Héglio. Ibidem, p. 137.

<sup>73</sup> A respeito do Partido Republicano Federal, Trindade afirma que: “Do ponto de vista da clivagem, conservadores-liberais versus conservadores-autoritários, o programa, embora presidencialista, se identifica com o ideário liberal dos primeiros na medida em que adota uma estratégia revisionista em termos constitucionais ao nível regional. No ato constitutivo do PRF, [...] fica explicitado no documento que o novo partido deve lutar para ‘rever e reformar a Constituição da República (Rio-Grandense) expurgando-a de todas as disposições contrárias

Celi Pinto também chama atenção para as questões ideológicas como fatores importantes na (re)organização do jogo político. Em estudo sobre as oposições no Estado durante a Primeira República, a autora analisou os discursos e posições tanto dos federalistas quanto dos dissidentes republicanos. Sobre estes últimos, Pinto se deteve “no importante grupo republicano democrata, liderado por Assis Brasil”, bem como “em uma pequena dissidência, que aconteceu nos primeiros anos do regime republicano e que se caracterizou pela defesa de um positivismo ortodoxo”.<sup>74</sup>

Para a autora, as principais figuras entre os dissidentes “positivistas ortodoxos” seriam Demétrio Ribeiro e Pedro Moacyr e, “a base da posição dissidente destes políticos estava na denúncia da falta de comprometimento do PRR com seus princípios ideológicos”; Pinto complementa que, diferentemente de outros grupos opositoristas, os positivistas ortodoxos “não criticavam a constituição de 14 de julho como totalitária, mas ao contrário, imputavam esta característica ao PRR, na medida em que o partido, segundo o discurso dissidente, não a obedecia”.<sup>75</sup> Por outro lado, a dissidência republicana democrática, “construiu um discurso que articulou os princípios da doutrina liberal dominante na política nacional”, onde ficava claro, “o não-reconhecimento do PRR como representante das forças republicanas no Estado”.<sup>76</sup> A autora destaca a crítica à adoção do modelo comteano à constituição estadual, afirmando ainda que “o PRR era visto como um usurpador das tradições republicanas e, seu líder, Castilhos, aparecia apenas como o representante no estado da ditadura de Deodoro”.<sup>77</sup>

Ieda Gutfreind, em obra dedicada ao estudo da reação dos liberais nos anos posteriores à Proclamação da República, também chama atenção para as divergências filosóficas entre o PRR e as oposições, apresentando-as como fator de aproximação e/ou afastamento entre os agentes políticos nesse contexto. Tomando como fonte principal os editoriais de imprensa, a autora avaliou as alianças promovidas entre liberais e republicanos dissidentes e que levaram à formação da União Nacional e do Partido Republicano Federal. Para ela, a união formulada naquele momento era apenas uma questão de oportunidade, uma vez que o ideário sustentado por liberais e republicanos dissidentes permaneciam intocados.<sup>78</sup>

---

ao sistema republicano federal” (TRINDADE, 1979, p. 133). Sobre o PRL, aponta que a nova agremiação tinha como objetivos “rever a constituição do Estado dentro das tradições da gloriosa democracia rio-grandense e da constituição federal e restaurar na economia partidária as formosas praxes, sob as quais se agremiou o propagandismo do atual regime político da nossa pátria” (TRINDADE, 1979, p. 145).

<sup>74</sup> PINTO, Celi. Política rio-grandense na República Velha: a percepção das oposições. **Revista Análise Econômica**, ano 5, n. 8, Porto alegre: UFRGS, p. 83.

<sup>75</sup> PINTO, Celi. Op. Cit., p. 91.

<sup>76</sup> PINTO, Celi. Idem, p. 94.

<sup>77</sup> PINTO, Celi. Ibidem, p. 95.

<sup>78</sup> GUTFREIND, Ieda. **Rio Grande do Sul (1889-1896): a proclamação da república e a reação liberal através de sua imprensa**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, PUCRS, 1979.

Em relação ao PRF, que tinha como alguns de seus principais líderes os dissidentes Demétrio Ribeiro e Barros Cassal, a autora destaca que o seu manifesto “era um documento notadamente presidencialista e positivista”.<sup>79</sup> Para a autora, os liberais só haviam se filiado ao partido a fim de poder disputar as eleições estaduais, ao que complementa que “os liberais se identificavam com os republicanos dissidentes apenas em grandes linhas, ignorando o lema ordem e progresso, a equidade de impostos e as câmaras orçamentárias” presentes no manifesto.<sup>80</sup>

Portanto, Gutfreind reitera a visão de que divergências ideológicas são fatores importantes a serem considerados na análise da dinâmica partidária da época, podendo ser motivo de aproximação e/ou afastamento entre lideranças e/ou agrupamentos políticos. No caso avaliado, os dissidentes republicanos são apresentados como defensores de um positivismo ortodoxo, que não vinha sendo respeitado pelo PRR e pela carta estadual elaborada por Castilhos.

Maria Antonieta Antonacci também estudou o movimento das oposições rio-grandenses, porém, em contexto posterior ao avaliado por Celi Pinto, ou seja, dedicando-se à conjuntura de 1921/23. Construindo uma narrativa diacrônica dos acontecimentos, a autora refere-se à concentração de todos os poderes num mesmo chefe (republicano) e às questões ideológicas como motivo de desavenças de ordem política. Em suas palavras: “não havendo rodízio no aparelho estatal, em torno de um regime ditatorial ou liberalizante, giraram as lutas políticas, inclusive dentro do PRR”.<sup>81</sup>

A respeito da primeira dissidência, a autora concentra-se na ruptura de Assis Brasil com o PRR, uma vez que ele foi um dos principais líderes das oposições na década de 1920, conjuntura na qual ela se detém. Para Antonacci, o projeto de Constituição rio-grandense, que deveria ter sido escrito por Assis Brasil, Ramiro Barcellos e Castilhos e que foi redigido inteiramente pelo último - tomando por base os princípios positivistas - teria sido o motivo da dissensão. Em suas palavras: “foi essa carta constitucional de 1891, que levou Assis Brasil para a dissidência, retirando-se logo depois da vida política rio-grandense e colocando-se depois a serviço do corpo diplomático brasileiro”.<sup>82</sup>

<sup>79</sup> GUTFREIND (1979, p. 79).

<sup>80</sup> GUTFREIND, Ieda. Op. Cit., p. 81. Ainda conforme a autora, “os dois grupos reuniram-se num programa que colocava como primordiais a reforma da Constituição Federal – à medida que criticavam o seu excessivo centralismo – e a elaboração de uma carta estadual em molde liberal-federativo; em todos os outros aspectos, liberais e dissidentes estavam separados” (GUTFREIND, 1979, p. 85).

<sup>81</sup> ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: as oposições e a Revolução de 1923**. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1981, p. 23.

<sup>82</sup> ANTONACCI, Maria Antonieta. Op. Cit., p. 25.

Portanto, os estudos de Trindade, Pinto, Gutfreind e Antonacci, recém-citados, são convergentes ao tratar as questões ideológicas como motivos de atrito e/ou rompimento entre os membros do PRR e, mais do que isso, como fatores importantes no (re)ordenamento do jogo político. Esse tipo de explicação se colocou fortemente no contexto dos anos 1970 e 1980, estabelecendo-se como uma ideia-força dentro da historiografia regional, sendo a partir daí sempre revisitada por autores e estudiosos que abordaram a dinâmica partidária no estado na virada do século XIX para o século XX.<sup>83</sup>

Foi preciso que muitos anos se passassem até que outras dimensões começassem a ser consideradas para a explicação das disputas e cisões dentro do PRR. A partir de fins da década de 1900 e dos anos 2000, dois pesquisadores – Luiz Alberto Grijó e Gunter Axt – vêm destacando as relações de reciprocidade, a importância do grupo familiar e as relações de patronagem e clientelismo como fatores que melhor ajudariam a explicar as estruturas e práticas políticas da época, e, conseqüentemente a aproximação ou afastamento entre os membros do PRR, em determinadas conjunturas.

A respeito da organização do PRR, Luiz Alberto Grijó destaca que as “características facciosas e segmentares deste partido podem ser verificadas ao longo de sua trajetória em momentos-chave”, no que destaca a emergência da liderança de Castilhos e as primeiras defecções partidárias, a passagem do cetro do poder a Borges de Medeiros, levando às disputas de 1907, ou então o momento da indicação de Hermes da Fonseca ao Senado, gerando a cisão de Ramiro Barcellos.<sup>84</sup>

Avaliando, portanto, os vários momentos em que o partido cindiu-se, o autor aponta que “somente razões do tipo discordância ideológica não poderiam explicar essas constantes dissidências, como também não poderiam ser explicadas tão-somente pelas incompatibilidades pessoais lidas por um viés psicológico”.<sup>85</sup> Daí a importância de se avaliar características estruturais da agremiação: o “faccionismo, a segmentariedade, e a personificação das relações pelo peso e importância das relações diádicas de reciprocidade”.<sup>86</sup>

O segundo trabalho que deve ser referido é a tese de doutorado de Gunter Axt. Esse autor transcende a ideia de disciplina interna e de estabilidade/continuidade administrativa do PRR, afirmando, por outro lado, que o partido “não passava de um somatório de facções

---

<sup>83</sup> Para uma análise exemplar dos efeitos da produção de uma genealogia de autores consagrados sobre um campo de estudos, particularmente, no caso da Teoria das Elites, ver GRYNSZPAN, Mario. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. In: **BIB**, Rio de Janeiro, n. 41, 1996, p. 35-83.

<sup>84</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Foi o PRR um “partido político”? **Revista Logos**. Canoas: Editora da Ulbra, v. 11, n. 1, maio de 1999, p. 67.

<sup>85</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. Cit., p. 67.

<sup>86</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. Cit., p. 67.

dirigidas por comandos pessoais, em torno dos quais se articulavam redes de compromissos”, ao que complementa que “o clima de disputa intestina era generalizado” e a insurreição no interior da própria grei republicana, uma ameaça sempre presente.<sup>87</sup> Ainda nas palavras do autor, “as alianças entre lideranças partidárias podiam ser dissolvidas ou recompostas, conforme interesses personalizados, destituídos de compromissos ideológicos ou programáticos mais sólidos”.<sup>88</sup>

Sobre o contexto da primeira dissidência, Axt ressalta a fragilidade do republicanismo, dependente da sustentação do Marechal Deodoro e da simpatia do Exército, surgindo daí o compromisso de Castilhos com a candidatura do generalíssimo, que levaria ao rompimento dos primeiros republicanos: Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Faria.<sup>89</sup> Novas fissuras se operariam no Congresso Federal, pois “o alarido da dissidência há meses atordoava o Rio Grande e girava em torno da gestão unipessoal de Castilhos”. Com a Dissolução do Congresso nacional em fins de 1891, ocorreram novas dissensões, dentre elas a de Assis Brasil, que levariam ao governicho. Avaliando, finalmente, os primeiros anos republicanos, o autor chama a atenção para a divisão das forças partidárias e para a exclusão formal da divergência que, embora derrotada, permanecia arregimentada.<sup>90</sup>

Portanto, Axt e Grijó concordam que a existência de várias facções dentro do PRR – e conseqüentemente, as disputas que se davam entre elas –, seja a chave para explicar os seus vários momentos de cisão. Não obstante, e por não ser a primeira dissidência o objeto de estudo desses autores, isso não fica demonstrado mais claramente. De todo modo, ambos concordam que a emergência da liderança de Castilhos foi motivo de dissidência na conjuntura de 1891 (gerando disputas entre as facções intrapartidárias), convergindo, nesse sentido, com vários trabalhos analisados anteriormente. Os dois autores também concordam quanto a insuficiência da dimensão ideológica como explicação para as cizânias partidárias.

Em suma, poder-se-ia dizer que as principais interpretações acerca da primeira dissidência indicam como motivos de rompimento: a) o desacordo com o apoio à candidatura

---

<sup>87</sup> AXT (2011, p. 108). Ainda para o autor, “Quando se tratava de uma rusga confinada ao âmbito municipal – normalmente duas facções digladiavam-se pelo apoio do oficialismo –, permanecia sempre uma brecha para a recomposição. Contudo, sempre que uma facção local encontrava articulação a uma liderança estadual explodiam contestações ao governo do estado. Considere-se que, mesmo ostracizadas pela máquina oficial ou esmagada pelo concurso às armas, correntes contestatórias poderiam sobreviver, seja aliando-se aos federalistas, seja constituindo núcleos de resistência. Assim, era frequente o engajamento das cisões locais em movimentos para a derrubada do governo central. (AXT, 2011, p. 108).

<sup>88</sup> AXT (2011, p. 109).

<sup>89</sup> AXT (2011). É importante chamar a atenção para o fato de que Axt indica conflitos pessoais anteriores entre Antão de Faria e Castilhos. Esses diziam respeito à implementação de um projeto ligado à Superintendência Geral de Obras Públicas. Naquela conjuntura, Antão de Faria e Castilhos rivalizaram entre si, pois cada um deles intentava, com a execução ou não do projeto, beneficiar aos seus amigos e correligionários políticos.

<sup>90</sup> AXT (2011, p. 67-68).

Deodoro; b) a liderança crescente de Castilhos no interior do partido, que teria gerado lutas entre as facções partidárias e suas respectivas chefias; e, c) diferenças ideológicas, sejam elas entre positivistas ortodoxos e não-ortodoxos ou entre liberais e positivistas, sendo que, em parte significativa dos trabalhos analisados, essas motivações aparecem justapostas.

O material empírico por nós investigado evidencia que, para além dos elementos já demarcados pela historiografia, contribuíram para o processamento da primeira dissidência questões outras, igualmente de peso naquela conjuntura. Destacam-se, nesse sentido: a) o caso “Fanor Cumplido” e a subsequente demissão de Antão de Faria da Superintendência de Obras Públicas do Rio Grande do Sul; b) um certo alijamento de Joaquim Francisco de Assis Brasil e de outros membros dessa família – promovido pela facção liderada por Castilhos – dentro do cenário político regional; e, finalmente, c) o desprestígio a que foram conduzidos os irmãos Porto Alegre – mediante o impedimento do acesso de Aquiles ao serviço público estadual e a expulsão de Apolinário da *União Republicana* –, por parte da facção castilhista, nos primeiros meses do ano de 1890.

## 2.2 A segunda dissidência

A grande cisão ocorrida dentro do PRR no ano de 1907 também é bastante referida pela historiografia, seja em trabalhos escritos pelos contemporâneos, seja por estudos produzidos mais recentemente. As interpretações convergem, principalmente, no sentido de relacionarem essa segunda dissidência as disputas em torno do controle do partido e do governo do estado, logo após a morte de Castilhos. A maioria dos autores aponta que a liderança de Borges de Medeiros não estava consolidada naquele momento, de modo que as contendas em torno da candidatura ao governo estadual teriam ocasionado o dissídio de Fernando Abbott, que foi seguido por vários correligionários.<sup>91</sup>

Alguns estudos, a exemplo de Hélió Trindade e Maria Antonieta Antonacci destacam as divergências ideológicas e a existência de duas correntes – positivistas ortodoxos e liberais – como fatores importantes na cisão. Por outro lado, trabalhos mais recentes, produzidos em fins dos anos 1990 e na década seguinte, a exemplo de Luiz Alberto Grijó e Gunter Axt, atribuem maior importância às questões de ordem pessoal, familiar e facciosa, que unidas,

---

<sup>91</sup> É importante ressaltar que Fernando Abbott é apontado como o principal nome dessa segunda cisão e que, outros líderes, também dissidentes nesse contexto, a exemplo do coronel Aparício Mariense da Silva e Aureliano Barbosa, não são mencionados em nenhum dos trabalhos analisados.

ocasionavam os dissídios. Vejamos mais de perto cada uma dessas interpretações e a forma como os autores se alinham a elas.

Entre os contemporâneos, a obra de Joaquim Luís Osório deve ser referenciada.<sup>92</sup> Em *Partidos políticos no Rio Grande do Sul: período republicano* (1930), o autor relaciona as agremiações aí fundadas, analisa as razões do seu surgimento, seus programas e principais lideranças. Referindo-se à campanha presidencial de 1907 e ao movimento liderado por Fernando Abbott, o autor apresenta o programa da candidatura e a relação de Abbott com a Constituição de 14 de julho de 1891, a qual reivindicava que fosse cumprida e aprimorada. Para ele, Abbott “considerava o plano de Júlio de Castilhos interrompido”, bem como “ser preciso reintegrar o Rio Grande do Sul na posse de si mesmo e impor a ele a carta magna do Estado”.<sup>93</sup> Portanto, na visão do autor, as disputas giravam em torno da continuidade do projeto (positivista) de Castilhos e, além disso, de quem deveria conduzi-lo. No entanto, vencido na campanha eleitoral, Osório aponta que Abbott passaria a defesa da revisão constitucional, fundando em seguida, juntamente com Joaquim Francisco de Assis Brasil, o Partido Republicano Democrático (PRD).<sup>94</sup>

Tal qual no texto de Osório, é difícil encontrar em outros estudos realizados por contemporâneos, referências diretas às motivações dessa segunda dissidência. As narrativas, em geral, demarcam que Abbott reivindicava o cumprimento da Constituição de 14 de julho, assinalam alianças formuladas com antigos dissidentes e setores do Partido Federalista e o envolvimento popular na campanha eleitoral. Do mesmo modo, ressaltam o reposicionamento político de Abbott após a derrota eleitoral, no que fazem referência à fundação do PRD em 1908 e à ideia de revisão constitucional defendida pelo mesmo.

A título de exemplo, João Pio de Almeida, em *Borges de Medeiros: subsídios para o estudo de sua vida e de sua obra* (1928) aponta que o Dr. Carlos Barbosa Gonçalves teria sido “eleito por grande maioria de sufrágios em pleito concorridíssimo que se seguiu a intensa agitação política provocada por elementos republicanos associados a grupos remanescentes de antigas dissidências e a partidários federalistas”.<sup>95</sup> Ainda para o autor, “essa parcialidade política tinha como chefes principais o Dr. Fernando Abbott, que foi o candidato à sucessão presidencial, e o Dr. Assis Brasil”, ao que complementa que esse foi “o primeiro embate em

<sup>92</sup> Joaquim Luís Osório era membro do IHGRGS, além de ser um dos integrantes da elite do PRR, tendo sido deputado estadual e federal pelo partido por muitos anos (1905-1912 e 1912/23; 1927/29, respectivamente). (MARTINS, 1978; FRANCO, 2010).

<sup>93</sup> OSÓRIO, Joaquim Luís. **Partidos políticos no Rio Grande do Sul: período republicano**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1992, p. 129.

<sup>94</sup> OSÓRIO, Joaquim Luís. Op. Cit., p. 131.

<sup>95</sup> ALMEIDA, João Pio de. **Borges de Medeiros** – subsídios para o estudo de sua vida e de sua obra. Porto Alegre: Globo, 1928 p. 65.

que se empenhava o partido republicano sob a direção do Sr. Borges de Medeiros, que o conduziu ao mais completo triunfo após longa e acirrada campanha”.<sup>96</sup>

Em *História Geral do Rio Grande do Sul* (1958), Arthur Ferreira Filho trata a segunda dissidência de modo breve, especialmente quando comparada à terceira dissidência, como veremos adiante.<sup>97</sup> Analisando o ano de 1907, o autor refere-se à proclamação da candidatura Carlos Barbosa ao governo estadual, ao que contrapõe: “logo, porém, surgiu um candidato de oposição, vindo das próprias fileiras do castilhismo. Era a segunda dissidência aberta no Partido Republicano, pouco expressiva como a primeira”.<sup>98</sup> Ainda em suas palavras, “a campanha preparatória do pleito agitou a opinião rio-grandense, observando-se pela primeira vez caravanas de propaganda que percorriam diversos municípios, enfrentando as dificuldades de transporte da época”.<sup>99</sup>

Por sua vez, Emílio de Souza Docca, em *História do Rio Grande do Sul* (1954), avaliando a organização partidária rio-grandense na Primeira República, converge com a análise de Joaquim Luís Osório ao referir que o Partido Republicano Democrático “nasceu do fracasso da candidatura de Fernando Abbott nas eleições para a presidência do estado em 1907”, complementando que “Abbott, ao lançar sua candidatura se propusera a restabelecer os princípios estatuídos na Constituição de 14 de julho de 1891, que segundo ele estavam sendo postergados”.<sup>100</sup> Ainda para Souza Docca, “fracassada, porém, sua candidatura, se declarou amplamente revisionista e aliando-se com Assis Brasil, em 1908, fundou o PRD”.<sup>101</sup>

Portanto, entre os contemporâneos, é difícil encontrar interpretações que apresentem, de maneira direta e objetiva, motivações dessa segunda dissidência. A exceção é o livro de *memórias*, escrito por João Neves da Fontoura, e publicado em 1958.<sup>102</sup> Neste trabalho, encontramos alguns elementos concernentes às origens dessa cisão. Assim, a dissidência de 1907 é apresentada pelo autor como um processo inevitável, que teve como fator desencadeador a morte de Castilhos e, conseqüentemente, as disputas em torno de sua posição no interior do PRR. Fontoura também assinala uma divisão ideológica, que seria fator importante na querela partidária. Para ele:

<sup>96</sup> ALMEIDA, João Pio. Op. Cit., p. 65.

<sup>97</sup> FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul* (1503-1964). Porto Alegre, Ed. Globo, 1978. Utilizamos para análise a quinta edição do livro, publicada em 1978. A primeira edição, contudo, foi publicada em 1958.

<sup>98</sup> FERREIRA FILHO, Arthur. Op. Cit., p. 197.

<sup>99</sup> FERREIRA FILHO, Arthur. *Ibid.*, p. 196.

<sup>100</sup> SOUZA DOCCA, Emílio de. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954, p. 370-371.

<sup>101</sup> SOUZA DOCCA, Emílio. Op. Cit., p. 371.

<sup>102</sup> FONTOURA, João Neves. *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo*. v. 1. Editora Globo: Porto Alegre, 1958.

Nem todos os líderes estavam, no fundo, acordes com a entrega do bastão ao Sr. Borges de Medeiros. Quanto menos, propunham, *sotto voce*, a volta ao regime das direções plurais [...]. Notoriamente, havia no seio do partido a ala, que se poderia denominar democrática, no sentido de nunca ter aceitado, senão com reservas, a feição sociocrática da Carta de 14 de julho. Só a autoridade de Castilhos é que continha a transformação em protesto público, e até em insurreições partidárias, das críticas que os discordantes não escondiam nas conversações e debates particulares. Era catalisador dessas divergências o Dr. Fernando Abbott, chefe político de São Gabriel, que exercera em hora difícil o governo do estado e que dispunha de largas ramificações de influência em vários pontos do Rio Grande.<sup>103</sup>

Como se vê, João Neves da Fontoura aponta as disputas pela liderança partidária, logo após a morte do Patriarca, e as divergências em termos de ideologia (destacando diferenças entre a ala democrática e os sociocratas) como fatores importantes para a cisão partidária.<sup>104</sup> Ainda a respeito do primeiro aspecto, o autor assinala a importância dos interesses pessoais envolvidos nas disputas, uma vez que, para ele, “os descontentamentos, as ambições insatisfeitas, as pretensões malogradas conspiravam para tornar dificilmente evitável o embate interno”.<sup>105</sup>

O significado atribuído a essa segunda dissidência e seu peso no cenário político podem ser avaliados no trecho onde o autor aponta que o PRR empenhou-se “numa luta de vida ou morte contra a candidatura Abbott”, referindo ainda que “antigas dissidências *dessangraram* o partido; agora, às vésperas de outra, reduzir a sucessão a um simples episódio eleitoral constituía um erro e um risco”.<sup>106</sup>

Nas obras de história, sobretudo no que se refere à produção acadêmica dos anos 1970 e 1980, as disputas em torno da liderança partidária e as diferenças filosóficas são reiteradas como motivações da segunda dissidência. Joseph Love, em *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*, aponta que cerca de um ano após a morte de Castilhos, “completava-se a transferência de poder – e de forma total” a Borges de Medeiros, ao que completa que, “como chefe do PRR e governador, não teve de arrostar nenhuma prova real à

<sup>103</sup> FONTOURA, João Neves. Op. Cit., p. 19.

<sup>104</sup> Em outro fragmento, ele afirma o seguinte: “A verdade é que a luta explodira – explosão em silêncio – justo na hora em que Castilhos fechara os olhos. O choque entre os sociocratas e não-sociocratas estava ali. Ninguém o conteria. O Sr. Borges de Medeiros sabia disso melhor que todos. [...] Enquanto isso, em São Gabriel, em torno de Fernando Abbott, os democratas do partido preparavam, a larga distância, a campanha de virar a pirâmide de cima para baixo. Não durou a espera nem dois anos. Em 1906 ela estava nas ruas, juntando-se aos reivindicantes do partido os lenços vermelhos dos maragatos. Borges de Medeiros enfrentou a ofensiva. E venceu-a. Deus sabe a que sacrifícios!” (FONTOURA, 1958, p. 29-30).

<sup>105</sup> FONTOURA (1958, p. 74).

<sup>106</sup> FONTOURA (1958, p. 91; 77-78).

sua capacidade de dirigir o partido unificado até 1907, ocasião em que se deu outra disputa eleitoral pelo governo”.<sup>107</sup>

Ainda para Love, a escolha de Carlos Barbosa Gonçalves como candidato oficial do PRR foi “contestada” por Fernando Abbott, que “afastou-se do partido e entrou na disputa como dissidente republicano”, recebendo o apoio de Assis Brasil e de um grupo de federalistas.<sup>108</sup> Todavia, para Love, “o único ponto que os dissidentes republicanos e os federalistas tinham em comum era sua rejeição à carta estadual baseada em Comte, que consideravam como inconstitucional”.<sup>109</sup>

Hélgio Trindade, por sua vez, também menciona as disputas em torno de uma nova liderança, pós-morte de Castilhos, que teria conduzido a contestação à candidatura de Carlos Barbosa ao governo do Estado e, em última instância, provocado a dissidência. É notório, ainda, o peso que o autor confere às supostas divergências ideológicas existentes entre os dois grupos que entraram em disputa naquele momento.<sup>110</sup>

A interpretação de Hélgio Trindade converge, portanto, com aquelas vistas até aqui e, especialmente, com a de João Neves da Fontoura, a quem o autor utiliza como referência. Em suas palavras:

A sucessão de Borges, portanto, deu-se no clima de uma cisão que se delineava no seio do PRR. Esse conflito latente vinha lentamente se preparando nas disputas internas de liderança no Partido. Como observa, em suas *Memórias*, João Neves da Fontoura, este conflito vinha de longe e se traduzia ‘na surda luta entre a corrente ortodoxa, inspirada nas diretrizes da política positiva, e a que desejava marchar para caminhos diversos, sob a mesma bandeira política’.<sup>111</sup>

Portanto, na interpretação do autor, as disputas em torno da liderança partidária, logo após a morte de Castilhos, bem como a existência de dois posicionamentos ideológicos distintos dentro da agremiação seriam a motivação dessa segunda dissidência.<sup>112</sup> Esses dois aspectos também são referidos em outro trabalho publicado dois anos depois. Trata-se do estudo produzido por Maria Antonieta Antonacci, *RS: as oposições e a Revolução de 1923*.

---

<sup>107</sup> LOVE, Joseph. Op. Cit., p. 89.

<sup>108</sup> LOVE, Joseph. Ibid., p. 89.

<sup>109</sup> LOVE, Joseph. Ibidem, p. 91.

<sup>110</sup> TRINDADE, Hélgio. Op. Cit.

<sup>111</sup> TRINDADE, Hélgio. Ibid, p. 148.

<sup>112</sup> Em outro trabalho, Trindade afirma: “a reação, no plano político, à concentração do poder governamental com o controle da direção do partido por Borges de Medeiros, após a morte de Castilhos, desencadeará, por ocasião da sucessão à presidência do Estado, em 1907, a dissidência de Fernando Abbott, prestigiado líder republicano, que precedeu duas vezes (1891 e 1892), como vice-presidente em exercício, aos mandatos presidenciais de Castilhos.” (TRINDADE, Hélgio. **Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul** (1891-1937). Porto Alegre: Sulina, 1980, p. 84.)

Nele, a autora procurou avaliar “a cisão que se instaurou na classe dominante gaúcha ao tempo da Primeira República”.<sup>113</sup> Para ela, “não havendo rodízio no aparelho estatal, em torno de um regime *ditatorial* ou *liberalizante* giraram as lutas políticas, inclusive dentro do PRR, levando muitos para a oposição”.<sup>114</sup>

A autora corrobora as interpretações de Héglio Trindade e João Neves da Fontoura a respeito da cisão republicana de 1907. Para ela, a concentração das funções de chefe do partido e chefe do governo por parte de Borges de Medeiros e o poder praticamente absoluto que ele teve a partir daí, “interferindo em todos os assuntos partidários e estatais” era motivo de incômodo entre as demais lideranças. Nesse sentido, Fernando Abbott, “rompendo com esta orientação que Borges imprimira ao partido, se candidatou à presidência do RS em 1907”.<sup>115</sup> Divergências ideológicas também são assinaladas pela autora, uma vez que, para ela, “havia uma tensão no PRR entre correntes que preconizavam duas formas de regime republicano: regime ditatorial positivista e regime liberal”.<sup>116</sup>

Francisco das Neves Alves, em trabalho um tanto mais recente, que tematiza as oposições e dissidências no Estado entre os anos de 1896 e 1908, reitera a interpretação de Antonacci. Para ele “o autoritarismo castilhistaborgista faria surgir constantes cisões dentro do próprio PRR”, ao que complementa, citando diretamente as afirmações da autora a respeito da existência das duas correntes – positivistas e liberais –, motivo de tensão e divisão dentro do partido.<sup>117</sup> O trecho a seguir é bastante elucidativo:

O grupo liberal dentro do PRR teve sua origem na onipresença do executivo estadual, ou seja, na pessoa de Borges de Medeiros em todos os assuntos partidários e governamentais, estabelecendo uma extrema dependência de suas decisões. Surgiu, enfim, em relação ao controle e a política imprimida por Borges ao PRR e ao Rio Grande do Sul. Fernando Abbott expressou as aspirações deste grupo liberal, manifestando-se contra o arbítrio governamental e a favor da constituição. (ANTONACCI, p. 25; ALVES, p. 198)

Portanto, os trabalhos de Antonacci, Alves e, igualmente, o de Héglio Trindade convergem no sentido de identificar como razões da segunda dissidência as disputas em torno da liderança partidária, após a morte de Castilhos e, sobretudo, as divergências em termos de filosofia política, que dividiriam o partido em duas alas principais, positivistas e liberais.

<sup>113</sup> ANTONACCI, Maria. Op. Cit., p. 10.

<sup>114</sup> ANTONACCI, Maria. Ibid., p. 23. Grifos nossos.

<sup>115</sup> ANTONACCI, Maria. Ibidem., p. 24.

<sup>116</sup> ANTONACCI, Maria. Idem, p. 24.

<sup>117</sup> ALVES, Francisco das Neves. Oposições e dissidências no Rio Grande do Sul (1896-1908): tentativas de rearticulação. **Biblos**, Rio Grande, v. 7, 1995, p. 193.

Sandra Pesavento também reiterou a interpretação predominante entre os demais autores vistos até aqui. Em sua biografia de Borges de Medeiros ela indica as divergências ideológicas entre os dois grupos em disputa e menciona a concentração de poder nas mãos de poucos agentes do PRR como fator de incômodo na ala liberal. Além disso, a autora acrescenta à análise vigente a ideia de que essa ala ‘liberal’ defendia interesses de um grupo econômico específico, no caso os pecuaristas. Em suas palavras:

A cisão de 1907 demonstra o enfrentamento nos quadros republicanos entre uma corrente ortodoxa positivista, autoritária e centralizadora e uma corrente republicana não-positivista, defensora de uma ‘liberalização do partido’. A eclosão do grupo liberal teria se dado em função da extrema concentração de poderes nas mãos da elite partidária, da onipresença do executivo em todos os assuntos e da rigidez da orientação positivista do partido. Neste sentido, os dissidentes queriam a circulação mais ampla do poder político no interior da classe dominante, havendo uma divergência quanto ao fundamento e exercício da autoridade. Consideravam que a cúpula do PRR centralizava os poderes, não admitindo divergências de opinião. O PRD ainda postulava do Estado um conteúdo mais nítido de benefício aos pecuaristas.<sup>118</sup>

Desse modo, a análise da segunda dissidência realizada por Sandra Pesavento converge com o esquema visto até então, muito embora a autora acrescenta à sua narrativa o fato de que a vertente partidária que rompe com o PRR reivindicava maiores benefícios ao setor pecuarista, incorporando, pois, fatores econômicos à explicação da cisão, elementos ainda não aludidos por outros autores.

Em sua Dissertação de Mestrado, defendida em fins da década de 1990, Luiz Alberto Grijó problematizou a eficácia das explicações pautadas na divisão entre duas correntes ideológicas, como motivação para a cisão processada dentro dos quadros do PRR, na conjuntura de 1907. Desse modo, o autor chamou a atenção para “outras questões que envolvem a prática do jogo político que pouco ou nada tem de relação com o que se apregoava nos discursos oficiais”, no que destaca “a importância das posições de algumas lideranças na estrutura piramidal do partido”.<sup>119</sup> Para ele:

Se Castilhos logrou ocupar, quanto ao PRR e quanto ao governo do Estado, uma posição central nestas complexas teias de relações que assumiam a forma piramidal, uma vez morto, mesmo tendo preparado um possível sucessor, Borges de Medeiros, era para este último virtualmente impossível herdar a totalidade do espólio do

<sup>118</sup> PESAVENTO, Sandra. **Borges de Medeiros**. 2. ed. Porto Alegre: IEL, 1996, p. 121.

<sup>119</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998, p. 104.

antecessor, pois, ele era um dos componentes do primeiro grau da pirâmide (de cima para baixo) ao lado de vários outros.<sup>120</sup>

Logo, num momento de recomposição e de redefinição das principais lideranças partidárias, membros da velha guarda do PRR estariam tão habilitados quanto Borges de Medeiros a entrar na disputa. Foi o que aconteceu com Fernando Abbott, que também havia presidido o Estado no período republicano. Ao romper com o Dr. Borges, “levou consigo seus próprios seguidores e outros descontentes com a afirmação do novo proponente a líder no poder, mas também velhos dissidentes, como Assis Brasil, ou velhos opositores, como chefes federalistas”.<sup>121</sup>

Ainda conforme o autor, apesar do grupo opositor parecer ser “uma espécie de frente ideológica anti-positivista, o que as referências nos discursos formais deixam transparecer”, ele constituiu-se principalmente como “uma facção política *ad hoc* formada para barrar as pretensões de Borges de controlar o partido e o governo do Estado”.<sup>122</sup> Desse modo, Grijó avançou significativamente, à medida que minimizou a questão das divergências ideológicas como motores dos conflitos e das dissidências, apontando, em contrapartida, que havia uma série de interesses personalísticos e facciosos, por trás dos discursos oficiais, a serem recuperados pela pesquisa histórica.

Gunter Axt, por fim, e mais recentemente, também relacionou as motivações da cisão de 1907 a uma disputa em torno da herança de Castilhos. Axt destaca que, no contexto posterior à morte do Patriarca, “Fernando Abbott, Cassiano do Nascimento e Pinheiro Machado disputavam a chefia com Borges” e, “enquanto o primeiro partiu para o confronto aberto em 1907, os outros dois entraram em acordo, cuidando doravante de dirigir a inserção da política estadual no âmbito nacional”.<sup>123</sup> Tratando da segunda dissidência, o autor aponta que:

É carente de sentido a tentativa de explicar a cisão republicana de 1907 como uma disputa entre positivistas ortodoxos (seguidores de Borges de Medeiros) e liberais

<sup>120</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. Cit., p. 104.

<sup>121</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Ibid., p. 104.

<sup>122</sup> GRIJÓ (1998, p. 104). Em outras palavras: “Tratava-se, pois, em grande medida, da cisão de algumas estrelas de primeira grandeza, que antes estavam atreladas a Júlio de Castilhos, constituindo uma facção em torno de Abbott, e que não reconheciam em Borges de Medeiros um sucessor legítimo. Contudo, Borges contava com seus próprios seguidores arregimentados ao longo de seus dois mandatos na presidência do estado. Abriu-se uma disputa entre facções centradas em líderes bem definidos procurando a afirmação de suas posições, arregimentando ‘aliados’ dentro e fora do PRR, restaurando as redes de relações, buscando, no limite, restaurar a teia originalmente centrada em torno de Castilhos” (GRIJÓ, 1998, p. 101).

<sup>123</sup> AXT, Gunter. **Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)**. Porto Alegre: Paiol, 2011, p. 104.

(capitaneados por Fernando Abbot). Ambos, Abbott e Borges, reivindicavam a condição de herdeiros legítimos de Castilhos. A participação de Abbott fora determinante na implantação do regime castilhista em 1891, quando presidiu o Estado durante a Assembleia Constituinte. Na Revolução de 1893, Abbott foi um ferrenho combatente castilhista, acusado de inúmeras arbitrariedades e atrocidades contra os federalistas. Borges, por sua vez, aproximou-se dos positivistas da SOP apenas a partir de 1907, justamente como forma de legitimar sua condição de herdeiro do castilhismo.<sup>124</sup>

Logo, e de acordo com o autor, tratava-se de uma disputa em termos de liderança partidária e de acesso ao principal posto político e administrativo no Estado, e não de querelas ideológicas que se explicariam por si mesmas.<sup>125</sup> Nesse sentido, Axt se aproxima da análise de Luiz Alberto Grijó. Ambos também convergem ao afirmar que existia um jogo de interesses privados por trás das cisões intrapartidárias, que deve ser observado em detrimento de divergências ideológicas, muito utilizadas como argumento no plano discursivo, contudo, pouco condizente com a prática partidária mais cotidiana.

Seguindo o caminho aberto por esses dois pesquisadores, procuraremos demonstrar que para além das disputas em torno de questões ideológicas, primordialmente destacada no discurso desses atores e, tomadas, historiograficamente, como motivação principal para a segunda dissidência, as rivalidades e as rupturas processadas naquele momento envolviam, igualmente, uma série de outras lógicas, oriundas da amizade, do parentesco e, principalmente, do desejo de acessar as principais posições na cadeia de líderes-seguidores em que estava estruturado o partido e o jogo político de forma mais geral.

Nesse sentido, a análise do itinerário de Fernando Abbott é capaz de demonstrar que, desde 1904, este intentava acessar o topo da hierarquia estadual e partidária, posição que lhe concederia maior prestígio e, igualmente, lhe permitiria uma melhor distribuição de benesses à sua facção. Do mesmo modo, para os principais articuladores de sua campanha, os motivos de ruptura com o PRR e de apoio a candidatura Abbott tinham relação com o preterimento a algum posto político (caso de Arthur Pinto da Rocha) ou ainda com o desprestígio vivenciado em âmbito local, em detrimento de outros chefes do PRR (caso de Aparício Mariense da Silva). Portanto, estavam relacionados diretamente a disputas em torno da manutenção e,

<sup>124</sup> AXT, Gunter. Op. Cit., p. 343.

<sup>125</sup> É importante ressaltar que o autor ainda chama a atenção para aspectos econômicos envolvidos na disputa e, consequentemente, nas campanhas eleitorais de 1907. A título de exemplo, Axt aponta que a reforma fiscal de 1902, implantada pelo governo borgista – que determinava a substituição do imposto sobre exportações e de transmissão de propriedade, pelo imposto territorial –, gerou forte resistência entre os estancieiros e pequenos proprietários da região colonial. Fernando Abbot criticava o imposto territorial e defendia, em contrapartida, a substituição das duas taxações pelo imposto sobre a renda, o que teria colaborado para que ganhasse apoio entre os pecuaristas da fronteira, berço do federalismo e, entre os pequenos proprietários da zona de colonização ítalo-germânica.

principalmente, do acesso a postos, posições políticas e prebendas variadas, e não à vinculação a um ideário filosófico específico. Sustentamos, pois, que na conjuntura de 1907, embora importante, a adesão a um ideário específico não era capaz de determinar, individualmente, a permanência no PRR e, tampouco, o processamento das rupturas partidárias.

### 2.3 A terceira dissidência

No que se refere à terceira dissidência, ou seja, às cisões ocorridas nos anos 1915/16, pode-se dizer que as explicações para o seu processamento partem, principalmente, do desacordo com a candidatura de Hermes da Fonseca à vaga senatorial em 1915, que teria acarretado o rompimento de Ramiro Barcellos – dissidente citado pela totalidade dos trabalhos analisados – e de outras lideranças, menos referidas historiograficamente, mas que também abandonaram o partido nessa mesma conjuntura.<sup>126</sup>

Alguns trabalhos, no entanto, procuraram demonstrar, com mais afinco, que o PRR vivia uma crise de poder nessa conjuntura (ligada à enfermidade de Borges de Medeiros – que o afastou temporariamente da administração estadual –, bem como a morte de Pinheiro Machado), que teria reavivado sua competição interna, fazendo irromper diversas disputas faccionais, tanto a nível regional quanto local, que devem ser consideradas para a explicação das dissidências.

Começamos nossa explanação, partindo das narrativas mais antigas acerca dessa terceira cisão ocorrida nas fileiras do PRR. Entre os contemporâneos, embora tenhamos feito intensa varredura na historiografia, é difícil encontrar menção a essa terceira dissidência. A título de exemplo, foram examinados os trabalhos de Almeida (1928), Escobar (1922), Osório (1930), Russomano (1932), Torres (1923), Daudt Filho (1949), Rosa (1952) e Varela (1959), não sendo possível encontrar neles nenhuma inferência sobre a cisão republicana dos anos 1915/16.

A exceção encontrada, dentre a produção datada de meados do século XX, é o livro de *Memórias*, produzido por João Neves da Fontoura. Contemporâneo aos acontecimentos, mas escrevendo a seu respeito em período posterior, ele relata o afastamento de sua família em relação ao PRR – processo que teve início no ano de 1912 –, referindo-se também aos

---

<sup>126</sup> À título de exemplo, para além do nome de Ramiro Barcellos, foram citados, por exemplo, os irmãos Carlos e José Barbosa Gonçalves e, do mesmo modo, Carlos Maximiliano.

episódios relativos ao ano de 1915. Esse último ano é trabalhado pelo autor, por meio da divisão partidária e das dissidências geradas em função da indicação de Hermes da Fonseca à senatoria. Em suas palavras:

O fim violento de Pinheiro foi preparado pela campanha contrária à escolha do Marechal Hermes para a Senatoria, vaga na bancada do nosso Estado. Pinheiro entendeu que o dever do Rio Grande era eleger o ex-presidente. Mas a indicação de Hermes reavivou as lutas que tanto perturbaram a paz nacional, durante o quadriênio deste.

Não há como contestar ao ilustre soldado todos os títulos pessoais ao mandato. O que desencadeou a luta, no Rio Grande, foi o fato de que ele não era um membro do Partido, jamais pertencera às suas fileiras. Por outro lado, achando-se o Sr. Borges de Medeiros gravemente enfermo e mesmo licenciado da presidência do Estado, a indicação (dias depois expressamente ratificada por S. Exa.) parecia exorbitante dos preceitos e costumes partidários. Fui um dos que se insurgiram contra ela e a combati mesmo na praça pública.

Aqui, a questão Hermes assumia outro aspecto. Era uma forma de dar combate a Pinheiro, de liquidá-lo como líder nacional. O epílogo foi o crime, perpetrado no vestíbulo do antigo Hotel dos Estrangeiros.<sup>127</sup>

Aqui, o autor apresenta o mal-estar partidário gerado com a indicação de Hermes da Fonseca ao Senado. Para ele, o fato deste último não pertencer à grei republicana – e, portanto, não contar com um histórico de serviços ao partido –, e, sobretudo o fato de Pinheiro Machado ter protagonizado o episódio da indicação, teriam sido motivos suficientes para que uma cisão importante ocorresse naquele momento.

Da leitura do fragmento, depreende-se que a figura de Pinheiro Machado estava no centro das disputas, à medida que o poder por ele angariado, dentro e fora do Rio Grande, era motivo de descontentamento entre vários líderes do PRR e suas respectivas facções e, igualmente, entre outras lideranças do cenário político nacional. Na balança do jogo de poder, o episódio da candidatura Hermes seria uma oportunidade e tanto para golpear a facção de Pinheiro, ascendendo, em seu lugar, outros dos chefes do PRR.

Embora João Neves da Fontoura chame a atenção para o desacordo com a candidatura Hermes como fator importante para o processamento da dissidência dos anos 1915/16, esse não foi trazido como motivo principal do rompimento de sua família com o PRR. A dissidência dos Neves da Fontoura, explica João Neves, teria maior relação com um conflito entre as duas principais facções locais de Cachoeira do Sul que, reverberando na chefia regional, teria ocasionado o desligamento do coronel Isidoro Neves (pai de João), da chefia da atividade partidária local, bem como da intendência do município. Desprestigiados por Borges

---

<sup>127</sup> FONTOURA, João Neves. Op. Cit., p. 203.

de Medeiros, os Neves da Fontoura passariam à oposição, ascendendo ao comando político e partidário de Cachoeira o coronel Horácio Borges (tio do presidente do estado).<sup>128</sup>

Logo, para o autor, a dissidência dos Neves da Fontoura não teria relação direta com a candidatura Hermes, ocorrida em 1915. Ainda que João Neves se refira a uma divisão partidária nesse momento e mencione o fato de ter ido à praça pública manifestar-se contra a escolha do Marechal como candidato, esse não teria sido o principal motivo de dissidência para a família, pois, quando esse episódio ocorreu, os Neves da Fontoura já estavam afastados das hostes republicanas, em função das disputas ocorridas em nível local a partir de 1912, e da perda do apoio político de Borges de Medeiros naquela ocasião.

Partindo para a análise das obras de história, percebe-se que o descontentamento em relação à candidatura Hermes ao Senado é apontado como o pontapé inicial do processo que gerou a terceira dissidência. Arthur Ferreira Filho, em *História Geral do Rio Grande do Sul* (1958) apresenta claramente essa versão. A cisão ocorrida no ano de 1915 foi descrita pelo autor da seguinte maneira:

A calma reinante na política rio-grandense sofreu ligeiro abalo com o pleito senatorial de agosto de 1915.

Pinheiro Machado, com predominância de motivos românticos, como era de seu feitio, dirigiu-se a Borges de Medeiros, sugerindo a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca para preencher a vaga existente no Senado.

O ilustre militar deixara a Presidência da República hostilizado por uma injusta e implacável campanha de desprestígio que nem sequer lhe poupava o lar honrado. [...]

O chefe do partido aceitou a sugestão, mas alguns próceres, como o Gen. Firmino de Paula, Carlos Barbosa, Cel. Isidoro Neves da Fontoura e seu filho, o jovem tribuno João Neves, e o ex-senador Ramiro Barcelos opuseram restrições. Principalmente este último, que se opôs frontalmente a candidatura do Marechal, alegando ser o mesmo um quase desconhecido do Rio Grande, sem credenciais partidárias que o recomendassem ao elevado posto.

Procurou falar a Borges de Medeiros, mas o chefe republicano, que havia adoecido gravemente, não o pode receber, até mesmo por proibição médica. Escreveu-lhe então uma longa carta que, pelos mesmos motivos, não chegou ao conhecimento do destinatário. Diante disso, Ramiro foi à imprensa, desabafando-se numa entrevista ácida. [...]

Terminou disputando a eleição. Firmino de Paula e Carlos Barbosa abstiveram-se. Ramiro não chegou a fazer um décimo da votação de Hermes.<sup>129</sup>

Como se vê, o autor atribui as divergências em relação à candidatura senatorial, que teria sido acordada entre Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, como motivação da dissidência processada nos anos 1915/16. Além disso, deve-se chamar atenção para o fato de que Ferreira Filho assinala, para além do sempre mencionado Ramiro Barcellos, os nomes de

<sup>128</sup> FONTOURA, João Neves. Ibid.

<sup>129</sup> FERREIRA FILHO, Arthur. Op. Cit., p. 203-204.

outros líderes que também teriam se posicionado contrariamente à ação de Borges de Medeiros e Pinheiro Machado naquele episódio (a exemplo de Carlos Barbosa Gonçalves, do General Firmino de Paula, bem como da família Neves da Fontoura, aqui já referida).

Joseph Love, em *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*, reitera a interpretação que toma os desacordos e disputas em torno da cadeira ao Senado como motivação da terceira dissidência. Para Love, a única eleição que teria provocado muito interesse no estado, entre as eleições presidenciais de 1910 e 1922, teria sido a disputa de uma vaga senatorial em agosto de 1915. Pinheiro Machado teria recomendado Hermes da Fonseca a Borges de Medeiros, que aceitou a indicação; contudo, “a incompetência do último presidente não tinha sido esquecida, mesmo em seu estado natal”.<sup>130</sup> Maiores detalhes sobre as polêmicas que envolveram a eleição são dadas no trecho a seguir:

Em julho os anti-hermistas organizaram um comício em Porto Alegre. Sete pessoas foram mortas e vinte e quatro feridas.

Poucos dias depois, Ramiro Barcellos [...] decidiu opor-se a Hermes na eleição de agosto. Barcellos rompeu com Borges para disputar as eleições com Hermes, ‘o homem que levou o país à bancarrota financeira e à ruína política’. Seguidor de Castilhos, Barcellos criticou o heterogêneo PRC, acusando-o de não ser mais do que um veículo da ambição de Pinheiro Machado. Entretanto, Pinheiro fez uso de suas ligações com Percival Farquhar, o proprietário americano de um vasto império econômico no Brasil, para tornar pública a evidência de que Barcellos tinha se envolvido em negociatas financeiras corruptas como empregado público e as notícias foram largamente publicadas em *A Federação*.<sup>131</sup>

Aqui, algumas questões merecem ser destacadas. A primeira delas diz respeito à existência de um grupo “anti-hermista” nessa conjuntura, o que sugere uma divisão partidária bastante significativa no que se referia à candidatura Hermes, existindo aqueles que se posicionaram a favor e aqueles que se colocaram contra essa indicação. Love atribui o desacordo com a escolha de Hermes ao Senado como motivo do rompimento entre Ramiro Barcellos e Borges de Medeiros, não obstante, sugere também que o descontentamento do Dr. Ramiro em relação ao poderio de Pinheiro Machado era um agravante da situação que levou à ruptura.

Luiz Alberto Grijó também contribuiu para as reflexões acerca da terceira conjuntura de cisão, à medida que trouxe para além da questão da candidatura Hermes da Fonseca, uma série de outros fatores, a serem considerados para uma melhor compreensão do jogo político naquele momento. Nesse sentido, o autor chamou atenção para a importância dos conflitos e

<sup>130</sup> LOVE, Joseph. Op. Cit., p. 182.

<sup>131</sup> LOVE, Joseph. Ibid, p. 183.

disputas pelo poder entre clãs e parentelas em nível municipal, ressaltando ainda as interferências da política regional em âmbito local e vice-versa.

Tomando como objeto as trajetórias de membros da geração de 1907, Grijó analisa o modo como esses agentes e suas famílias se afastaram do PRR, na terceira década republicana. Para o autor, essas dissidências estariam inseridas no “contexto da tentativa de Borges de Medeiros de reforçar seu poder pessoal em detrimento de antigos líderes municipais ligados ao PRR desde a época do Império”, mas destaca que elas “envolvia(m) também divergências entre grupos familiares capitaneados por chefes político-partidários do interior do estado”.<sup>132</sup> Por meio desse viés, o autor analisa a dissidência das famílias Vargas e Neves da Fontoura, bem como o conflito com os Pereira de Souza, que levou a ascensão dos Flores da Cunha à administração da intendência e do partido em Santana do Livramento.

Em relação ao caso dos Vargas, o autor aponta que Borges de Medeiros parecia tentar diminuir a importância da família em São Borja e, desse modo, abafar possíveis competidores que pudessem pôr em risco sua posição. A trama toda começou com uma querela eleitoral, que ocasionou a renúncia do mandato de Getúlio Vargas à Assembleia dos Representantes, terminando como uma crise de sucessão – o general Manuel Vargas tentava passar o comando partidário e da intendência municipal ao filho mais velho, Viriato – levada ao extremo porque a continuidade da liderança dos Vargas era questionada entre correligionários locais, dada a sua violência política. As disputas partidárias locais, que envolveram Rafael Escobar e Benjamin Torres, membros de outra facção política, teriam levado a morte este último, bem como o afastamento dos Vargas das hostes republicanas locais e, igualmente, do comando estadual, por um espaço de tempo considerável.<sup>133</sup>

Em Cachoeira, também estaria em jogo a liderança partidária local. A análise de Grijó sobre o caso converge e toma como referência as *Memórias*, de João Neves da Fontoura, recém-examinadas. Na interpretação de Grijó, o Coronel Isidoro Neves da Fontoura, que exercia a intendência e o comando partidário há muitos anos, teve suas ações questionadas pela facção rival e, buscando respaldo no chefe Borges de Medeiros, frustrou-se ao não receber de pronto a resposta. A tal facção rival era liderada pelo Coronel Horácio Borges, tio do presidente do Estado, a quem este último optou por dar a preferência. O ocorrido levaria à aposentadoria política do coronel Isidoro Neves e, a ação do filho, João Neves, como opositor do PRR. Mais tarde, com a morte de Horácio Borges, em 1917, João Neves, após mediação de um amigo, integraria uma comissão executiva municipal, para, posteriormente, assumir a

---

<sup>132</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. Cit., p. 157.

<sup>133</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto, Ibid.

intendência da localidade, inaugurando um novo período de solidariedade política com o PRR.<sup>134</sup>

Em resumo, nesse período (meados da terceira década republicana), Borges de Medeiros estaria tentando reforçar o seu poder enquanto centro da rede de relações que compunha o PRR, em lugar de Júlio de Castilhos. Partindo dessa premissa, Grijó afirma que “para isto aproveitava-se das disputas locais, prestigiando este ou aquele líder de acordo com razões específicas – atender a deveres de parentesco, como em Cachoeira, ou, tentar enfraquecer um grupo familiar muito forte, como em São Borja”.<sup>135</sup> Logo, como se vê, o autor não faz referência ao posicionamento dessas famílias em relação à candidatura Hermes da Fonseca como desencadeadora e/ou agravante nos conflitos. Ao invés disso, em sua interpretação, a segmentariedade do PRR e sua divisão entre várias facções – grupos que tinham interesses específicos, muitas vezes divergentes entre si, e que competiam pela dominação dentro do partido, mesclando constantemente a política local e regional – estariam na raiz dos conflitos intrapartidários e ajudariam a explicar de forma mais proveitosa o as dissidências ocorridas nos anos 1915/16.

Gunter Axt, por fim, aponta que a competição entre as diversas facções em torno da dominação dentro do partido era um importante fator de instabilidade, além de motivo suficiente para o processamento das dissidências. Para ele “as pretensões de enfeixar a condução unipessoal da política regional, sobrenadando às demais estrelas do partido e manietando a autonomia dos diretórios locais” fariam com que Borges tivesse de enfrentar três grandes períodos contestatórios (em 1907, em 1915/16 e 1922/23), engrossados pela aliança entre facções internas insubordinadas e opositores formais constituídos em outras agremiações partidárias”.<sup>136</sup> Ainda de acordo com o autor, a “derrubada do governo central era o principal objetivo dos dissidentes de 1907 e de 1915/16”.<sup>137</sup>

Em relação ao contexto da terceira dissidência, Axt chama a atenção para o desgaste político de Borges de Medeiros – que, por motivo de doença, deixou o comando partidário e a administração a cargo, respectivamente, de Protásio Alves e de Salvador Pinheiro Machado – apontando ainda que “consta terem os irmãos Pinheiro Machado chegado a tramar a derrubada de Borges e a absorção da máquina partidária do PRR”.<sup>138</sup>

---

<sup>134</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. (1998).

<sup>135</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. Cit., p. 173.

<sup>136</sup> AXT, Gunter. Op. Cit., p. 157.

<sup>137</sup> AXT, Gunter. Ibid., p. 108.

<sup>138</sup> Ibidem, p. 105.

Na visão do autor, a crise política *teria se intensificado* com a disputa da vaga senatorial em 1915, quando Ramiro Barcellos e seus aliados revoltaram-se diante da indicação de Hermes da Fonseca.<sup>139</sup> Axt refere que, nesse momento, “as fileiras da dissidência seriam engrossadas pelos Barbosa Gonçalves, pelos Menna Barreto, pelos Pereira de Souza, pelos Neves da Fontoura e até por Carlos Maximiliano”.<sup>140</sup> As cisões teriam desfalcado as fileiras republicanas em vários municípios, repercutindo por todo o estado nas eleições municipais de 1916, o que “traduziu, mais uma vez, a forte queda de braços entre poder central e poder local”.<sup>141</sup>

Portanto, de acordo com Axt, a candidatura Hermes não seria o principal e único motivo da terceira dissidência republicana, mas, pelo contrário, fazia parte de um contexto maior e mais conturbado, de enfraquecimento da figura de Borges de Medeiros dentro do partido e de disputas faccionais em torno de quem deveria assumir o poder e ter acesso aos principais cargos, seja em nível local, seja em nível regional.

\*\*\*\*\*

Avaliada a forma como uma parcela significativa da historiografia tratou cada uma das três principais cisões do Partido Republicano Rio-Grandense e, diagnosticada a convergência da maior parte dos autores no sentido de priorizar o espectro ideológico como motivação da primeira e segunda dissidências, optamos por realizar o exame detalhado de ambas nos próximos capítulos. Tal será realizado em detrimento da terceira dissidência, onde, pelo menos para a maioria dos intérpretes, o peso das ideias não teria sido tão determinante para as rupturas.

Para além de ambas – primeira e segunda dissidências – terem sido explicadas, até então, a partir de certa prioridade aos desacordos ideológicos como motor dos conflitos, também interferiram na tomada dessa decisão metodológica, o fato de essas explicações permanecerem, ainda hoje, com grande força nas instâncias acadêmica e não acadêmica e, igualmente, a possibilidade de discussão de elementos novos, determinada a partir de um exame crítico das fontes consultadas.

---

<sup>139</sup> Ibidem.

<sup>140</sup> Ibidem, p. 103.

<sup>141</sup> AXT (2011, p. 105).

Assim, o capítulo que segue tem como objetivo trazer, para o centro da análise, dados referentes à trajetória social e política dos principais líderes da primeira e segunda dissidências, antes de seu rompimento com o PRR. Para tal, serão abordados aspectos relativos à origem social e familiar, educação e profissão e, por fim, à atividade política desempenhada junto ao partido. Avaliada como se deu a adesão ao PRR, o último capítulo buscará compreender de que modo se processaram essas duas primeiras dissidências e, sobretudo, o que é que estava por trás da decisão individual de cada uma dessas lideranças, ao romperem com o partido.

### 3 ATORES, PERCURSOS E CONFLITOS PRÉVIOS ÀS RUPTURAS

O presente capítulo busca traçar uma breve trajetória<sup>142</sup> dos dissidentes republicanos, discutindo aspectos relativos às suas origens sociais e familiares, seus itinerários escolares e acadêmicos e, sobretudo, à ação desempenhada junto ao Partido Republicano Rio-Grandense, até o momento de suas respectivas rupturas com o mesmo.

A apreciação dos percursos desses indivíduos ganha importância à medida que a historiografia tem privilegiado uma análise ideológica dos conflitos internos ao PRR, destacando a rigidez do positivismo castilhistaborgista como uma das principais motivações para o processamento das dissidências. Sem negar a importância dessa questão, contudo, o objetivo deste capítulo é o de agregar ao debate elementos do itinerário dos líderes dissidentes, que ajudam a compreender porque, individualmente, eles romperam com o PRR.

Partindo do pressuposto de que a questão ideológica é insuficiente para a explicação dos conflitos e dissidências republicanas dos anos 1890/91 e de 1907, defendemos que elementos de ordem pessoal (e, igualmente, familiar e facciosa), bem como disputas por posições, poder e prestígio tiveram grande importância no contexto das cisões, sendo indispensável recuperá-las para se chegar a uma explicação mais precisa sobre o PRR e, conseqüentemente, sobre suas dissidências.

De acordo com os itinerários analisados, pode-se dizer que os líderes dissidentes eram provenientes de várias regiões do estado, membros de famílias já envolvidas com a política e que dispunham de patrimônio vultoso para o período. Esses bens de família permitiram o investimento nos estudos superiores dos dissidentes, elemento de grande validade para a entrada desses novos atores no cenário político.

---

<sup>142</sup> Entendemos por trajetória o conjunto de aspectos relativos às propriedades sociais dos indivíduos, os recursos acumulados em diferentes momentos da vida e, como estes ajudam a compreender suas tomadas de posição, ou, os seus deslocamentos dentro de determinado espaço – no caso, o mundo da política – sem perder de vista ainda uma dimensão relacional, uma vez que as ações de determinado indivíduo só podem ser compreendidas a partir de sua interação com as de outros atores. As reflexões de Pierre Bourdieu são válidas neste sentido, uma vez que, para ele: “A análise crítica dos processos sociais (...) leva à construção da noção de trajetória como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. 81). Seguindo nesse mesmo sentido, Grynszpan (1990, p. 74-75) destaca: “O exame de trajetórias individuais nos permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, as formas como os utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nelas se locomovem ou as abandonam. Centrando nossa atenção em atores estamos, ao mesmo tempo, refletindo sobre padrões e mecanismos sociais mais amplos”. Embora o presente trabalho não seja um estudo típico de trajetória, no sentido de não se debruçar sobre a totalidade dos respectivos percursos, a noção continua sendo pertinente, uma vez que está em jogo a análise das trajetórias políticas dos protagonistas em pauta, com seus deslocamentos ao longo do período que compreende as dissidências.

Nas academias imperiais, tiveram contato com um repertório filosófico e intelectual capaz de traduzir seus anseios políticos, dentre eles a defesa do ideal republicano, federativo e abolicionista. De retorno ao estado de origem, passaram a construir aos poucos a sua liderança, a partir de espaços tais como os clubes republicanos, a imprensa e a comissão executiva do PRR, exercendo, em seguida, cargos eletivos e/ou de indicação partidária, seja à época da propaganda, seja depois de o PRR ter assumido o comando estadual.

É preciso salientar, contudo, que apesar da existência de características comuns nos percursos individuais dos dissidentes, não acreditamos que haja um perfil específico, capaz de diferenciar dissidentes de não-dissidentes. Inclusive, se observarmos os itinerários daqueles que permaneceram ligados ao PRR, os mesmos aspectos – em termos de origem social, itinerário acadêmico e profissional –, que destacamos para os dissidentes, aparecerão com frequência para os não-dissidentes.<sup>143</sup>

Tomamos como ponto de partida o fato de que, como os demais partidos oitocentistas, o PRR era um agrupamento político dividido em facções. No seu interior, era possível encontrar grupos diversos, com orientações e interesses mais ou menos estruturados, bem como feixes de relações e lealdades pessoais. Tal configuração fazia com que vários elementos, frequentemente, entrassem em disputa e, não havendo possibilidade de se estabelecer novo consenso, acabavam resultando nas dissidências.

Além disso, parte-se do pressuposto de que, para a grande maioria dos casos estudados, concomitantemente à construção de sua liderança dentro do partido, uma série de rivalidades e conflitos com outros líderes (e suas respectivas facções) também começaram a ocorrer. Essas querelas partidárias, ainda que conciliadas num primeiro momento, criavam certa animosidade que, acreditamos ter sido um elemento importante para a incidência de embates mais sérios, que viriam a provocar as dissidências, algum tempo depois.

---

<sup>143</sup> É o caso, por exemplo, do próprio Júlio de Castilhos, que também tinha origem social vinculada ao mundo da estância, itinerário escolar e acadêmico marcado pela passagem pelo Colégio Fernando Gomes e, em seguida, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Também da mesma forma que os líderes dissidentes, construiu sua liderança tomando como ponto de partida sua atuação junto aos clubes republicanos e à imprensa de propaganda. Para uma análise aprofundada da trajetória desse personagem, veja-se o trabalho de MARTINY, Carina. **“O chefe político dos mais avançados republicanos”**: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). 2018. 385f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018.

### 3.1 A primeira dissidência

Conforme vimos no Capítulo 2, o processo de ascensão de Castilhos como principal líder do Partido Republicano Rio-Grandense, o apoio concedido à candidatura Deodoro da Fonseca à presidência da República e, sobretudo, as diferenças ideológicas entre os membros do PRR têm sido apontados pela historiografia como principais motivações da primeira dissidência.<sup>144</sup> Ao mesmo tempo, são referidos como seus principais protagonistas os líderes João de Barros Cassal, Demétrio Ribeiro, Antão de Faria e Joaquim Francisco de Assis Brasil.

Não obstante, da primeira dissidência fizeram parte vários outros líderes republicanos – tais como os irmãos Porto Alegre, Luís Leseigneur, Germano Hasslocher, Sylvio Rangel, José Pedro Alves, Pedro Augusto de Alcântara Júnior – fossem eles positivistas ou não-positivistas, sugerindo, desde já, que a explicação para o processamento das dissidências deve levar em conta outros aspectos, que não apenas as divergências em termos de ideologia.

Não pretendemos questionar a importância – suficientemente demonstrada e comprovada pela historiografia – dos quatro líderes recém-elencados nessa primeira cisão partidária. Nesse sentido, os percursos sócio-políticos de Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, Antão de Faria e Assis Brasil serão o nosso fio condutor. Contudo, acreditamos que elementos de ordem pessoal – demonstráveis a partir do exame de suas trajetórias – devem ser incluídos na análise, para que se consiga explicar melhor o que os levava, particularmente, a assumirem posição política tão arriscada, ou ainda, o que estava por trás de cada uma dessas rupturas com o partido.

Creemos ser válido acrescentar à nossa análise a trajetória de Apolinário Porto Alegre. Sendo ele um dos pioneiros na propaganda republicana, ver-se-á que querelas partidárias existiram desde o momento de fundação do Partido Republicano Rio-Grandense e, iam muito além da rivalidade “positivistas” X “não-positivistas” (ainda que essa não possa e nem deva ser desconsiderada), envolvendo questões relativas à afirmação das lideranças dentro do partido e ao prestígio entre os pares e correligionários.

---

<sup>144</sup> Salvo as análises de Gunter Axt e Luiz Alberto Grijó, que, chamaram a atenção para as disputas faccionais dentro da agremiação, seja no contexto de 1891, em 1907 ou 1915.

### 3.1.1 Joaquim Francisco de Assis Brasil

O caso de Joaquim Francisco de Assis Brasil é um dos primeiros que nos permite demonstrar que os conflitos que acabaram resultando em dissidências dentro do PRR, envolviam uma série de questões que não se restringiam às diferenças ideológicas. Apesar de, no *Manifesto de 1891* (declaração pública em que Assis Brasil historiciza aos correligionários os motivos que o levaram a posição de dissidente) o seu desacordo com a doutrina positivista aparecer como principal argumento, uma série de outros aspectos (relacionados à luta pela liderança e ao prestígio), ali também perceptíveis, deixaram de ser apontados pela historiografia. Cremos que estes, igualmente, devem ser considerados para uma melhor compreensão de seu rompimento com o PRR e, é nesse sentido que buscamos informações concernentes ao seu itinerário político.

Joaquim Francisco de Assis Brasil nasceu no ano de 1857, em São Gabriel, município integrante da região da campanha, zona notadamente conhecida por seu envolvimento com a atividade pecuarista.<sup>145</sup> Era filho de Francisco de Assis Brasil e de Joaquina Theodora Bemsalinas. O patriarca, estancieiro, faleceu no ano de 1872, deixando um patrimônio considerável à família. O processo de inventário *post-mortem* indica que a viúva Joaquina e seus nove filhos herdaram, dentre outros bens, uma fazenda de criação – e que também lhes servia de moradia –, denominada São Gonçalo, localizada no 2º distrito de São Gabriel; uma segunda fazenda, de nome São José, de proporções um tanto menores do que a primeira; onze escravos e 3.961 reses xucras de criar.<sup>146</sup> O patrimônio foi avaliado em 108:848\$880 réis, montante que permitiu, por exemplo, o custeio dos estudos superiores de três dos filhos varões.<sup>147</sup>

A família tinha influência política no cenário local, uma vez que o patriarca havia sido chefe do Partido Conservador no município.<sup>148</sup> Além disso, os Assis Brasil eram aparentados com os Jobim – conservadores e íntimos do imperador – o que lhes conferia uma

---

<sup>145</sup> Os dados biográficos de Assis Brasil, citados a seguir, estão presentes em: AITA, Carmen (Org.). **Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos**. Porto Alegre: ALRS, 2006; BROSSARD, Paulo (Org.). **Ideias políticas de Assis Brasil**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989; ROCHA, Artheniza W.; ALMEIDA, Luiz; MARCHIORI, José. **J. F. de Assis Brasil: interpretações**. Santa Maria: UFSM, 1995.

<sup>146</sup> Inventário de Francisco de Assis Brasil, São Gabriel, Ano 1872, Processo 247, Maço 12, Estante 107, Cartório de Órfãos e Ausentes (APERS). Doravante, as demais informações citadas encontram-se no mesmo documento.

<sup>147</sup> Os altos custos para a manutenção dos jovens estudantes nas academias do centro do país já foram referidos por CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial / Teatro das Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>148</sup> AITA, Carmem. Op. Cit., p. 178.

descendência aristocrática. Um dos membros mais importantes da família Jobim era o *Barão de Cambaí* (Antônio Martins da Cruz Jobim), que se casou com Ana Maria de Sousa Brasil, a *Baronesa de Cambaí*, irmã de Francisco, e, portanto, tia dos órfãos.<sup>149</sup> Os laços existentes com o casal, que tinha vínculo direto com o mundo da Corte, beneficiaram os Assis Brasil financeiramente: falecidos o Barão e a Baronesa, e dada a inexistência de sucessores, a família acabou herdando um montante de 136:520\$381 réis, o que praticamente dobrou o seu patrimônio.<sup>150</sup>

Á morte do patriarca Francisco sucedeu-se um pesado investimento na educação dos filhos mais jovens. Ao passo que os mais velhos – João e Antônio – deram continuidade aos negócios do pai, responsabilizando-se pela administração da estância; os mais novos Joaquim Francisco, Bartholomeu e Diogo cursaram os preparatórios em Porto Alegre, partindo para as academias imperiais, logo em seguida. Joaquim Francisco e Bartholomeu matricularam-se na Faculdade de Direito de São Paulo, ao passo que Diogo estudou na Escola de Minas de Ouro Preto.<sup>151</sup> Os três irmãos participaram do movimento republicano, militando nos clubes estudantis e na imprensa acadêmica – seja em São Paulo ou Ouro Preto –, e tornaram-se dissidentes do PRR em 1891.<sup>152</sup> Contudo, e apesar da política fazer parte do cotidiano familiar, a trajetória de Joaquim Francisco é a que receberá nossa atenção, por ser ele uma das mais importantes lideranças da primeira dissidência, o que já foi evidenciado pela historiografia, e confirmou-se através das fontes consultadas.

---

<sup>149</sup> O Barão de Cambaí era senhor de avultados bens de fortuna, tendo, em sua juventude, sido negociante no Rio de Janeiro e depois se tornando estancieiro em São Gabriel, período em que também contribuiu na campanha do Paraguai. No ano de 1859 recebera o título de Barão, tendo sido, pouco antes, agraciado com as comendas de Cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo e Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa. Em São Gabriel, foi vereador por diversas vezes e serviu a comunidade auxiliando financeiramente na construção da Igreja Matriz e também na Santa Casa de Caridade, indicativos de que a comunidade local provavelmente lhe atribuía alguma importância. (CARVALHO, Mário Teixeira de. **Nobiliário Sul-riograndense**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937, p. 51.; FIGUEIREDO, Osório Santana. **História de São Gabriel**. 1993, p. 220.). O prestígio político do Barão de Cambaí assume importância ainda maior ao analisarmos a ligação direta que ele mantinha com a Corte. Seu irmão, o médico José da Cruz Jobim, era professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, instituição da qual também foi diretor por trinta anos (1842-1872). Além disso, no ano de 1848, José da Cruz Jobim ingressou na carreira política, tornando-se, por meio do Partido Conservador, deputado geral (1848-1851), e, em seguida, senador, cargo em que permaneceu de 1851 a 1878, quando faleceu. (PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ERUS, s/d., p. 25.)

<sup>150</sup> Inventário da Baroneza de Cambahy. São Gabriel, Ano 1881, Número 332, Maço 18, Estante 16, Cartório de Órfãos e Ausentes (APERS).

<sup>151</sup> Essa era uma instituição menos tradicional, fundada na década 1870, mas que foi se tornando concorrida entre os estudantes por oferecer a opção de cursos mais técnicos. Para maiores dados sobre a história da Escola, veja-se CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto**: o peso da glória. Rio de Janeiro, 2010.

<sup>152</sup> Dados detalhados sobre a atuação dos irmãos Assis Brasil na propaganda republicana podem ser encontrados em SACCOL, Tassiana M. P. **Um propagandista da República**: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880). 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre).

No Brasil oitocentista, um dos primeiros passos para o ingresso na carreira política era tornar-se bacharel.<sup>153</sup> Conforme afirma José Murilo de Carvalho, o mais difícil era entrar no cenário político, no entanto, “um diploma de estudos superiores, especialmente em Direito, era quase *sine qua non* para os que entendessem chegar até os postos mais altos”.<sup>154</sup> A academia paulista foi a escolha principal de boa parte dos estudantes rio-grandenses que ingressaram nos quadros dos partidos Liberal, Conservador, e também do PRR, à época da sua formação.<sup>155</sup> Esse foi o caso do jovem Joaquim Francisco de Assis Brasil, que partiu para São Paulo, logo após cursar os preparatórios no Colégio Fernando Gomes, em Porto Alegre.<sup>156</sup>

O período de estudos na Faculdade de Direito proporcionaria experiências importantes para a sua trajetória política.<sup>157</sup> Nesse sentido, destaca-se o reforço dos laços estabelecidos com os gaúchos – que ali já tratavam de reunir-se num clube republicano (O Clube Vinte de Setembro), que daria base para a formação do PRR, em 1882. Outrossim, a passagem pela Faculdade oportunizou o estabelecimento de laços com os paulistas que viriam a assumir importantes postos políticos de mando, no período republicano, mas também com outras personalidades que passaram pela academia ou mesmo pela Paulicéia em alguma oportunidade.

<sup>153</sup> ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; FILHO, Alberto Venâncio. **Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1982; CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem...**

<sup>154</sup> CARVALHO, José Murilo. Idem, p. 96.

<sup>155</sup> Conforme atestam os trabalhos de PINTO, Celi Regina Jardim. **Contribuição ao estudo do Partido Republicano Rio-Grandense**. 1979. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 1979; GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)**. Tese de Doutorado em História, UFF, 2005; VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: UFSM/Anpuh-RS, 2010.

<sup>156</sup> O Colégio Gomes foi uma das escolas particulares mais conhecidas de Porto Alegre no século XIX. O mestre Fernando Ferreira Gomes era notadamente um adepto das ideias republicanas. Formado pela Escola Central do Rio de Janeiro, dedicou-se posteriormente ao magistério, fundando em 1853 o Colégio Gomes, instituição por ele dirigida, e que funcionou até o ano de 1878. Importante espaço de socialização dos jovens e da elite cultural da época, do Colégio participaram, como professores ou como alunos, muitos dos que, anos depois, figurariam entre os membros da Sociedade Parthenon Litterario. (MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/IEL, 1978, p. 250.)

<sup>157</sup> Letícia Canedo, analisando a formação social e escolar de políticos mineiros e paulistas, destaca a importância da frequência a estabelecimentos escolares comuns como forma de tecer relações duráveis (que se tornavam úteis ao longo da carreira política) bem como de adquirir visões de mundo, concepções relativamente comuns. Analisando um caso específico de formação escolar, a autora argumenta que: “Esse capital precioso de relações [adquirido na escola], feito de conhecimentos e de amizades, e com a cumplicidade da infância, ligava os condiscípulos entre si por toda a vida, indo além das fronteiras regionais, familiares e partidárias, permitindo aos detentores de ‘sangue político’ reconhecer seus interesses comuns e agir, em momentos políticos críticos, de acordo com a sua formação social.” (CANEDO, Letícia. *Gestão familiar da escola e aprendizagem das habilidades para o ofício da política*. In: ALMEIDA, Ana Maria; NOGUEIRA, Maria Alice. **A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 88). Lembramos aqui a noção de capital social, desenvolvida por Pierre Bourdieu, e que já foi referida anteriormente (Para mais informações, volte-se à nota de número 4).

Sergio Adorno, enfatizando as práticas operadas no ambiente extra-ensino das academias, destaca que, na Faculdade do Largo de São Francisco, eram nas repúblicas onde os alunos residiam e nas discussões realizadas nos clubes e jornais por eles criados que se “humanizava o embrutecido estudante proveniente do campo, civilizava os hábitos, disciplinava o pensamento no sentido de permitir pensar a coisa política como atividade dirigida por critérios intelectuais”.<sup>158</sup> Sendo o periodismo uma das marcas da academia paulista, era nas atividades ligadas a imprensa acadêmica que muitos laços se faziam e/ou reforçavam e, mais do que isso, projetos conjuntos eram empreendidos.

Assis Brasil, por exemplo, era assíduo colaborador do jornal *A República*, órgão do Clube Republicano Acadêmico. Desse projeto também fazia parte o colega Valentim Magalhães, que lhe apresentou a João Capistrano de Abreu.<sup>159</sup> Este último, conhecedor dos meandros do incipiente mercado editorial da época, colaborou para a publicação e circulação dos dois primeiros livros de propaganda de Assis Brasil, orçando custos com vários editores e lançando mão de algumas estratégias de divulgação, capazes de tornar essas obras mais conhecidas ao público leitor.<sup>160</sup> A parceria se estenderia a outros projetos e, mais do que isso, a amizade de ambos perduraria por longos anos, inclusive depois da dissidência do gaúcho.

Na redação do jornal *A República*, Assis Brasil também trabalhou com Alberto Sales, colega de faculdade e intermediário no acesso aos republicanos paulistas já egressos da academia (Alberto era irmão de Campos Sales e este último havia sido colega de faculdade de Prudente de Moraes e Rangel Pestana, todos membros do Partido Republicano Paulista).<sup>161</sup> A amizade com Alberto Sales também foi importante quando Assis Brasil publicou *A República Federal*, em 1881. Naquela época, Alberto Sales teria se esforçado para que o PRP subsidiasse e distribuísse gratuitamente uma versão do livro.<sup>162</sup>

Ficando mais conhecido entre os republicanos paulistas, na sequência, Assis Brasil passaria também a colaborar no jornal *O Estado de São Paulo*, órgão dirigido pelos egressos

---

<sup>158</sup> ADORNO, Sérgio. Op. Cit., p.155.

<sup>159</sup> Conforme depreende-se da leitura das correspondências de Capistrano de Abreu, publicadas por RODRIGUES, José Honório (Org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. V. I.

<sup>160</sup> Em trabalho anterior, demonstro de forma minuciosa – partindo da leitura das cartas de Capistrano de Abreu – todas as tratativas que envolveram a publicação dos dois livros de propaganda de Assis Brasil, no que foi essencial a colaboração recebida do amigo. Para mais informações, ver: SACCOL, Tassiana. Op. Cit.

<sup>161</sup> Conforme Alonso, “a relação dos grupos paulista e gaúcho era de aliança política sólida e duradoura e [...] o elo principal entre os dois grupos eram Alberto Sales e Júlio Mesquita, companheiros de turma dos gaúchos na Faculdade” (ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 159).

<sup>162</sup> Em contrapartida, Assis Brasil retribuiu o feito, argumentado junto ao Clube Republicano de São Gabriel a importância de fazer circular uma versão do livro do amigo, o *Catecismo Republicano*, o que ocorreu, com auxílio financeiro da agremiação gabrielense, no ano de 1882. Este episódio já foi por nós analisado de forma minuciosa em trabalho anterior. Maiores informações podem ser encontradas em SACCOL, Tassiana. Op. Cit.

da academia, fortalecendo seus laços com os membros daquele grupo e, especialmente, com Prudente José de Moraes Barros, contato mobilizado por Assis Brasil na virada do século, quando já não mais fazia parte do PRR. Nesse sentido, os laços provenientes da academia e reforçados com o convívio na imprensa periódica, seriam extremamente importantes para a projeção de Assis Brasil – e igualmente foram para outros agentes – enquanto líder do movimento republicano, além de terem sido acionados em outros momentos, como por exemplo, no sentido de garantir uma sobrevivência política, após a dissidência.<sup>163</sup>

Tendo às mãos seu diploma em Direito, Joaquim Francisco retornou ao Rio Grande, estabelecendo-se novamente em São Gabriel, onde montou banca de advogado. Paralelamente ao exercício da profissão, passou a atuar politicamente junto ao PRR, e especialmente na região da campanha, por meio do Clube Republicano.<sup>164</sup> A fundação e reuniões dos clubes constituíram a primeira tentativa de aproximação com o eleitorado local. Dentro desses espaços o dom da oratória e o título de Doutor adquiriam um peso importante, projetando esses indivíduos em relação aos demais, no que também tinha importância sua origem social e a reputação de suas famílias no cenário local.

O Livro de Atas do Clube Republicano de São Gabriel sugere que a política fazia parte do cotidiano familiar dos Assis Brasil. A sessão de instalação da agremiação realizou-se na casa da matriarca, Dona Joaquina, no ano de 1881, ao passo que as reuniões subsequentes aconteceram na residência de João (o primogênito) e, posteriormente, na casa de Joaquim Francisco, quando este já havia retornado de seu período de estudos em São Paulo.<sup>165</sup> Além

---

<sup>163</sup> Embora a pesquisa não tenha avançado nesse sentido, cremos que esses laços se mostraram úteis em momentos posteriores, tendo influenciado na consecução de postos políticos a nível federal e/ou na facilitação de tratativas visando à articulação de um partido de oposição nacional, na virada do século. No que se refere ao caso de Assis Brasil, especificamente, chama atenção o fato de que ele tenha participado, ininterruptamente, de legações diplomáticas nos governos de Campos Salles e de Prudente de Moraes. Além disso, encontramos indícios de que o mesmo contactou Prudente de Moraes a fim de articular um partido oposicionista nacional, logo após o rompimento deste com o Partido Republicano Federal e com o Partido Republicano Paulista (Correspondência de Assis Brasil a Prudente de Moraes, Ilha Grande [Bordo do Itaituba], 27/10/1901, Lata 595, Pasta 30, Arquivo Particular de Prudente José de Moraes Barros. Acervo do IHGB.). Por sua vez, a documentação sistematizada por Renato Lemos, com destaque para as correspondências enviadas por Raimundo Correia a Assis Brasil – e onde o primeiro solicitava ao segundo que interferisse em seu nome, visando à consecução de alguma colocação ou posto político – dão a entender que Assis Brasil tinha não só uma legitimidade para realizar os pedidos, como também certa influência em relação aos dois presidentes paulistas referidos. Para mais informações, ver: LEMOS, Renato. **Bem traçadas linhas: a história do Brasil em cartas pessoais**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

<sup>164</sup> Eloísa Capovilla Ramos, avaliando o período da propaganda republicana na província, enfatiza a importância dos clubes enquanto parte da estratégia de ação do PRR. Para ela, “quanto maior era a expansão para o interior, tanto maior seriam as oportunidades de o partido aumentar seu contingente de adeptos” (RAMOS, Eloísa H. Capovilla. **O Partido Republicano rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul (1882-1895)**. 1990. 284 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 1990, p. 107.)

<sup>165</sup> Livro de Atas do Clube Republicano de São Gabriel (1881-1887) – Acervo do Museu João Pedro Nunes (São Gabriel). Doravante, as informações citadas encontram-se no mesmo documento.

disso, a maioria dos irmãos ocupou posições no diretório da agremiação e/ou foram escolhidos, através de votação interna do Clube, como candidatos para concorrer nas disputas por cargos locais e regionais.

Joaquim Francisco, que nos interessa especialmente, foi o presidente da agremiação por três anos consecutivos (1883, 1884 e 1885), o que por si só demonstra o papel de liderança que ele exercia junto aos demais correligionários.<sup>166</sup> Além disso, a família investia politicamente não só em seu município de origem, mas em toda a região que compunha o terceiro círculo eleitoral.<sup>167</sup> Em correspondência escrita por Bartholomeu, vemos relatadas as excursões de propaganda por eles realizadas: “Temos eu e o meu mano Joaquim passeado por diversos pontos do círculo e nesses passeios notamos que o nosso partido triplica de dia em dia”, ao que complementa “depois de amanhã o Joaquim deve sair daqui com o fim de percorrer também a serra e todo o sul da província, efetuando em todos os lugares possíveis conferências”.<sup>168</sup>

Além da atuação junto ao clube e das viagens e conferências realizadas em diversos municípios da província, a propaganda realizada por meio da imprensa também era uma forma de fazer-se conhecido por um número maior de correligionários. Nesse sentido, Assis Brasil deu início ao projeto de um periódico gabrielense (*O Precursor*) que passou a circular no ano de 1884.<sup>169</sup> Ainda que a folha não circulasse diariamente, contribuía para a exposição das ideias republicanas e as críticas à situação política vigente, ao mesmo tempo em que criava um canal de comunicação direto com assinantes e eleitores.

Além da criação e sustentação de um jornal local (gabrielense), Assis Brasil também esteve envolvido com o *A Federação*, órgão oficial do PRR, de ampla circulação no Estado e de periodicidade diária. Missivas trocadas entre Assis Brasil e Júlio de Castilhos indicam que, para além do envio de artigos, a colaboração financeira do Dr. Joaquim Francisco foi

---

<sup>166</sup> Depreende-se da leitura das Atas que a passagem do jovem pela academia paulista, foi importante para que os correligionários reconhecessem nele o papel de protagonista no movimento. Em sessão de 12 de janeiro de 1883, por exemplo, quando Júlio de Castilhos visitou o Clube, ele e o amigo Assis Brasil foram homenageados pelo “tão brilhante papel que representaram em São Pulo, já como estudantes da academia de Direito, já defendendo as ideias do partido”.

<sup>167</sup> A partir da década de 1870, a província foi dividida em seis círculos eleitorais. Do terceiro círculo, região de origem de Assis Brasil e através da qual ele se elegeu a deputação provincial (1885-1888), faziam parte alguns dos municípios que compunham a região da campanha e missioneira. Eram integrantes do terceiro círculo: Uruguaiana, Alegrete, Quaraí, Rosário do Sul, São Gabriel, São Vicente, Itaqui, São Francisco de Assis, São Borja, Santiago do Boqueirão, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo. Para mais informações sobre a divisão político-administrativa da província ao longo do século XIX, ver: NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Héglio. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823-2002)**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

<sup>168</sup> Carta de Bartholomeu de Assis Brasil a Apolinário Porto Alegre. São Gabriel. 02.01.1882. Arquivo Pessoal de Apolinário Porto Alegre (APA-067 – IHGRGS).

<sup>169</sup> SILVA, Jandira M. M da; CLEMENTE, Ir. Elvo; BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa sul-riograndense**. Porto Alegre: CORAG, 1986, p. 170.

importante em vários momentos, desde a fundação da folha, ou mesmo quando essa passava por dificuldades.<sup>170</sup> Por conseguinte, no período posterior à sua dissidência, é possível encontrar toda uma polêmica gerada acerca de algumas das ações do jornal, que pertenciam a Assis Brasil.

Unidas as atividades realizadas junto ao Clube, as excursões por diversas localidades da província e a propaganda realizada através da imprensa, Assis Brasil conseguiu projetar-se no cenário regional, tornando-se deputado provincial no ano de 1885, reelegendo-se na legislatura seguinte.<sup>171</sup> Proclamada à República, Assis Brasil foi deputado à Constituinte Federal (1891), tendo assumido também o posto de Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário do Brasil na Argentina – ligado ao governo federal – cargo em que permaneceu, mesmo após a sua dissidência.

Apesar de a trajetória política de Assis Brasil junto ao PRR parecer contar com certa linearidade, é possível encontrar indícios de atrito com Castilhos e o partido, ainda antes da dissidência, tal como nos casos de Antão de Faria e Apolinário Porto Alegre, que veremos adiante. O primeiro indício de atrito diz respeito ao ano de 1887, ocasião em que se discutiu a ideia de separar o Rio Grande do Sul do restante do Brasil. Narra Apolinário Porto Alegre ter sido essa “a primeira vez em que os dois cunhados se desavieram”.<sup>172</sup> As biografias de Castilhos e Assis Brasil também referenciam a discordância entre ambos neste episódio.<sup>173</sup> Carmem Aita explica o embate da seguinte maneira:

Ainda em 1887, durante a realização do Congresso Republicano em Santa Maria, aflorou pela primeira vez a divergência entre Assis Brasil e Júlio de Castilhos. Com o debate centralizado em torno da questão separatista, defendido, naquele momento, em São Paulo e em outras províncias, Assis Brasil apresentou uma indicação propondo que o país, com a instituição da República, se organizasse desde o início sob a forma federativa, englobando toda a nação brasileira. A atitude forçou Assis Brasil a enfrentar Castilhos, visto que este, por sua fidelidade à doutrina positivista, tornou-se um defensor da excelência das “pequenas pátrias”, tratando-se de um

<sup>170</sup> Já em 1887, momento de dificuldade para *A Federação*, Castilhos escreveu a Assis Brasil reclamando que tudo vinha “correndo pessimamente”, e que o débito da empresa havia crescido muito. Diagnosticando que o seu principal problema era a má administração, Castilhos apontava ser aquele o momento de “levarmos avante o projeto que resultará na gerência do Americano”; dependendo disso do capital de 12 contos; A estratégia parecia estar toda traçada por Castilhos: “o Demétrio, dentro de 3 ou 4 dias vai para Alegrete, com o intuito de obter ali o concurso de alguns devotados. Ele tem esperança de conseguir uns três contos. Resta que por tua parte faças o mais que for possível”; ao que finaliza: “O que é preciso é que realizes quanto antes a soma e remeta com brevidade” (Correspondência de Júlio de Castilhos a Assis Brasil, Porto Alegre, 04/06/1887 – AAB, n. 16, IHGRGS.)

<sup>171</sup> Ressalta-se que fora o único republicano a conseguir tal feito à época da propaganda e que o mesmo ocorreu com a ajuda e troca de votos com membros do Partido Conservador. Essa questão já foi explorada em outros trabalhos, tais como: RAMOS, Eloísa. Op. Cit.; SACCOL, Tassiana. Op. Cit.

<sup>172</sup> *Jornal A Reforma*, 27/06/1890. Acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

<sup>173</sup> Veja-se, por exemplo: FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: Globo, 1967; ROCHA; ALMEIDA; MARCHIORI. Op. Cit.

termo utilizado pelos seguidores do apostolado para identificar o livre exercício da autonomia.<sup>174</sup>

A divergência datada de 1887, como se vê, tinha como base as diferentes concepções filosóficas de ambos, que levaram a um confronto naquele momento. É importante deixar claro que nossa intenção não é de negar o peso que as divergências ideológicas tiveram para o afastamento entre esses dois líderes e, conseqüentemente, para o rompimento de Assis Brasil com o PRR, no momento em que Castilhos vinha se afirmando como principal liderança. O intuito da análise, por outro lado, é o de demonstrar que outros elementos *também* tiveram peso sobre a dissidência, sendo muitos deles questões constitutivas da “pequena política”, logo, desprovidas de uma relação com bases doutrinárias mais sólidas.

O próprio Assis Brasil afirmou, anos depois, em correspondência particular, que o antagonismo em relação a Castilhos havia se tornado inevitável, “enseguida que salimos del campo de la crítica y de la oposición, para entrar al da acción positiva y al ejercicio do poder”, ao que complementa:

En los primeros días de la administración republicana, reconocía que no habia sitio para mí y mí mejor amigo. *Desde las cosas más triviales como mombramientos, y, sobre todo, renuncias de empleados, hasta las relacionadas con la organización superior de la República, se revelaban frecuentemente, nuestros temperamentos antagónicos.*

Esa incompatibilidad invencible explica mi entrada en la diplomacia [...]

Así, lo que me retiró de la política militante, no fué rompimiento alguno formal com mi antiguo companero; pero si, el deseo de evitarlo.

Apesar de *las mil oportunidades en que se evidenció nuestra incompatibilidad*, avanzamos siempre en la vida en líneas paralelas, sustentados por una vieja y profunda amistad que ambos deseábamos mantener.

Solo una vez nos encontramos em direcciones opuestas y em camino que, para mi al menos, no ofrecia ningun desvio honesto: fue cuando él apoyó el golpe de Estado y la ditadura del mariscal Deodoro.<sup>175</sup>

A leitura da missiva sugere que foram inúmeros os atritos entre os dois líderes, logo que o PRR assumiu o poder. Chama atenção que Assis Brasil remete-se a resoluções da política mais elementar e cotidiana – “coisas triviais”, no que destaca “*sobretudo*, renúncias de empregados” – como os principais motivos de desacordo, que o fariam ter ingressado no universo diplomático. É importante destacar ainda que, se Assis Brasil faz referência à “mil oportunidades” em que se evidenciou a incompatibilidade de ambos, o próprio não faz

<sup>174</sup> AITA, Carmem. Op. Cit., p. 48.

<sup>175</sup> Carta de Assis Brasil ao Barão de Rio Branco. s/d. In: BROSSARD, Paulo (Org.). **Ideias políticas de Assis Brasil**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989, p. 97. Grifos nossos.

menção ao episódio do apoio à candidatura Deodoro e, tampouco à Constituição Rio-Grandense, como fatores determinantes para o seu rompimento. Depreende-se da leitura que, para Assis Brasil, o nível de amizade de ambos<sup>176</sup> era capaz de resistir a esses desacordos, mas não o apoio dado por Castilhos ao golpe de Estado, esse sim, motivo suficiente para gerar o seu afastamento do amigo e do PRR.

No Manifesto de 1891, documento já examinado por vários pesquisadores, para além da discordância ideológica que Assis Brasil refere em relação à Constituição Estadual, fica evidente que, quando da Proclamação da República, já havia certa animosidade e/ou rivalidade entre algumas lideranças da agremiação, suficiente para embaraçar todo trabalho que deveria ser feito. Nesse sentido, novamente vemos-lo se referindo a decisões cotidianas e não a grandes debates filosóficos como motivos de atritos constantes. Em suas palavras:

Quando se proclamou a República, eu estava na minha estância. Chamado pelos companheiros, vim a Porto Alegre imediatamente.

*Aqui, eu declarei logo aos meus amigos que a dificuldade maior que encontrava era a de podermos viver em harmonia. Disse desde logo que devíamos tratar de nos dispersarmos em tempo, no serviço da República, é verdade, mas evitando o perigoso contato diário, onde qualquer questão secundária poderia ocasionar atritos desagradáveis.*

Proclamei, pois, a necessidade de nos separarmos, e daí nasceu a minha resolução de ir para o cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na República Argentina, indo em igual caráter o Dr. Ramiro para Montevideo e encontrando-se já no Rio, como membro do governo provisório o Dr. Demétrio.<sup>177</sup>

Desta forma, Assis Brasil indicava a existência de um clima de tensão permanente dentro do PRR, já à época da Proclamação da República, ou seja, ainda antes da necessidade de se tomar alguma decisão de ordem maior – a exemplo do apoio à candidatura Deodoro, tido historiograficamente como causa principal da primeira dissidência. É importante destacar que Assis Brasil já ali sinalizava a segmentariedade do PRR e, igualmente, quem seriam os principais líderes de cada uma das facções que compunham a agremiação naquela conjuntura (além dele próprio, Castilhos, Demétrio Ribeiro e Ramiro Barcellos).

Para os principais membros do PRR, que a pouco haviam ascendido ao poder, a complexificação do jogo político era crescente, de modo que, novas questões, a qualquer momento, poderiam se somar a antigos rancores, tornando as disputas e as rivalidades em

<sup>176</sup> Destaca-se que além da amizade firmada entre eles, Assis Brasil e Júlio de Castilhos também eram cunhados (a primeira esposa de Assis Brasil, Cecília, era irmã de Castilhos). Além disso, Assis Brasil e Cecília eram padrinhos de duas das filhas do casal Júlio de Castilhos e Honorina.

<sup>177</sup> Manifesto de dezembro de 1891. Publicado pelo Jornal *O Rio Grande*, entre os dias 19, 21, 29 de dezembro de 1891. Acervo do IHGRGS.

torno da liderança cada vez mais acirradas. Mesmo a separação física do grupo, empreendida no sentido de que se evitasse o convívio diário, não foi capaz de ventilar suficientemente as relações entre eles e, tampouco, de impedir suas rupturas com a agremiação, em diferentes ocasiões.

Além da trajetória política de Assis Brasil, os itinerários de outros líderes do PRR também podem nos ajudar a refletir sobre a existência de um histórico de querelas partidárias que certamente contribuíram para o processamento das primeiras dissidências. A seguir, a análise das propriedades sociais e dos percursos políticos de Apolinário Porto Alegre e de Antão de Faria, nos auxiliarão a demonstrar que sua ligação com o PRR (e, especialmente, com alguns dos líderes de suas várias facções), longe de ser cordata, foi bastante conflituosa. Para ambos, inclusive, os atritos começaram a surgir bem antes do que no caso de Assis Brasil.

### 3.1.2 Apolinário Porto Alegre e Antão de Faria

Apesar de os irmãos Porto Alegre – Apolinário, Apeles e Aquiles – serem apontados como precursores do republicanismo no Estado, atuando por meio da imprensa e do magistério desde a década de 1870 – pouco se disse sobre sua dissidência do PRR, uma das primeiras a ser concretizada.<sup>178</sup> Optamos por explorar o itinerário político de Apolinário (o primogênito da família) em detrimento ao dos irmãos, tendo em vista a sua participação mais ativa e o seu envolvimento mais direto com o grupo egresso dos bancos acadêmicos paulistas.<sup>179</sup>

Nascido no município de Rio Grande, no ano de 1844, Apolinário era filho de Antônio José Gomes Porto Alegre e de Joaquina Delfina da Costa Campelo Porto Alegre. O pai era um empregado público, inspetor da alfândega, tendo, por volta da década de 1860, transferido residência para Porto Alegre, junto da família.<sup>180</sup> O patrimônio dos Porto Alegre, quando da

<sup>178</sup> Helga Piccolo, por exemplo, enfatiza o protagonismo de Apolinário Porto Alegre no movimento republicano da província, junto a outras lideranças, como Francisco Xavier da Cunha. (PICCOLO, Helga I. L. **A política rio-grandense no II Império (1868-1882)**. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, 1974).

<sup>179</sup> Apolinário participou das comissões executivas do PRR e, do mesmo modo, foi candidato a vários cargos pelo partido, à época da Propaganda. O mesmo não pode ser verificado no caso dos irmãos Aquiles e Apeles.

<sup>180</sup> Os dados biográficos de Apolinário Porto Alegre estão presentes em: FRANCO, Sérgio da Costa (Org.). **Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937)**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010; MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/IEL, 1978; SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande**. Porto Alegre: Sulina, 1973; PORTO ALEGRE, Álvaro. **Apolinário Porto Alegre**. Porto Alegre: Thurmman, 1954.

morte do patriarca, foi avaliado em 10:795\$760 réis. Este incluía uma chácara, no caminho do meio, em Porto Alegre, seis escravos e parte de uma sesmaria de meia légua quadrada, que havia pertencido ao avô materno dos órfãos. Além desse montante, o patriarca declarou, em testamento, a existência de mais dez contos de réis, ligados a uma hipoteca. A quantia, afirmou ele, pertencia aos filhos, pois resultava da “sorte grande” tirada num meio bilhete da loteria do Rio de Janeiro, que havia comprado para os pequenos no ano de 1859.<sup>181</sup>

A circunstância extraordinária foi o que permitiu um primeiro passo em direção à formação dos filhos. Ainda no testamento, o patriarca muito recomendou ao tutor a educação deles, tendo em vista que a esposa, Dona Joaquina “pela amizade cega que tem aos filhos, não se importa que eles não cultivem a sua inteligência, contanto que eles não se afastem de junto dela”.<sup>182</sup> Reconhecendo nos jovens inúmeras habilidades – “e porque os meus filhos Apolinário e Apelles a natureza os dotou de algum talento” – solicitava ao tutor, tio dos órfãos, que “os mande ensinar uma das ciências, cujas academias existem no país”.<sup>183</sup>

Seguindo as instruções do pai, Apolinário, o mais velho, depois de cursar os estudos preparatórios no Colégio Fernando Gomes, passou a frequentar a Faculdade de Direito de São Paulo no ano de 1861. Contudo, embaraços financeiros posteriores à morte do patriarca fariam com que ele abandonasse o curso, retornando ao Rio Grande do Sul.<sup>184</sup> Apesar disso, o regresso do quase-doutor e o desempenho da atividade docente favoreceriam seu envolvimento com o mundo das letras e, igualmente, com a política regional. Assim, ao longo das décadas de 1860 e 1870, Apolinário foi redator de vários periódicos, além de professor e diretor de Escola – o *Instituto Brasileiro* (1876-1891), que tinha em sociedade com o irmão Apeles.<sup>185</sup> Além disso, foi um dos principais fundadores da *Sociedade Parthenon Litterario*,

---

<sup>181</sup> Inventário de Antônio José Gomes Porto Alegre. Porto Alegre, n. 1885, maço 88, estante 31, ano 1863. 1º Cartório de Órfãos (APERS). É importante ressaltar que, dentre todos os líderes dissidentes que optamos por analisar os itinerários, Apolinário Porto Alegre é, sem dúvida, o menos afortunado deles.

<sup>182</sup> Inventário de Antônio José Gomes Porto Alegre. Porto Alegre, n. 1885, maço 88, estante 31, ano 1863. 1º Cartório de Órfãos (APERS), p. 3-4.

<sup>183</sup> Idem. p.4.

<sup>184</sup> Em 1862, por exemplo, Dona Joaquina declarava, no processo de inventário, já contar com “uma dívida densa” – correspondente ao dinheiro necessário para suprir Apolinário em São Paulo nos últimos seis meses – e, em função disso, pedia autorização para venda em leilão de um dos escravos deixados como herança. (Fonte: Inventário de Antônio José Gomes Porto Alegre...)

<sup>185</sup> Apeles também realizou o secundário no Colégio Gomes, em Porto Alegre. Fundou e dirigiu o Colégio Rio-Grandense, no mesmo município, na década de 1870; Além disso, dirigiu o jornal *A Imprensa* (1880-1882), na mesma cidade. No período republicano, foi Diretor da Instrução Pública do Rio Grande do Sul durante breve período, no ano de 1890. Já como opositor do PRR, tornou-se redator e, em seguida, diretor de *A Reforma*. (MARTINS, Ari. **Escritores...**)

associação reconhecidamente difusora de ideias abolicionistas e republicanas, além de também defender a emancipação feminina e a construção de uma literatura nacional/local.<sup>186</sup>

Afora a propaganda realizada através da imprensa, Apolinário foi um dos fundadores do primeiro Clube Republicano do estado, o Clube Republicano de Porto Alegre, e integrou a primeira comissão executiva – eleita na Convenção Republicana de 1881 – que se responsabilizou por tratativas importantes para a fundação do PRR, que ocorreu no ano seguinte. Sua participação na Comissão se repetiu em anos posteriores, deixando evidente a sua influência dentro da grei republicana, fato reforçado ainda pelas inúmeras vezes em que foi indicado às vagas de deputado provincial e geral pelo partido, à época da propaganda.<sup>187</sup>

Apesar das inúmeras indicações, ele não chegou a exercer nenhum posto eletivo na década de 1880. Igualmente, não desempenhou nenhum cargo quando da instauração da República, uma vez que, já em princípios de 1890 ele rompeu com o PRR, (episódio que ocorreu contemporaneamente a um conflito ocasionado pela nomeação do irmão Aquiles à Tesouraria Geral da Fazenda).<sup>188</sup> Já como dissidente republicano, Apolinário participou da formação da *União Nacional*, disputando através dela uma vaga à Assembleia Constituinte Estadual nas eleições de 1891. No ano seguinte, passou a integrar o *Partido Federalista*, colaborando também para o jornal *A Reforma*, intensificando sua oposição ao PRR.

Contudo, se esmiuçarmos o itinerário político de Apolinário perceberemos que em vários momentos ele entrou em atrito com outros líderes do PRR, advertindo mesmo abandonar a agremiação já à época da propaganda. Logo, sua dissidência não se deu de forma abrupta em 1890, podendo, ao contrário, ser entendida como resultado de uma situação de animosidade que se prolongava já há algum tempo, a qual foram acrescidos novos fatores de atrito, que inviabilizaram a sua permanência no PRR.

---

<sup>186</sup> Além de promover aulas gratuitas, a Sociedade também contava com um museu e biblioteca, encenavam peças teatrais, instituíram a pesquisa bibliográfica, alforriavam escravos, dentre outras atividades. Para maiores informações sobre a associação e seus membros, veja-se SILVEIRA, Cássia D. M. **Dois pra lá, dois pra cá:** o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política em Porto Alegre no século XIX. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado (PPG História da UFRGS), 2008.

<sup>187</sup> O processo de indicação dos candidatos pelo partido se dava da seguinte forma: cada clube republicano realizava uma eleição prévia dos indivíduos que queria como representante; aqueles indicados pela maioria dos núcleos eram ratificados e apresentados pela Comissão Executiva Central como candidatos oficiais do PRR. Apolinário fez parte da chapa oficial do PRR nas disputas de 1884, quando concorreu à vaga de deputado geral pelo primeiro círculo eleitoral e, à vaga de deputado provincial, pelo quinto círculo. Em 1886, novamente foi ele quem disputou a vaga de deputado provincial pelo quinto círculo eleitoral. (Fonte: *Jornal A Federação*, 11/11/1884 e 13/11/1886. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira). É interessante apontar que o primeiro círculo eleitoral correspondia a região de Porto Alegre; nesse sentido, pode-se concluir que Apolinário vinha perdendo espaço nesse circuito, em detrimento de outros propagandistas, com destaque para aquele que teria sido o mais votado.

<sup>188</sup> Esse episódio será explorado, de forma minuciosa, no capítulo seguinte.

No caso de Apolinário, a discordância ideológica é a principal motivação de dissidência apontada pela historiografia, tendo em vista que sua ligação com uma vertente republicana liberal, em detrimento dos preceitos de Comte, é bastante conhecida. De fato, essa falta de afinidade manifestou-se em algumas oportunidades, a começar pela Convenção de 1882, momento de importante definição do programa e ação partidária, bem como de afirmação de novas lideranças na propaganda. O próprio Apolinário relata o atrito tido com o positivista Demétrio Ribeiro, que ali teria afirmado “que a influência da família Porto Alegre não podia ser benéfica ao partido republicano”, e que a razão disso era “a diferença de sua educação científica”.<sup>189</sup>

As correspondências do arquivo particular de Apolinário Porto Alegre indicam que esse enfrentamento tomou sérias dimensões, tendo ele cogitado abandonar o partido e apresentar candidatura avulsa à Assembleia Provincial, notícia que repercutiu fortemente nos clubes republicanos do interior do Estado. A missiva escrita por um desses correligionários indica que, para além da divergência ideológica, uma série de outros elementos estava em disputa naquele momento. Nas palavras de Alberto Cunha:

Deveras afligiu-me a leitura de sua carta.  
Aqui reuni adeptos que estavam prontos a acompanhar-nos. Instiguei a criação do clube pelotense. E agora?  
Tudo perdido pelas funestas divisões que vão cobrir-nos de ridículo.  
Presto-lhe a devida justiça porque desde muito o acompanho: considero-o o mais puro e meritório republicano e por isso mesmo quisera que não interrompesse tão repentinamente a longa cadeia de sacrifícios à República. *A retirada em massa dos republicanos velhos*, levando consigo o melhor caráter do clube é triste e desanimadora. (...)  
Desaprovo a sua resolução de abandonar-nos. Retira-se deixando a bandeira republicana mal confiada e os republicanos sem uma direção segura.  
Fraquíssimo o partido republicano para uma candidatura, o que será para duas?  
*Contra a influência do pergaminho* não se pode (?): ela é poderosíssima, tanto assim que propus ir adiando a organização do Club Pelotense até que pudéssemos *ostentar o luxo de um doutor*. Incontestavelmente é um chamariz que dá-nos ares de importância. É assim o mundo em que vivemos. Por que não ir contemporizando até que, chegada a ocasião de nossa influência valer, dar-lhe nova feição?<sup>190</sup>

O conteúdo da missiva sugere a existência de um confronto entre dois grupos de propagandistas: de um lado os “republicanos velhos”, iniciadores da propaganda a partir da formação dos primeiros núcleos e clubes republicanos e, de outro, a ala jovem do PRR, recém-chegados do centro do país e que, tais como os primeiros, também buscavam se

<sup>189</sup> Jornal *A Reforma*, 27/06/1890. Acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

<sup>190</sup> Correspondência de Alberto Cunha a Apolinário Porto Alegre. Estância do Paraíso, 21/04/1882. APA-072. IHGRGS. *Grifos nossos*.

afirmar politicamente dentro do movimento republicano. Em outras palavras, dois agrupamentos rivalizavam naquele momento, sendo que um deles valorizava como maiores atributos a experiência e a antiguidade na luta política, enquanto o outro apreciava o domínio de certo saber científico – materializado na posse do diploma – como fator maior de legitimidade e influência partidária.<sup>191</sup>

Logo, a experiência vivenciada por Apolinário demonstra que as disputas internas ao partido, além de envolverem questões de ordem ideológica, igualmente diziam respeito a outras searas, relativas, por exemplo, à liderança e à antiguidade na propaganda. O conflito teria sido apaziguado em seguida, mediante esforços de ambos os lados, e especialmente por parte de Demétrio Ribeiro. O mesmo Alberto Cunha é quem narra a atitude deste último após o ocorrido:

De negócios do partido só fui informado pelo Dr. Demétrio, que não teve uma palavra em seu desabono e que antes pelo contrário, objetando-lhe eu a sua retirada, afiançou-me que eu ainda teria o prazer de vê-lo no partido. Mais tarde, falando-se em candidatos do partido, ele disse-me que desejava ver se Vmce. aceitava candidatura por este círculo, e que sendo aceita, iria entender-se com o Dr. Antão para que fosse promovida pelo Colégio de Caçapava. Se de tal tratou, não sei; teve a lembrança e mostrava-se disposto a fazê-la vingar: isto em fins de maio.<sup>192</sup>

Por sua vez, Apolinário aponta que, diante daquele episódio, teria preferido manter o silêncio, pois, se optasse por protestar pela imprensa, “o mal que daí adviria recairia somente sobre a propaganda republicana”, concluindo ainda que se eclipsou “de tudo durante oito anos para evitar conflitos”.<sup>193</sup> Apesar da declaração oficial, que sugere um longo período de calmaria nas hostes partidárias, outros atritos ocorreram nesse interregno e precisam ser mencionados uma vez que, cremos, ajudam a explicar a dissidência de Apolinário Porto Alegre algum tempo depois.

Nos idos de 1887, momento de radicalização da propaganda, outra reunião partidária serviria para que se demarcassem diferentes posições dentro do PRR. Apolinário narra o episódio da seguinte maneira:

---

<sup>191</sup> Essa rivalidade entre ‘velhos’ e ‘novos’ republicanos também aparece em outros documentos. Manuel Alves da Caldeira, liderança política do município de Camaquã, mencionou, em correspondência, estar ciente do procedimento que teve o clube republicano para com Apolinário, lamentando o egoísmo e o tipo de política desenvolvida por parte “daqueles doutores”, ao que concluía: “Ainda bem que os republicanos de crenças lhe fazem justiça. Louvo muito sua apresentação avulsamente, *para não ceder-lhes os direitos adquiridos*”. (Correspondência de Manuel Alves da Caldeira a Apolinário Porto Alegre. Galpões (Camaquã), 15/06/1882. APA-069. IHGRGS. Grifo nosso.)

<sup>192</sup> Correspondência de Alberto Cunha a Apolinário Porto Alegre. Pelotas, 23/09/1882. APA-073. IHGRGS.

<sup>193</sup> *Jornal A Reforma*, 27/06/1890. Acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

No ano de 1887, fui chamado à casa do cidadão Leseigneur, onde havia uma reunião dos principais republicanos da capital, para tratar-se da separação do Rio Grande do Sul do resto do Império. A semelhante disparate, opuseram-se só dois cidadãos: Leseigneur e eu.

Os que propuseram tal modificação eram os que dirigiam *A Federação*. Seguiu-se longo debate em que se colocaram vários argumentos. A decisão, todavia, ficou adiada para a próxima reunião.

No dia seguinte, encontrando Antão de Faria, declarei-lhe que combateria a ideia de desintegração da pátria e procuraria levar para a luta todos os amigos que conseguisse reunir.

À vista de minha atitude hostil, e de outros companheiros, pela primeira vez transferiram a reunião do congresso, de Porto Alegre para Santa Maria. Deram então, como motivo, achar-se o Dr. Júlio em sua estância, e, portanto, ser-lhe mais curta a viagem.

Se eu lá não estava para protestar, se outros não puderam ir, o Sr. Assis Brasil esteve e o fez brilhantemente, sendo esta a primeira vez em que os dois cunhados se desavieram.<sup>194</sup>

Primeiramente, chama atenção à divisão das lideranças em torno de uma definição importante, e que a partir dali estaria atrelada à ação e ao programa do PRR. Se, por um lado, uma das posições era a “dos que dirigiam a Federação” – a favor do separatismo e que o propunham como questão – por outro, temos um grupo que discordava de tal premissa. Alinhavam-se nessa segunda posição, além de Apolinário Porto Alegre – disposto a reunir outros companheiros –, Luís Leseigneur, Antão de Faria, e, em seguida, Assis Brasil, que teria entrado em atrito com o cunhado na reunião seguinte.<sup>195</sup>

Alinhados no que diz respeito à questão separatista, é preciso dizer que Apolinário Porto Alegre, Luís Leseigneur e Antão de Faria já vinham desenvolvendo a propaganda republicana numa agremiação à parte, O *Clube Bento Gonçalves*, fundado em Porto Alegre, no ano de 1885.<sup>196</sup> Apesar de, na época, o grupo que dirigia *A Federação* ter buscado amenizar a situação, explicando aos correligionários que a cidade “comporta(va) bem a coexistência de dois agrupamentos clubistas” e que, a partir daí, ficaria operada “uma melhor divisão do trabalho”<sup>197</sup>, a existência de duas agremiações em um mesmo município não era habitual. Em contrapartida, chama a atenção que, já na conjuntura republicana (no ano de

<sup>194</sup> Jornal *A Reforma*, 27/06/1890. Acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

<sup>195</sup> No que diz respeito a essa divisão, não podem e nem devem ser ignorados os princípios ideológicos que a fundamentaram. Tal fato já foi referido anteriormente; para mais informações, volte-se à página de nº 71.

<sup>196</sup> O Club foi fundado com a assistência de Francisco Alves de Paula, Luiz Leseigneur, Júlio Teixeira, José Dias da Costa, José Narciso Monteiro, Dr. Germano Hasslocher, Major Manoel Alves da Silva Caldeira, José Custódio Alves, Patrício Teixeira, Adolpho Cardoso, Joaquim Faceiro, Dr. Antão de Faria, Apeles Porto Alegre, Dr. João de Freitas e Castro, Apolinário José Gomes Porto Alegre, Israel de Freitas e Castro e Gaspar Guimarães, conforme dados do jornal *A Federação* (Fonte: *A Federação*, 23/11/1885. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira). A agremiação teve como seu primeiro presidente Apolinário Porto Alegre e, como primeiro secretário, o Dr. Antão de Faria. Assim como eles, vários dos membros do Clube também se tornaram dissidentes nos primeiros meses republicanos (à exemplo de Luiz Leseigneur, Germano Hasslocher e Apeles Porto Alegre).

<sup>197</sup> Jornal *A Federação*, 23/11/1885. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

1890, mais precisamente) Júlio de Castilhos acusava o Clube Bento Gonçalves de ter sido “o foco da dissidência”.<sup>198</sup>

Antão de Faria é quem nos traz maiores informações sobre a conjuntura e os motivos que teriam levado a formação do novo clube. Mas, antes de avaliarmos sua opinião sobre o assunto, façamos uma pausa para observar alguns dados de sua trajetória. Antão Gonçalves de Faria nasceu no município de São Sepé, no ano de 1854 e era filho de Umbelina Maria do Carmo e do capitão honorário Matheus José Ferreira de Faria.<sup>199</sup> O inventário de Dona Umbelina, datado de 1867, sugere a ligação da família com as atividades pecuaristas, ao menos naquele momento. Dentre os bens deixados como herança ao viúvo e aos seis filhos, constam “o estabelecimento na estância, com duas casas, situadas no distrito da freguesia de São Sepé”, “uma e meia légua de campos e matos, na Fazenda denominada Boqueirão”, “meio quarto e braços de campo na Fazenda do Verde”, terrenos e casas localizadas no centro de São Sepé, além de 2.650 reses xucras e mais de vinte escravos, sendo muitos deles, discriminados como “roceiro” e “campeiro”.<sup>200</sup>

O patrimônio familiar, avaliado em 66:202\$100 réis naquele momento, permitiu que o caçula Antão de Faria fosse para Porto Alegre cursar os estudos preparatórios no Colégio Fernando Gomes. Em seguida, o jovem estudante partiria para o Rio de Janeiro, matriculando-se na Escola Politécnica onde, em 1877, obteve o diploma de engenharia civil. A passagem pela Escola e o período de residência no Rio de Janeiro tornaram possível o estabelecimento (ou mesmo o reforço) de laços com vários agentes políticos. Naquele espaço, Antão de Faria fora colega de turma de Demétrio Ribeiro, seu íntimo amigo (como veremos no próximo capítulo) e contemporâneo de dissidência. Ali, ambos foram alunos de Saldanha da Gama, depois importante aliado no contexto da Revolução Federalista, quando os dois rio-grandenses já faziam oposição ao PRR.

---

<sup>198</sup> Jornal *A Federação*, 28/10/1890. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Com o passar do tempo, o Club ganharia vários adeptos e diversificaria suas atividades, passando, em 1888, a se chamar *União Republicana*. Por volta de 1890, Demétrio Ribeiro e Barros Cassal, tendo sua popularidade aumentada, começam a participar efetivamente da agremiação – inclusive ocupando postos de presidência. Em seguida, a *União* aparece nos jornais fazendo oposição aberta ao PRR. Data desse período também a “expulsão” de Apolinário Porto Alegre da agremiação.

<sup>199</sup> Os dados biográficos de Antão de Faria estão presentes em FRANCO, Sérgio da Costa. Op. Cit.; MARTINS, Ari. Op. Cit; (DHBB) DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. 2.ed. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001, 5v.;

<sup>200</sup> Inventário de Umbelina Maria do Carmo. São Sepé, Ano 1867, Número 27, Maço 3, Estante 93, Cartório de Órfãos e Ausentes (APERS), p. 16-17.

Retornando ao Rio Grande do Sul, Antão de Faria se estabeleceu em Porto Alegre, passando a integrar a burocracia estatal.<sup>201</sup> É importante ressaltar que, especialmente para os engenheiros, a residência na capital oferecia maiores oportunidades de trabalho. Segundo Edmundo Campos Coelho, a engenharia teria nascido como profissão assalariada: ao passo que médicos e advogados contam com consumidores individuais e demanda ilimitada de seus serviços, “o mercado de serviços de engenharia reage mais ao nível dos investimentos públicos e privados e aos ciclos econômicos, e o consumidor final raramente é quem os contrata ou compra”, uma vez que “entre o engenheiro e o consumidor final dos serviços interpõem-se ou o Estado, ou a empresa privada, ou ambos”.<sup>202</sup>

Assim, exercendo suas atividades profissionais em Porto Alegre, Antão de Faria passou também a atuar de diversas formas junto ao PRR. Nos primeiros anos da década de 1880, escrevia para o jornal *A Federação* e também participou dos congressos republicanos em várias oportunidades.<sup>203</sup> Além disso, foi membro da Comissão Executiva do PRR no ano de 1883, momento de discussão e realização de importantes trabalhos ligados ao projeto de imprensa republicana e, à postura partidária em relação à abolição do elemento servil. É importante ressaltar, contudo, que ao longo da propaganda republicana, o Dr. Antão não chegou a fazer parte das chapas de candidatos republicanos que concorreram às disputas eleitorais (seja em nível local, seja em nível regional). Ademais, já em 1885, temos indícios de seus atritos com o grupo ligado à *Federação* e de sua participação na criação do *Clube Bento Gonçalves*, conforme já enunciado.

O argumento utilizado por Antão de Faria para o desentendimento partidário, que teria levado a criação de um segundo clube republicano em Porto Alegre, foi que a liderança castilhistas havia começado a prevalecer em relação à dos demais correligionários. Conforme já apontamos, o grupo responsável pela publicação do jornal tentou, à época da fundação do novo clube (ou seja, em meados de 1885) administrar o conflito de modo que pouco fosse noticiado publicamente. Entretanto, em 1890, quando Antão de Faria se tornou dissidente, a

---

<sup>201</sup> Após um breve período de estadia em São Sepé, o Dr. Antão fixou residência em Porto Alegre onde, a partir de 1884, aparece como funcionário público “a serviço da Repartição de Obras Públicas”, permanecendo no cargo, pelo menos, até o ano de 1888. (Fonte: *Jornal A Federação*; 28/05/1884; Acervo da HDB).

<sup>202</sup> COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais**: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930). Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 200.

<sup>203</sup> Quanto ao envolvimento com o jornal, o próprio Antão de Faria refere que, sua contribuição se dava por meio da escrita de artigos, uma vez que nunca chegou a contribuir pecuniariamente para criação ou circulação da folha (Fonte: *Jornal O Rio Grande*, 30/10/1890. Acervo do IHGRGS.). No que se refere à participação nos Congressos, o Dr. Antão por várias vezes foi o representante do município de São Sepé, o que demonstra o forte vínculo que mantinha com os correligionários da região. Destaca-se ainda que, seu pai, o capitão Matheus de Faria, foi o presidente do clube republicano local por vários anos, reforçando, portanto, a ligação do filho com o eleitorado do PRR são-sepeense.

antiga querela foi lembrada pelas partes envolvidas; nessa ocasião, Castilhos fez uma série de denúncias ao Dr. Antão, afirmando que ele, “por vezes tentou espalhar a cizânia entre os republicanos”, sendo que “a sua última tentativa realizou-se quando se fundou nesta cidade o Clube Bento Gonçalves”. Antão de Faria, igualmente, por meio da imprensa, defendeu-se afirmando que: “o que fiz foi notar desde os primeiros passos do partido republicano que Júlio de Castilhos queria sobrepor-se a ele, abusando da confiança ilimitada com que a maioria de seus companheiros o honrava”.<sup>204</sup> E seguia afirmando:

Dei o brado de alarma porque me pareceu que mais tarde difícil seria corrigir o mal, como está de fato acontecendo.  
Os meus companheiros, e entre eles Demétrio Ribeiro, julgaram-me apaixonado e injusto, tal era a confiança que no nosso atual detrator todos tinham.  
Obrigado a afastar-me da *Federação* por incompatibilidade pessoal com o seu redator e não querendo deixar de exercer a minha atividade cívica, fundei, com Apolinário Porto Alegre, Apeles, Leseigneur, José Dias da Costa e outros, o Club Bento Gonçalves, ao qual de pronto se vieram agregar bons elementos até então indiferentes à política.<sup>205</sup>

Assim, a afirmação da liderança de Castilhos vinha criando desavenças dentro do partido, a ponto do Dr. Antão se afastar do grupo ligado ao jornal e participar da fundação de um segundo clube republicano, capaz de comportar a atividade daqueles que estavam em desacordo (ou, possivelmente, em rivalidade) com o líder em projeção.<sup>206</sup> Relata Antão de Faria que a agremiação chegou a receber um grande número de sócios e que, em 1888, quando ele já estava afastado dos trabalhos da diretoria, Luís Leseigneur começou a agitar a ideia da criação de uma sociedade com desenvolvimento maior, que deveria ser ao mesmo tempo política e de beneficência. A partir daí, reconfigurado, o Clube passaria a se chamar *União Republicana*, agremiação que assumiria grande importância como espaço de afirmação da facção demetrista, ligada à primeira dissidência, como veremos adiante.

Contudo, e apesar dessa querela, nos idos de 1888 o Dr. Antão havia novamente se aproximado do grupo ligado à *Federação*, realinhamento esse que perdurou até os primeiros meses republicanos. No contexto ligeiramente posterior à Proclamação da República, pois, Antão de Faria fazia parte da cúpula partidária, tendo sido nomeado Superintendente das Obras Públicas e da Fazenda do Rio Grande do Sul, cargo que exerceu até meados de 1890.

<sup>204</sup> Jornal *O Rio Grande*, 30/10/1890. Acervo do IHGRGS.

<sup>205</sup> Jornal *O Rio Grande*, 30/10/1890. Acervo do IHGRGS.

<sup>206</sup> Não é possível demonstrar o ponto de vista de Castilhos sobre o ocorrido, uma vez que o debate na imprensa deu-se em outubro de 1890 e, não se tem registro algum de exemplares de *A Federação* remanescentes de todo o segundo semestre deste ano.

Em seguida, ele também integrou a chapa de candidatos à Assembleia Constituinte Federal, tornando-se, poucos dias após a eleição, dissidente do PRR.

Nessa conjuntura, novas disputas e desavenças ocorriam no interior do partido. No concernente à Antão de Faria, quando este ainda estava ligado à Superintendência de Obras Públicas – portanto, contemporaneamente a questão do apoio à candidatura Deodoro se colocar – ele e Castilhos, começaram a atritar-se por conta de questões relacionadas à possibilidade de beneficiamento de amigos e correligionários políticos nos negócios estaduais. O caso (que será objeto de análise no capítulo seguinte) estava relacionado à entrega do serviço de colonização à iniciativa privada; Castilhos e Antão divergiram sobre a concessão do contrato e, especialmente, sobre os particulares que por eles seriam beneficiados.<sup>207</sup> Após polêmica acirrada pela imprensa, o Dr. Antão acabou demitido do cargo de Superintendente, fato que, sustentamos, ter tido grande peso para o desencadeamento da primeira dissidência.

Logo, é preciso demarcar que vários elementos tiveram peso sobre a primeira dissidência e que estes tinham relação não somente com questões filosóficas e doutrinárias do partido, mas também com lógicas outras, inerentes à “pequena política” ou à política mais miúda. Dentre eles, destacam-se, por exemplo, as disputas em torno da liderança e do prestígio dentro da agremiação e, do mesmo modo, a possibilidade de beneficiamento de amigos, parentes e/ou aliados, num contexto de distribuição de cargos, postos e vantagens variadas, ligadas ao novo Estado republicano.

Essas questões são mais facilmente visualizadas quando se aprecia com maior atenção os elementos constitutivos dos trajetos dos dissidentes, tal como se fez com os casos de Antão de Faria e Apolinário Porto Alegre. Os itinerários de ambos, no período anterior às suas dissidências, nos permitiram identificar que uma série de lutas já vinha ocorrendo dentro do PRR, ainda antes de a agremiação ascender ao poder. As antigas querelas partidárias, independentemente da motivação, eram rememoradas tão logo se assumia a posição de dissidente – sendo igualmente lembradas pelos que permaneciam no partido – demonstrando que os conflitos haviam sido apenas ignorados, mas não completamente esquecidos.<sup>208</sup>

Apesar de a solidariedade ter sido sempre retomada (ao menos à época da propaganda), o histórico de conflitos não se apagava, ao mesmo tempo em que criava

---

<sup>207</sup> Castilhos era simpático ao projeto do engenheiro Fanor Cumplido, que tivera oportunidade de conhecer no Rio de Janeiro. Antão, então à frente da Superintendência de Obras Públicas, conseguiu barrar o projeto, apoiando em seguida, uma proposta semelhante, encabeçada por um amigo seu, o engenheiro Figueiredo Rocha.

<sup>208</sup> Além disso, para os dissidentes, expor aos correligionários a existência de uma sucessão de conflitos prévios, tornava-se elemento importante na corrida pelo apoio do eleitorado.

desconfianças que tornavam os laços pessoais cada vez mais instáveis. Tendo em vista essa configuração de tensão permanente, a probabilidade de incidência de novos atritos tornava-se grande e, estes, de fato, começaram a surgir tão logo o partido assumiu o comando estadual. Relativos às mais diversas questões do jogo político e, somados ao repertório de querelas antes vivenciado, desentendimentos surgidos no pós-República acabariam pesando de forma decisiva para a ruptura desses agentes com o partido ou, mais especificamente, com a facção castilhistas, em processo de afirmação naquela conjuntura.

### 3.1.3 Demétrio Ribeiro e João de Barros Cassal

Ainda no que diz respeito à primeira dissidência, os percursos de Demétrio Ribeiro e de João de Barros Cassal devem ser analisados. Desde já é preciso afirmar que, diferentemente dos itinerários examinados até aqui, não encontramos registros de que tenha havido algum desentendimento ou hostilidade com outras lideranças – e especialmente com Castilhos – em período anterior aos seus rompimentos definitivos com o PRR, processados em 1890.

Nesse sentido, suas trajetórias demonstram que, se para a maior parte dos dissidentes é possível identificar um histórico de atritos – que certamente colaborou para que os rompimentos ocorressem –, da mesma forma a complexificação do jogo político vivenciada pelos membros do PRR no período pós-1889, também criou condições para o processamento de dissidências menos esperadas e/ou anunciadas.

Do mesmo modo, esses trajetos podem contribuir para a reflexão de que o PRR era frequentemente abalado por disputas entre lideranças que buscavam se afirmar no quadro partidário e no cenário político de forma mais geral. Entre os líderes de destaque, vários alinhamentos ocorriam – levando em conta objetivos compartilhados, além de relações de afinidade e amizade – formando coalizões que, em determinado momento, já não mais conseguiam evitar o confronto direto entre si, o que acabava, em última instância, resultando nas dissidências.

Esse foi o caso de Demétrio Ribeiro que, concomitantemente à crescente autoafirmação de Castilhos, começou a perder influência dentro do partido. Por outro lado, seu companheiro de dissidência, João de Barros Cassal, vivenciou uma conjuntura favorável em princípios de 1890 (pós-incidente ocorrido em *meeting* político), que viria a aumentar o

seu prestígio e popularidade entre os pares republicanos, favorecendo a formação da coalizão que rivalizaria com Castilhos em 1891.

Começamos avaliando a trajetória de Demétrio Ribeiro, tendo em vista a sua reconhecida adesão a doutrina positivista, que nos ajudará a demonstrar que as explicações para a primeira dissidência devem trazer elementos outros, que não apenas relacionados às divergências em torno de questões filosóficas que embasavam a prática partidária. No que diz respeito à origem social e familiar, Demétrio Nunes Ribeiro é mais um dos líderes provenientes de famílias abastadas e com alguma influência na política local e regional, além de também ser evidente o seu vínculo com o mundo agrário e militar. Filho do coronel Demétrio José Machado Ribeiro e de Carlota Nunes de Miranda, o dissidente nasceu em 1853, no município de Alegrete, localizado na região da campanha rio-grandense, quase fronteira com o Uruguai.<sup>209</sup>

Através do processo de inventário *post-mortem* da matriarca, Dona Carlota, pode-se perceber que a economia doméstica esteve ligada à criação de animais (dentre os semoventes deixados como herança, constam 1400 reses xucras, 600 ovelhas, 500 éguas e 70 cavalos). A guerra e as atividades militares também faziam parte do cotidiano familiar, uma vez que o patriarca era “comandante de uma brigada do 1º corpo do Exército em operação no Paraguai, onde recebia soldos e mais vencimentos de campanha”, investidura que provavelmente lhe trazia alguma notabilidade.<sup>210</sup>

No que se refere ao envolvimento com a política, a família era aparentada com o Barão de Santana do Livramento, antigo líder conservador de Alegrete, mas que, por desavenças com os Ribeiro de Almeida, se tornou o principal chefe liberal-gasparista da região. Próximo que era da família, o Barão foi nomeado tutor e administrador dos bens dos órfãos menores de idade, quando Demétrio Ribeiro (um dos mais velhos, até então responsável pela incumbência) fixou residência no Rio de Janeiro.<sup>211</sup> Além do Barão, Adriano Nunes Ribeiro, irmão mais velho de Demétrio, esteve vinculado ao Partido Liberal por muitos anos, além de ter sido colaborador e diretor de *A Reforma*. Completa o quadro de políticos da família, Francisco Nunes de Miranda (tio de Demétrio e Adriano), importante liderança republicana em São Borja.

---

<sup>209</sup> Os dados biográficos de Demétrio Ribeiro estão presentes em: DOMINGUES, Fausto; PINTO, Paulo; GUERRA, Plínio. (Orgs.). **Ideias políticas de Demétrio Ribeiro**. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; CORAG, Letra & Vida, 2011; FRANCO, Sérgio da Costa (Org.). Op. Cit; (DHBB) DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. 2.ed. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001, 5v.;

<sup>210</sup> Inventário de Carlota Nunes Ribeiro. Alegrete, Ano 1862, Número 213, Maço 17, Estante 65, Cartório de Órfãos e Ausentes (APERS), p. 17. Monte-mor: 18:526\$120.

<sup>211</sup> Idem.

Tal qual Antão de Faria, Demétrio Ribeiro matriculou-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro (sendo colega deste) e, tornou-se engenheiro no ano de 1877. Data do período de estudos de Demétrio Ribeiro na Escola Politécnica a amizade com Frederico Guilherme de Lorena – que se constituiria em importante aliado político no contexto revolucionário da década de 1890 – e com o também positivista Miguel Lemos.<sup>212</sup> Conhecido entre os propagandistas do Rio de Janeiro, Demétrio Ribeiro foi nomeado por Benjamim Constant (que também era positivista), como membro do primeiro governo, em 1889, assumindo o cargo de Ministro da Agricultura. Portanto, e apesar de a Escola Politécnica não ter a mesma tradição de atividades extraclasse que tinha a academia paulista, o período de residência no Rio permitia aos alunos fazerem-se conhecidos e criarem laços com membros da instituição e também de fora dela, a exemplo de pessoas vinculadas às escolas militares, às sociedades positivistas e, por fim, às instituições como a Marinha e o Exército.

As especificidades curriculares da Escola Politécnica, de certa forma, acabavam por produzir um certo perfil de profissional. De acordo com Edmundo Campos Coelho, o ensino naquela instituição era “excessivamente livresco, teórico e enciclopédico”, no que se sobressaía uma centralidade das matemáticas e uma rasa preocupação com problemas práticos ou imediatos.<sup>213</sup> Daí que, depois de formados, era muito comum observar os engenheiros brasileiros subordinados, nos canteiros de obras, à autoridade técnica dos práticos estrangeiros e, mais comum ainda, vê-los “às voltas com atividades bem menos mecânicas: examinando contratos de governo, fiscalizando obras públicas, preparando relatórios e pareceres técnicos”.<sup>214</sup>

O caso de Demétrio Ribeiro é ilustrativo do itinerário de muitos dos recém-formados engenheiros que estavam condicionados à contratação por parte do Estado ou de empresas privadas para exercerem a profissão.<sup>215</sup> Retornando ao Rio Grande do Sul, o Dr. Demétrio passou um período razoável lecionando matemática e ciências naturais<sup>216</sup>, para só então

---

<sup>212</sup> Este último, inclusive, censuraria, em correspondência, a atitude de crítica de Demétrio em relação à Castilhos e a Constituição Estadual de 1891, apontando para a sua “falta de coerência ideológica” e resumindo o conflito à uma “animosidade pessoal” (Fonte: DOMINGUES, Fausto. **Ideias políticas de Demétrio Ribeiro. Porto Alegre:** Palmarinca, 2012;)

<sup>213</sup> COELHO, Edmundo. Op. Cit., p. 196.

<sup>214</sup> Idem, p. 197.

<sup>215</sup> Destaca Edmundo Coelho que, “Na medida em que a Escola Politécnica formava seus engenheiros civis, a burocracia imperial os absorvia como principal, senão único, empregador. A alternativa para os mais ambiciosos era construir uma carreira empresarial, escolha que numa sociedade agrária e pré-industrial via de regra levava apenas à frustração. [...] A grande maioria era absorvida pela burocracia imperial, que geralmente os encaminhava para o setor ferroviário”. (COELHO, Edmundo. Op. Cit., p. 198).

<sup>216</sup> No jornal *A Federação*, encontramos os seguintes anúncios: “Demétrio Ribeiro leciona matemática e ciências naturais. Pode ser procurado à Rua dos Andradas, n. 291”. (Fonte: *Jornal A Federação*; 28/05/1884; 06/08/1885. Acervo da HDB).

integrar o quadro de engenheiros da companhia responsável pela construção da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana.<sup>217</sup>

A atividade de propaganda republicana, contudo, foi desenvolvida independentemente do local de residência e da profissão exercida naquele momento. Ainda em Alegrete, seu protagonismo junto ao Clube Republicano foi inegável. Na sessão de instalação, ocorrida em 1882, Dr. Demétrio abriu os trabalhos fazendo “uma exposição sobre a política brasileira” e, ao final dessa, foi “aclamado presidente da agremiação, durante sua estada em Alegrete”.<sup>218</sup> Em 1885, quando se elegeu nova diretoria, o Dr. Demétrio foi proclamado “presidente honorário”, ao qual se juntou um “presidente efetivo”.<sup>219</sup> Logo, mesmo já residindo em Porto Alegre por motivos profissionais, o retorno à cidade de origem e, concomitantemente, a frequência ao clube republicano faziam parte de sua rotina, o que certamente colaborou para a construção e manutenção de uma base político-eleitoral local.

É importante demarcar, desde já, a precocidade de Demétrio Ribeiro em relação ao grupo que se formou em Direito na academia paulista, na década de 1880. A preeminência de sua ação política, em Porto Alegre, em relação à de Castilhos e à dos demais propagandistas, fica clara na correspondência escrita por este último:

Meu distinto amigo,

Foi com a mais viva satisfação que li a honrosa carta que me dirigiu comunicando-me haver iniciado o movimento organizador do partido republicano nessa província. De envolta com os meus agradecimentos pela honra da comunicação, tenho o especial prazer de dirigir-lhe os meus mais sinceros e entusiásticos aplausos, que a sua nobre e alevantada iniciativa me desperta.

E pode crer meu correligionário, que são tanto mais vivos os meus aplausos, assim como dos nossos patrícios aqui presentes, em face da feliz circunstância de ser V. quem se colocou à testa do movimento iniciado.

Era rigorosamente necessário que tal iniciativa partisse exatamente de um correligionário como V. – com a suficiente preparação científica para compreender a natureza e o caráter de um tal movimento e saber, por consequência, encaminhá-lo com segurança, previdência e sob as sugestões científicas, sem o que nada se pode fazer de eficaz.

É, portanto, duplo o motivo da nossa satisfação – de republicanos.

Li o Manifesto que aí publicaram e que teve a bondade de enviar-me.

Apoio-o em todos os seus termos, sem restrição alguma. Igualmente apoiam-no Assis Brasil, Pereira da Costa, Homero Baptista, Eduardo Lima e todos os mais correligionários aqui presentes, de quem peço-lhe, em nome deles, para receber também aplausos e felicitações.

Percebe-se nitidamente no “Manifesto” um certo “espírito novo”, que é devido a V., com certeza. [...]

É robusta convicção minha que no Rio Grande não faltam republicanos; o que falta, sim, é a iniciativa.

<sup>217</sup> Jornal *A Federação*, 27/01/1886. Acervo da HDB.

<sup>218</sup> Livro de Atas do Clube Republicano de Alegrete (1882-1889). Sessão de 22 de junho de 1882. Fundo: Diversos – República. Maço 01. Nº 04. (AHRS).

<sup>219</sup> Idem. Sessão de 13 de abril de 1885.

Felizmente, V. já é um poderoso iniciador de quem muito temos a esperar, principalmente quando empenha-se, conforme me comunica, na criação de uma folha de propaganda.

É magnífica a sua ideia; deve realizá-la sem demora, fazendo aparecer logo a folha projetada, que é de necessidade impreterível para tornar eficazes os efeitos do impulso dado.

Para esse fim, pode contar com o decidido apoio de todos nós que aqui estamos, apoio que será traduzido já na tomada de assinaturas, já na colaboração assídua na folha.

Desde já empenho os meus serviços nesse sentido.

Fica a meu cargo a obtenção de assinaturas e da colaboração de todos. Se publicar previamente um projeto do jornal, envie-mo com urgência. Ao contrário, informe-me das condições de assinatura, a fim de enviar-lhe a lista de assinantes com brevidade. Quanto ao mais, fique o meu amigo certo de que todo o auxílio, de qualquer ordem que seja, que pudermos prestar, prestá-lo-emos cordialmente e com prontidão.

Resta que V. me responda com urgência. [...]

Em novembro estaremos por lá – muitos dentre nós. Então é que havemos de conversar em comum – largamente como é preciso. Até que chegue esse tempo, porém, usarei da liberdade que V. me concedeu: escrever-lhe-ei algumas vezes para ter o prazer de conversar com V. Espero que V. igualmente, sempre que possível, não se furtará a fazer o mesmo, com o que muito me honrará.

Queira receber os cumprimentos de todos os patrícios e de quem é

Seu aprecor. Correlig e amigo

Júlio de Castilhos<sup>220</sup>

Apesar de longa, a missiva demonstra o protagonismo de Demétrio Ribeiro nas tratativas que levaram a fundação do PRR, algum tempo depois. Como bem indica Júlio de Castilhos, o Dr. Demétrio foi um dos iniciadores do movimento republicano, o que o colocava, supostamente, em posição central em relação ao – ou, em outras palavras, como um dos *egos* do – grupo que ali começava a se formar. Além disso, o próprio projeto da imprensa republicana, depois, por uma série de questões assumido por Castilhos, havia partido inicialmente de Demétrio Ribeiro e não do Dr. Júlio.

Mas, se desde 1881, o Dr. Demétrio já tinha como intuito fundar uma folha republicana, foi somente no ano de 1884 que o projeto se concretizou, com a fundação de *A Federação*, órgão oficial do PRR. A correspondência de Júlio de Castilhos, publicada recentemente em livro, atesta a contribuição (inclusive financeira) dada por Demétrio Ribeiro - e, igualmente, por outros correligionários -, à folha, em vários momentos ao longo da década de 1880.<sup>221</sup> Apesar de uma série de contingências terem levado Castilhos a ser mais proativo

<sup>220</sup> Correspondência de Júlio de Castilhos a Demétrio Ribeiro. São Paulo, 25/06/1881. In: DOMINGUES, Fausto. Op. Cit., p. 67.

<sup>221</sup> Essas correspondências foram publicadas por VELHO, Keter (Org.) **Teu amigo certo**: Júlio de Castilhos, correspondência inédita. Porto Alegre: Edijuc, 2013. A título de exemplo, em agosto de 1883, Castilhos escreveu a Assis Brasil dizendo que: “[...] Atendendo o que vai levando uma execução muito vagarosa o projeto, o que retardará demasiado a publicação da folha, alguns companheiros audazes e resolutos (neste momento compreendem-se o José Dias da Costa, o Leseigneur, o Monteiro, o Demétrio, o Ramiro, o Motta, o Barros, Os Pachecos e este teu criado) resolveram apressar a cousa, adiantando à empresa o dinheiro suficiente para perfazer

em relação à folha, a iniciativa de Demétrio, já em 1881, não pode deixar de ser considerada, inclusive porque, à época de sua dissidência, uma de suas primeiras reclamações públicas foram os empecilhos criados à publicação de seus escritos no jornal.<sup>222</sup>

Sua liderança no movimento republicano ainda pode ser medida através da ativa participação nas comissões executivas do PRR.<sup>223</sup> Integrar a comissão significava fazer parte de um grupo restrito de pessoas, responsáveis pela tomada de decisões, e que, por isso mesmo, adquiriam certa notoriedade em meio às fileiras republicanas, por cerca de um ano, (ou mais, no caso de serem reeleitos). Demétrio Ribeiro participou, de maneira ininterrupta, da principal instância partidária à época da propaganda, tendo feito parte da comissão nos anos de 1882, 1883, 1884, 1885, 1886, 1887 e 1888. É importante ressaltar que igual assiduidade só se repetiu para o caso de Castilhos, que também integrou todas as executivas. Além disso, conforme Eloísa Ramos, “à medida que a propaganda se adiantava, a comissão ia cada vez assumindo papel mais importante, de modo que aos últimos congressos coube a tarefa, predominantemente, de referendar os atos da Comissão, que se propunham como leis para o partido”.<sup>224</sup>

Assim, como a falta de espaço no jornal, igualmente, o esvaziamento das funções da comissão executiva aparece entre os primeiros descontentamentos, expressados publicamente, à época da dissidência. A título de exemplo, o Dr. Demétrio apontava que, proclamada a República “foi o primeiro empenho do odiento cacique-mirim [Júlio de Castilhos] anular a comissão executiva eleita regularmente pelo partido, a fim de tornar-se o seu *fac-totum*”.<sup>225</sup> Logo, à medida que o órgão perdeu a sua funcionalidade, perdia-se também a oportunidade de integrar um importante espaço de poder, decisão e visibilidade partidária.

Entretanto, às vésperas da República, as rivalidades entre Castilhos e Demétrio Ribeiro ainda não haviam florescido, ou, pelo menos, não é possível encontrar registros de

a quantia de 15:000\$000 que é o indispensável para o aparecimento da folha. [...] Tu tens passado muitas ações e certamente remeterá em breve o valor delas [...] (VELHO, 2003, p. 43).

<sup>222</sup> Em suas palavras, “sucessivos sacrifícios fizemos todos no período em que a confiança recíproca entre nós se desenvolvia pela identidade de conduta. Colaborei nela desde o seu primeiro número, fazendo-o em algumas épocas, com assiduidade ininterrupta”, ao que contrastava a sua recente perda de espaço na folha, reclamando: “da má vontade recente da Federação contra mim, a repulsa sistemática aos meus escritos e aos escritos de outros companheiros” (Jornal *O Rio Grande*, 21/10/1890. Acervo do IHGRGS);

<sup>223</sup> Formada por um total de cinco membros, eleitos anualmente nos congressos republicanos, a comissão executiva era responsável por “dirigir os negócios do partido, tomar providências urgentes e manter correspondência com os núcleos e clubes republicanos da província” nos períodos intermitentes as reuniões do Congresso. PINTO, Celi Regina Jardim. **Contribuição ao estudo do Partido Republicano Rio-Grandense**. 1979. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 1979, p. 52.

<sup>224</sup> RAMOS, Eloísa. Op. Cit., p. 93.

<sup>225</sup> Jornal *O Rio Grande*, 01/11/1890. Acervo do IHGRGS. Ressalta-se que Demétrio Ribeiro e Antão de Faria faziam parte dessa última comissão, supostamente anulada por Castilhos.

desentendimentos entre eles. Desse modo, instituído o novo regime, Demétrio Ribeiro foi nomeado Ministro da Agricultura, Viação e Obras Públicas junto ao governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca, posto do qual, em seguida, se demitiu, com o apoio do PRR, por estar em desacordo com a nova política financeira, implementada pelo ministro Rui Barbosa. Completa o itinerário político traçado pelo Dr. Demétrio junto ao partido republicano, a sua eleição ao posto de deputado à Assembleia Constituinte Federal (1890/91). Sua dissidência oficializou-se pouco tempo antes de ele assumir a vaga para a qual foi eleito, ainda como candidato do PRR.<sup>226</sup>

Assim, se por um lado, não é possível encontrar indícios de conflitos anteriores ao momento da dissidência entre Demétrio e Castilhos, por outro, é possível afirmar que ambos, desde há muito, haviam alcançado posições de prestígio equivalentes na estrutura partidária, o que, sem dúvida, aumentou sua rivalidade em torno da direção do PRR. Nesse sentido, a crescente afirmação de Castilhos no período pós-1889 certamente causou incômodo no Dr. Demétrio, tornando cada vez mais tensa a relação entre ambos e, criando oportunidades cada vez maiores para o rompimento tanto de sua amizade, quanto de sua solidariedade política.

Não obstante, é preciso ressaltar que na mesma conjuntura em que Demétrio Ribeiro tornou-se dissidente, várias outras questões vinham sendo discutidas<sup>227</sup> e, outros líderes – também descontentes com a forma com que o jogo político se configurava – começavam a rivalizar com Castilhos, criando oportunidade para a formação de uma coalizão que entraria firmemente na disputa pela afirmação política, primeiro dentro e depois fora do partido. Uma dessas lideranças era João de Barros Cassal. Sua trajetória pode contribuir para demonstrarmos a premissa de que, para além de questões relativas ao espectro ideológico, a disputa pelo acesso e manutenção dos principais postos partidários era o que mobilizava a ação desses agentes na política. Vejamos alguns dados de seu itinerário social e de sua ação junto ao PRR, tomando como recorte o período que antecede a sua dissidência.

João de Barros Cassal nasceu no ano de 1858, em Alegrete, mesmo município em que nasceu Demétrio Ribeiro, poucos anos antes.<sup>228</sup> João era filho de Constança Pereira de Barros Cassal e de Innocencio Manoel Cassal, negociante local, conforme se depreende da leitura de seu inventário *post-mortem*. De acordo com o documento, datado de 1864, Innocencio dividia

---

<sup>226</sup> A Constituinte Federal passou a se reunir em 15/11/1890 e o primeiro número do jornal *O Rio Grande* é de 21 de outubro de 1890.

<sup>227</sup> O apoio que Demétrio Ribeiro concedeu a Antão Faria no caso de sua demissão da Superintendência de Obras Públicas do Estado já foi por nós enunciado como um fator importante na conjuntura dessa dissidência e, será melhor explorado adiante.

<sup>228</sup> Os dados biográficos de João de Barros Cassal estão presentes em: FRANCO, Sérgio da Costa (Org.). Op. Cit.; MARTINS, Ari. Op. Cit.; (DHBB) DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001, 5v.;

uma sociedade comercial – a firma Innocencio Cassal & Cia – com Jeronimo Velloso Pacheco.<sup>229</sup> Após a liquidação desta e o pagamento de algumas dívidas familiares e do empreendimento, a viúva e os órfãos herdaram móveis, escravos e inúmeras joias de ouro e prata. Tendo em vista ainda que o principal prédio da firma foi vendido em meio ao processo judicial, o patrimônio deixado pelo patriarca perfazia um total de 33:727\$287.<sup>230</sup>

No ano de 1870, seis anos após o falecimento do marido, Dona Constança já se encontrava casada em segundas núpcias com Carlos Bernardino de Barros, Capitão da Guarda Nacional da capital da província.<sup>231</sup> A partir daí, a matriarca e os órfãos fixaram residência em Porto Alegre, fato que deve ter promovido várias mudanças na vida dos pequenos. João de Barros Cassal, após os primeiros estudos, matricular-se-ia no Colégio Fernando Gomes, aqui já referido. Após um período como cadete do Exército, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, transferindo-se, na sequência, para o Recife, onde se tornou bacharel em Direito no ano de 1883.

No que se refere ao ensino proporcionado pela Faculdade de Direito do Recife, Lília Schwarcz destaca que a nova geração de professores – dos quais se destacaram Silvio Romero e Tobias Barreto – que passou a integrar seu quadro docente, a partir dos anos 1870, proporcionaria uma guinada teórica dentro da escola, à medida que buscavam dar ao Direito um estatuto científico. Schwarcz faz menção “à entrada de todo um jargão evolucionista que em Recife teve larga aceitação”, principalmente “depois das leituras que Tobias Barreto fez dos filósofos alemães e da difusão de autores como Spencer, Darwin, Littré, Le Pay, Le Bon e Gobineau”.<sup>232</sup>

Mas se o aprofundamento teórico e filosófico das principais correntes em voga no momento fazia parte do cotidiano dos discentes, ao mesmo tempo, a academia também se constituía num importante espaço de sociabilidade.<sup>233</sup> Clovis Bevilacqua, contemporâneo de

<sup>229</sup> Inventário de Innocencio Manoel Cassal. Alegrete, Ano 1864, Número 227, Maço 18, Estante 65, Cartório de Órfãos e ausentes (APERS).

<sup>230</sup> Inventário de Innocencio Manoel Cassal. Alegrete, Ano 1864, Número 227, Maço 18, Estante 65, Cartório de Órfãos e ausentes (APERS).

<sup>231</sup> Idem. O Capitão assumiria a condução do processo de inventário, em nome de dona Constança.

<sup>232</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 149. A respeito das diferenças entre as duas faculdades, Schwarcz destaca que “A fachada institucional encobriu diversidades significativas, que dizem respeito à orientação teórica, assim como ao perfil profissional característico de cada uma das escolas. São Paulo foi mais influenciada pelo modelo político liberal, enquanto a Faculdade de Recife, mais atenta ao problema racial, teve nas escolas darwinista social e evolucionista seus grandes modelos de análise. Tudo isso sem falar do caráter doutrinário dos intelectuais da faculdade de Pernambuco, perfil que se destaca principalmente quando contrastado com o grande número de políticos que partiam majoritariamente de São Paulo”. (SCHWARCZ, 1993, p. 143).

<sup>233</sup> “Além dos exercícios escolares, lições, sabatinas e dissertações, eram ocupações intelectuais dos moços as revistas, os jornais de efêmera duração, as sociedades literárias, os clubes políticos, os panfletos de crítica, os

Barros Cassal na Faculdade, destaca que este era uma “individualidade das mais curiosas, inteligente, de princípios severos, bondoso ordinariamente e afetivo”, mas, “enfrentando, com desassombro, ou expondo ao ridículo a prepotência e as injustificáveis pretensões”.<sup>234</sup> A passagem pelo Recife teria lhe rendido ainda um oportuno casamento, a saber, com a irmã de Anníbal Falcão, pernambucano e também aluno da Faculdade. Ali também foi colega do rio-grandense Germano Hasslocher e contemporâneo de Homero Baptista, igualmente dissidentes do PRR nos primeiros anos republicanos.<sup>235</sup>

Diferentemente dos demais dissidentes e líderes do PRR, egresso da turma de 1883, Barros Cassal não retornou imediatamente ao Rio Grande. No ano de 1885, é possível encontrar notícias de que estava no Rio de Janeiro e lá participara da fundação de uma agremiação republicana, o Club Rio-Grandense Vinte de Setembro.<sup>236</sup> Somente em fins deste ano é que se encontra notícia de seu retorno<sup>237</sup>, e, na sequência, têm-se registros de que “pela primeira vez tomava parte nos trabalhos do Club Republicano desta capital”.<sup>238</sup> De volta, a Porto Alegre, em seguida monta banca de advogado, passando a oferecer seus serviços em anúncios do jornal *A Federação*.<sup>239</sup>

Já em 1888, participou da reunião em que o *Club Bento Gonçalves*, decidindo ampliar suas atividades, transformou-se em *União Republicana* (agremiação depois referida por Castilhos como o ‘foco da dissidência’).<sup>240</sup> Não obstante, como os demais dissidentes republicanos, Barros Cassal também foi colaborador de *A Federação*, seja fornecendo apoio financeiro à folha, seja através de contribuição por meio de artigos e escritos, conforme atesta a correspondência de Castilhos, igualmente já mencionada. Além disso, ele também teve participação na Comissão Executiva de 1888, período em que, provavelmente, aproximou-se mais de Demétrio Ribeiro, dela também membro.<sup>241</sup>

livros de versos. A maioria dos estudantes era, no meu tempo, republicana; mas alguns não se desprendiam da influência de suas famílias, e se faziam religionários dos partidos monarquistas”. (BEVILACQUA, Clovis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. V. 1. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927, p. 448.)

<sup>234</sup> BEVILACQUA, Clovis. Op. Cit., p. 169.

<sup>235</sup> Idem, p. 254.

<sup>236</sup> Jornal *A Federação*, 25/09/1885. Acervo da HDB. De acordo com a notícia, o Club foi criado por iniciativa dos Drs. Álvaro Chaves, Bruno Chaves e Romaguêra Correa. Também participavam do clube Jose Barbosa Gonçalves e Annibal Falcão, cunhado de Barros Cassal.

<sup>237</sup> Jornal *A Federação*, 12/10/1885. Acervo da HDB.

<sup>238</sup> Jornal *A Federação*, 19/10/1885. Acervo da HDB.

<sup>239</sup> “O advogado Barros Cassal tem seu escritório à Rua dos Andradas, n. 76, onde reside. Porto Alegre”; (Fonte: Jornal *A Federação*, 07/11/1885. Acervo da HDB).

<sup>240</sup> Jornal *A Federação*, 26/03/1888. Acervo da HDB.

<sup>241</sup> Já dissidente, e tal qual Demétrio Ribeiro, denunciou que a Comissão havia perdido suas funções e que Castilhos e *A Federação* vinham se pronunciando em nome dela. O trecho a seguir é bastante ilustrativo desse descontentamento: “A Federação convidou ontem os eleitores republicanos da capital a se reunirem domingo, à noite, no Teatro América, a fim de em eleição prévia designarem-se os candidatos às próximas eleições municipais. O convite trouxe como assinatura o seguinte: ‘Comissão Executiva’. Mas quais serão os membros

Em 1889, inclusive, temos notícia de que, junto ao Dr. Demétrio Ribeiro, excursionava pelo interior do Rio Grande realizando conferências públicas em vários municípios.<sup>242</sup> Chegada a Proclamação da República, continuaria se projetando crescentemente frente ao partido. Já em 16 de novembro de 1889 foi nomeado Chefe de Polícia do Estado, posto no qual permaneceu até 10 de janeiro de 1890, quando pediu exoneração do cargo. Nesse mesmo mês, na ausência de Castilhos, assumiu a redação de *A Federação*, tendo se responsabilizado pela folha, pelo menos até meados de abril de 1890.<sup>243</sup> Nessa conjuntura, discutiam-se várias questões importantes, a exemplo da reforma bancária conduzida pelo ministro Rui Barbosa, e que levou ao desligamento de Demétrio Ribeiro do Ministério da Agricultura. Portanto, no momento em que vários assuntos de peso no cenário nacional estavam sendo discutidos – e que, igualmente, pesavam e/ou interferiam na dinâmica interna regional –, era Barros Cassal quem estava à frente do principal órgão do PRR.

Depois de assumir certo protagonismo junto à “menina dos olhos de Castilhos” ao longo deste interregno, percebe-se uma nova e considerável projeção da figura de Barros Cassal no cenário político, após um *meeting* que causou grande agitação e, conseqüentemente, comoção entre os correligionários republicanos. Em treze de maio de 1890, a comemoração ao aniversário da Abolição da Escravatura promovida pela *União Republicana*, acabou em confronto entre a polícia e os manifestantes; algumas pessoas foram mortas e outras feridas, dentre elas o Dr. Barros Cassal, baleado no meio da confusão.<sup>244</sup>

Tendo em vista a leitura de *A Federação*, percebe-se que os republicanos exploraram fortemente esse episódio, o que acabou gerando uma nova mudança na administração do Estado, que passou às mãos do General Carlos Machado Bittencourt. Nessa conjuntura, pois, é possível detectar um crescente aumento de popularidade de Barros Cassal, uma vez que, diariamente, o jornal dava notícias sobre o seu estado de saúde, publicava manifestações de

---

dessa tal comissão executiva? Perguntamos nós. Ninguém o sabe. Tudo quanto se conhece a respeito, é que o último congresso do partido republicano em 1888, reunido em Santa Maria, elegeu a Comissão Executiva Central, que ficou composta dos seguintes cidadãos: Ernesto Alves, Pacheco, Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, Orlando Coelho e Luiz Leseigneur. Dos cidadãos acima referidos, um dos mais ilustres, Ernesto Alves, é morto. Os outros, parece-nos, quando o partido republicano se dividiu em *grupo do Barão de Lucena* e em *partidários da República*, ficaram pertencendo a esta última parcialidade, precisamente no pólo oposto ao em que se encontra a *igrejinha da Federação*. E, pois, quais dos indicados cidadãos aqueles que deram o seu assentimento ao tal convite? Nenhum, afirmamo-lo com segurança. (Fonte: Jornal *O Rio Grande*, 10 de setembro 1891. Acervo do IHGRGS. Grifos nossos).

<sup>242</sup> Jornal *A Federação*, 08/11/1889. Acervo da HDB.

<sup>243</sup> Jornal *A Federação*, 13/01/1890. Acervo da HDB.

<sup>244</sup> Nessa conjuntura, governava o Estado do Dr. Silva Tavares. Sua administração ficou marcada pelas inúmeras nomeações de antigos conservadores – em detrimento dos republicanos – para os principais cargos auxiliares do governo.

apreço de correligionários do interior, divulgava visitas recebidas e contatos feitos por republicanos de prestígio de fora do estado, tal como Francisco Glycerio.<sup>245</sup>

Refeito do incidente e tendo sua notabilidade bastante aumentada a partir dali, Cassal ascendeu à chefia da *União Republicana*, tendo sido, de acordo com a imprensa, “unanimemente aclamado presidente da agremiação”.<sup>246</sup> Já nesse período, o Dr. Júlio encontrava-se no Rio de Janeiro, de onde retornou comprometido com a candidatura de Deodoro à presidência da República. Ainda nessa conjuntura, jornais antagônicos à *Federação* já afirmavam que o Dr. Demétrio Ribeiro estaria sendo visivelmente alijado da direção do partido republicano.<sup>247</sup>

Do retorno da viagem ao Rio de Janeiro, seguiram-se uma série de discordâncias e atritos entre Júlio de Castilhos e Antão de Faria. Essas querelas, embora tenham tomado como argumento oficial as diferentes posições em relação à candidatura Deodoro, estavam relacionadas ao ‘caso Fanor Cumplido’, ocorrido na mesma conjuntura, (rapidamente referido aqui e que será explorado de forma pormenorizada no próximo capítulo). Por ora, basta dizer que a questão estava relacionada à entrega do serviço de colonização à iniciativa privada. Atritando-se com o Dr. Júlio, Antão de Faria recebeu o apoio de Demétrio Ribeiro – bem como de outros correligionários, tais como Germano Hasslocher, que já então colaborava, como dissidente, para o jornal *A Reforma*.

Tendo o Dr. Antão recebido o apoio de Demétrio Ribeiro no debate estabelecido através da imprensa, na sequência, é perceptível uma grande divisão dentro da *União Republicana*. Em encontro promovido em agosto, teria ocorrido acalorada discussão entre ‘castilhistas’ e ‘demetristas’, sinalizando, desde já, a existência de duas facções bem definidas – e seus respectivos chefes – dentro do partido, nessa conjuntura.<sup>248</sup> Barros Cassal, então presidente da agremiação, seja por afinidade de interesses, seja por compartilhar insatisfações em relação à Castilhos, alinhou-se aos outros dois descontentes, ocasionando uma das primeiras e mais conhecidas dissidências no PRR.

A divisão ocorrida na *União Republicana* refletia o cenário partidário, permeado por intensas disputas naquele momento. Nesse sentido, é importante demarcar desde já que o

<sup>245</sup> Jornal *A Federação*, 19/05/1890. Acervo da HDB.

<sup>246</sup> Jornal *A Federação*, 16/06/1890. Acervo da HDB.

<sup>247</sup> MORITZ, Gustavo. **Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul: partes I e II**. AXT, Gunter [et.al.] (Orgs.). Porto Alegre: Procuradoria-Geral da Justiça, Projeto Memória, 2205.

<sup>248</sup> O atrito, conforme noticiou a imprensa, esteve relacionado à indicação dos senadores à Assembleia Constituinte Federal. *A União Republicana*, contando com um grande número de adeptos de Demétrio Ribeiro, apresentou o seu nome em assembleia à senatoria à constituinte, para o que se devia excluir um dos três candidatos que figuravam na chapa montada por Castilhos (composta General Júlio Anacleto Falcão da Frota, Pinheiro Machado e Ramiro Barcelos.)

material empírico examinado traz importantes indícios de que os desacordos em torno de questões ideológicas mais profundas são uma explicação insuficiente para o processamento dessa dissidência. As fontes investigadas indicam que era a rivalidade entre algumas chefias – observe-se a perda de poderes de Demétrio Ribeiro e o ascendente de Barros Cassal, ambos em relação à Castilhos – e a possibilidade de beneficiamento de amigos correligionários, que estavam no centro da ação política de cada um destes indivíduos, e igualmente incidiram sobre as rupturas. Partindo, pois, de uma lógica de afinidades e/ou da identificação de interesses em comum, configurou-se uma coalizão que passou a disputar poder e prestígio, com um agrupamento rival, também conformado a partir dos mesmos princípios, e que tinha como principal líder o Dr. Júlio de Castilhos.

Tal qual no caso da primeira dissidência, cremos que as diferenças ideológicas não sejam causa suficiente para explicar a conformação de duas grandes facções, que passam a disputar o comando estadual e do PRR, na conjuntura de 1907. Dito de outro modo, parte-se do pressuposto de que o processamento da segunda dissidência, igualmente esteve relacionado a uma tentativa de afirmação político-eleitoral por parte de facções rivais, e de seus respectivos líderes, que passam a competir entre si, em determinado momento. A diferença é que, na segunda década republicana, em lugar de Castilhos, Borges de Medeiros era quem se afirmava enquanto principal liderança do PRR e, do outro lado, era Fernando Abbott o principal ego do grupo ligado à segunda dissidência.

### **3.2 A segunda dissidência**

O protagonismo do líder Fernando Abbott na segunda dissidência é consenso entre os principais trabalhos sobre a política no cenário rio-grandense da Primeira República. A cisão ocorrida nos quadros do PRR em 1907 tem sido relacionada, de forma unânime, às rivalidades em torno do acesso e/ou manutenção do principal posto político no cenário regional: o de governador do estado e chefe do PRR, no que foram privilegiadas, pela maioria dos autores, as divergências ideológicas entre as duas facções em disputa.<sup>249</sup>

Analisando o itinerário político de Fernando Abbott, contudo, os aspectos ideológicos historiograficamente salientados como motivação para a dissidência têm sua importância significativamente abrandada. O exame de correspondências políticas, por exemplo, indica

---

<sup>249</sup> Exceções são os trabalhos de Axt e Grijó, conforme referimos no capítulo 2.

que sua ruptura com o partido foi o ponto culminante de uma disputa entre duas facções do PRR – uma liderada por ele próprio e a outra liderada por Borges de Medeiros, e que contava com o apoio de Pinheiro Machado – em torno do topo da hierarquia partidária e administrativa estadual, processo que vinha se desenrolando desde 1903, após a morte de Júlio de Castilhos.

A avaliação de algumas de suas tomadas de posição no jogo político – no que será considerada também a ação de personagens correlacionados – poderá evidenciar de que modo, paulatinamente, formou-se uma coalizão que tinha em vista o acesso ao governo do Estado e, igualmente aos comandos locais, esfera importante para a sua sustentação. Se a disputa entre as duas facções se apresentou já nas eleições municipais de 1904 (primeiro evento eleitoral pós-morte de Castilhos), o momento mais definitivo, e que originou a segunda dissidência, colocou-se nas disputas pelo governo estadual em 1907, apresentando-se, mais uma vez, nas eleições municipais de 1908, onde, igualmente, os líderes das duas facções – e seus respectivos aliados ou indicados a Intendência de Porto Alegre – concorreram entre si.

Outros personagens envolvidos nessa coalizão, que ganhou contornos muito mais definidos nas vésperas de 1907, também nos ajudarão a demonstrar que a lógica que regia as disputas nesse momento, não esteve relacionada, primordialmente, à ideologia partidária (ou a uma suposta rivalidade entre “positivistas” e “liberais”), tendo, ao contrário, maior relação com questões relativas ao prestígio, a honra e ao acesso a (maiores) recursos e benefícios variados por parte dos agrupamentos políticos que compunham o partido. O caso de Aparício Mariense da Silva, também dissidente em 1907, e de apoiadores como Assis Brasil, Antão de Faria, e Arthur Pinto da Rocha trarão à tona interesses individuais que pesaram para o rompimento e/ou alinhamento a coalizão abbotista, no que se destaca, desde já, a perda de importância ou relativa exclusão do jogo político que vinha sendo vivenciado por todos eles e, igualmente, o desejo compartilhado de assumir melhores posições naquele cenário.

### **3.2.1 Fernando Abbott**

Começemos pelo principal líder da coalizão que fez oposição ao governo e à candidatura oficialmente apoiada pela facção borgista, esta última instaurada no comando partidário e administrativo estadual naquele momento. Os dados referentes à origem social e familiar de Fernando Abbott apontam que o mesmo nasceu em São Gabriel, município integrante da região da campanha, no ano de 1857, sendo filho de Zeferina Fernandes Abbott

e do médico e comendador Jonathas Abbott.<sup>250</sup> Dona Zeferina, a matriarca, era “filha primogênita do charqueador e estancieiro Joaquim Fernandes Barbosa”, o que sugere a vinculação da família com o mundo rural e as atividades pecuaristas.<sup>251</sup> Ainda assim, no inventário *post-mortem* dos bens deixados quando do falecimento do comendador, há uma listagem considerável de imóveis urbanos – ao todo são trinta e sete propriedades, entre casas, terrenos, meias-águas, um sobrado e um armazém de esquina – que junto a duas chácaras, alguns móveis domésticos e uma pequena biblioteca perfaziam um patrimônio avaliado em 58:081\$000 réis.<sup>252</sup>

Uma observação mais detida da família nos fornece informações importantes acerca de seu envolvimento com a medicina e a política. Jonathas Abbott formou-se em Medicina em Salvador por volta de 1850, tendo ingressado no corpo de saúde do Exército e sido transferido ao Rio Grande do Sul durante a Guerra contra Oribe e Rosas. Terminada essa, radicou-se em São Gabriel, onde passou a dirigir o hospital do regimento de artilharia, passando a trabalhar depois como médico particular. A Santa Casa de São Gabriel teve no comendador um grande idealizador, fato que se repetiu com a Loja Maçônica Rocha Negra, da qual foi um dos fundadores.<sup>253</sup> Após os vários serviços prestados, Jonathas Abbott foi agraciado com as comendas da Imperial Ordem da Rosa e da Imperial Ordem de Cristo. No município de São Gabriel, envolveu-se com o movimento abolicionista, além de ter sido, também, uma das principais lideranças do Partido Conservador.<sup>254</sup>

Fernando e João Abbott, filhos do comendador, seguiram os passos do pai no que se refere à escolha profissional, tornando-se, também eles, médicos de referência na região. Já no que diz respeito à política, ambos aderiram ao republicanismo na década de 1880, tornando-se lideranças destacadas do PRR, especialmente o primeiro, que alcançou os principais postos políticos do estado (presidente e vice-presidente) em algumas oportunidades.

---

<sup>250</sup> Os dados biográficos de Fernando Abbott estão presentes em: SPALDING, Walter. Op. Cit.; MARTINS, Ari. Op. Cit.; FRANCO, Sergio da Costa. Op. Cit.,

<sup>251</sup> SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande**. III Volume. Porto Alegre: Sulina, 1973, p. 8.

<sup>252</sup> Inventário de Jonathas Abbott. São Gabriel, nº 414, maço 24, estante 107. Ano 1887. Cartório de Órfãos e Ausentes (APERS).

<sup>253</sup> FIGUEIREDO, Osório Santana. **São Gabriel desde o princípio**. 2. Ed. Santa Maria: Pallotti, 1980. Ainda, de acordo com Walter Spalding, o Dr. Jonathas Abbott “médico de renome, simples e humanitário, tornou-se verdadeiro ídolo da população gabrielense e jamais deixou de atender quem quer que fosse, a qualquer hora do dia e da noite. É tradição em São Gabriel que o Dr. Jonathas Abbott mais de uma vez deixara o almoço ou jantar em meio para ir em visita, a chamado, a um miserável que dele estava precisando no Hospital da Santa Casa. Esta fora fundada, em 1855, por um grupo de cidadãos, tendo à testa do Dr. Jonathas Abbott” (SPALDING, Walter. *Construtores*.... p. 8).

<sup>254</sup> Além disso, o vínculo familiar com a política conservadora também se dava através do matrimônio da primogênita Cecília (irmã de Fernando Abbott) com o Dr. João Borges Fortes Filho, cujo pai era o grande chefe do Partido Conservador na região da campanha. O Doutor Borges Fortes foi deputado provincial e geral por vários anos.

Conforme já salientado, um passo importante para o sucesso na carreira política, no Brasil oitocentista, era a obtenção de um diploma de curso superior. Nesse sentido, Fernando Abbott seria mais um dos membros da elite política rio-grandense a buscar o título de doutor nas academias imperiais, deixando São Gabriel e, em seguida, Porto Alegre, onde realizara os preparatórios. Abbott matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, concluindo o curso no ano de 1880.<sup>255</sup> Nessa mesma instituição, inclusive, seu opositor nas eleições de 1907, Carlos Barbosa Gonçalves, diplomou-se algum tempo antes (mais precisamente no ano de 1875).

Assim como nas demais instituições de ensino imperiais, professores e acadêmicos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro envolviam-se com a política, no que se destacava sua militância nos movimentos abolicionista e republicano. A respeito da adesão aos principais sistemas filosóficos do período, Lycurgo Santos Filho destaca que: “Alguns médicos de antanho foram ‘materialistas’ e outros foram ‘lamarckistas’ e ‘darwinistas’”; muitos deles, a partir de meados do século passado, teriam adotado a filosofia de Augusto Comte, ao que completa Santos Filho: “tornou-se moda, de 1870 a 1889, mais ou menos, principalmente na Faculdade de Medicina do Rio, pertencerem os jovens acadêmicos ao partido republicano e adotarem, como religião, o positivismo”.<sup>256</sup>

Tal qual indica Santos Filho para a maioria dos alunos da Faculdade daquele período, Fernando Abbott também simpatizava com a doutrina positivista. Logo, a passagem pela academia teria sido importante no sentido de oferecer fundamentos filosóficos que deram base à sua reivindicação por reformas, nos últimos anos do Império. Do mesmo modo, a afinidade ideológica que tinha com Júlio de Castilhos, além do laço de amizade que criaram, certamente, facilitou a constituição e manutenção da aliança política estabelecida entre ambos, e que perdurou até o ano do falecimento de Castilhos (1903).

A medicina, enquanto profissão, em fins do século XIX, se constituía numa importante fonte de capital político e social que, passou a ser utilizado quando do retorno dos recém-formados às suas regiões de origem. De acordo com Edmundo Campos Coelho, “existe na medicina este componente essencial que a diferencia tanto de outras profissões: a relação imediata, individualizada e íntima com o paciente, uma das fontes do poder profissional”.<sup>257</sup> De fato, para Fernando Abbott, a posse do título acabou por se tornar um atributo importante

---

<sup>255</sup> Para a elite política rio-grandense de modo geral, a maioria dos indivíduos que optaram pelo curso médico, realizaram-no na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em detrimento do mesmo curso, existente na Bahia. (VARGAS, Jonas. Op. Cit.; GRIJÓ, Luiz. Op. Cit.).

<sup>256</sup> SANTOS FILHO, Lycurgo. **História da Medicina no Brasil** (do século XVI ao século XIX). São Paulo: Editora Brasiliense, 1947, p. 419.

<sup>257</sup> COELHO, Edmundo. Op. Cit., p. 200.

em relação aos correligionários, que nele reconheciam uma possibilidade de influência social e, portanto, de exercício de liderança.

Tão logo retornou a São Gabriel, depois de formado, passou a exercer a profissão no município e, concomitantemente, a participar das reuniões do Clube Republicano local, fazendo, a partir daí, suas primeiras incursões na política gaúcha. Abbott tornou-se uma importante liderança naquele cenário, disponibilizando sua residência para a realização das sessões do Clube e, tendo sido eleito presidente e vice-presidente da agremiação em várias oportunidades (especialmente depois da retirada de Joaquim Francisco de Assis Brasil para Porto Alegre, para exercer o cargo de deputado).<sup>258</sup> Outro indício do reconhecimento de sua influência e liderança – o que tinha relação, inclusive, com a sua atividade profissional – é a reivindicação dos correligionários para que seu nome constasse nas circulares eleitorais, pois “ele é médico e tem popularidade inegável nos distritos”.<sup>259</sup>

Do mesmo modo que os demais líderes republicanos (e, do mesmo modo que os demais dissidentes do PRR), a propaganda realizada junto à imprensa foi uma marca do itinerário político de Fernando Abbott. Em São Gabriel, foi editor de *O Precursor*, projeto liderado por Assis Brasil, já referenciado aqui, além disso, participado ativamente também do jornal *A Federação*. De forma análogo à maioria dos demais líderes do PRR, Abbott foi eleito representante nos Congressos Republicanos, tendo sido também candidato às deputações pelo PRR na década de 1880.

Já no período republicano, é possível perceber que, sem demora, acessou os principais postos políticos do estado, o que nos ajuda a dimensionar sua influência e prestígio perante as demais lideranças partidárias e também entre os correligionários. Afora ter sido um dos membros do seletivo grupo de Constituintes Federais de 1891 – e também deputado da primeira legislatura –, o Dr. Fernando governou o Estado interinamente em duas oportunidades. Na primeira delas (16/03/1891 a 14/07/1891) Abbott encaminhou e presidiu os trabalhos de organização constitucional do Estado, preparando ainda a eleição que colocou Castilhos na presidência. No segundo período (26/09/1892 a 24/01/1893) o PRR já sofria forte oposição por parte da primeira dissidência e também dos federalistas, tendo, inclusive, o governo do Dr. Abbott ficado marcado pela forte opressão e violência para com os adversários políticos.

---

<sup>258</sup> Abbott foi vice-presidente em 1885, ano da última presidência de Assis Brasil. Na sequência, as reuniões passaram a ocorrer na casa do Dr. Fernando e, já em 1886, ele era o presidente da agremiação, posto para o qual foi reeleito em 1887, último ano de que temos registro dos trabalhos do Clube. (Fonte: Livro de Atas do Clube Republicano de São Gabriel (1881-1887) Acervo do Museu João Pedro Nunes (São Gabriel).)

<sup>259</sup> Livro de Atas do Clube Republicano de São Gabriel (1881-1887) Acervo do Museu João Pedro Nunes (São Gabriel). Sessão de 15 de dezembro de 1885.

Posteriormente, teve destacada atuação na Revolução Federalista, onde comandou junto a Pinheiro Machado e Aparício Mariense da Silva a Divisão do Norte, conhecida por vários sucessos junto aos adversários. O papel exercido no contexto revolucionário agregou-lhe ainda mais prestígio político.<sup>260</sup> Na sequência, entre os anos de 1894 e 1897, esteve vinculado ao governo federal, tendo exercido o posto de Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário do Brasil na Argentina. Depois desse período, seus registros biográficos são unânimes em não referir o exercício de nenhum posto político, até sua dissidência do PRR ocorrida em 1907.

Contudo, o material empírico analisado indica que ele foi nomeado, novamente, vice-presidente do Estado, em março de 1900, permanecendo no cargo até meados de 1902.<sup>261</sup> Embora a vice-presidência estadual possa parecer, à primeira vista, um espaço de consagração, na prática, o Dr. Abbott não participou de nenhuma ação do governo, visitava a capital esporadicamente e seguiu chefiando o Partido Republicano de São Gabriel, conforme sugere a leitura do órgão partidário oficial.

Apesar de sua dissidência ter se processado apenas em 1907, já a partir de 1902, sua candidatura à presidência do Estado foi tema de debates na imprensa. Nesse ano, *A Federação* noticiou que o Dr. Aureliano Barbosa – que há pouco havia declarado hostilidade ao governo do estado e à direção central do PRR –, tendo fundado um novo partido em Itaqui, vinha apresentando aos sequazes locais a candidatura Abbott à eleição presidencial.<sup>262</sup> Embora o Dr. Fernando tenha prontamente declarado que permanecia solidário com o PRR, é importante registrar que, naquele momento, ele já era considerado uma liderança destacada a ponto de poder disputar a eleição com Borges de Medeiros. Em outras palavras, seu papel e importância na cadeia de líderes-seguidores<sup>263</sup> do PRR eram, sem dúvida, bastante reconhecidos pelos demais republicanos.

A partir dessa conjuntura, é possível perceber uma série de mudanças de posições por parte de vários agentes, o que inclui rupturas com o PRR e, igualmente, tentativas de formulação de novas alianças que possam fazer frente à liderança partidária de Castilhos e de Borges de Medeiros. A título de exemplo, em 1903, ainda antes da morte de Castilhos, *A Federação* noticiou que Joaquim Francisco de Assis Brasil vinha incitando cizânias dentro do

<sup>260</sup> Nos editoriais de *A Federação*, seu desempenho militar como uma das principais lideranças da Revolução foi sempre destacado, sendo frequentemente elogiadas a sua lealdade, capacidade de arregimentação e força política naquele momento.

<sup>261</sup> O presidente Borges de Medeiros nomeou Fernando Abbott em razão da vacância do cargo, após a renúncia do Dr. Cassiano do Nascimento, que se tornou deputado federal (*Jornal A Federação*, 17/03/1900. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira)

<sup>262</sup> *Jornal A Federação*, 13/11/1902. Acervo da HDB.

<sup>263</sup> LANDÉ, Carl. **Groups politics and dyadic politics...**

PRR. De acordo com a publicação, “depois de uma longa incubação”, em que teria servido de “máquina chocadora” o Dr. Assis Brasil, “saíram do ovo os tico-ticos da dissidência republicana de Bagé”, no que frisaram a figura do Dr. Pedro Osório, bastante conhecida desde os tempos da propaganda.<sup>264</sup> Referindo-se à Assis Brasil, o jornal assim afirmava:

Como falido político, o diplomata epicurista necessita de uma reabilitação. Para reabilitar-se, a sua vaidade só lhe sugere um expediente: ser o chefe de um grupo, de uma facção, que hostilize a Júlio de Castilhos. A população de Bagé sabe disso, foi testemunha do ódio, do despeito do Dr. Assis Brasil contra o chefe do partido republicano rio-grandense. Numas conferências, que andou fazendo em Bagé, sobre milho e cavalos, o Dr. Assis Brasil achou ensejo para atacar, com insinuações ridículas a personalidade política do Dr. Júlio de Castilhos. E todos sabem que o Dr. Pedro Osório, ligado intimamente ao nosso diplomata, era o promotor dessas conferências e andava com o Sr. Assis Brasil em charola por toda a parte, com o povo de Israel com o seu tabernáculo.<sup>265</sup>

Ressalvado o julgamento e a opinião ácida emitidas pelo órgão partidário, é importante chamar atenção para a notícia de que o Dr. Assis Brasil circulava pelo interior do Rio Grande, conversando com lideranças políticas diversas, na tentativa de articular um movimento de oposição ao PRR e à facção castilhista-borgista, instaurada no poder. Tal como Assis Brasil, tem-se notícia de que nesse mesmo ano, também o dissidente Homero Baptista, mais uma vez intentava organizar um partido de oposição, ao que *A Federação* criticava: “não se passa um ano que aquele patricio não apareça com o seu inocente fatcaz de fazer partido; mal descansa de uma empreitada e já surge noutra”<sup>266</sup>, ao que complementava:

Agora, o Sr. Homero enfezou o seu desequilíbrio com o do Sr. Aureliano Barbosa. E ambos, ilaqueando a boa-fé do velho general Hipólito, e não achando *no meio de tantas oposições* quem com eles embarque na cômica aventura, tiraram-se de seus cuidados, subiram aos seus tamanquinhos e telegrafaram ao leal e íntegro republicano, nosso ilustre amigo, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, de Jaguarão, pedindo-lhe apoio para o tal partido.

O Dr. Carlos Barbosa respondeu nos seguintes termos:

‘Continuo no meu posto de soldado intransigente do partido chefiado pelo Dr. Júlio de Castilhos’.

Eis aí o que se chama buscar lã e sair tosqueado.<sup>267</sup>

Logo, é possível depreender da leitura dos jornais que foram várias as tentativas de aliança que dissidentes buscaram estabelecer entre si nesse contexto, tendo, inclusive, se buscado cooptar o Dr. Carlos Barbosa Gonçalves para a oposição do PRR. Apesar de toda a

<sup>264</sup> Jornal *A Federação*, 01/06/1903. Acervo da HDB.

<sup>265</sup> Jornal *A Federação*, 01/06/1903. Acervo da HDB.

<sup>266</sup> Jornal *A Federação*, 02/10/1903. Acervo da HDB.

<sup>267</sup> Jornal *A Federação*, 02/10/1903. Acervo da HDB.

movimentação que vinha ocorrendo, o Dr. Fernando Abbott, nessa conjuntura permaneceu alinhado ao partido, alheio, portanto, ao movimento que vinha sendo protagonizado pela dissidência. Prova disso é que, logo após a morte de Castilhos, o Dr. Abbott – tratado como uma das principais lideranças partidárias pelo órgão oficial do partido – teria se manifestado a favor da investidura do Dr. Borges de Medeiros como chefe do Partido Republicano.<sup>268</sup>

No ano seguinte (1904), a agitação continuou, sendo possível encontrar registro de articulações entre o Dr. Homero Baptista e o Dr. Pedro Osório. Por sua vez, em carta escrita a Homero Baptista, Assis Brasil recusou-se a participar do novo partido, em fase de formulação. Em suas palavras: “Desde que me telegrafaste de Uruguaiana, respondi-te que, enquanto desempenhava comissão de confiança do governo, não poderia cogitar a política militante. Creio estar aí tudo explicado”.<sup>269</sup> Quanto à posição que tomaria, terminada sua missão junto ao governo federal, assim afirmava:

[...] Isso depende muito da observação direta das coisas aí e de conselho de muitos amigos, entre os quais ocupam uns dos primeiros corpos. Ainda, pois, que por dever de honra e cortesia, não me devesse abster enquanto estou a serviço do governo, não me poderia resolver a ação enquanto não fosse aí ver e observar pessoalmente as pessoas e as coisas.<sup>270</sup>

Portanto, interesses pessoais também se mesclavam, a todo o momento, à ação política dos dissidentes. Para Assis Brasil, naquele momento, era melindroso juntar-se ao partido que vinha sendo formado por Homero Baptista e Pedro Osório, dadas as funções por ele assumidas junto ao governo federal. Diante dessa e de outras recusas e incontingências, o movimento opositor não tomaria grandes proporções naquele momento. Desse modo, a formação de uma coalizão opositora de peso exigiria novas modificações, não só no quadro partidário, mas no cenário político regional como um todo.

Episódio importante nesse sentido foi um rearranjo partidário ocorrido logo após a morte de Castilhos, que acabou reincorporando ao PRR alguns dos membros da primeira dissidência, dentre eles, o recém-citado Homero Baptista. Em setembro de 1904, vemos A

<sup>268</sup> Jornal *A Federação*, 07/11/1903. Acervo da HDB. Ainda, de acordo com esse jornal: “À manifestação solene do ilustre Dr. Abbott, a que se seguiu a de outros chefes locais de valor e influência, juntaram-se desde logo a moção da Assembleia dos Representantes e as afirmações dos membros do Congresso Federal pela voz do eminente diretor, o ínclito senador Pinheiro Machado”.

<sup>269</sup> Correspondência de Joaquim Francisco de Assis Brasil a Homero Baptista. Petrópolis, 29/01/1904. s/n. Arquivo de Joaquim Francisco de Assis Brasil (Acervo do IHGRGS). Nesse momento, trabalhava ao lado do Barão de Rio Branco, na questão de limites entre o Brasil e a Bolívia, encerrada com a assinatura do Tratado de Petrópolis.

<sup>270</sup> Correspondência de Joaquim Francisco de Assis Brasil a Homero Baptista. Petrópolis, 29/01/1904. s/n. Arquivo de Joaquim Francisco de Assis Brasil (Acervo do IHGRGS).

*Federação* noticiar que o Dr. Homero, havia estado “em demorada palestra com o chefe Dr. Borges de Medeiros, na residência deste”, ocasião em que teria tomado a resolução de retornar ao partido.<sup>271</sup>

Para Fernando Abbott, por outro lado, o período posterior a morte de Castilhos seria de crescente afirmação de sua liderança, paralelamente a da dupla Borges de Medeiros-Pinheiro Machado. A análise de *A Federação* indica que o ano de 1905 foi bastante agitado, tendo o Dr. Fernando realizado várias viagens a Porto Alegre e excursões ao interior do estado, sendo recebido, em todas elas, com regozijo político. Em princípios de 1906, surge uma primeira notícia relativa à nova agitação da candidatura Abbott ao governo do Estado. Respondendo ao *Correio do Povo*, que a havia veiculado, *A Federação* afirmou com segurança que, “quase um ano e meio antes da eleição prevista, o eminente Dr. Borges de Medeiros, não é, nem nunca foi, aspirante à reeleição presidencial” e, do mesmo modo, “o nosso ilustre amigo Dr. Fernando Abbott, não autorizou o *Correio do Povo*, ou a quem quer que seja a promover qualquer agitação em torno do seu nome”.<sup>272</sup>

Em junho do mesmo ano (1906), o movimento continuava e *A Federação* acusava a imprensa federalista de “fomentar cizânias e intrigas e suscitar pretensões e rivalidades, explorando o nome do Dr. Fernando Abbott”.<sup>273</sup> Dessa vez, diferentemente da situação ocorrida nos idos de 1902, não foi possível encontrar registros de que Abbott tenha reafirmado sua solidariedade ao PRR, depreendendo-se daí que uma relativa autonomização vinha ocorrendo de sua parte em relação à direção partidária (ou, em outras palavras, que a rivalidade com a facção borgista havia aumentado consideravelmente).

Ao mesmo tempo, é possível perceber que ocorreu uma aproximação entre o Dr. Fernando e Assis Brasil, antigos aliados políticos. Nessa conjuntura, este último já havia finalizado sua missão junto ao governo federal, estando, portanto, livre para exercer a atividade militante. N’ *A Federação*, encontramos menções a trabalhos desenvolvidos conjuntamente pelos dois gabrielenses, em âmbito municipal, especialmente em torno de um *Centro Gabrielense*, que tinha como intuito desenvolver a economia local.

Essa proximidade passou a preocupar as demais lideranças partidárias, a ponto de o Dr. Vitorino Monteiro oferecer um almoço aos Drs. Fernando Abbott e Assis Brasil, na

<sup>271</sup> Jornal *A Federação*, 02/09/1904. Acervo da HDB. Nessa ocasião, além dos irmãos Homero e Álvaro Baptista, outros antigos dissidentes também seriam reincorporados, a exemplo de Antão de Faria e Francisco Miranda. O caso será melhor explorado no capítulo seguinte.

<sup>272</sup> Jornal *A Federação*, 27/04/1906. Acervo da HDB.

<sup>273</sup> Jornal *A Federação*, 07/07/1906. Acervo da HDB. De acordo com *A Federação*, vários jornais vinham noticiando essa agitação e insinuando dissensões dentro do PRR, a exemplo do *Diário Popular*, de Pelotas, do *Correio do Povo*, de *A Reforma* e do *Correio Mercantil* (conforme dados retirados de *A Federação*, 27/04/1906 e 07/05/1906. Acervo da HDB).

tentativa de reunir o partido. A recepção, ocorrida em setembro de 1906 – às vésperas do lançamento das candidaturas estaduais – foi presidida pelo senador Pinheiro Machado, que, naquela oportunidade, “disse serem conhecidas as suas opiniões, pois sempre apelara para a união e conagração dos batalhadores do regime”, acrescentando ainda que “o estandarte republicano estava desfraldado para abrigar a todos que quiserem colaborar no novo regime”.<sup>274</sup>

Contudo, a tentativa de promover a solidariedade republicana, estratégia para barrar a coalizão que então se formava, não seria eficiente. Em princípios de fevereiro de 1907, em visita ao interior do estado, o senador Pinheiro Machado foi surpreendido com uma nova agitação da candidatura Abbott, respondendo, naquela oportunidade, que “como soldado disciplinado, o Dr. Fernando aceitaria o cargo que o partido republicano lhe indicasse, para nele exercer a sua proficua atividade”.<sup>275</sup> No mês seguinte, em meados de março, a direção partidária indicou Abbott para uma vaga aberta à senatoria; a alta posição que o PRR lhe oferecia naquele momento, porém, seria recusada por ele.<sup>276</sup>

A cadeira de senador era uma das mais desejadas, logo, constituía-se no principal (talvez o único) trunfo com que o PRR contava para encerrar a questão da candidatura Abbott à presidência, bem como de barganhar a permanência do Dr. Fernando no partido. Não obstante, a vaga gerava certo afastamento de seu ocupante em relação ao cenário regional e igualmente das questões a ele intrínsecas. Sendo assim, a indicação de Abbott era muito mais conveniente ao PRR do que ao próprio Dr. Fernando, naquela conjuntura. Diante de sua recusa em concorrer à senatoria a direção partidária achou conveniente registrar aos correligionários que:

[...] Ao tratar a direção do partido do preenchimento da vaga de senador, certamente sua primeira indicação recaiu em um dos dignos veteranos de grandes serviços e reais merecimentos, o ilustre Dr. Fernando Abbott. Era mesmo antiga aspiração de o partido republicano vê-lo na sede da Federação, ao lado de Pinheiro Machado e dos representantes do Estado, na missão gloriosa de

<sup>274</sup> *Jornal A Federação*, 06/09/1906. Acervo da HDB.

<sup>275</sup> *Jornal A Federação*, 01/02/1907. Acervo da HDB. Narra *A Federação* que, em seu discurso, o Dr. Pinheiro referiu-se “ao vivo interesse que se nota no seio do partido republicano para a escolha do futuro presidente do estado, sendo certo que ainda é cedo para se cogitar tal assunto. Declara, porém, que não há candidatos; que a disciplina partidária não tolera que alguém se apresente candidato ao cargo referido; que felizmente no seio do partido existe arregimentação e que jamais alguém se apresentou candidato a qualquer investidura”, [...] “por isso acredita que jamais podia ter o Dr. Fernando Abbott autorizado semelhante agitação”, completando ainda que sentia “necessidade de falar em público no assunto, porque a calúnia avolumava-se e procura mesmo, para empanar um sol que brilha, fazer com que haja suspeição. É preciso esmagá-la. Fala para o bem do Dr. Fernando e para o bem do partido”

<sup>276</sup> Na escala das indicações partidárias, o posto de senador era o mais alto. Havendo pouca renovação no cargo, inclusive porque se tratavam de menor número de vagas, comparativamente à deputação, o posto acabava por tornar-se ainda mais cobiçado.

dilatar a nossa ação e de estender o nosso regime tipicamente republicano além das fronteiras do Estado [...]  
 Infelizmente, ainda desta vez, o conspícuo patricio e amigo desejando continuar a exercer a sua leal cooperação fora de funções eletivas ou de nomeação, ofereceu cabal recusa à indicação de seu nome para senador pelo partido republicano do Rio Grande do Sul.<sup>277</sup>

A vaga de senador, naquele momento, não interessava a Fernando Abbott. Tendo seu nome agitado à presidência estadual em vários municípios, consciente de sua popularidade junto aos correligionários e, igualmente, do apoio de líderes dissidentes da alçada de Assis Brasil e, de outros adversários do PRR que “há tempos o rondavam”<sup>278</sup>, abriu mão da prestigiosa posição que o partido ora lhe oferecia, em nome de outra, mais conveniente e capaz de trazer maiores benesses a ele e a sua facção.

Em resumo, todas as alterações pelas quais, desde 1903, passou o cenário regional, acabaram criando condições favoráveis para a candidatura Abbott em 1907 ou, de modo mais amplo, para a constituição de duas grandes coalizões que disputariam, no caso de uns, o acesso ao comando estadual e, no caso de outros, a permanência nele. Não sendo aceita pela direção partidária a candidatura Abbott, processou-se a dissidência desse líder, que seria acompanhada por vários outros correligionários, de maior ou menor peso no cenário regional.

Logo, a partir da reconstrução do itinerário político de Fernando Abbott – e levando em conta, posições tomadas por outros agentes no cenário estadual – é possível destacar novos elementos às reflexões historiográficas acerca da segunda dissidência e de suas motivações. Adepto do positivismo, questões referentes à ideologia partidária não pareciam estar em pauta no período anterior à sua dissidência, uma vez que não nos foi possível encontrar nenhum registro de qualquer polêmica nesse sentido. Na verdade, o suposto incômodo com os princípios que vinham sendo defendidos pelo PRR só aparece bem depois da derrota do Dr. Fernando nas eleições, mais especificamente, no momento de fundação do Partido Republicano Democrático, em 1908.

Assim, dentre as motivações para a segunda dissidência não parecem ter tido grande peso os desacordos em termos de ideologia, mas sim, as rivalidades em torno do acesso ao principal posto de prestígio partidário/estadual. Em busca dessa posição, aos poucos se constituíram alianças políticas que tinham como base a afinidade de interesses, mas também

<sup>277</sup> Jornal *A Federação*, 09/03/1907. Acervo da HDB. Acabou sendo indicado para a vaga de senador o Dr. Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro.

<sup>278</sup> Jornal *A Federação*, 12/04/1907. Acervo da HDB. Ainda, de acordo com essa publicação “Há um horror de tempo que rondavam em torno de sua pessoa adversários do partido nosso, declarados uns, disfarçados outros, mas no mesmo fito todos, de discórdias semearem pelo campo vasto e fecundo em que nossa atividade expande-se”.

vínculos de amizade e confiança. Lembre-se que, ainda antes de Fernando Abbott (“positivista”) tornar-se dissidente, ele já estava alinhado à Assis Brasil, “liberal”, mas também conterrâneo e antigo colega de militância. Por outro lado, Aparício Mariense da Silva (de quem praticamente não se encontra referência à ideologia professada, parecendo estar sempre mais preocupado com as questões da pequena política) igualmente, tornou-se dissidente, alinhando-se a ambos e, posicionando-se contrariamente à facção borgista. A trajetória deste último, inclusive, deve ser examinada a fim de se chamar a atenção para outros elementos que integravam o jogo político, capazes de gerar não somente atritos entre as lideranças do PRR, mas também afastamentos temporários ou definitivos da agremiação.

### 3.2.2 Aparício Mariense da Silva

Aparício Mariense da Silva era natural de São Borja, município destacado pelo envolvimento com as atividades pecuaristas e integrante da região missioneira. Nasceu Aparício Mariense em 1856, na Estância do Retiro, propriedade de seus pais, Manuel Francisco da Silva (Duduca) e Francisca Alves da Silva.<sup>279</sup> O inventário *post-mortem* da matriarca, já viúva, sugere a vinculação da família com a criação de gado. São inúmeras as propriedades rurais deixadas como herança (dentre elas campos e chácaras), além de três casas no centro da cidade, junto à Praça de São Borja. Consta ainda um número significativo de animais, dentre eles, 1435 reses de criar, 50 cavalos e 283 éguas. O patrimônio, que incluía bens de raiz, semoventes e algumas ações da Companhia Hidráulica de Porto Alegre foi avaliado num total de 66:428\$400.<sup>280</sup> Partilhada a herança, Aparício, que tinha apenas uma irmã, dedicou-se a dar continuidade ao negócio familiar. Vestígio disso é que a “Estância Duduca”, outrora pertencente aos pais, aos poucos foi sendo arrematada por ele, que de quando em quando comprava partes pertencentes à irmã e, posteriormente, aos sobrinhos.<sup>281</sup>

Diferentemente de grande parte das principais lideranças do PRR, Aparício Mariense não chegou a estudar em nenhuma das academias imperiais. Não obstante, tal como parte significativa deles, cursou as primeiras letras na cidade natalícia, passando, em seguida, a

<sup>279</sup> Os dados biográficos de Aparício Mariense da Silva estão presentes em: SPALDING, Walter. Op. Cit.; FRANCO, Sérgio da Costa. Op. Cit.; O’DONNELL, Fernando. **Aparício Mariense da Silva**: contextualização histórica e dados biográficos. Santa Maria, Ed. Pallotti, 1982.

<sup>280</sup> Inventário de Francisca Alves da Silva. São Borja, nº 152, maço 3, estante 95. Ano 1895. Cartório do Cível (APERS).

<sup>281</sup> Conforme informações declaradas em seu próprio inventário (Inventário de Aparício Mariense da Silva. São Borja, nº 1728, maço 53, estante 94. Ano 1910. Cartório de Órfãos e Ausentes (APERS). O monte-mor foi avaliado em 122:121\$664 réis, na ocasião de sua morte.

residir em Porto Alegre, onde frequentou o Colégio Fernando Gomes. Logo, apesar de não possuir o título de doutor, era letrado e egresso de uma das principais escolas particulares de Porto Alegre, o que lhe permitiu estabelecer laços importantes com alguns dos futuros membros do PRR, de quem havia sido contemporâneo na instituição.

O clube republicano foi, para ele, o espaço de iniciação na política. Junto de Francisco Miranda<sup>282</sup> – também liderança destacada no cenário local –, Aparício Mariense tomou a frente nos primeiros trabalhos do Clube Republicano de São Borja, no ano de 1881. A sessão de instalação da agremiação, por exemplo, ocorreu na residência de Dona Maria da Conceição Canteiro de Miranda, mãe de Francisco Miranda, que presidiu os trabalhos, assessorado pelo vice, Aparício Mariense, tendo este último cedido o espaço de sua residência para as reuniões seguintes.<sup>283</sup> Juntos, os dois republicanos exerceram vários cargos diretivos no clube, incluindo a presidência e a vice-presidência, em mais de uma oportunidade. Mediante eleição, Aparício Mariense também se tornou o representante de São Borja nos Congressos Republicanos promovidos pelo PRR e, entre 1887 e 1888, representante do Partido Republicano na Câmara Municipal de São Borja, ao lado de Francisco Miranda.

Enquanto vereador, Aparício Mariense apresentou um polêmico projeto de lei, conhecido como *Moção São Borja*. Com o objetivo de regularizar a sucessão do trono, o vereador propunha que, em caso de falecimento do imperador D. Pedro II, a conveniência de um terceiro reinado deveria ser decidida pela população, através de um plebiscito.<sup>284</sup> Tal projeto acabou por lhe trazer grande visibilidade individual, mas também ao PRR, dentro e fora do Rio Grande. Amplamente divulgado pela imprensa, a agitação causada fora da então província e a grande quantidade de contatos e felicitações advindas disso, realçaram a popularidade e o prestígio daquele que viria a se tornar um dos mais importantes coronéis da fronteira.<sup>285</sup> Certamente a notabilidade adquirida fora do estado realçava a sua importância não só entre os pares, mas também entre os correligionários e eleitores do PRR.

---

<sup>282</sup> Francisco Miranda também nasceu em São Borja e, ainda na juventude, ligou-se ao movimento republicano. Participou ativamente do Clube Republicano local, sendo eleito, ainda na década de 1880, à Câmara Municipal. Já na República, foi deputado à Constituinte Estadual, onde discordou de vários pontos do projeto de Constituição de Castilhos. Em 1894, tornou-se dissidente do PRR, aderindo ao Partido Republicano Liberal e colaborando para o jornal *A República*, juntamente com os irmãos Baptista e Pedro Moacyr, também dissidentes nessa conjuntura. (FRANCO, Sérgio da Costa. Op. Cit.)

<sup>283</sup> Livro de Atas do Clube Republicano de São Borja – Acervo do IHGRGS. Doravante, as informações citadas encontram-se no mesmo documento.

<sup>284</sup> A Câmara, ainda que com alguns desacordos, aprovou o projeto e enviou a petição ao governo da província. Tal iniciativa gerou inúmeras manifestações pró e contra a medida, alcançando repercussão nacional. Ao final, a Câmara foi dissolvida e o projeto proposto por Aparício Mariense, invalidado.

<sup>285</sup> Observando seu arquivo particular, percebe-se que lideranças e correligionários de vários municípios do interior escreveram apoiando a causa. Além disso, foram várias as correspondências recebidas de fora da província, da qual destacamos aquela escrita por Silva Jardim, importante liderança do movimento republicano

Já no período republicano, em meados de 1890, foi nomeado Comandante Superior da Guarda Nacional da Comarca de São Borja, sendo alçado, em seguida, ao posto de Coronel.<sup>286</sup> Na sequência, foi deputado à Constituinte Estadual de 1891, junto de Francisco Miranda e de várias outras lideranças partidárias. Apesar de ter sido incitado por Assis Brasil a participar do movimento que levou a deposição de Castilhos, não aderiu a ele.<sup>287</sup> Pelo contrário, foi líder de destaque na reposição do mesmo ao governo estadual, logo após o governicho, e, igualmente, na Revolução Federalista, quando fez parte da conhecida força da Divisão do Norte, juntamente a Fernando Abbott e Pinheiro Machado.

Completa o seu percurso político anterior à dissidência, o exercício do posto de deputado federal, por duas legislaturas consecutivas (1894-1899), sendo que, na segunda, ele abdicou do cargo para tornar-se Intendente Municipal de São Borja. Permaneceu na Intendência até 1907, momento de sua ruptura com o partido, quando concedeu apoio a Fernando Abbott na candidatura à presidência estadual. Seguiu-se a isso a sua derrota nas eleições municipais de 1908, oportunidade em que ascendeu ao comando municipal a facção liderada pela família Vargas, após disputa que mobilizou intensamente o cenário local.

No entanto, se a dissidência, de fato, processou-se apenas no ano de 1907, é possível perceber a existência de conflitos de interesses e de atritos com a chefia do PRR bem antes disso e, do mesmo modo, o quase abandono da agremiação em algumas dessas oportunidades. A primeira delas ocorreu no ano de 1892, logo após o Coronel ter participado da reposição de Júlio de Castilhos no governo estadual. Nessa ocasião, vários dos líderes do PRR escreveram preocupados, tentando dissuadí-lo do intento de abandonar a política. O primeiro vestígio disso é um telegrama, de autoria de Júlio de Castilhos, que diz o seguinte:

Coronel Aparício Mariense

Antes tudo, aceita grande abraço nossa incomparável vitória, para a qual tanto cooperaste com tua dedicação e sacrifícios.

É inolvidável perante Partido Republicano tua intrépida ação revolucionária que mais uma vez te sagrou digno entre os mais dignos chefes. [...]

Teu telegrama, comunicando intento retirada da atividade partidária, causou dolorosa surpresa. Não posso conformar-me com tua resolução que julgo intempestiva e injustificável, e que a ser executada, privará nosso grande partido teu estimável concurso. És Chefe incontestável e um chefe não abandona seu posto,

---

nacional (Correspondência de Silva Jardim a Aparício Mariense da Silva. Minas Gerais, Ponte Nova, 20/02/1889 – AM-021 – IGHRGS).

<sup>286</sup> Jornal *A Federação*, 15/04/1890. Acervo da HDB.

<sup>287</sup> Em telegrama, Assis Brasil escreveu o seguinte: “Coronel Aparício. Não deixes no Umbú embora digam daqui o contrário. Eu, Álvaro, Miranda, diremos único meio achar honra nossa política. Juro minha honra não reprovárás meu chamado. Responde se vem e diga dia. Assis.” (Telegrama de Assis Brasil a Aparício Mariense da Silva. Porto alegre, 10 de novembro de 1891 – Arquivo Aparício Mariense da Silva. AM – C/P-AM – 026 – IHGRGS).

quando não estão consolidados os efeitos da vitória alcançada na batalha em que foi um dos comandantes.

Não te iludas, supondo que está finda nossa grande campanha. É certo vencemos brilhantemente, porque soubeste ser um dos organizadores da vitória, mas é também verdade que ainda nos resta completar nossa obra, assegurando estabilidade governo republicano rio-grandense, do qual depende segurança própria República. Tem, portanto, paciência, levando mais longe teus penosos sacrifícios. Eis apelo solene que te dirijo em nome também companheiros, a quem comuniquei teu telegrama. Como Vituca, Homero, Pinheiro, Fernando, João Abbott, Frota, Flores, Medeiros e outros. Mais uma vez peço-te, amigo: conserva armas ao ombro!

Abraço-te

Julio de Castilhos<sup>288</sup>

O documento ressalta o importante papel de liderança de Aparício Mariense na região missioneira, os ‘sacrifícios’ realizados pelo Coronel ao longo da ação revolucionária e, principalmente, a intenção de Aparício de retrair-se da vida política. Ainda que não se faça referência às motivações para a retirada da vida partidária, é possível imaginar que algo vinha lhe causando descontentamento, a ponto de ele cogitar assumir uma nova posição.

Telegramas escritos por Homero Baptista, no mesmo contexto, demonstram que este último compartilhava da preocupação de Castilhos. Neles, o conterrâneo destaca que Aparício havia conseguido ser “um poderoso Chefe partidário, que a República estremece, que os companheiros estimam e que os adversários respeitam e temem”, concluindo daí que “não podes, portanto, abrir um claro que não se preenche, não podes desfalcar o nosso partido do teu perene concurso, sem que sofra a República, entibie-se energia companheiros”.<sup>289</sup> Quase um mês depois, o Dr. Homero ainda insistia com o correligionário: “Coronel Aparício. Rogo dizer em confiança motivos reais de tua resolução retraimento política. Ministro inteirou-me pedido reforma, demissão, suspenso até respostas pedido que faço retirares aquela solicitação. São Borja precisa teu concurso. Partido sem tua direção definhará. Responde urgente.”<sup>290</sup>

Documentações de terceiros sugerem as razões de seu descontentamento com a situação política vivenciada naquela circunstância. Carlos Haag, correligionário de Santa Maria, em correspondência escrita a Júlio de Castilhos, narra o seguinte: “Coronel Aparício aqui, muito aborrecido com a política, diz que hoje não é mais político, e que já escreveu manifesto explicando a sua posição”, completando ainda que “cansado da Villa Rica, aqui

<sup>288</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Aparício Mariense da Silva. Porto Alegre, 09/07/1892, AAM/029 – Acervo do IHGRGS.

<sup>289</sup> Telegrama de Homero Baptista a Aparício Mariense da Silva. Porto Alegre, 09/07/1892, AAM/029 – Acervo do IHGRGS.

<sup>290</sup> Telegrama de Homero Baptista a Aparício Mariense da Silva. Rio de Janeiro, 25/08/1892, AAM/030 – Acervo do IHGRGS.

também diz que vai emigrar porque está vendo que breve teremos outra revolução, e que nós fomos muito frouxos para com os coligados”.<sup>291</sup>

Logo, a correspondência em questão sugere que o coronel estava insatisfeito com o desfecho da reposição de Castilhos, pois acreditava que a facção ora apoiada havia sido muito branda com os opositores, de modo a facilitar um novo conflito, para ele, iminente. Essa questão é importante uma vez que o Coronel havia sido um dos principais líderes do movimento de junho de 1892, o que certamente lhe trouxe como ônus gastos com tropas, armamentos, cavalos e tudo o mais relativo à logística da ação.<sup>292</sup> Vislumbrar, em breve, um novo período revolucionário, não devia ser uma ideia agradável para ele, apesar do prestígio que as vitórias militares certamente lhe traziam.

Formalmente, contudo, no Manifesto escrito por Aparício Mariense e veiculado pelo jornal *A Federação*, o coronel atribuía como motivos de seu abandono da atividade política “meus incômodos de saúde, que me acabrunham desde muito e que hoje mais e mais se tem agravado, obrigando-me a buscar na tranquilidade do lar, no isolamento das agitações partidárias, o repouso de que necessito”, ao que ainda completava: “nunca tive um só motivo de queixa contra meu partido, que sempre me dispensou as mais honrosas distinções, assim como nunca tive com os meus amigos políticos a menor desavença”.<sup>293</sup>

O afastamento que se seguiu após a declaração pública de Aparício Mariense não perdurou muito tempo, uma vez que em princípios do ano seguinte (1893), tendo em vista a eclosão da Revolução Federalista, o Coronel reassumiu o Comando Superior da Guarda Nacional da Comarca de São Borja – cargo do qual havia abdicado –, retomando, ao mesmo tempo, sua ação política junto ao PRR.<sup>294</sup> No contexto revolucionário, integrou um dos principais comandos militares, juntamente com o general Hipólito Ribeiro, Pinheiro Machado e Manoel Vargas, uma das frentes que teve os maiores sucessos contra os revoltosos.

Finda a conjuntura de guerra, no ano de 1896 encontramos mais indícios de desentendimentos entre Aparício Mariense e a chefia do PRR (ou, em outras palavras, a facção castilhista). Novamente, estas desavenças não tinham relação com a ideologia partidária, mas sim, com assuntos mais pragmáticos, relativos à política cotidiana. Nessa oportunidade, questões de ordem local, que não vinham sendo atendidas de acordo com os

---

<sup>291</sup> Correspondência de Carlos Haag a Júlio de Castilhos. Santa Maria, 12/10/1892, Doc. nº 150, Série 08 (correligionários), Arquivo Particular Júlio de Castilhos, AHRS.

<sup>292</sup> O mesmo Homero Baptista, em telegrama, refere que Aparício fizera penosos sacrifícios em nome da República, observando que, na ação que levou a reposição de Castilhos, o Coronel havia sido o correligionário que despendeu de maior soma, dedicação e valores. (Telegrama de Homero Baptista a Aparício Mariense da Silva. Porto Alegre, 09/07/1892, AAM/029 – IHGRGS)

<sup>293</sup> Jornal *A Federação*, 08/09/1892. Acervo da HDB

<sup>294</sup> Jornal *A Federação*, 29/03/1893. Acervo da HDB.

pedidos e a expectativa do Coronel, eram o motivo de seu atrito com Júlio de Castilhos. Diz este último, em correspondência:

Meu caro Aparício,

[...]

Laboras em erro supondo que estou pela Assembleia habilitado com a verba necessária à sustentação de nossos corpos da Brigada Militar. A consignação orçamentária dá somente para os corpos existentes.

Não tenho preferências por este ou aquele município, se as pudesse alimentar, acredita que São Borja não ficaria em segundo plano, tal é o justo apreço que tributo a essa localidade.

Estou apenas autorizado a auxiliar com recursos do Estado os municípios que mais sofreram a ação devastadora da revolução, e nenhuma dúvida se oferece em contemplar São Borja na respectiva lista. Resta que venhas ou faças vir aqui emissário hábil, a fim de regularmos o modo desse auxílio.

Repito: essa circunscrição teve e terá sempre de seu lado a minha melhor vontade de lhe ser útil; tu e os nossos companheiros me encontrarão sempre solícito e pronto a atender aos pedidos e reclamações em prol do nosso partido, que deve estar sempre forte e unido para dar combate, com vantagem, a todos os inimigos que surjam [...].<sup>295</sup>

Como se pode ver, o Coronel havia solicitado a Júlio de Castilhos a manutenção dos corpos da Brigada Militar em São Borja, o que certamente era não só de seu interesse, mas também interesse de seus amigos e aliados políticos. Também é possível supor que o tom da carta escrita por Aparício tenha sido um tanto hostil, uma vez que Castilhos defende-se da acusação de preferir e beneficiar outros municípios, em detrimento de São Borja. No contexto pós-revolução, o apoio entre as instâncias local e estadual era extremamente importante para a garantia da estabilidade política. Tanto assim que Castilhos, depois de argumentar não lhe ser possível atender ao pedido de Aparício, ofereceu-lhe outras vantagens.

Em fins do mesmo ano (1896), contudo, questões similares – agora relacionadas à transferência de um regimento de São Borja para o município de São Luiz – outra vez desagradavam correligionários e amigos do Coronel, tornando-se o motivo das hostilidades por ele endereçadas a Castilhos. A intensidade dessa querela teria feito, inclusive, Aparício mencionar a possibilidade de deixar o PRR. O telegrama-resposta, escrito por Castilhos, diz o seguinte:

Coronel Aparício

Causou-me desagradável surpresa linguagem vosso telegrama ontem. Já vos afirmei fui inteiramente estranho regimento São Luiz. Indaguei comando distrito, que me

---

<sup>295</sup> Correspondência de Júlio de Castilhos e Aparício Mariense da Silva. Palácio do Governo (Porto Alegre), 18/01/1896. AAM/045 (IHGRGS).

disse recebeu ordem direta Ministro; seja como for, essa transferência não é motivo para declararades limitar-vos simples eleitor, abandonando direção partidária. Isto equivaleria neste momento grande falta política que não se coaduna com vosso brilhante passado de civismo abnegado, exemplar. Apelo vossa calma, refletido critério confiando não desampareis vosso tradicional posto de honra por um fato relativamente insignificante. Não posso prescindir vossa ativa cooperação política. *Peço dissipeis infundado descontentamento amigos. (...)*  
Julio.<sup>296</sup>

Portanto, é possível perceber que o não-atendimento de pedidos que interferiam, sobremaneira, na dinâmica política local – dependessem eles da (boa-vontade da) chefia ou não – era motivo de insatisfação suficiente para se cogitar o abandono do comando e da ação partidária. Logo, as correspondências sugerem que a fidelidade ao partido, na verdade estava permanentemente condicionada à possibilidade de consecução de benesses de toda ordem ao chefe local e seus aliados políticos, no caso de São Borja, à facção liderada pelo coronel Aparício.

Partindo dessa lógica, o que estava em jogo nas decisões e filiações políticas era menos a adesão a uma ideia (ou, a princípios ideológicos definidos) e, mais a aliança estabelecida com um grupo capaz de retribuir a lealdade e os votos com benesses e serviços indispensáveis aos correligionários, em âmbito local. Assim, parecia haver uma espécie de contrato implícito entre Castilhos e Aparício, que implicava numa série de expectativas e obrigações interpessoais, acordo esse onde a reciprocidade era elemento fundamental.<sup>297</sup> Não havendo retorno por parte de um dos lados envolvidos, também não havia garantias da continuidade da aliança e, conseqüentemente, do apoio político da outra parte.

Descontente com a chefia de Castilhos, e, posteriormente, também com o comando de Borges de Medeiros, a adesão a outra coalizão política, na qual se sobressaía à liderança Fernando Abbott – e que, ao menos ao nível do discurso, passou a professar ideologia diferenciada – tornar-se-ia cada vez mais plausível, indicando, pois, que eram as questões da pequena e não as da grande política, as maiores condicionantes do jogo.

Insatisfeito com um histórico de questões não-atendidas já pelo governo Castilhos, passaram a somarem-se novas querelas, na conjuntura do governo Borges de Medeiros. A política, em sua trama, não vinha sendo favorável ao então Intendente de São Borja. Desde o final de seu primeiro mandato – em 1903 foi implantada a reforma tributária ao imposto

<sup>296</sup> Telegrama de Júlio de Castilhos a Aparício Mariense da Silva. Porto Alegre, 02/12/1896. AAM/046 – IHGRGS. Grifos nossos.

<sup>297</sup> GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 5, n. 14, out. 1990.

territorial – um novo mal-estar vinha se criando. O Arquivo particular de Borges de Medeiros conta com inúmeras correspondências escritas por Aparício Mariense, que dão a entender que pedidos diversos – desde questões referentes à Brigada Militar, às obras públicas municipais e até ao funcionalismo (nomeação e demissão de servidores) –, não vinham sendo atendidos, fato que certamente, começava a colocar em xeque o seu alinhamento à chefia partidária.<sup>298</sup>

Como sintoma dessa indisposição, temos indício de que, em fins de 1904, mais uma vez o Coronel manifestava intenção de “retirar-se à vida particular”, informação, segundo *A Federação*, “já corrente em São Borja e em Uruguaiana”.<sup>299</sup> Posteriormente, a agitação em torno da candidatura Abbott ganharia seu apoio, no que certamente teve influência, não só o descontentamento para com a situação vivenciada, mas também os vínculos de amizade e confiança que o ligavam ao Dr. Fernando e, igualmente, a Francisco Miranda, antigo companheiro de propaganda e, apoiador dessa campanha junto a Assis Brasil.

Maiores dados sobre a formação dessa coalizão serão fornecidos no próximo capítulo. Por ora, é preciso demarcar que a análise dos itinerários dos principais membros da primeira e segunda dissidências nos permitiu assegurar que, conflitos e rivalidades entre alguns dos líderes do partido ficaram evidentes em vários momentos anteriores às dissidências propriamente ditas, demonstrando, pois, a estrutura fortemente segmentada que o PRR apresentava desde os seus primórdios. Ao mesmo tempo, o exame de alguns desses percursos políticos sugerem desde já que o que parecia estar predominantemente em jogo – ou o que pesava de forma decisiva na opção de permanecer comprometido com o partido e sua chefia ou optar por novos alinhamentos ou coalizões – era menos a adesão a um ideário filosófico específico (hipótese sustentada por grande parte da historiografia regional) e mais o acesso aos principais lugares de mando ou, às benesses que enquanto aliado daqueles que ocupavam estes postos, se poderia obter.<sup>300</sup>

Ressalta-se, ainda, que não se trata de deixar o papel das instituições políticas em segundo plano – inclusive porque a ideologia foi se tornando cada vez mais importante, à

---

<sup>298</sup> Além disso, e de forma mais ampla (ou seja, no plano regional), Gunter Axt (2011) já afirmou que conseqüentemente à morte de Castilhos, Borges de Medeiros deu início a construção de uma rede de apoio e sustentação ao seu governo, que visava diminuir os poderes e/ou tirar dos comandos municipais os aliados do Patriarca. Em São Borja, fica perceptível que a família Vargas e seus correligionários vinham sendo beneficiados, em detrimento da facção liderada pelo Coronel Aparício Mariense.

<sup>299</sup> *Jornal A Federação*, 11/11/1904. Acervo da HDB.

<sup>300</sup> No que diz respeito às sociedades agrárias e pré-industriais, Carl Landé já chamou a atenção para a coexistência entre os agrupamentos de relações pessoais e os grupos tidos como corporados, concebidos como tendo uma identificação de classe ou base ideológica mais sólida. Para este autor, “mesmo onde grupos desse (...) tipo parecem existir, eles frequentemente agem menos como coletividades disciplinadas do que como agrupamentos de relações pessoais” (LANDÉ, Carl. **Groups politics and dyadic politics: notes for a theory.** SCHMIDT, S.W. et alli. (Eds.). *Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism.* Berkeley, University of California Press, 1977.

medida que o PRR passava por um processo de institucionalização – como se as disputas travadas entre facções fossem apenas um acumulado de rivalidades pessoais. Ao contrário, está em pauta, a todo o momento, o duplo horizonte das práticas, isto é, como lógicas oriundas tanto da “pequena” quanto da “grande política” se interpõem e influenciam o jogo partidário, a todo o momento, exercendo grande influência (ou mesmo sendo determinantes) para a perpetuidade ou o rompimento dos laços com o partido.

Dito isso, após avaliarmos as origens sociais, o momento de adesão e, igualmente, a ação desempenhada pelos líderes da primeira e segunda dissidências junto ao PRR, o capítulo seguinte trará uma análise pormenorizada do momento em que cada uma dessas lideranças romperam com o partido, acrescentando, pois, à análise, elementos relativos às situações individuais por eles vivenciadas nessas respectivas conjunturas e que, possivelmente, tiveram influência sobre sua deliberação de desligar-se da agremiação.

#### **4 TORNANDO-SE DISSIDENTE: REARRANJOS FACCIÓNAIS E PARTIDÁRIOS NA POLÍTICA RIO-GRANDENSE**

Conforme demonstrado no capítulo anterior, ainda que a trajetória social dos dissidentes fosse privilegiada e, nesse sentido, favorecesse à sua inserção e ascensão partidária, estes fatores não foram suficientes para explicar a sua dissidência (inclusive porque, se observadas as informações relativas às suas origens sociais e itinerários profissionais e políticos, não é possível encontrar diferenças significativas em relação àquelas dos líderes não-dissidentes). Nesse sentido, tornou-se importante examinar a incidência de conflitos e de disputas por liderança e prestígio dentro do partido, bem como de outros elementos de rivalidade que já apareciam no período anterior aos contextos de ruptura propriamente ditos.

O capítulo que segue tem como objetivo analisar de que modo cada um desses líderes se tornaram dissidentes, assumindo, em seguida, um posicionamento de oposição ao PRR. Como se pretende demonstrar, a dimensão ideológica dos conflitos – tomada, historiograficamente como principal motivação para as cisões partidárias – não é suficiente para explicar a primeira e a segunda dissidências, apesar de termos consciência de que o comprometimento com algumas ideias estivesse se tornando cada vez mais importante nas últimas décadas do oitocentos e princípios do século seguinte. Questões pessoais, disputas em torno dos principais postos, de influência e de poder, lógicas oriundas do parentesco e da amizade, apesar de menos aparentes (uma vez que não constam nas declarações públicas) também interferiam na dinâmica intrapartidária e, mais do que isso, pesavam na decisão de permanecer filiado ou romper com o partido.

Partindo daí, buscamos avaliar os rompimentos individuais de alguns desses indivíduos, no sentido de determinar o que estava por trás da decisão de cada um deles de reposicionar-se no jogo político. A exposição a seguir compõe-se de duas partes. Primeiramente, serão avaliados os rompimentos de membros da primeira dissidência: Apolinário Porto Alegre, Antão de Faria, João de Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Joaquim Francisco de Assis Brasil. Em seguida, Fernando Abbott e Aparício Mariense da Silva, líderes da segunda dissidência, serão trazidos para o centro de nossa análise.

Ressalvadas as particularidades de cada caso, é possível evidenciar que divergências ideológicas com outros líderes, embora importantes, não eram motivo suficiente para gerar o rompimento com o partido e, tampouco, afinidades ideológicas eram determinantes na formação de novas alianças após a dissidência. Por outro lado, certa exclusão do cenário

político principal, o preterimento a algum posto/cargo desejado e as influências entre as disputas locais e regionais, por exemplo, tinham forte potencial para se tornarem pretextos para as dissidências, ao mesmo tempo em que os vínculos de amizade e confiança, bem como os interesses e objetivos compartilhados, eram condicionantes importantes para a formação de (novas) alianças políticas, fossem elas mais ou menos duradouras.

#### 4.1 A primeira dissidência: uma questão de candidatura e ideologia?

Em princípios de 1895, quando novos atores romperam com o PRR<sup>301</sup>, *A Federação* relembrou a primeira cisão partidária, chamando a atenção para características pessoais de alguns de seus principais líderes e para sua importância política naquela conjuntura. Dizia o artigo, assinado por Arthur Pinto da Rocha, então redator da folha:

Demétrio Ribeiro, que foi sempre considerado pela mocidade republicana da propaganda, que foi o Ministro do governo provisório representante do Rio Grande do Sul, Antão de Faria que subiu até junto do marechal Floriano, durante a ominosa quadra do governicho, Barros Cassal que havia sido o agitador por excelência, que fora, ainda que por pilheria, governador do Estado e chefe de polícia, se esses três homens não conseguiram coisa alguma, se não puderam afastar o partido republicano do seu caminho reto – que poderão fazer ou conseguir os dissidentes de hoje, guiados por um inexperiente que não tem a orientação de Demétrio, nem a vaidade de Antão, nem o espírito de Cassal? <sup>302</sup>

Da leitura do excerto depreende-se que, para a facção castilhista, instaurada no poder, os atributos pessoais (o respeito que o Dr. Demétrio inspirava, a ambição de Antão de Faria, o espírito agitador de Barros Cassal), que certamente tinham relação direta com o exercício da liderança, faziam daquele primeiro núcleo e/ou facção dissidente mais ‘perigoso’ ou ‘propenso ao sucesso’ do que os ‘novos desertores’, liderados por Homero Baptista. Mais do que isso, chama a atenção a importância das reputações, bem como o seu potencial no sentido de gerar alianças e rupturas no quadro partidário.

Ainda que a ideologia (e supostos embates em torno dela) já começasse a se apresentar como elemento importante na conformação das agremiações, lógicas outras, oriundas do afeto, do parentesco, de interesses e conveniências particulares, persistiam nessa conjuntura,

---

<sup>301</sup> Refiro-me aqui ao momento em que os líderes Homero e Álvaro Baptista, Francisco Miranda e Pedro Moacyr deixaram o partido.

<sup>302</sup> *Jornal A Federação*, 8 de abril de 1895. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

tendo ainda grande peso na dinâmica interna dos partidos e, determinando, até certo ponto, os movimentos de adesão, permanência e mesmo de abandono das agremiações.

A seguir, tomamos os membros da primeira dissidência, individualmente, buscando explorar, para além dos episódios conflituos relativos à ideologia partidária, acontecimentos e debates outros em que os mesmos estiveram envolvidos, nas conjunturas em que optaram pela ruptura com a agremiação. O primeiro caso apreciado busca explicar a dissidência dos irmãos Porto Alegre, levando em conta o impedimento do acesso de Aquiles – por parte da facção castilhista do partido – ao serviço administrativo estadual e a exclusão do primogênito Apolinário da *União Republicana*.

Em seguida, procuraremos demonstrar que a demissão de Antão de Faria da Superintendência de Obras Públicas – associada às disputas em torno da liderança partidária – teve grande significado/contribuição não somente para a sua própria ruptura, mas também para os rompimentos de Demétrio Ribeiro e de Barros Cassal com o PRR.<sup>303</sup> Por último, apresentaremos como se deu a dissidência dos Assis Brasil, levando em conta um suposto isolamento vivenciado pelo Dr. Joaquim Francisco no cenário partidário, e, atrelado a isso, o impedimento da ação/manifestação política de outros membros da família naquele contexto.

Ressalta-se que não se trata de minimizar o espectro ideológico como motor dos conflitos, mas sim, de agregar a ele outros elementos, ainda não considerados pela maioria dos autores que abordou as dissidências republicanas. A medida em que apresentarmos os elementos que, para além das ideias, provocavam as dissidências, tornar-se-á também evidente que, muito embora a República tenha se pretendido – ao menos no nível do discurso – como um regime moralizador, onde não haveria espaço para a distribuição de favores, benesses e empregos, a mesma perpetuou, na conjuntura e no contexto analisados, a matriz familiar do poder, os alinhamentos pessoais e a lógica dos interesses, que continuaram pautando a ação política dos atores.<sup>304</sup>

---

<sup>303</sup> Dada a amizade e aliança estabelecida entre eles, o trio, inclusive, seria identificado como líderes de um agrupamento específico, no caso, os *demetristas*, que se opôs a facção liderada por Castilhos naquele momento.

<sup>304</sup> É importante destacar que essa não foi uma especificidade do Rio Grande do Sul, antes o contrário. José Murilo de Carvalho, por exemplo, avaliando a correspondência de Rui Barbosa, demarcou a existência de uma razão clientelista que perpassava toda a política da época. O exame de uma série de pedidos feitos ao então Ministro da Fazenda, deixa claro vários pontos, no que o autor demarca o fato de que “[...] Houve perfeita continuidade entre o antigo e o novo regime no que se refere à abrangência da prática clientelista. A retórica republicana sobre igualdade e mérito era em grande parte isso: retórica. A correspondência revela ainda a convicção de quase todos, patronos e clientes, de que havia obrigação moral de ajudar parentes e amigos e de que era legítimo gastar o dinheiro público para promover essa ajuda. A obrigação transferia-se para o governo: a bandeira da República é muito grande, como disse um dos pedintes. A separação entre o público e o privado apenas começava a esboçar-se”. (CARVALHO, José Murilo de. Rui Barbosa e a razão clientelista. **Dados**, v. 43, n. 1, Rio de Janeiro, 2000, p. 20.)

Por fim, é importante demarcar que para alguns desses líderes, o comprometimento com algumas ideias tinham peso muito mais significativo dentro do jogo político do que para outros. Os casos de Demétrio Ribeiro e de Joaquim Francisco de Assis Brasil, nesse sentido, merecem ressalvas, tendo em vista que ambos demonstravam uma sofisticação intelectual diferenciada (quando avaliada em relação aos demais dissidentes), bem como, ao que tudo indica, igualmente, uma pretensão de formar corrente – positivista ortodoxa, no caso do primeiro, e liberal, no caso do segundo.

#### **4.1.1 O caso da família Porto Alegre: a rejeição de Aquiles ao serviço administrativo do estado e a exclusão de Apolinário da *União Republicana***

Como um grande guarda-chuva, o Partido Republicano abrigou inúmeros líderes políticos, que já vinham alcançando (ou mesmo já haviam alcançado) certo reconhecimento e/ou projeção na política regional, em princípios da década de 1880. Nesse sentido, no momento de formação do PRR, solidarizam-se desde os primeiros propagandistas republicanos, tais como os membros da família Porto Alegre, Venâncio Ayres, Felicíssimo Manoel de Azevedo, antigos militantes do Partido Liberal (caso de Ramiro Barcellos) e até os jovens egressos das academias do centro do país, com destaque para os ex-alunos dos cursos de Medicina e Engenharia do Rio de Janeiro e, sobretudo, da Faculdade de Direito de São Paulo. Tamanha diversidade acabaria por tornar a segmentariedade uma das principais características partidárias. Mais cedo ou mais tarde, pequenos conflitos e disputas entre esses agentes políticos começariam a ocorrer e as dissidências tornar-se-iam uma tendência dentro da agremiação.

No capítulo anterior, a análise do percurso político de Apolinário Porto Alegre junto ao PRR trouxe à tona a existência de um confronto entre os “velhos propagandistas”, atuantes no estado desde a década de 1870, que vinham se sentindo desprestigiados pela ala jovem do PRR, portadora de diplomas e, em boa parte, adeptos da doutrina comtista. Essas disputas em torno da afirmação da liderança dentro do partido, teriam gerado o afastamento de Apolinário Porto Alegre em duas oportunidades e, inclusive, a criação de um segundo clube republicano – agremiação que acolheu à época, seus irmãos Aquiles e Apeles Porto Alegre, bem como outros descontentes, tais como Antão de Faria – com o intuito de contrapor-se a crescente liderança de Castilhos, ainda na década de 1880.

É difícil datar exatamente a dissidência dos irmãos Porto Alegre. Em contrapartida, sabe-se que o primogênito Apolinário participou, em 8 de julho de 1890, da constituição da *União Nacional*, coligação formada por representantes dos antigos partidos Conservador e Liberal e pelos primeiros dissidentes do PRR.<sup>305</sup> Logo, seis meses após a instauração da República, o cenário político já se reordenava e a solidariedade da família com o PRR havia sido quebrada. Na investigação dos acontecimentos em que os irmãos estiveram envolvidos ao longo desses seis meses, chamou atenção, sem dúvida, o fato de alguns dos membros do PRR terem obstado a nomeação de Aquiles Porto Alegre ao serviço administrativo estadual, à época do Governo de Visconde de Pelotas.

Nesse sentido, e apesar das diferenças ideológicas entre os Porto Alegre e alguns dos principais membros do PRR – especialmente Júlio de Castilhos e Demétrio Ribeiro, com quem Apolinário já havia se desentendido – que não podem ser esquecidas, cremos que o rompimento da família com o partido tem maior relação com o fato de esta estar sendo desprestigiada diante dos demais correligionários, uma vez que as reputações tanto de Aquiles quanto dos demais irmãos foram colocadas em xeque, quando este foi impedido de assumir uma nomeação feita pelo governo estadual. Ademais, esse impedimento teria gerado a aproximação de Apolinário com o Visconde de Pelotas, fato que causou a sua exclusão da *União Republicana*.

Historiemos os fatos: em 13 de fevereiro de 1890, o diretório do PRR prestava contas da crise política, frente à desarmonia entre o Visconde de Pelotas e os seus secretários. Nessa conjuntura, uma das principais tarefas do governo era organizar o serviço administrativo estadual. O pomo da discórdia teria como protagonista Aquiles Porto Alegre. Conforme o relato encontrado em *A Federação*, os republicanos haviam sido pegos de surpresa com a notícia da nomeação de Aquiles para o cargo de contador da Tesouraria Geral de Fazenda. Indicavam ainda que a notícia lhes fora “desagradável”, uma vez que “semelhante ato importava a promoção de um funcionário que, pelos seus conhecidos precedentes, longe de merecer essa melhoria, devia antes atrair as vistas vigilantes da moralizadora administração republicana”.<sup>306</sup>

Após contatarem o Ministro da Fazenda e o da Agricultura, os republicanos conseguiram invalidar a nomeação de Aquiles Porto Alegre, fato que parece ter desagradado

---

<sup>305</sup> OSÓRIO (1992, p. 45). O diretório ficou assim organizado: Visconde de Pelotas (presidente), Francisco da Silva Tavares, Joaquim Pedro Salgado, Apolinário Porto Alegre, Dr. J.B. da Cunha Bittencourt, Catão Roxo, Joaquim Antônio Vasques, Dr. Joaquim Pedro Soares, Ernesto Ludwig, Adriano Nunes Ribeiro, Dr. Domingos Francisco dos Santos. *A Reforma* passou a ser o jornal da coligação.

<sup>306</sup> *Jornal A Federação*, 13/02/1890. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

ao Visconde de Pelotas, que havia feito a indicação. Narra ainda o jornal que, decorridos muitos dias, o “Sr. Visconde declarou ao Secretário (Júlio de Castilhos) que ia mandar desligar da Tesouraria de Fazenda, para servir na Secretaria de Estado, como auxiliar da sua administração, o mesmo Aquiles Porto Alegre, a quem queria oferecer esta prova de confiança”.<sup>307</sup> Convencido, mais uma vez, pelo argumento de “incompatibilidade moral” de Júlio de Castilhos em relação a ele, a ideia teria sido abandonada pelo Visconde.<sup>308</sup>

Contudo, em seguida, teria passado a circular notícia da nomeação de Aquiles para inspetor da Alfândega de Rio Grande, ao que os auxiliares do Visconde ponderaram ao então governador “não dever prevalecer tal nomeação por tratar-se de um funcionário que a própria administração imperial não julgava lícito conservar na alfândega desta capital como simples conferente”; desta vez, o Visconde teria se oposto a cassação, ocasionando, em seguida, a retirada de seus auxiliares do governo. Na sequência, o Visconde solicitaria também ele, sua exoneração ao governo provisório.<sup>309</sup>

Dados esses acontecimentos, é possível perceber que a cúpula do PRR não tinha intenção de empregar Aquiles Porto Alegre em nenhum cargo do serviço público. Essa questão é bastante importante, uma vez que a distribuição de postos políticos e administrativos e, mais do que isso, a possibilidade de acesso à burocracia estatal era desejo/intenção de vários indivíduos naquele contexto, seja em nível local ou regional, consideradas suas vantagens pecuniárias e políticas. Nesse sentido, o preterimento a qualquer vaga logo se tornava motivo de atrito, desgostando não apenas ao obstado, mas também aos seus aliados políticos, afetos, e, principalmente, aos membros da sua família.

As várias acusações públicas destinadas a Aquiles – relativas a um comportamento questionável no que dizia respeito à ética e à moral – tornavam o caso mais complexo, uma vez que as reputações tinham grande validade no jogo político. Em outras palavras, é preciso considerar que, nesse tipo de sociedade, onde estruturas formais de poder existiam em justaposição com outras (informais), dentre elas o parentesco, “as avaliações públicas sobre um homem acabam em recair em considerações sobre a sua família”.<sup>310</sup> De acordo com Eric Wolf, a medida do crédito social de alguém tomava como ponto de referência o comportamento, não só de si próprio, mas também de outros membros da família – inclusive

---

<sup>307</sup> Idem.

<sup>308</sup> Idem.

<sup>309</sup> *Jornal A Federação*, 13/02/1890. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>310</sup> WOLF, Eric. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: RIBEIRO, Gustavo Lins, BIANCO, Bela Feldman (Orgs.). **Antropologia e poder**: contribuições de Eric. R. Wolf. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas: Ed. Unicamp, 2003, p.XX.

de outras gerações – daí a importância da manutenção do nome, e, concomitantemente, de aspectos como a virtude e a honra.<sup>311</sup>

Portanto, as insinuações relativas ao comportamento de Aquiles criavam uma mácula não só sobre ele próprio, mas sobre a família como um todo, que via seu estoque de virtudes francamente diminuído, ao mesmo tempo em que seu crédito social (e, principalmente, político) também entrava em declínio. É importante deixar claro que a idoneidade ou não do Sr. Aquiles – ainda que se tivessem elementos para questioná-la – é indiferente para nós, uma vez que importa realmente a *publicização* de seu “mau comportamento” e o efeito negativo que isso implicava, em termos de prestígio, também aos irmãos Apolinário e Apeles Porto Alegre, igualmente membros do PRR naquela ocasião.

Analisando o itinerário de Aquiles Porto Alegre, é possível perceber que, no ano de 1885, ele esteve presente em uma reunião Liberal, ocorrida na casa do Visconde de Pelotas. Já em 1887, ele é tratado por *A Federação* como membro do Partido Liberal, e exercendo atividades junto ao jornal *A Reforma*. Assim, os laços (pessoais e políticos) estabelecidos naquele momento e, a circulação de Aquiles entre os membros do Partido Liberal, certamente foram importantes para que o Visconde de Pelotas, no governo do Estado, intentasse conseguir-lhe alguma colocação no serviço administrativo. Em contrapartida, essa mesma aproximação, ainda à época da propaganda, pode ter ocasionado o início da animosidade entre Aquiles e os demais líderes do PRR.

Mas se Aquiles já estava mais ou menos afastado das hostes republicanas quando foi impedido de integrar o serviço administrativo do Estado, para Apolinário, o caso decorrido com o irmão parece ter sido determinante para um novo descontentamento em relação ao PRR (e alguns de seus principais líderes). Assim é que, ao lado de Aquiles, Apolinário começou a se aproximar do agrupamento que, liderado pelo Visconde de Pelotas, viria a se constituir como *União Nacional*. Já participando das reuniões na casa do Visconde, ainda antes de ser lançado o Manifesto de Oito de julho de 1890, Apolinário seria acusado pelos membros do PRR de ter se lançado nos braços dos opositores, o que gerou a sua exclusão da *União Republicana*, principal clube de Porto Alegre, por meio de ofício.

Visivelmente contrariado com a eliminação, Apolinário manifestou-se publicamente através de *A Reforma*. Em suas palavras: “Eis o teor do impagável, senão grotesco documento, que traz a data de 11 de junho de 1890: ‘Ao cidadão Apolinário Porto Alegre – comunico – vos que em vista da atitude política por vós assumida, fostes em sessão do dia 5

---

<sup>311</sup> Idem.

do corrente eliminado desta sociedade, por incompatível com ela””. Comentando o ocorrido, Apolinário acusava aos “doutores da sinagoga” de proclamarem contra ele e ao seu irmão o ostracismo, a título de não pertencerem à escola de Comte. Mais adiante, sobretudo, afirmando-se republicano histórico, contrapõe-se “a maioria da União Republicana”, que “não pode exibir documento de antiguidade”, dizendo ainda estar “ileso o seu direito de primogenitura”.<sup>312</sup>

Logo, a família sofrera não apenas o preterimento de Aquiles ao serviço administrativo, mas também a exclusão de Apolinário da *União Republicana*, o que certamente feria o seu prestígio político, conquistado a duras penas e ao longo dos vários anos de atividade na propaganda republicana. Chama a atenção o fato de Apolinário, mais uma vez, referir-se à sua antiguidade no partido, tendo em vista que os seus “direitos de primogenitura” já haviam sido requeridos por ele em momentos anteriores (de modo especial, nas ocasiões em que ele havia se atritado com os demais membros do PRR na década de 1880; caso explorado no capítulo anterior). Desse modo, a querela vivenciada em princípios de 1890 parece ser ainda um desdobramento do mesmo processo de afirmação de algumas lideranças, – sobretudo de Castilhos –, tendo em vista que, no decurso da competição, muitas vezes só é possível ascender mediante a queda e/ou a exclusão de outros líderes do cenário político-partidário.

Apesar das diferenças ideológicas terem sido apontadas no momento da ruptura de Apolinário, nenhuma grande questão tinha ainda vindo à tona, ou, em outras palavras, nenhuma grande resolução foi tomada nos poucos meses de governo republicano, no que ele e os demais líderes do PRR pudessem discordar frontalmente. Por outro lado, a disputa em torno de posições políticas – no que foi obstado Aquiles – e, posteriormente, a exclusão de Apolinário de instituição que ele mesmo ajudara a fundar (lembre-se que a *União Republicana* formou-se como desdobramento do *Clube Bento Gonçalves*), certamente feriam sua reputação e prestígio diante dos demais correligionários, tornando o conflito bastante grave, a ponto de ocasionar a sua dissidência e, o posterior alinhamento a indivíduos que lhe atribuíssem maior importância e significado político(s).

Os processos de eliminação ou de preterimento, contudo, não foram motivos exclusivos de ruptura dos irmãos Porto Alegres, com o PRR. Pelo contrário, ao longo da complexificação da estrutura partidária, e também do jogo político, esses foram motivos de grande peso para o processamento de algumas outras dissidências – tanto na década de 1890,

---

<sup>312</sup> Jornal *A Reforma*, 20/07/1890, citado por PORTO ALEGRE, Álvaro. **Apolinário Porto Alegre**. Editora Thurman: Porto Alegre, 1954, p. 46-52.

quanto na conjuntura de 1907 –, tal como veremos a seguir. O caso de Antão de Faria, demitido da Superintendência de Obras Públicas do Estado nos primeiros meses republicanos, após publicização de uma querela com Castilhos, poderá reforçar nosso argumento. Observemos este episódio mais de perto.

#### **4.1.2 O “caso Fanor” e a demissão de Antão de Faria da Superintendência de Obras Públicas**

Processada alguns meses depois do que a dos irmãos Porto Alegre, a dissidência de Antão de Faria, Demétrio Ribeiro e João de Barros Cassal foi vinculada, primordialmente, a questão do apoio à candidatura Deodoro da Fonseca à presidência da República. De acordo com a maioria dos intérpretes, Cassal teria sido o primeiro a se manifestar, recusando-se a participar da chapa de candidatos à Constituinte Federal; em seguida, sua dissidência teria sido ‘acompanhada’ pelos outros dois líderes do PRR.

A análise do itinerário político e dos acontecimentos em que esses agentes estiveram envolvidos indica que o desacordo com a candidatura Deodoro encobriu uma série de outras questões, também em voga naquele momento, e que tiveram, inclusive, maior peso para o processamento de sua(s) dissidência(s), uma vez que envolviam a disputa pelas principais posições políticas e partidárias, o beneficiamento de amigos e correligionários, e, sobretudo, a sua reputação diante das fileiras republicanas.

Na conjuntura de 1908, momento em que Antão de Faria confrontava novamente o PRR – disputando, com apoio dos democratas, a intendência de Porto Alegre – o “caso Fanor”, que gerou a sua demissão da Superintendência de Obras Públicas do Estado, no ano de 1890, foi rememorado. Naquela oportunidade, o Dr. Antão teria apresentado impedimentos para a celebração de um contrato com o engenheiro Fanor Cumplido, que tinha o apoio de Júlio de Castilhos. É este último quem expõe o caso, em artigo de agosto de 1890 (e reproduzido em novembro de 1908), descrevendo, de forma minuciosa que:

Estando eu no Rio de Janeiro, honrado pela íntima convivência do meu prezado amigo Francisco Glicério, Ministro da Agricultura, assisti a discussão das bases de uma proposta pendente do seu despacho, apresentada pelo engenheiro Fanor Cumplido, a quem, alguns dias antes, havia conhecido pessoalmente.

Propunha-se esse engenheiro a contratar a fundação, com cada um dos três Estados meridionais, de dez núcleos coloniais, devendo ser cada um destes constituído desde logo por quinhentas famílias de nacionais e estrangeiros, mediante as condições estipuladas em contrato semelhante ao concernente ao Estado de São Paulo.

Da exposição a que estive presente, de tudo quanto ouvi, resultou-me impressão favorável ao contrato, visto que este se destinava a entregar o serviço da colonização à iniciativa particular, auxiliada somente pelo governo federal, sem nenhum ônus ou compromisso para o tesouro dos Estados.

De passagem devo ratificar a minha antiga opinião, sempre expendida nestas colunas como ideia também do meu partido: sou infenso à intervenção direta e sistemática do governo no serviço de colonização, que por sua natureza escapa às legítimas atribuições do poder público, devendo ficar reservada à iniciativa particular, assim como sou infenso, conseqüentemente, à introdução oficial dos colonos a tanto por cabeça, entendendo que a imigração deve ter caráter espontâneo [...]

No contrato referido, eu via observado em grande parte aquele primeiro princípio. A inobservância do segundo não me parecia bastante para uma impugnação invencível [...]

É verdade que no contrato se concediam grandes vantagens ao contratante, mas não é menos exato que a realização delas dependeria da observância das condições e da efetividade do serviço, mas, mas principalmente, não é menos certo, que o tesouro não prestava nenhuma contribuição, nem assumiria ônus de qualquer espécie.

Tendo presentes ao espírito estas ponderações, deixei de opinar contra a celebração do contrato, que efetivamente foi celebrado, com modificações da respectiva proposta, depois que regressei do Rio.<sup>313</sup>

Narrando os acontecimentos posteriores, dizia *A Federação*:

Em sessão do Conselho Superior da Administração deste Estado, foi apresentada uma petição de Fanor Cumplido, assinada por seu procurador, engenheiro Cypriano Gonçalves.

Nessa petição era solicitada a garantia de 6% sobre o capital de dois mil contos de um Banco Colonial que ia fundar nesta cidade.

Júlio de Castilhos, que fazia parte desse conselho, junto com o Sr. Antão de Faria, ponderou logo que o estudo dessa proposta dependia do exame do contrato a que ele se referia.[...]

Na sessão seguinte o Sr Antão impugnou o contrato, fundando-se principalmente que ao contratante se facultava a criação de núcleos coloniais em número ilimitado o que, segundo disse, seria uma tremenda calamidade, porque aquele se constituiria em verdadeiro landlord neste Estado.

Júlio de Castilhos ponderou então que no contrato estava expressamente limitado a dez o número de núcleos, lendo em seguida a cláusula respectiva.

Na sessão imediata, convocada para se discutir a proposta do Banco foi indeferida.

No dia seguinte, Júlio de Castilhos seguiu para o Rio Grande<sup>314</sup> a serviço do seu partido.

O corvo começou a farejar a carniça.

Lá recebeu aviso de Pinheiro Machado, Ernesto Alves e Homero Baptista que se promovia reunião clandestina de alguns correligionários para planejarem protestos contra o caso Fanor Cumplido, dizendo que Júlio de Castilhos tivera dele conhecimento prévio. Era o ruim sentimento do Dr. Antão maquinando na sombra.

Júlio telegrafou então ao General Glicério, Ministro da Agricultura, a quem expôs o caso declarando que colocava a sua probidade acima de tudo, e pediu que rescindisse o contrato. O general Glicério atendeu prontamente ao pedido de Castilhos.

Júlio de Castilhos e o Dr. Homero, em vista dos elogios dos adversários ao Dr. Antão, por entre calúnias a Júlio de Castilhos, foram ao general Candido Costa, governador do Estado, e pediram demissão por se acharem incompatibilizados com o Sr. Antão, o caluniador dos burgos agrícolas.

O general negou-se e disse que faria ver ao Sr. Antão a necessidade de exonerar-se do Cargo.

<sup>313</sup> Jornal *A Federação*, 06/11/1908. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>314</sup> Referência ao município de Rio Grande, localizado na faixa litorânea do Rio Grande do Sul.

Assim foi e o Sr. Antão foi despedido do cargo de Superintendente das Obras Públicas por desleal e pérfido.  
Vencido pela lealdade e grandeza de Júlio de Castilhos, tornou-se dissidente.<sup>315</sup>

O caso Fanor Cumplido, também referido como o ‘caso dos burgos agrícolas’ – e que ocasionou o desligamento de Antão de Faria da Superintendência de Obras Públicas – portanto, é uma chave importante para elucidarmos o que estava sendo disputado e como se davam as articulações políticas, no momento da (e/ou que levaram à) dissidência. No entanto, a declaração de Castilhos, para além de oficial, era também, obviamente, parcial e, sendo assim, é preciso ir mais longe.

Na perspectiva do Dr. Antão, a impugnação ao pedido de garantia de juro para o capital do banco que o engenheiro Fanor Cumplido pretendia fundar no Estado teria sido um grande feito. Dizia ele que “os que se recordam dos funestos resultados de todas as empresas bancárias daquele tempo, hão de reconhecer a importância do serviço que prestei, opondo-me aquela medida”, completando ainda que teriam sido os seus serviços “que determinaram a exclusão do Rio Grande do Sul do contrato celebrado com o engenheiro Fanor para o estabelecimento dos burgos agrícolas, no sul da República”.

Observados os pronunciamentos oficiais e ressalvadas suas minúcias, o caso tinha relação com elementos importantes relativos à organização do serviço de colonização (o que incluía sua entrega à iniciativa privada, o incentivo a trabalhadores nacionais – negros livres, mestiços – e/ou ao imigrante europeu) e, mais do que isso, envolveu vários líderes do PRR e, conseqüentemente, os seus próprios interesses e interesses de seus aliados políticos. É preciso retroceder ainda um pouco mais para um melhor entendimento do caso.

Se Francisco Glicério era o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no momento em que o contrato foi discutido, na presença de Castilhos, é preciso dizer que o encaminhamento inicial da questão da colonização havia se dado quando o Dr. Demétrio Ribeiro ainda era o titular da pasta. No Relatório encaminhado ao novo Ministro e publicado pela imprensa, o Dr. Demétrio enumerava medidas tomadas e serviços por ele iniciados, destacando o plano geral de viação que incluía, no sentido de valorizar os territórios marginais, a divisão em lotes coloniais, a serem povoados por trabalhadores nacionais ou estrangeiros. Além disso, o Dr. Demétrio afirmava no relatório que, “já em despacho exarado em uma petição do engenheiro Fanor Cumplido, havia eu revelado o desígnio de aproveitar

---

<sup>315</sup> Jornal *A Federação*, 06/11/1908. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

para a cultura e a posse do solo nacional o proletariado agrícola brasileiro, cujas tristíssimas condições de existência são o opróbio da nossa civilização”.<sup>316</sup>

Chegando o projeto de Fanor Cumplido à Superintendência do Estado, Antão de Faria, amigo íntimo de Demétrio Ribeiro teria oportunidade de barrá-lo. Ainda que o argumento moral tenha se sobressaído, é possível crer que os laços entre ambos tenham motivado a ação do Dr. Antão. O vínculo entre os dois líderes do PRR, de fato, parecia bastante intenso. Indício disso é que, quando Demétrio Ribeiro pediu demissão do Ministério da Agricultura<sup>317</sup>, em seguida, o Dr. Antão solidarizou-se a ele, exonerando-se do cargo que exercia, e que também era vinculado ao Ministério.<sup>318</sup> Além disso, cerca de um mês depois das exonerações, retornando de viagem ao Rio, onde tinha ido resolver pendências relativas às obras da Barra do Rio Grande – o que já demonstra que continuava envolvido nas questões por ele encaminhadas quando Ministro – voltando, “doente de uma febre apanhada em Santos, dirigiu-se para a casa do Dr. Antão, onde se hospeda(ou) o ilustre rio-grandense”. É ainda o órgão oficial do PRR que salienta os laços cultivados por ambos, afirmando que o Dr. Antão “era íntimo de Demétrio; com ele formou sempre, dando lugar a que A Federação dissesse que eram a sombra e o corpo.”<sup>319</sup>

Para além da amizade e do vínculo de confiança, outras questões também incidiram sobre as disputas e, sobre o jogo político como um todo, naquele momento. Essas tinham relação com conveniências pessoais e o beneficiamento de amigos e correligionários. Nesse sentido, é importante indicar as principais acusações trocadas entre Castilhos e o Dr. Antão, no que se refere ao “Caso Fanor”. Dizia Castilhos que “quanto aos escrúpulos postos nos exames das questões administrativas sujeitas à sua opinião, o Dr. Antão tinha falhas graves” e, em relação ao caso dos burgos agrícolas, afirmava que:

Precisamente quando se exibia transportado de cômica indignação contra o contrato celebrado pelo Ministro da Agricultura com o engenheiro Fanor Cumplido, declarava perante o Conselho de Administração que tinha em seu poder uma proposta altamente vantajosa do engenheiro Figueiredo Rocha, que se propunha a

<sup>316</sup> Jornal A Federação, 30/01/1890. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>317</sup> A primeira notícia do desligamento do Ministério é datada de 01/01/1890. Nessa época, Barros Cassal substituíra Castilhos na direção da redação do jornal *A Federação*.

<sup>318</sup> Nessa oportunidade, *A Federação* publicou que “logo que teve conhecimento da retirada do Dr. Demétrio Ribeiro do ministério, solicitou, por telegrama, a sua exoneração do cargo de superintendente do serviço de terras e colonização neste estado”, tendo seu pedido sido satisfeito pelo governo federal. (Fonte: Jornal *A Federação*, 11/01/1890. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira).

<sup>319</sup> Em outro trecho, aponta que Demétrio Ribeiro era “positivista intransigente” e Antão de Faria “seu discípulo fiel”. (Jornal *A Federação*, 14/09/1908. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.)

colonizar três léguas de campo de uma fazenda situada em São Sepé, mediante os favores do decreto do governo federal de 28 de junho e outros do Estado.<sup>320</sup>

Ao mesmo tempo em que Antão de Faria era denunciado de “colocar os interesses de sua camarilha acima dos do Estado”, ele acusava Castilhos de ter recebido um *pur-sang* inglês (“Syrius”) como presente do engenheiro Fanor Cumplido, no sentido de facilitar as tratativas para o estabelecimento dos burgos agrícolas. Portanto, o beneficiamento de amigos e correligionários e/ou a defesa de interesses particulares, bem como os laços de amizade e confiança entre alguns líderes partidários, também faziam parte da arena política, determinando, em boa medida, as posições nela tomadas.

As trocas de acusações e a demissão do Dr. Antão de Faria da Superintendência acabariam polarizando os republicanos naquele momento, tendo do Dr. Antão recebido o apoio de Demétrio Ribeiro, Germano Hasslocher e de Barros Cassal. É importante destacar que, para além da amizade em relação ao Dr. Antão, provavelmente teve peso para que Demétrio Ribeiro se posicionasse em sua defesa o fato de já estar sofrendo certa exclusão por parte do PRR. O Dr. Antônio Mâncio Ribeiro Tacques (também membro da primeira dissidência) referiu-se, por meio da imprensa, a um alijamento de Demétrio Ribeiro logo após este ter deixado o Ministério da Agricultura: “desde aí, Demétrio começou a ser alvo de acusações tão numerosas como pequeninas, e uma delas, a mais repetida, é não ter indicado um rio-grandense para substituí-lo”.<sup>321</sup>

É imprescindível destacarmos a coincidência temporal entre o caso Fanor e o comprometimento de Castilhos com a candidatura Deodoro. Em outras palavras, o Dr. Júlio retornou da capital federal (em julho de 1890) tendo assumido dois compromissos, sendo que um deles – o caso Fanor – tinha maior relação com interesses particulares sendo, por isso mesmo, menos exposto, dado o palco do novo regime, calcado numa ideia de ‘moralização’ da política. Logo, uma questão mais nobre (ou menos fisiológica) – a candidatura Deodoro da Fonseca – parece ter sido utilizada como argumento oficial dos desacordos, ocultando questões outras, também de grande significado para os atores envolvidos.

<sup>320</sup> Jornal *A Federação*, 06/11/1908. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. (Esse exemplar reproduz o trecho publicado por Castilhos na mesma folha, em 28/10/1890). Nessa mesma oportunidade, acusava Castilhos que, estando pendente de solução três pedidos de concessão de zona privilegiada para construção de vias férreas neste estado, pretendeu o Dr. Antão que o assunto fosse resolvido fora do conselho da administração, sem maior exame, em favor dum dos proponentes, do qual dizia haver recebido fervente protesto de apoio eleitoral.

<sup>321</sup> Jornal *O Rio Grande*, 04 e 05/05/1891. Acervo do IHGRGS. Gustavo Moritz também referênciava que esse alijamento do Dr. Demétrio Ribeiro, vinha sendo percebido pela imprensa local, mesmo antes da viagem de Castilhos ao Rio de Janeiro, donde voltou comprometido com a candidatura Deodoro da Fonseca e o contrato Fanor (MORITZ, Gustavo. **Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul: partes I e II**. AXT, Gunter [et.al.] (Orgs.). Porto Alegre: Procuradoria-Geral da Justiça, Projeto Memória, 2005, p. 139)

Assim é que, quando da apresentação das chapas à Constituinte Federal, a polarização dentro do partido já era bastante perceptível. A *União Republicana* ilustrava a cisão partidária que vinha ocorrendo: em agosto, em assembleia geral, os membros da União teriam se atritado, tendo ali havido “uma grande divisão entre *castilhistas* e *demetristas*”, em torno da vaga à senatoria. Relatou um vespertino, em sua edição de 13 de agosto de 1890:

União Republicana – Este clube político, em sessão de assembleia geral de ontem, apresentou a candidatura a senador, por este Estado, do Sr. Dr. Demétrio Ribeiro. Depois de larga discussão, em que era impugnada por uns e aprovada por outros, aquela candidatura, em que doestos foram, de parte a parte, dirigidos, foi deliberado que se adiasse, até nova reunião da assembleia geral, aquela discussão, que tão azeda trazia os ânimos. A impugnação da candidatura do Dr. Demétrio foi feita pela gente da Federação. É o que nos informam se passou, ontem, na Assembleia geral da União Republicana.<sup>322</sup>

Assim, a querela que, inicialmente, teve como personagens principais Antão de Faria e Júlio de Castilhos (o caso da demissão da Superintendência) foi ganhando novos contornos, a partir do momento em que, seja por interesses particulares, seja pelos laços de amizade, ou ainda por ambos – nela tomaram parte Demétrio Ribeiro e Barros Cassal. Soma-se a isso o fato do Dr. Demétrio ter sido também impedido à candidatura à senatoria pela “gente da Federação”. A partir daí, é possível demarcar uma nova configuração do cenário político, no que se destaca a rivalidade entre dois alinhamentos/facções principais dentro do PRR: um primeiro, chefiado por Castilhos e, um segundo, que tinha como elos/líderes principais Demétrio Ribeiro, Antão de Faria e Barros Cassal.<sup>323</sup>

É preciso chamar atenção para a importância da *União Republicana* como espaço de afirmação dos líderes dissidentes. João de Barros Cassal, nessa conjuntura, era tratado como “mártir da brutalidade de 13 de maio” e dispunha de grande popularidade entre os correligionários, tendo ascendido à direção da agremiação em junho de 1890.<sup>324</sup> Dividida

<sup>322</sup> MORITZ, Gustavo. Op. Cit., p. 143.

<sup>323</sup> Em seguida, montadas as chapas, de fato, o Dr. Barros Cassal se recusaria a participar dela, apresentando-se como candidato avulso e promovendo meetings e reuniões públicas, atacando a candidatura Deodoro e a conduta de Castilhos, com o claro objetivo de desprestigiar este último. Procedidas as eleições em setembro, Castilhos passou a fazer uma série de acusações a Antão, dizendo ter este aliciado votos a Cassal. Demétrio Ribeiro saiu em sua defesa, passando a receber também ele, agressões da parte de Castilhos. No mês seguinte, *O Rio Grande*, órgão da dissidência começou a circular, realizando a defesa dessas três lideranças das insinuações de Castilhos e, apresentando suas críticas a postura do Dr. Júlio e a subserviência do PRR em relação ao governo Federal. O ‘caso Fanor’, gatilho para o início de uma série de acusações públicas, que feriram a honra e o prestígio de ambos os lados, nunca foi citado no jornal *O Rio Grande*, optando-se, publicamente, por um discurso de crítica mais ‘elegante’.

<sup>324</sup> Numa alusão ao incidente ocorrido em comemoração da União Republicana, onde ele foi baleado.

entre *castilhistas* e *demetristas* à época das candidaturas à constituinte Federal, o clube político se tornaria, de forma cada vez mais clara, a base de apoio político da dissidência.

Em novembro de 1890 – pouco depois do rompimento dos três líderes com o PRR, em reunião do clube, presidida por Cassal, votou-se uma moção (que teve resultado unânime) em solidariedade a Antão de Faria e Demétrio Ribeiro, deputados à Assembleia Constituinte Federal. Naquela oportunidade, tomando a palavra o Dr. Demétrio, “ocupou-se do afastamento de uma grande parte do partido”, que teria retirado “sua solidariedade aos desmandos cometidos pelos diretores do oficialismo deste estado”.<sup>325</sup> Em março de 1891, já tendo como presidente o Dr. Demétrio, a *União Republicana* convidava “amigos e admiradores dos dois ilustres congressistas a comparecerem no trapiche do Lloyd Brasileiro, à chegada do paquete que conduz os dignos rio-grandenses”, prevenindo ainda “ao povo que haverá bondes à sua disposição, em frente à estação da Praça da Alfândega, para conduzir aqueles que os queiram acompanhar até sua residência”.<sup>326</sup>

De fato, a *União Republicana*, fundada em 1885 como Clube Bento Gonçalves (à época já em oposição à liderança de Castilhos) seria não só a base de apoio desses três líderes, já então alinhados, mas mais do que isso, o espaço de organização de uma coalizão opositora, saída de dentro do próprio PRR.<sup>327</sup> Pouco antes da eleição à Constituinte Estadual, a União Republicana explicava sua posição no cenário político – ao lado da dissidência – dizendo que, como antigo grêmio de propaganda republicana, havia entendido que sua missão não estava finda, apontando ainda que:

Em verdade, não tardou que os depositários da autoridade, neste Estado, começassem a vislumbrar nessa agremiação guarda permanente das imaculadas tradições do partido, *um núcleo organizado de resistência* às tentativas dissolventes da política republicana e aos intuitos absorventes do poder central; foi então que aqueles dois antigos companheiros que se converteram, de momento, incondicionalmente, em aliados da autoridade incompetente tentaram quebrar, por mais de uma vez, esse poderoso obstáculo levantado contra a ação política dos que assim fraudavam os dignos ensinamentos da doutrina que deveriam servir. Mas aos repetidos golpes do oficialismo esse inexpugnável reduto da velha fé partidária soube opor resistência, e *à proporção que se acentuavam os graves erros e lastimáveis desvios do governo revolucionário, de pronto convertido em ditadura pessoal, novos estímulos avigoraram os esforços desta agremiação, desde então destinada a ser neste Estado o ponto de partida para a reivindicação da doutrina criminosamente violada pelo poder público.*<sup>328</sup>

<sup>325</sup> Jornal *O Rio Grande*, 01/11/1890. Acervo do IHGRGS.

<sup>326</sup> Jornal *O Rio Grande*, 10/03/1891. Acervo do IHGRGS.

<sup>327</sup> De acordo com Dr. Antônio Mâncio Ribeiro Tacques, também membro da primeira dissidência, “em torno desse primeiro núcleo que se afastara da governação” (Demétrio, Barros e Antão) “se haviam agrupado muito maiores forças, que se abrigaram sob o teto da *União Republicana*”.

<sup>328</sup> Jornal *O Rio Grande*, 06/04/1891. Acervo do IHGRGS.

Assim, ao passo que a facção liderada por Júlio de Castilhos se firmava, ganhando cada vez mais espaço no espectro administrativo estadual, Demétrio Ribeiro, Antão de Faria e Barros Cassal projetavam-se dentro da União Republicana, como líderes de um alinhamento contrário e rival à outra força. Se, no discurso, a União se apresentava como “núcleo organizado de resistência” à subserviência do PRR em relação ao governo central, é preciso ter em mente todos os outros elementos, também determinantes para a cisão ocorrida no quadro partidário, e, simultaneamente, para a formação de um movimento de ‘resistência’ a facção castilhista. São eles: a) os interesses particulares e de correligionários que foram desatendidos (vislumbrados através das lutas em torno do contrato Fanor); b) a demissão de Antão de Faria da Superintendência de Obras Públicas; c) o impedimento de Demétrio Ribeiro candidatar-se à senatoria; d) o laço de afeto entre esses líderes, que, sem dúvida, favoreceu suas posições de apoio mútuo no momento de adversidade (quando foram feridas sua reputação e/ou honra pública, por exemplo); e, e) sobretudo, as rivalidades em torno da liderança partidária, ainda não plenamente consolidada por parte de Castilhos.<sup>329</sup>

É preciso dizer, finalmente, que apesar da importância política de Antão de Faria e de Barros Cassal, o *ego* da facção, ao que tudo indica, era o Dr. Demétrio Ribeiro. Lembre-se que dele partiram várias ações nos primeiros anos da propaganda – conforme demonstramos no capítulo anterior – tendo o próprio Castilhos reconhecido, por várias vezes, que ele teria sido o iniciador do movimento que originou o PRR. A *Federação* também indica o seu protagonismo dentro da coalizão opositora que ganhou força a partir da *União Republicana*, explicitando de que modo ela começou a se formar. Nas palavras do editor da folha:

Sabe-se o que é a dissidência [...] Não passa de um acampamento de despeitados: é a companhia de todos aqueles a quem o partido republicano não pôde satisfazer em suas ambições e sede incontinente de mando.

Entenderam, a bem de suas conveniências, que deviam cindir o partido republicano. O pretexto foi o mais mesquinho possível: *dividiram o partido por amor à pessoa do Dr. Demétrio Ribeiro!* Não era o devotamento de ideias que os separava de nós, era uma questão individual, era *uma questão de simpatia por determinado homem*, era uma questão de amizade que se tinha a ele, se não era a solidariedade com quem lhes fizera promessas ou lhes estimulava a vaidade e despertara o orgulho.

Lembram-se todos do começo do incidente. O Sr. Antão faz das suas e procede de tal forma com os seus companheiros de administração, que estes se declaram incompatibilizados com ele e solicitam suas demissões ao general Candido Costa. Este dá razão aos seus dois superintendentes, o da Fazenda e o do Interior, e o Sr. Antão é compelido a deixar o seu lugar na Superintendência das Obras Públicas.

<sup>329</sup> Enquanto centro organizado de oposição – e que tinha como principais lideranças o trio Demétrio-Antão e Barros – é preciso referir que vários outros líderes do PRR, embora de menor prestígio e popularidade, integraram essa coalizão de oposição, gestada a partir da União Republicana: Adolpho Luiz Osório, Athur Candal, Bartholomeu de Assis Brasil, Joaquim Pedro Alves, Augusto Pedro de Alcântara Junior, Sylvio Rangel, além de participarem das reuniões, foram apresentados pela agremiação como candidatos à eleição à Constituinte Estadual de 1891.

O incidente resumia-se nisto: o governador do Estado deixara de ter confiança em um dos seus secretários. Não houve nessa ocasião um ato, um fato, que modificasse a orientação que seguia a situação política, nada houve que denotasse que era menor o nosso ardor pelo programa republicano, nada alterou a marcha que seguíamos e com a qual até então não se manifestara em desacordo o referido Dr. Antão. Não havia, pois motivo para abrir-se dissidência no seio do partido.

Se o Superintendente das Obras Públicas sentia-se *magoadado* pelas suspeitas que dele tinham os seu companheiros de administração, isso não era motivo para fracionar as legiões republicanas. Mostrasse s.s. que as dúvidas que haviam surgido sobre sua lealdade eram infundadas [...]

Mas não quis seguir ele esta conduta magnânima. *O Dr. Demétrio saiu a campo como seu paladino, e as pessoas a quem este homem político aflagava, acompanhando-o; fez-se a dissidência. [...]*

Eis a inglória origem e os fatores de que se compôs a dissidência.<sup>330</sup>

Ressalvado o tom de crítica da publicação, é possível depreender do excerto que a dissidência teve como gatilho a ‘mágoa’ do Dr. Antão por ter sido compelido a deixar a Superintendência de Obras Públicas, tendo aí recebido o apoio do amigo Demétrio Ribeiro – liderança mais consolidada, e, conseqüentemente, de seu séquito de seguidores. Assim, declara a folha que não era o devotamento a determinadas ideias, propaladas nos discursos oficiais, o que teria dividido o partido, mas sim questões outras, relativas a certa exclusão do jogo político. Fica evidente que continuavam perpassando o PRR e induzindo os comportamentos políticos – no sentido da ruptura das alianças formuladas – as lógicas procedentes da amizade, as rivalidades em torno dos principais postos políticos e administrativos, a simpatia a um determinado líder por parte dos seguidores e, os compromissos por ele assumidos com essa clientela.

A *Federação* ainda apontava que não eram as diferenças ideológicas que teriam provocado essa dissidência, afirmando, em contrapartida, o seguinte:

Fizemos ontem o histórico da dissidência, mostrando que não houvera um objetivo social na cisão estabelecida no seio do partido republicano e que só moveis pessoais tinham dado lugar àquele injustificável acontecimento. A prova, repetimos, de que a questão foi toda pessoal está no fato de não ter surgido discórdia senão no momento em que o Dr. Antão de Faria foi alijado do posto que ocupava no governo do Estado. Até aí, ao menos, os rebeldes não nos tinham acoimado de infiéis à doutrina republicana: desse dia em diante o fomos; por quê? – Porque o *alter ego* do Dr. Demétrio fora constringido a deixar a administração. Esta foi a causa determinante de tudo: não houve nenhuma questão de princípios.

Desde esse momento fomos taxados de apóstatas, fraudadores do ideal comum, renegados, etc. ninguém observando que, se os nossos amigos há muito sacrificavam as ideias do partido às suas conveniências individuais, deles eram cúmplices também os dissidentes, porque até o dia em que o Dr. Antão foi compelido a se retirar, estes senhores compartilharam conosco das responsabilidades do poder, e nunca nos exprobaram a conduta que observamos, no que diz respeito à doutrina partidária.<sup>331</sup>

<sup>330</sup> Jornal *A Federação*, 20/01/1892. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>331</sup> Jornal *A Federação*, 21/01/1892. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

O trecho que segue é ainda mais importante, uma vez que questiona o argumento oficial do apoio à candidatura Deodoro como motor da dissidência. Diz a folha que, pouco antes da demissão do Dr. Antão, “só houvera um outro episódio que produzira passageiro dissentimento, chegando-se a acordo imediatamente: a candidatura do generalíssimo Deodoro”, ao que complementa que “esta não pudera servir de pretexto ao espírito de rebeldia” de alguns *parvenus* que se queriam arvorar em cabecilhas”, porque, “na reunião em que se tratou se devia ou não o partido levantar essa candidatura, o próprio Dr. Demétrio declarou que a aceitava, por parecer-lhe que as circunstâncias a impunham como a única viável”. E o Dr. Antão foi mais longe, dizendo que, “em seu parecer, desde muito se deveria ter tratado de publicar que os votos dos nossos representantes seriam por aquele Marechal”.<sup>332</sup>

#### 4.1.3 Os Assis Brasil se afastam do partido

Diferentemente do caso de Antão de Faria, Demétrio Ribeiro e João de Barros Cassal, em que a historiografia apresentou o apoio à candidatura Deodoro como motivo de ruptura com o PRR, a dissidência de Joaquim Francisco de Assis Brasil atribuiu-se, até então, sobretudo, as divergências em relação à doutrina partidária, institucionalizada na Constituição Estadual de 14 de julho de 1891. Não pretendemos, de forma alguma, minimizar o peso desse tipo de desacordo<sup>333</sup>, contudo, cremos que outros elementos devem ser trazidos para análise, uma vez que, conturbando o cenário político, esses também foram importantes dentro da conjuntura que gerou o seu afastamento do PRR.

No Manifesto de dezembro de 1891, ocasião de formalização do rompimento de Assis Brasil com o PRR e Júlio de Castilhos, o próprio enfatizava, para além de não concordar com os princípios instituídos pela Carta, discordâncias outras – a exemplo do apoio à candidatura Deodoro à presidência e a suposta solidariedade de Castilhos ao golpe de Estado dado com o fechamento do Congresso em 1891. É importante atentar para o fato de que o rompimento formal e a divulgação do Manifesto ocorreram somente em meados de dezembro, portanto, vários meses depois da publicação da Constituição, sugerindo que esta teria sido apenas mais

---

<sup>332</sup> Jornal *A Federação*, 21/01/1892. Acervo da Hemeroteca digital Brasileira.

<sup>333</sup> Inclusive, já salientamos que para alguns agentes – caso que acreditamos ser o de Assis Brasil – as divergências ideológicas tiveram mais peso do que para outros, na balança que tendeu a dissidência. Em trabalho anterior, já apresentei, de forma minuciosa, a importância desse tipo de querela para o afastamento de Assis Brasil e Júlio de Castilhos. Para mais informações, ver: SACCOL (2010).

um ponto de desacordo, dentre tantos outros, mas não motivo suficiente, individualmente, para o abandono do partido.<sup>334</sup>

Ainda nesse documento, Assis Brasil sugeriu a existência de animosidades e disputas entre algumas lideranças já à época da Proclamação da República. Como vimos vários conflitos ocorreram ainda na fase da propaganda, tornando a solidariedade entre os líderes do PRR, no mínimo, instável, ou, em outras palavras, sujeita à quebra, conforme novos episódios se dessem no cenário político. Somados a afirmação de Castilhos como principal liderança – o que certamente incomodava líderes de primeira grandeza como Assis Brasil e Demétrio Ribeiro – novas querelas criariam oportunidade para rompimentos individuais, alguns deles seguidos por outros líderes, seja em função de alianças políticas já construídas, seja em função de interesses compartilhados no novo momento político.

No caso específico de Joaquim Francisco de Assis Brasil, vimos no capítulo anterior que, já em 1887, ele e Castilhos tinham entrado em desacordo acerca da questão separatista, importante definição para o programa partidário naquele momento. Além disso, implantada a República, o próprio Assis Brasil afirma que, acerca de decisões relativas ao serviço administrativo estadual (sobretudo acerca de nomeações e demissões), Castilhos e ele “desentendiam-se sobre tudo”. Não obstante, para além do que é possível depreender da leitura dos manifestos públicos e declarações posteriores à cisão, uma observação de episódios ocorridos dos primeiros meses republicanos sugere que questões familiares também devem ter pesado sobre sua decisão de deixar o partido.

Conforme pontuamos no segundo capítulo, o envolvimento com a propaganda republicana era partilhado pelos cinco irmãos da família Assis Brasil, havendo mesmo uma espécie de divisão do trabalho político no interior do núcleo familiar.<sup>335</sup> Dos irmãos, Joaquim Francisco foi, sem dúvida, o que se afirmou mais rapidamente – considerando uma série de investimentos realizados – dentro do PRR e do jogo político como um todo. Contudo, observando as posições tomadas pelos irmãos nos primeiros meses republicanos, é possível detectar um movimento de dissidência familiar em relação ao PRR, que começa bem antes do episódio da Constituição de 14 de julho de 1891.

---

<sup>334</sup> É o próprio Assis Brasil quem afirma que “Solo una vez nos encontramos em direcciones opuestas y em camino que, para mi al menos, no ofrecia ningun desvio honesto: fue cuando él apoyó el golpe de Estado y la ditadura del mariscal Deodoro.”

<sup>335</sup> Para uma análise exemplar da divisão do trabalho político, no seio de uma família de políticos do estado de Minas Gerais, ver CANEDO, Letícia. Estratégias familiares na produção social de uma qualificação política. In: **Educação & Sociedade**, n. 39, 1991.

Bartholomeu, que também havia estudado Direito em São Paulo, fez parte da chapa de candidatos à Constituinte Estadual, apresentada pela *União Republicana*, em abril de 1891.<sup>336</sup> Tal indicação sugere que em meados daquele ano Bartholomeu já fazia oposição ao PRR, alinhado a facção liderada por Demétrio Ribeiro. Contudo, sua mudança de posicionamento teria se oficializado ainda antes disso, mais precisamente em meados de março, quando *O Rio Grande* recebeu a sua primeira ‘colaboração’. Apresentando à redação do jornal e ao público uma obra por ele produzida – tratava-se de um panfleto acerca da deposição do Dr. Silva Tavares – Bartholomeu achou necessário demarcar sua posição política naquele momento, pronunciando-se da seguinte forma:

À redação do *Rio Grande*

Meus velhos amigos, saúde.

Muitas vezes interpelado sobre o meu modo de julgar a ruptura do antigo partido negativista, ruptura de que o vosso jornal é o sinal na imprensa, venho aqui, mais pelo gosto de ‘viver às claras’ que por consciência de dever, declarar que não sou solidário:

Nem com a dissidência (como vos batizou a malevolência inepta dos catecúmenos do reacionarismo) porque vós mesmos vos dizeis – não os continuadores, mas os genuínos executores do programa negativo;

Nem com ‘o grupo que acompanha o Dr. Júlio de Castilhos’ (expressão pela qual a imprensa e o telégrafo designam o lado da partilha negativista que se fez reacionária), porque contra as conversões apostáticas protesta não só a minha educação moral, como o meu próprio temperamento.

Mas como tenho uma fé completa na pressão das circunstâncias e estudando à luz dessa crença a vossa existência política, fico que ela é a crizalida dos futuros obreiros da república.

Neste ponto de vista vos asseguro toda minha simpatia e vos envio, por isso, todos os meus encorajamentos.

Trabalham os nossos comuns adversários pelo governo por ser governo; trabalheis vós pela recordação do antigo partido republicano negativo; eu vou sozinho escrevendo a história da nossa Província para influir no seu aperfeiçoamento tanto quanto é capaz a tenacidade de um homem honrado, que não se curva a outro governo, senão ao poder espiritual da ciência.<sup>337</sup>

A manifestação de desacordo com “o grupo que acompanha o Dr. Júlio” trazia como argumento a ideia de “não se curvar a outro governo”, ou seja, à administração federal, liderada pelo Marechal Deodoro, já alvo de críticas nesse momento, inclusive por parte da facção ligada ao jornal *O Rio Grande*. Ao argumento formal, contudo, deve-se somar o alinhamento político ao irmão Joaquim Francisco, que já vinha em contínuo afastamento em relação à cúpula do PRR, conforme sugerem alguns episódios.

As divisões da bancada gaúcha frente a vários assuntos demonstram a polarização que vinha se criando dentro do partido já à época da Constituinte Federal: ao passo que Demétrio

<sup>336</sup> Jornal *O Rio Grande*, 14/04/1891. Acervo do IHGRGS.

<sup>337</sup> Jornal *O Rio Grande*, 17/03/1891. Acervo do IHGRGS.

Ribeiro e Antão de Faria desde o início atuaram como dissidentes, o posicionamento de Assis Brasil aos poucos passou a diferir do de Castilhos, em constante projeção e quase sempre acompanhado pela maioria dos congressistas gaúchos.<sup>338</sup> Realizada a votação que elegeu definitivamente o Marechal Deodoro à presidência, Assis Brasil, no dia seguinte, declarou ao congresso o seu voto em Prudente de Moraes, resignando, por isso, seu mandato de deputado.<sup>339</sup> Alguns dias depois, colocaria também o seu cargo de Ministro na Argentina em disponibilidade, fato que certamente deve ter desagradado a Castilhos e aos demais membros da bancada.<sup>340</sup>

Assim, Assis Brasil e Júlio de Castilhos, já à época da Constituinte Federal, discordavam sobre algumas questões, assumindo mesmo lados opostos nos debates ali colocados. Mas, para além dessas diferenças formais e programáticas, Castilhos, lembrando os acontecimentos daquela conjuntura refere que a afirmação de sua liderança perante os demais congressistas incomodava sobremaneira a Assis Brasil.<sup>341</sup> Além disso, pouco depois da ruptura de Assis Brasil com o PRR, *A Federação* denunciou que a eleição do Marechal Deodoro “malogrou o plano” de Assis Brasil, que tinha a promessa de um Ministério no governo Prudente de Moraes, caso esse último fosse alçado à presidência da República.<sup>342</sup>

Finalizados os trabalhos da Constituinte, quando do regresso dos congressistas ao Estado, chama a atenção o clima de animosidade que havia sido instaurado, a ponto de Assis Brasil manter-se em silêncio por algum tempo. Nessa conjuntura, afirma Castilhos:

Veio à minha casa o Dr. Brasil para declarar, em conferência reservada, que estava recolhido a um *silêncio injustificável desde que regressara do Rio, silêncio que ele não podia prolongar sob pena de se anular politicamente, com o que não se conformava*; que precisava explicar-se perante o partido republicano, para que não o considerassem fora da atividade política; que não se julgava excluído do partido pelo

<sup>338</sup> Exemplo disso é que, na questão do repto lançado pelos dissidentes Antão de Faria e Demétrio Ribeiro – onde se propunha nova eleição para se determinar, de fato, quem o eleitorado rio-grandense considerava como seus legítimos representantes –. Assis Brasil foi o único que aceitou o repto prontamente, ao passo que o restante da bancada do PRR silenciava sobre o assunto. (Jornal *O Rio Grande*, 10/01/1891. Acervo do IHGRGS).

<sup>339</sup> Votaram em Prudente de Moraes, o General Osório, Alcides Lima, Vitorino Monteiro, Antão de Faria, Demétrio Ribeiro e Assis Brasil. (Fonte: Jornal *O Rio Grande*, 26/02/1891. Acervo do IHGRGS.) Ainda, de acordo com *A Federação*, “o Dr. Assis Brasil renunciou ao mandato de deputado por esse estado, declarando que o fazia porque, deixando de votar no generalíssimo para o cargo de presidente da república, desobedecia o PRR”.(Jornal *A Federação*, 28/02/1891. Acervo da HDB).

<sup>340</sup> Jornal *A Federação*, 03/03/1891. Acervo da HDB.

<sup>341</sup> “O Dr. Brasil já não podia disfarçar a má vontade ou irritação que lhe causavam as incessantes demonstrações de confiança com que me honravam os meus companheiros de deputação, quer nas reuniões que efetuávamos, quer na ação que nos traçamos no congresso e nas relações com o governo. A dois dentre eles chegou mesmo a manifestar um tanto ingenuamente essa má vontade, declarando-lhes que, apesar de ser muito meu amigo, não via com bons olhos a posição em que me tinham colocado, porque lhe despertava sério desgosto a ascendência que daí se derivava, e acrescentando que havia extrema facilidade na aceitação das minhas indicações, sem que ao menos se discutissem as suas” (Fonte: Jornal *A Federação*, 23/12/1891. Acervo da HDB).

<sup>342</sup> Jornal *A Federação*, 05/01/1892. Acervo da HDB.

fato de haver discordado da grande maioria da deputação rio-grandense na eleição do Presidente da República, porque, além do mais, era um homem que não podia ser atirado às urtigas; que a ocasião era azada, porque A Federação estava publicando uns artigos que lhe pareciam contrários ao regime representativo, do qual era partidário; que finalmente queria ouvir-me sobre a sua situação pessoal e sobre a conveniência de publicar na Federação uma série de artigos com a sua assinatura.<sup>343</sup>

Teria respondido Castilhos afirmativamente à publicação dos escritos “contanto que estes fossem concebidos em tom amistoso e em linguagem moderada, para não darem lugar a controvérsias desagradáveis”, declarando o Dr. Assis Brasil que “ia redigir os seus artigos e que sujeitá-los-ia a minha apreciação de amigo, antes da publicação”.<sup>344</sup> Contudo, decorridos poucos dias, o Dr. Brasil teria entregue “pessoalmente um escrito ao escritório da Federação, para ser publicado sem demora”, ao que Castilhos teria lido, “com desagradável surpresa, porque percebeu que o seu autor havia infligido facilmente o anterior acordo”.<sup>345</sup> Chamado a conversar com Castilhos, teria Assis Brasil autorizado o Dr. Júlio a alterar o escrito nos pontos que julgasse inconveniente e, afinal, “atento a improficuidade de meras alterações de forma, desistiu da publicação por entre sorrisos contrafeitos”.<sup>346</sup>

O acontecimento, narrado na perspectiva de Castilhos, data de julho de 1891, período em que a Assembleia Estadual já vinha se reunindo visando à publicação da Carta Magna do Rio Grande. Sentindo-se isolado ou mesmo alijado após o ocorrido no Congresso Federal – Castilhos diz, inclusive, que a falta de disciplina de Assis Brasil ao não votar conjuntamente com a bancada gaúcha, teve como consequência “a relutância de parte de vários companheiros e diretores locais quanto a sua reeleição”<sup>347</sup> – e, tendo seus escritos ‘impedidos’ de serem veiculados na *Federação*, o afastamento se consolidava cada vez mais.

A partir de fins de julho, anunciava *O Rio Grande* que, “Assis Brasil, em desacordo com os atos do PRR vai começar a publicar artigos analíticos, no *Jornal do Commercio*”.<sup>348</sup> O fato de Assis Brasil começar a se expressar publicamente por meio de outro jornal sugere, desde já, que a ruptura com o PRR era inevitável. Outrossim, a opção de Assis Brasil de não se aliar imediatamente aos demetristas (ou, à facção ligada ao jornal *O Rio Grande*), demonstra a forte segmentariedade partidária e, igualmente, a impossibilidade de se polarizar/restringir a cena política entre castilhistas e não-castilhistas, muito embora as facções dissidentes tenham se unido (em oposição à Castilhos) em algumas oportunidades.

<sup>343</sup> Jornal *A Federação*, 23/12/1891. Acervo da HDB.

<sup>344</sup> Jornal *A Federação*, 24/12/1891. Acervo da HDB.

<sup>345</sup> Jornal *A Federação*, 24/12/1891. Acervo da HDB.

<sup>346</sup> Jornal *A Federação*, 24/12/1891. Acervo da HDB.

<sup>347</sup> Jornal *A Federação*, 24/12/1891. Acervo da HDB.

<sup>348</sup> Jornal *O Rio Grande*, 30/07/1891. Acervo do IHGRGS.

Retomando nosso argumento, para além do alijamento partidário sofrido pelo Dr. Joaquim Francisco, outros membros da família vinham perdendo espaço no cenário político e/ou sendo impedidos de se manifestarem publicamente, no período anterior à Constituição Estadual. Bartholomeu de Assis Brasil, como se viu, já em março havia feito censuras “ao grupo do Dr. Júlio” e ao que considerava como subserviência de sua parte em relação ao governo do Marechal Deodoro. Alinhado ao irmão na crítica, Bartholomeu narra um episódio ocorrido em abril, em que teria sido impedido de realizar algumas conferências públicas, datando daí a sua conseqüente aproximação com os membros da *União Republicana*. Em suas palavras:

Quando fui falar aos republicanos, em abril de 1890, a Porto Alegre, tinha agitado o meu espírito por esta confissão de Idomenêo constrito: “eu jamais encontrei um homem bastante meu amigo para querer desagrar-me dizendo-me a inteira verdade contra meus próprios erros”.

Eu quis ser junto a vós [Júlio de Castilhos] esse amigo que faltou ao penitente Idomenêo. Vós delicadamente me afastais do vosso conselho privado.

Vosso amigo leal e mais amigo ainda da República – recorri a outro artil, passando do domínio privado para o domínio público. *Instituí uma série de conferências públicas com o fim de exortar o povo, a fim de que, pela sua opinião sistematicamente esclarecida, influísse no sentido de reconduzir os republicanos à necessária conduta prometida.*

Vós procurastes desviar-me do cumprimento desse dever. Me afirmastes que a minha ação era altamente perturbadora e que eu via tudo com olhos negros, por isso fazia a previsão de um futuro tétrico, onde nos esperava exatamente um mar de rosas. Eu estava em erro; asseguráveis ao Rio Grande um futuro republicano, isto é, de toda Ordem e de toda a Liberdade. *Por essa razão e mais ainda como meu amigo, me pedíeis para renunciar o meu compromisso de realizar as conferências de sociologia aplicada. [...]*

Resisti, pela salvação da Pátria, pela honra dos meus amigos.

*E vós vencestes porque, dispondo da força política, mandastes o chefe de polícia decretar que era-me interdita a tribuna por tempo indeterminado.*

Foi essa, Dr. Castilhos, a primeira desilusão pública que experimentei.<sup>349</sup>

Se a animosidade entre os irmãos Assis Brasil e o Dr. Júlio e seu grupo somente ganhava maiores contornos – começando pelo desconforto com o desligamento de Joaquim Francisco de suas atividades políticas, passando pelo impedimento de sua manifestação através do órgão do PRR e da interdição das conferências de Bartholomeu em Porto Alegre (que foi seguida pela sua aproximação com a facção demetrista) – novo episódio, envolvendo outro membro da família deixaria essa relação ainda mais conturbada. Trata-se do conflito entre Júlio de Castilhos e alguns dos membros da Escola Militar de Porto Alegre, que levou

<sup>349</sup> Jornal *O Rio Grande*, 16/06/1893. Acervo do IHGRGS.

ao desligamento do lente José de Assis Brasil, sobrinho dos já citados, de suas funções na instituição.

As divisões e conflitos entre os líderes do PRR reverberavam dentro da Escola Militar, instituição, desde a época da propaganda, intensamente envolvida com a política e com o movimento republicano. De acordo com *A Federação* de 19 de maio de 1891, a Escola vinha sofrendo de “uma dissensão intestina, exortando os camaradas e comandados ao respeito, aos deveres da disciplina e ao zelo pela boa marcha do estabelecimento”.<sup>350</sup> De modo mais específico, afirma que:

A Escola estava dividida em dois grupos: um formado de todos os que, como professores ou como alunos, conservavam-se adversos a qualquer agitação perturbadora, repelindo serenamente o pensamento da desordem; outro, composto dos que se faziam ostensivamente solidários, inclusive muitos incautos e listificados, com a agitação anárquica da conhecida facção que há procurado trazer em constante sobressalto o espírito da população.<sup>351</sup>

A facção a que a folha se referia era aquela gestada dentro da *União Republicana* ou, em outras palavras, o grupo demetrista. Ainda que afastados do PRR, a facção identificava-se com o positivismo, tendo influência e, ao mesmo tempo, recebendo apoio político de boa parte dos alunos da Escola Militar, desde a sua dissidência. Em meados de abril, cerca de vinte dias antes das eleições à Constituinte Estadual, foram recolhidos à prisão três oficiais empregados na Escola (major João Candido Jacques, tenente Alfredo Rodrigues Pires e o alferes Augusto Pedro de Alcântara Junior), por ordem do Ministro da Guerra.<sup>352</sup> Dos três citados, João Candido Jacques e Augusto Pedro de Alcântara Junior tinham ligação explícita com os demetristas e a *União Republicana*, sendo, inclusive, por meio dela, candidatos à deputação estadual.<sup>353</sup>

Os opositores acusavam as autoridades do Estado (nesse caso, a facção castilhistas) de terem solicitado as prisões ao Ministro da Guerra. Agitara-se a partir daí um grupo de alunos que passou a se manifestar contra o governo, nas vésperas da eleição, tendo inclusive excursionado pelos distritos em campanha. Ocorridos os pleitos, houve um incidente na comemoração ao terceiro aniversário da Abolição da Escravatura, organizada pelo escritório da *Federação*. Esta, no dia seguinte, relatava que, “de súbito, alguns cadetes alunos provocaram confusão e tumulto, ameaçando ferir cidadãos e oficiais superiores que os

<sup>350</sup> Jornal *A Federação*, 19/05/1891. Acervo da HDB.

<sup>351</sup> Jornal *A Federação*, 19/05/1891. Acervo da HDB.

<sup>352</sup> Jornal *A Federação*, 15/04/1891. Acervo da HDB.

<sup>353</sup> Jornal *O Rio Grande*, 14/04/1891. Acervo do IHGRGS.

repreenderam”.<sup>354</sup> Por sua vez, *O Rio Grande*, órgão da dissidência, relatou que na manifestação de treze de maio “houveram pronunciamentos contra Júlio de Castilhos”, e que, mediante a caracterização do caso como de ‘insubordinação’, teria ocorrido o desligamento de mais de cem alunos da Escola. Dentre os elementos expulsos, estava o Tenente José de Assis Brasil, lente da instituição e sobrinho do Dr. Joaquim Francisco e de Bartholomeu.

Relatava *A Federação* as satisfatórias condições da Escola até que “alguns embusteiros, repudiados pelo partido republicano, prevalecendo-se de um certo renome” começaram a “agitar com falsos pregões de puritanismo o espírito dos jovens alunos, ora diretamente, ora por intermédio de um ou outro lente, de um ou outro membro da administração do estabelecimento”.<sup>355</sup> Justificava, desse modo, a expulsão daqueles que, haviam manifestado publicamente seu desacordo com a facção castilhista do PRR, instaurada no poder.

Desse modo, o movimento de oposição a Castilhos, gestado de dentro do próprio PRR, acabou reverberando dentro da Escola Militar, ocasionando o desligamento de José de Assis Brasil de suas funções na instituição. É importante ressaltar que o tenente José de Assis Brasil era filho de Antônio, fazendeiro, um dos mais velhos irmãos da família Assis Brasil. Antônio havia falecido em 1882, deixando a viúva e os órfãos com muitas dívidas.<sup>356</sup> De tal modo, foi provavelmente a pedido dos Assis Brasil, à época ainda propagandistas da república, que Apolinário Porto Alegre abrigou José de Assis Brasil em sua residência em Porto Alegre, a fim de viabilizar os estudos do moço na capital.<sup>357</sup> Depreende-se daí que havia certo instinto de proteção ao jovem sobrinho, deixado em situação difícil pelo pai, e que, provavelmente, perdurou ao longo dos anos.

É de se supor que a expulsão de José de Assis Brasil da Escola Militar, justamente no momento em que este havia adquirido posição mais ou menos relevante dentro da instituição,

---

<sup>354</sup> *Jornal A Federação*, 14/05/1891. Acervo da HDB.

<sup>355</sup> 18 maio

<sup>356</sup> Inventário de Antônio de Assis Brasil. São Gabriel. Número 347, Maço 19, Estante 107, Ano 1882. Cartório de Órfãos e Ausentes (APERs). No inventário, a viúva depôs que as dívidas eram decorrentes “da compra de gado para duas tropas que o inventariado fez e levou à Pelotas, nas quais teve grande prejuízo, como é de notoriedade pública, o que concorreu para a agravação de seu estado de saúde”.

<sup>357</sup> Em carta de José de Assis Brasil escrita a Apolinário, o jovem agradeceu pelos anos em que esteve hospedado em sua casa e, mais do que isso, enfatizou a importância do apoio que recebera em momento tão difícil de sua vida: “[...] O Senhor arrancou-me da miséria, alimentou-me física e intelectualmente e, o que é mais ainda, encheu-me muitas vezes de dinheiro as algibeiras! De nada disto eu me esqueci”. Em outra passagem, o jovem pontuou: “Eu sei Sr. Apolinário, [...] que eu era bem desgraçado quando o Sr. me acolheu em sua casa, mas foi tal a sua bondade, foi tal o cuidado que teve comigo que pôde conservar-me o caráter sem prejuízo, o que raramente sucede àqueles que chegam a uma posição crítica como foi a minha”. (Carta de José de Assis Brasil a Apolinário Porto Alegre. Porto Alegre. 26.01.1886. Arquivo Pessoal de Apolinário Porto Alegre – (APA-0134 – IHGRGS).

tenha desagradado aos tios – inclusive porque o lente posicionava-se politicamente contrário a facção castilhista – tornando ainda mais tensas suas relações com o partido, especialmente no caso de Joaquim Francisco, que ainda não havia abandonado formalmente o PRR, muito embora já se acreditasse alijado no momento da expulsão do sobrinho da Escola.

Assim, considerados: a) o alijamento de Joaquim Francisco desde a época da Constituinte Federal e o impedimento de manifestar-se publicamente através de *A Federação*; b) os embaraços criados por Castilhos às conferências de Bartholomeu – situação em que até mesmo a polícia fora mobilizada –; e, c) o caso da expulsão de José de Assis Brasil da Escola Militar; pode-se dizer que a família tinha motivos suficientes para romper com o PRR, ou, mais precisamente, com a facção castilhista do partido, em afirmação naquele momento.

É importante destacar que todos esses acontecimentos são anteriores e/ou contemporâneos à decretação da Constituição Estadual, deixando claro que existia todo um precedente de descontentamentos, que certamente interferiu para a dissidência do líder Joaquim Francisco, o principal membro da família Assis Brasil. Com isso, não queremos dizer que as diferenças em termos de ideologia, expressadas em seu Manifesto político, não tenham sido importantes para o processamento da ruptura, mas sim, que imbricado à lógica dos posicionamentos formais (e filosóficos), havia todo um descontentamento, não só pessoal como familiar que, deve sim, ser considerado. O alijamento do cenário político, vivenciado naquele momento, certamente lhes danificava a reputação e mesmo a autoridade adquirida entre aliados e seguidores, tornando a aliança estabelecida com Castilhos e seu séquito – há muito tempo realizada – impossível de ser mantida a partir dali.

#### **4.1.4 As facções perrerristas por trás da primeira dissidência**

A título de síntese, avaliados percursos individuais e acontecimentos em que alguns dos principais membros da primeira dissidência estiveram envolvidos, podemos demarcar questões outras que tiveram peso para as rupturas, e que até então não haviam sido apontadas pela historiografia. Assim, para além do desacordo com o apoio à candidatura Deodoro à presidência da República e/ou de divergências em termos de ideologia, foi possível identificar interesses pessoais, familiares e facciosos que estavam por trás das primeiras dissidências republicanas, e que tiveram grande importância na (re)ordenação do jogo político naquele momento.

Desse modo, as desavenças relativas à candidatura Deodoro, utilizadas como argumento oficial e público pelos agentes, acabou encobrindo uma série de outras questões, de grande importância para que Antão de Faria, Barros Cassal e Demétrio Ribeiro se tornassem dissidentes. Dentre elas, apontamos: a) os desacordos entre Castilhos e Antão de Faria em relação ao caso Fanor Cumplido e a consequente demissão deste último da Superintendência de Obras Públicas; b) a impugnação de Demétrio Ribeiro à Senatoria; e, c) a projeção de Barros Cassal dentro da União Republicana (pós-incidente da comemoração da Abolição), fator importante para a mobilização da facção que então se colocou como opositora ao grupo liderado por Castilhos.

Logo, o apoio ou não à candidatura Deodoro tinha importância à medida que se apresentava como argumento oficial para as disputas, muito embora na realidade, era uma competição em torno da liderança, de prestígio e de acesso a postos principais de mando (e as possíveis benesses à facção que se poderia distribuir a partir daí), o que mobilizava esses agentes. Em torno dessa lógica formavam-se alinhamentos políticos, ditados, portanto, pelo compartilhamento de interesses, mas também levando em conta laços de amizade, afeto e mesmo de parentesco.

Nos casos de Apolinário Porto Alegre e Assis Brasil, que tiveram suas dissidências explicadas, sobretudo, a partir de divergências ideológicas com Castilhos e sua facção – já que ambos eram adeptos de uma vertente republicana liberal, portanto, oposta ao positivismo –, também foi possível demonstrar a incidência de querelas de outra ordem, que também interferiram na dinâmica intrapartidária. Nesses dois casos, interesses pessoais e familiares haviam sido feridos – exemplo do impedimento do acesso de Aquiles Porto Alegre ao serviço público estadual e da exclusão de Apolinário Porto Alegre da União Republicana, bem como do alijamento de Assis Brasil após a Constituinte Federal e os episódios em que outros membros da família foram impedidos de manifestarem-se publicamente – colocando em xeque a reputação desses agentes (e mesmo de suas famílias), tornando impossível a continuidade da aliança com a facção castilhista, que então se afirmavam dentro do partido.

Partindo daí, é possível tomar as dissidências como uma tendência ou mesmo um reflexo de lutas de poder conjunturais dentro do partido. Logo, a ideia de que o PRR era coeso e disciplinado ideologicamente, defendido por vários trabalhos, diz mais de um discurso que os próprios protagonistas pretenderam legitimar do que, da estrutura real da agremiação. A própria dissidência demonstra que a estrutura partidária era fragmentada, sobressaindo-se facções diversas, com líderes específicos e, em determinadas conjunturas, interesses contrapostos, de modo a gerar conflitos, rupturas, e novos alinhamentos, fora do partido.

Destarte, tomando como base a ideia de sistema de líderes-seguidores, foi possível identificar pelo menos três grandes facções em disputa, relacionadas à primeira dissidência: uma primeira, “castilhista”, também chamada pelos dissidentes como “o grupo do Dr. Júlio”, em processo de autoafirmação no contexto dos anos 1890/91<sup>358</sup>; uma segunda, “demetrista”, de cunho positivista, chefiada por Demétrio Ribeiro, e que tinha Antão de Faria e Barros Cassal como “seus imediatos ou lugar-tenentes”; e um terceiro agrupamento, identificado por *A Federação* como “democrático”, liderado por Joaquim Francisco de Assis Brasil e formado “por sua pequena clientela: Marçal Escobar, Álvaro Baptista, Heráclito Americano e Júlio Moreira”.<sup>359</sup>

O próprio fato de os agrupamentos se reconhecerem e/ou identificarem tanto pela chefia de uma liderança pessoal específica, quanto pela adesão à determinada corrente de ideias, demonstra o quanto as gramáticas da pequena e da grande política estavam intrincadas, naquele momento, exercendo, ambas, influência sobre o jogo político. Esse entrelaçamento das duas lógicas – uma oriunda da política miúda e, outra, da grande política – ficará perceptível também através da análise da segunda dissidência, processada em um novo momento de disputas em torno da liderança/hierarquia partidária, ou seja, pouco tempo depois da morte de Castilhos.

Nessa nova conjuntura, pois, é possível identificar um agrupamento que passa a se contrapor ao grupo borgista (situação), esse último supostamente herdeiro dos castilhistas. Destaca-se, desde já, que essa facção de oposição aparece identificada no material empírico analisado, como ‘*abbottista*’ e/ou ‘*fernandista*’; e de cunho ‘liberal’, evidenciando, portanto, e mais uma vez, o imbricamento das duas gramáticas, ou seja, a persistência da liderança personalista e da lógica dos interesses num cenário que, aos poucos, também vinha ganhando contornos de grande política.

---

<sup>358</sup> E que tinha em Homero Baptista, Ramiro Barcellos, Pinheiro Machado e Borges de Medeiros os seus principais aliados. O agrupamento também aparece(u) identificado, em alguns momentos, como “o grupo da Federação” e, igualmente, como “a igreja da Federação”.

<sup>359</sup> O Jornal *A Federação*, datado de fins de 1891, refere-se ao fato dos quatro últimos citados, “por junto de toda a gente do Sr. Assis Brasil”, terem publicizado um uma peça política de apoio e este último. O documento teria sido escrito “na mesma linguagem do chefe”, e foi identificado pelo jornal *A Federação* como “Manifestinho”, numa alusão ao Manifesto de 12 de dezembro de 1891, em que Assis Brasil explicava sua ruptura com Castilhos e o PRR, e que havia circulado pela imprensa alguns dias antes. (Fonte: Jornal *A Federação*, 30/12/1891. Acervo da HDB).

## 4.2 A segunda dissidência: uma questão de ideologia?

Como vimos, as explicações historiográficas referentes à primeira cisão republicana tomaram como base as divergências ideológicas entre alguns dos líderes do partido, demarcando também a importância de seu posicionamento em relação à candidatura Deodoro da Fonseca à presidência da República. De forma análoga, ainda que ressalvados aspectos da nova conjuntura, a componente ideológica foi reiterada pela historiografia como elemento principal de divergências entre os líderes do PRR e, portanto, como motivação para a segunda dissidência republicana, processada no ano de 1907. Demarcaram-se, sobretudo, as disputas em torno da herança política de Júlio de Castilhos, traduzidas na competição entre um grupo positivista ortodoxo e um heterodoxo, em seguida reconfigurados (ou identificados) num quadro de disputas entre liberais e positivistas autoritários.

Contudo, e tal qual demonstramos para a primeira dissidência, cremos que, no caso da segunda, questões outras – relativas ao prestígio e ao acesso as principais posições de mando – devem ser trazidas para a análise, no sentido de indicar que o comportamento político dos agentes também era pautado por interesses pessoais, familiares e facciosos, constituindo-se a ideologia, mais como princípio de justificação do que como fundamento das tomadas de posição, muito embora a componente ideológica começasse a ter cada vez mais importância dentro do cenário político.

Conforme indicamos no capítulo anterior – e estando, nesse sentido, de acordo com vários trabalhos (acadêmicos ou não acadêmicos) – as raízes da segunda dissidência têm relação direta com a morte de Castilhos em 1903, constituindo-se como processo, lento, vagaroso, e que teve seu ápice em 1907, quando as disputas em torno do comando estadual e partidário se colocaram mais uma vez no centro do debate. Partindo daí, realizamos uma leitura diacrônica dos acontecimentos, que nos tornou possível perceber que a defesa de certos ideais filosóficos não foi critério essencial no sentido de condicionar rupturas processadas no PRR naquela conjuntura e, tampouco no sentido de determinar a formação de novas alianças políticas no cenário pós-dissidência.

A seguir, procuraremos determinar como, a partir da morte de Júlio de Castilhos, Fernando Abbott começa a se afirmar como liderança, atritando-se diretamente com Borges de Medeiros e Pinheiro Machado, especialmente a partir do caso das eleições de Santa Cruz do Sul, ocorrido em 1904. Essas querelas, pelo que se pôde verificar, pouco tinham de relação com a ideologia partidária – tornando evidentes, inclusive, indícios de que um

comprometimento com o projeto castilhista por parte de Fernando Abbott é, no mínimo, questionável.

Num segundo momento, procuramos demonstrar como se forma a coalizão que tem como objetivo assenhorar-se do poder, sustentando a candidatura Abbott. A partir da identificação dos principais agitadores dessa campanha (Joaquim Francisco de Assis Brasil, Aparício Mariense da Silva e Arthur Pinto da Rocha) será possível demonstrar que conveniências pessoais e interesses compartilhados – no que se sobressai a possibilidade de acesso e/ou permanência em postos de importância e prestígio políticos – estavam por trás da segunda dissidência. Avaliados, por fim, os apoios políticos concedidos pelos fernandistas em contexto posterior à eleição estadual de 1907 – no que se destaca o apoio concedido a Antão de Faria na disputa pela Intendência de Porto Alegre em 1908 – será possível tornar mais clara a lógica dos atores e, o que, de fato, os mobilizava à ação política, nessa conjuntura.

#### **4.2.1 Antecedentes da ruptura: a influência política dos irmãos Abbott e os atritos com o PRR**

Tal qual no período de institucionalização republicana, onde a crescente projeção do Patriarca gerou disputas e dissidências dentro do PRR, o processo de afirmação de Borges de Medeiros no comando estadual e partidário também foi bastante tumultuado, tendo a competição, entre algumas lideranças, ficado evidente bem antes de 1907, momento de radicalização das posições políticas. Já em 1904, pouco depois da morte de Castilhos, o cenário partidário era descrito pela imprensa como instável e conturbado, destacando-se a existência de alguns pretendentes dispostos a lutar pela chefia do PRR. Narrava um correspondente da capital:

Porto Alegre está sobre um vulcão. Ninguém se entende no meio desta balbúrdia. E muitos poucos, raríssimos, são aqueles que estão a par do que vai pela política castilhista.

Aquela disciplina criada e mantida pelo Dr. Júlio de Castilhos foi com ele para a sepultura.

Hoje os castilhistas agem e deliberam por si, independentemente de qualquer direção unipessoal.

E nem pode ser de outra forma, visto serem quatro os chefes do partido republicano: os Drs. Borges, Pinheiro, Abbott e Cassiano.

Nestas condições, os castilhistas se veem em papos de aranha para saber a quem devem obedecer, atento o desencontro de opiniões de cada um desses pretendentes à chefia suprema.

O próprio Dr. Cassiano já deu o exemplo, no caso do tratado de Petrópolis, declarando que se o Dr. Júlio fosse vivo, votaria contra o tratado, mas como era morto, votava a favor!

Mas o Sr. Cassiano é o Sr. Cassiano. Julga-se chefe de verdade e já garantiu ao Sr. Rio Branco que os deputados positivistas do Rio Grande do Sul não seriam reeleitos. É isto que afirma o seu alter-ego – o Dr. Vespasiano.

Por sua vez, o Dr. Fernando Abbott garante publicamente que os deputados positivistas da Assembleia do Estado não serão reeleitos!

Um verdadeiro *complot* contra os positivistas!

O mais interessante é que estes e a maioria dos castilhistas fazem chacota do *aplomb* dos Srs. Cassiano e Abbott.

Enfim, caro Sr. Redator, o que houver de novo aqui pelo alto vos transmitirei.<sup>360</sup>

O excerto chama atenção para as disputas em torno da liderança partidária, o topo da hierarquia em termos de prestígio, além de espaço privilegiado na distribuição de prebendas. Naquela oportunidade, eram quatro os líderes que pareciam ter condições/chances de herdar o lugar de Castilhos; contudo, decorridos três anos, em 1907 – primeira eleição ao governo do Estado posterior à morte do Patriarca – permaneciam na competição pela presidência Fernando Abbott e Borges de Medeiros (através de seu indicado, Carlos Barbosa Gonçalves), e seus respectivos aliados políticos.

Do excerto jornalístico, destaca-se ainda a alusão a um movimento de oposição ao ingresso e/ou permanência de representantes positivistas, tanto na Câmara Federal quanto na Assembleia dos Representantes, liderado por Cassiano do Nascimento e por Fernando Abbott. Chama a atenção o posicionamento do Dr. Abbott, especialmente, se levarmos em conta o fato de que, em sua campanha eleitoral de 1907, ele prometia cumprir e aprimorar a obra política de Júlio de Castilhos – que, de acordo com seu discurso, vinha sendo negligenciada por Borges de Medeiros – afirmando-se seu legítimo sucessor.

Atentos para a imparcialidade da imprensa naquele período, acrescentamos um segundo indício de que a defesa do ideário positivista ou mesmo do legado político de Castilhos não parecia ser o que motivava primordialmente a ação de Fernando Abbott. Em 1904, tendo em vista o falecimento de Eduardo Marques, proprietário de *A Federação*, a aquisição da folha foi colocada como tema de debate. Borges de Medeiros teria conferenciado com os irmãos Abbott sobre o assunto, relatando a Pinheiro Machado o seguinte:

Ontem noite, durante quatro horas, estive com amigos a que aludi, em conferência franca, amistosa. [...]

Falamos depois assunto *Federação*; quanto aquisição, ele e João manifestaram pensamento efetuá-la Estado para folha puramente oficial, visto que partido não

<sup>360</sup> Jornal *A Opinião Pública* (?/?/1904), Anexo em Correspondência de Euclides Moura a Borges de Medeiros, Estação Cerrito, 04/04/1904. Arquivo Borges de Medeiros, nº 1194 (Acervo do IHGRGS).

precisa de órgão seu na imprensa, bastando qualquer jornal republicano se incumba explicar, defender atos governo. [...]

Mostrei ainda tal ideia era paradoxal, pois em toda parte existem jornais puramente políticos, que se inspiram no pensamento governamental e publicam atos oficiais; Disse meu conselho é compra mediante ações em número limitado, distribuídas entre nós, Fernando, Carlos Barbosa, Pedro Osório, Cassiano, outros amigos igual valor.

Quanto Evaristo, *que eles acusam obcecação castilhismo, positivismo*, poderá modificar atitude enquanto exercer direção interina; bem sabeis não é fácil encontrar pessoa preparada ocupar definitivamente, agraciamento geral, tão difícil posto.

Em face disto, não insistiram e passamos outros assuntos secundários. [...] <sup>361</sup>

Como é possível observar, a própria subsistência do jornal – um dos principais projetos levados a cabo por Castilhos – como órgão de propaganda do PRR não parecia ser uma questão que mobilizasse Fernando e João Abbott. Além disso, a orientação dada pela direção da folha vinha sendo objeto de críticas de sua parte, uma vez que os irmãos a classificavam como exacerbadamente defensora do positivismo e do castilhismo.<sup>362</sup> É preciso dizer ainda que, apesar da defesa da compra do jornal, Borges de Medeiros teria concordado quanto à restrição das publicações positivistas, uma vez que fez essa recomendação ao seu diretor, pouco tempo depois.<sup>363</sup>

De fato, se observarmos a ação tanto de Borges de Medeiros quanto de Fernando Abbott, veremos que, ao contrário de se sustentar a permanência do ideário positivista em vários setores, parecia ocorrer um movimento contrário. Em 1905, por exemplo, correspondendo-se a respeito da organização da chapa à eleição federal, e sendo necessário abrir três vagas na representação, optou-se pela “exclusão do Marçal, por inércia habitual, do Arthur Homem *pela ortodoxia positivista, incompatível com a atividade política*, e do Germano, a quem o (?) acusa de falhas morais insanáveis, conquanto lhe reconheça talento”, decisão relatada pelo próprio Borges de Medeiros a Fernando Abbott.<sup>364</sup>

<sup>361</sup> Correspondência de Borges de Medeiros a Pinheiro Machado. Porto Alegre, 26/08/1904. Arquivo Borges de Medeiros (nº 4676). Acervo do IHGRGS.

<sup>362</sup> Evaristo do Amaral havia assumido a direção interina da folha, depois de Arthur Pinto da Rocha a ter deixado, rompendo, este último, em seguida, também com o PRR.

<sup>363</sup> Em correspondência escrita a Pinheiro Machado, Borges de Medeiros diz o seguinte: “Compra Federação depende conclusão inventário, já iniciado. Aguardo avaliação tipográfica combinar convosco modo, meios aquisição. Evaristo correto, subordinado. Adverti cessar colaboração Nogueira, cujos escritos pecam confusão, forma, fundo. Recomendé restringir publicações positivistas.” (Correspondência de Borges de Medeiros a Pinheiro Machado. Porto Alegre, 02/09/1904. Arquivo Borges de Medeiros (nº 4679). Acervo do IHGRGS.)

<sup>364</sup> Em obediência a nova lei eleitoral, a minoria elegeria três representantes. Nesse sentido, o PRR precisaria excluir três dos seus representantes, para assim conseguir honrar o compromisso de eleger Ildefonso Simões Lopes, Homero Baptista e Fernando Abbott, que Borges de Medeiros considerava necessário na Câmara. (De acordo com Correspondência de Borges de Medeiros para Fernando Abbott, Porto Alegre, 04/12/1905. (nº 35.133). Arquivo Borges de Medeiros. Acervo do IHGRGS.)

Gunter Axt já havia apontado que uma aproximação com o positivismo por parte de Borges de Medeiros só teria se dado a partir de 1907 – justamente no sentido de legitimar seu papel de herdeiro do castilhismo – enfatizando também que a doutrina era usada de forma seletiva pelo Estado.<sup>365</sup> Resta demonstrar que a questão ideológica e uma suposta disposição de honrar o legado de Castilhos, embora muito empregada no discurso de 1907, não era o que mobilizava, primordialmente, a ação política do Dr. Fernando, tendo, inclusive, gerado sua dissidência.<sup>366</sup> Surge daí que lógicas outras vinham condicionando o jogo político, chegando ao ponto máximo de produzir a cisão republicana de 1907.

Pode-se dizer que, desde 1904 o Dr. Fernando Abbott pretendia ascender ao topo da hierarquia estadual, conforme a própria imprensa do período já anunciava. Nesse sentido, sua dissidência parece ter sido o resultado de um extenso percurso na tentativa de alçar uma posição de prestígio em específico – a de presidente do estado, estando, pois, em jogo a todo o momento, aspectos relacionados ao prestígio, a honra pública e ao acesso a recursos variados por parte dos líderes do partido, e de suas respectivas facções.

Era o Dr. Fernando um chefe de influência considerável nas fileiras republicanas, ou ainda, no esquema proposto por Carl Landé, uma das estrelas de primeira grandeza do partido: para além de ter sido um dos grandes líderes militares na reposição de Castilhos, após o governicho e na Revolução Federalista, o mesmo também já havia exercido a presidência e a vice-presidência do Estado em princípios da década de 1890. Além do mais, era ele frequentemente convocado a opinar sobre questões eleitorais e partidárias, sendo consultado, desde a época de Castilhos, sobre decisões acerca das mais variadas instâncias (municipal, estadual, federal). Advinha daí, provavelmente, certa consciência de sua importância dentro do partido, bem como da possibilidade (e mesmo do desejo) de se afirmar como principal liderança da política estadual situacionista.

Dado esse cenário político, desde 1904 (e apesar de haver alguns períodos de acomodação das querelas e disputas internas) é possível perceber atritos com a chefia borgiana, que lutava para se afirmar na nova conjuntura de instabilidade. O conflito ocorrido apenas dez meses após a morte de Castilhos, e que quase gerou a dissidência dos irmãos Abbott, demonstra o seu comportamento diante do novo quadro partidário. Em 22 de agosto de 1904, o Dr. João Abbott teria escrito a Borges de Medeiros pedindo exoneração da Secretaria do Interior, apontando como motivo o desacordo em relação aos procedimentos

---

<sup>365</sup> AXT, Gunter (2011).

<sup>366</sup> Inclusive ela teria sido abandonada muito rapidamente, uma vez que em 1908 ele já se coloca como democrata e revisionista da Constituição Estadual.

tomados nas eleições municipais.<sup>367</sup> Borges de Medeiros narrou o esforço empregado no sentido de apaziguar os ânimos, ao mesmo tempo em que expõe suas impressões acerca do procedimento dos irmãos Abbott:

Senador Pinheiro Machado,

*Desde muito era notório desgosto revelado João Abbott, de par com desejo vivaz manifestado Fernando exercer ampla ação política.* Chegando este sábado noite, fui recebê-lo trapiche, acompanhando-o até casa irmão, onde hospedou-se. No trajeto conversamos ligeira, mas amistosamente. Hoje, fazendo-lhe convite vir jantar comigo, recebi com amarga estranheza resposta estar impedido aceita-lo enquanto não fosse decidido assunto o trouxe esta capital.

Ontem, uma hora tarde, mais ou menos, fui surpreendido carta João Abbott, aludindo discordância existente entre seu critério e o meu aplicado eleições municipais e declarando-se incompatível continuar exercício cargo, que depunha minhas mãos. Respondi hoje dizendo tal discordância só poderia existir em detalhes subalternos; que meu ponto vista tem sido invariavelmente o observado sempre nosso partido. Terminei com reafirmação minha inalterável confiança e estima afetuosa, e recusei assentimento seu pedido exoneração.

A meu chamado conferenciamos durante duas horas. *Concretizou queixas no caso eleição Santa Cruz.* Disse-lhe, respondendo, que nenhuma prova me fora apresentada de intervenção indébita autoridades estaduais, estando eu pronto, mediante ela, a providenciar sentido punição. Subchefe Ramiro de Oliveira lá esteve por ser sua presença determinada interesse ordem pública.

Em Santa Cruz ocorreu disputada a eleição. Deram-se defecções e, contra expectativa, Dr. Pitta não alcançou dois terços da votação, necessários reeleição. Conselho reuniu-se proceder apuração e, anulando resultado algumas mesas, sob fundamento irregularidades ocorridas, deu ganho causa aquele candidato. Este ato provocou protestos dos divergentes, que ainda não interpuseram recurso. Somente diante prova documental arbitrariedades arguidas, poderei resolver com calma, imparcialidade precisas.

*Tudo isto, porém, afigura-se-me mero pretexto: inclino-me acreditar, e para isso sobejam motivos, que Abbotts procuram diminuir-me, exercendo uma ação contraposta à minha.* Em relação eleições municipais tenho interferido somente quando provocado ou solicitado.

Como sabeis, de longo tempo existiam em diversas localidades ambições e impaciências contidas, que agora irromperam, criando agitação seio partido. Busquei sempre conciliar aspirantes investidura intendencial e, malograda a tentativa, recomendei a velha pratica tradicional eleição previa. Esta em alguns casos não deu resultado esperado, especialmente quanto a condição essencial da subordinação do vencido ao vencedor. Nessa contingência o remédio tem sido consentir na disputa das urnas. Eis aí minha conduta, que reputo única praticável.

É possível que se tenha dado no processo eleitoral demasias e irregularidades, mas tudo isso deve ser levado à conta dos pleiteantes, pois governo não tem saído serena esfera que o dever prescreve. São públicos numerosos atos meus no sentido expurgar vícios processo eleitoral municípios visando revestir todas garantias exercício voto.

---

<sup>367</sup> Dizia a correspondência: “Ilustre amigo Borges de Medeiros, Inteirado por amigos nossos de que autoridades subalternas à Secretaria do Interior tem procedido contrariamente à determinações de teu governo por mim expedidas relativamente à liberdade do voto; e prevendo que o mesmo acontecerá em outras circunscrições onde fiado em tua palavra me tornei garantia da plena liberdade na manifestação do eleitorado em sua escolha para intendentes, sinto-me sem a necessária força moral para continuar no cargo que ora ocupo e no qual me desvanecia com a tua confiança. Sei que estas autoridades obedecem ao critério que neste assunto adotaste e com o qual, me é doloroso dizer-te, estou em completo desacordo. Deixo-te, portanto, plena liberdade para tua ação fazendo exercer o cargo que deponho em tuas mãos por quem com mais competência e homogeneidade de vistas possa fazê-lo. [...]” (Correspondência de João Abbott a Borges de Medeiros, Porto Alegre, 22/08/1904 (nº 4672) Arquivo Borges de Medeiros. Acervo do IHGRGS.)

Situação decorrente de quanto fica exposto, bem vedes, é melindrosa. Não ocultarei apreensões de um rompimento, que seria desastroso todos pontos de vista. [...] Borges de Medeiros<sup>368</sup>

Depreende-se da leitura que o incômodo com a suposta intromissão do governo estadual no processo eleitoral, no sentido de beneficiar determinadas facções locais em detrimento de outras, vinha sendo utilizado como argumento para o afastamento dos irmãos Abbott do partido. Ainda, do ponto de vista do Dr. Borges de Medeiros, o descontentamento com a eleição municipal de Santa Cruz seria um ‘mero pretexto’ para a ocorrência de um embate uma vez que por trás dessa questão estaria o intento dos Abbotts de estender sua ação política, rivalizando, portanto, com a ação do governador do Estado.

Uma leitura mais detida dos acontecimentos indica que Borges de Medeiros e os irmãos Abbott apoiavam facções diferentes no município de Santa Cruz: ao passo que o então governador do estado sustentava a reeleição do Dr. Pitta, os Abbotts apoiavam a facção divergente, que havia se separado do partido no contexto eleitoral, impedindo que as expectativas do Dr. Borges quanto ao resultado fossem cumpridas. Dadas essas circunstâncias, teria sido enviada força policial (comandada pelo coronel Ramiro de Oliveira) ao município, anulando, em seguida, mesas eleitorais, de modo que o resultado da votação estivesse de acordo com seu desejo. Tal procedimento não só teria ferido aos interesses dos Abbott e de seus aliados no município como também causaram preocupação acerca dos pleitos vindouros (era o próprio João Abbott quem afirmava “prever que o mesmo aconteceria em outras circunscrições”).<sup>369</sup>

<sup>368</sup> Correspondência de Borges de Medeiros a Pinheiro Machado. Porto Alegre, 23/08/1904. Arquivo Borges de Medeiros (nº 4673: minuta). Acervo do IHGRGS. Grifos nossos.

<sup>369</sup> O caso das eleições de Santa Cruz já foi objeto de análise de pesquisa anterior. Debatendo com trabalhos que enfatizam a forte adesão das regiões de colonização ao PRR, Silvana Krause buscou demonstrar que a elite política municipal, em vários momentos, apresentou um comportamento oposicionista em relação ao partido, seja aliando-se aos federalistas, seja aliando-se à facções pererristas rivais a Borges de Medeiros. Avaliando o panorama político de Santa Cruz ao longo da República Velha, a autora concluiu que parte da elite municipal “estava disposta a aderir ao PRR, enquanto outra estava preocupada em estabelecer uma relação de autonomia frente ao partido, visando barganhar a colocação de seus representantes, sem uma acatção incondicional das ordens do PRR estadual” (p. 131). Em seu trabalho, Krause traz elementos importantes para se perceber o cenário político municipal desde os primeiros anos republicanos, passando pelas eleições de 1900 (quando Pitta Pinheiro assume o posto de intendente), chegando ao contexto de 1904, quando se percebe, conforme a autora, uma cisão no partido republicano local, surgindo dois candidatos: Pitta Pinheiro, que buscava a reeleição, e Ernesto Wild. Embora os resultados tenham sido positivos para Ernesto Wild, a vitória foi dada a Pitta Pinheiro, iniciando, em seguida, uma série de acusações de fraude eleitoral e de uso de violência no sentido de coagir os eleitores a votarem de acordo com os interesses de Borges de Medeiros. A partir daí, as primeiras denúncias chegaram a João Abbott (então Secretário do Interior) que, juntamente do irmão, passou a questionar os procedimentos tomados pela facção borgista, instaurada no poder. (KRAUSE, Silvana. **Economia, política e religião em Santa Cruz do Sul na República Velha**. 1991. 259 f. Dissertação (Programa de Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 1991.)

Questões eleitorais sempre mobilizaram os membros do partido, sendo ponto nevrálgico de disputas em vários momentos, conforme já apontou a historiografia.<sup>370</sup> O próprio Fernando Abbott, para além de ser consultado e sugerir nomes para futuras candidaturas, parecia ser bastante insistente sobre elas. Assim é que, em 1899, Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos teriam se antecipado, indicando a reeleição dos deputados para o terceiro círculo eleitoral – zona de atuação de Fernando Abbott – e encaminhando a lista para consulta prévia. O rascunho, escrito por Castilhos continha, ao final, a seguinte observação: “Medeiros, aí vai esta minuta. *Meu intuito é evitar importunações do Fernando, que poderá pretender a indicação de candidato seu.* Ele recebe hoje a circular da Comissão Central. Teu Júlio”.<sup>371</sup>

Em outra oportunidade, já em 1901, Borges de Medeiros e Castilhos, escrevendo ao Dr. Fernando, se diziam “desvanecidos com aquiescência plena que prestastes nossa consulta prévia”.<sup>372</sup> Apesar da concordância apresentada, subentende-se que, mais uma vez, as indicações/solicitações de Abbott não haviam sido atendidas. Diz o documento, na íntegra:

Dr. Fernando Abbott

(Reservado)

Cientes vossa resposta. Ficamos desvanecidos com aquiescência plena que prestastes nossa consulta prévia.

Mantivemos lista candidatos terceiro distrito. Já foi expedida, para observância praxe partidária. Não se tornou possível, infelizmente, incluir Bello Brandão por outro distrito, conforme pedistes, porque já estavam preenchidos todos lugares, tendo em vista necessidades políticas, locais e ocasionais.

Sentimos muito tal contingência, porque também desejamos amparar aquele amigo, em cujo favor continuaremos a fazer empenho no Rio (Catete) no sentido de ficar servindo dentro Estado. Dizei-lhe confie nossos esforços.

Abraços

Borges de Medeiros

Julio de Castilhos<sup>373</sup>

<sup>370</sup> AXT, Gunter. Op. Cit.

<sup>371</sup> Correspondência de Borges de Medeiros a Fernando Abbott, Porto Alegre, 26/11/1899 (nº 30309). Arquivo Borges de Medeiros. Acervo do IHGRGS. O documento sugere que o Dr. Fernando teria um outro indicado para incluir como candidato na chapa: “Dr. Fernando Abbott. Comissão Central submete agora consulta previa, conforme praxe, lista candidatos, que deve chegar hoje vossas mãos. Foi organizada máximo cuidado, escrupulo, mediante condição frequência assídua sessões Câmara, consultando conveniências políticas, conciliando interesses partidários diversas circunscrições eleitorais. Indicamos reeleição deputados 3º distrito, visto não ser possível excluir Victuca, nem esquecer Rivadávia, nem desatender Aureliano. Estamos certos concordareis nosso elevado ponto vista político, a fim reforçardes indicação fizemos. Cumpre acrescentar nosso amigo Torres impedido por ser incompatível, atenta natureza seu cargo estadual nos termos lei eleitoral. Candidatos outros distritos são: [...]. Quanto cadeira senador [...]. Pedimos vosso acordo. Bem vedes nova lista melhor composta do que deputação atual. Presumimos nosso Riogrande brilhará mais legislatura vindoura. Abraços afetuosos. Borges de Medeiros. Júlio de Castilhos”.

<sup>372</sup> Correspondência de Borges de Medeiros a Fernando Abbott, Porto Alegre, 11/01/1901 (nº 30871). Arquivo Borges de Medeiros. Acervo do IHGRGS.

<sup>373</sup> Correspondência de Borges de Medeiros a Fernando Abbott, Porto Alegre, 11/01/1901 (nº 30871). Arquivo Borges de Medeiros. Acervo do IHGRGS.

Percebe-se, através desses documentos, que as opções políticas do Dr. Fernando, em termos de apoio eleitoral, foram negligenciadas pela facção borgista, então no comando partidário, pelo menos em duas circunstâncias. Tal “contingência”, conforme caracterizaram Castilhos e o Dr. Borges de Medeiros, certamente não só desagradava a Fernando Abbott pessoalmente, como também o colocava em situação delicada diante dos correligionários e aliados políticos que não viam atendidos seus pedidos e/ou contemplados os seus interesses.<sup>374</sup>

Observado esse histórico de desatendimento de suas solicitações – e consequentemente, as de seus aliados políticos – é possível imaginar que o Dr. Fernando adentrou o ano de 1904, momento em que se procedeu ao episódio das eleições de Santa Cruz, já um tanto desgostoso. É interessante apontar que esta seria a primeira eleição municipal após a morte de Castilhos, logo, momento importante de definição das novas posições no cenário político. Apoiando facção diversa à escolhida pelo comando estadual, os irmãos Abbott entrariam em conflito direto com Borges de Medeiros, insinuando, desde já, sua disposição em se autoafirmar na cena regional.

Apreensivo quanto ao rompimento dos Abbott naquela conjuntura de instabilidade, Borges de Medeiros optou pela negociação da permanência dos dois irmãos no partido, no que foi necessário rever o caso da eleição de Santa Cruz. Narrou ele a Pinheiro Machado:

Senador Pinheiro Machado,

Ciente vosso telegrama. Ontem noite, durante quatro horas, estive com amigos a que aludi, em conferencia franca, amistosa. Tudo ficou bem esclarecido, perfeito acordo. Secretario, após palestra efetuamos terça-feira retirou pedido exoneração, voltando funções cargo. *Caso Santa Cruz resolve-se pela insubsistência eleição última. Far-se-á outra, com um candidato de conciliação por mim indicado.*

Fernando pareceu-me impressionado com agitação alguns municípios natural no momento atravessamos. *Uns por ambição, outros por impaciência, muitos por exploração tem buscado apoio nesse amigo e solicitado o de outros.*

Disse-lhe que direção política não podia adotar processos diferentes dos que tem aplicado para solver dificuldades emergentes, sempre no ponto de vista superior de acatar pronunciamento maioria sem abandono ou repúdio dos vencidos.

Examinando todos os casos, busquei convencê-lo minha intervenção se exercera sempre no sentido concórdia, sendo preocupação constante meu espírito manter coesão nossas fileiras; Se, ainda assim, nem todos estão satisfeitos, quer acreditar *não lograria ele alcançar melhor resultado.*

<sup>374</sup> De acordo com Landé, “As ligações entre líder e (cada) seguidor, assim como em outras combinações diádicas, baseiam-se na reciprocidade. Visto que tanto a devoção a um líder quanto a disposição de assumir um seguidor são ações voluntárias mais do que obrigações estabelecidas, cada um deve esforçar-se para fazer com que o acordo valha a pena para o outro. O líder deve esforçar-se para obter benefícios para seus seguidores e cada um deles deve tentar provar seu valor ao líder. Se qualquer um dos dois acha que o retorno não corresponde ao seu investimento, pode-se esperar que ele se retire do acordo. O seguidor pode abandonar seu líder e procurar outro. O líder pode parar de conceder benefícios a um seguidor sem valor”. (LANDÉ, Carl. **Groups politics and dyadic politics**: notes for a theory. SCHMIDT, S.W. et alli. (Eds.). Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977, p. 7.

*Demonstrei necessidade fazer cessar intranquilidade, insegurança notória existe acerca direção efetiva partido republicano, quando queixosos procuram enfraquecer chefia recorrendo àqueles em quem pensam encontrar força mudar ordem de cousas.*<sup>375</sup>

É possível perceber ainda certo incômodo quanto ao comportamento político do Dr. Fernando. Sugere o relato que Abbott valia-se do fato de ser procurado por correligionários descontentes para ampliar sua influência política, rivalizando e, nesse sentido, também enfraquecendo, a chefia de Borges de Medeiros. O apoio a facção adversária a do Dr. Pitta em Santa Cruz, por si só enunciava que ao invés de acomodarem-se ao comando borgiano, as disputas entre as principais lideranças do PRR tornar-se-iam cada vez mais intensas.

O caso das eleições de Santa Cruz foi solucionado mediante a decretação de um intendente provisório, até que se conseguisse, por meio de conciliação, novo candidato para assumir o comando municipal. Em meados de setembro, o próprio João Abbott teria visitado Santa Cruz, incumbido por Borges de Medeiros de “promover a reconciliação partidária, da qual resultarão a indicação do candidato do partido ao cargo de intendente do município e a reorganização da direção política local, restabelecendo-se integralmente a harmonia entre os correligionários”.<sup>376</sup>

Contudo, o caso de Santa Cruz, embora tenha traduzido as disputas daquele momento, era apenas sintoma de uma competição muito maior, em torno do comando estadual e partidário, e que tinha como um de seus principais pretendentes o Dr. Fernando Abbott. Sendo assim, ainda que dirimida a questão de forma favorável a ambos os lados e, mesmo tendo retornado o Dr. João Abbott à Secretaria do Interior, Fernando Abbott permanecia insatisfeito, conforme indica o Dr. Borges de Medeiros ao senador Pinheiro Machado: “Fernando regressou ontem, tendo almoçado comigo; Desorientado, como sempre, decurso palestra portou-se inconveniência injustificável, chegando até ameaça”, ao que complementava: “Mantive toda calma, acompanhada firmeza. Diz ele recolher-se São Gabriel vida íntima; logo depois acrescenta exercerá sua ação fora partido, aliando-se Assis. Como quer que seja, estarei vigilante. [...]”<sup>377</sup>

Além do desagrado com questões eleitorais, somavam-se ainda outros ressentimentos por parte de Fernando Abbott e mesmo certa desconfiança acerca de estar sendo alijado do

<sup>375</sup> Correspondência de Borges de Medeiros a Pinheiro Machado, Porto Alegre, 26/08/1904 (nº 4676). Arquivo Borges de Medeiros. Acervo do IHGRGS.

<sup>376</sup> Jornal *A Federação*, 19/09/1904. Acervo da HDB.

<sup>377</sup> Correspondência de Borges de Medeiros a Pinheiro Machado. Porto Alegre, 02/09/1904. (nº 4679). Arquivo Borges de Medeiros Acervo do IHGRGS.

cenário principal. Como exemplo, temos o fato de que na reunião em que se cogitou da compra da *Federação*, o Dr. Fernando teria recriminado a folha “por supostas desconsiderações a sua pessoa”.<sup>378</sup> Subentende-se daí que os irmãos Abbott não vinham encontrando espaço para se manifestarem politicamente através dela, uma vez que, ainda, de acordo com o relato de Borges de Medeiros, os proprietários do *Jornal do Commercio* haviam posto o mesmo “a disposição deles, no pressuposto rompimento”.<sup>379</sup>

É importante destacar ainda que na ocasião do quase rompimento dos irmãos Abbott, Borges de Medeiros chegou a pensar na possibilidade de formação de uma comissão executiva, o que pressupunha uma maior divisão de poderes entre as lideranças partidárias e suas respectivas facções. Disse ele na correspondência a Pinheiro Machado que o rompimento dos dois gabrielenses seria desastroso sob todos os pontos de vista e que, sendo assim:

Atentando gravidade momento, responsabilidades sobre mim pesam, sem sair da calma refletida me tenho imposto todos os atos, ocorreu-me na conferência com João Abbott sugerir criação uma Comissão Executiva, à qual seja afecta direção partidária. Ideia não é nova; foi já posta em prática tempos propaganda, mesmo depois instituída República; é usada em São Pulo, outros estados.

Se for aceita por vós, sob a condição capital da subordinação seus membros à vossa palavra suprema nos assuntos de maior relevância, teremos conjurado uma crise de perniciosos efeitos. Modo de constituir tal comissão será objeto combinação posterior. Cessará direção unipessoal, limitando-me às funções governamentais. Sentir-me-ei melhor colocado para desempenho tarefa administrativa, com a proficuidade que acumulação trabalho não permite. [...]

Amanhã procurarei Fernando para falar-lhe este respeito. Peço que com máxima franqueza urgência, vos pronuncieis [...]<sup>380</sup>

O documento é mais uma evidência de que, o que estava em jogo naquele momento – camuflado sob a querela da eleição de Santa Cruz – era, de fato, a liderança sobre o partido. Apesar de Borges de Medeiros, naquele momento, não ver problemas numa maior divisão de poderes dentro do PRR – o que estaria mais de acordo com pretensões de mando de outros líderes, especialmente de Fernando Abbott – Pinheiro Machado, teria evitado o intento, afirmando, em telegrama do dia 25 de agosto: “Penso deveis como sempre ser conciliatório não sacrificando entretanto mínima partícula vossa autoridade que atendendo supremos interesses Rio Grande precisa conservar-se intangível”, ao que acrescentava: “organização executiva seria na atualidade funesto erro importaria início desagregação partido e

<sup>378</sup> Correspondência de Borges de Medeiros a Pinheiro Machado, Porto Alegre, 26/08/1904 (nº 4676). Arquivo Borges de Medeiros. Acervo do IHGRGS.

<sup>379</sup> Idem.

<sup>380</sup> Correspondência de Borges de Medeiros a Pinheiro Machado. Porto Alegre, 23/08/1904. Arquivo Borges de Medeiros (nº 4673: minuta). Acervo do IHGRGS.

consequente triunfo sôfregas ambições” e finaliza “podeis contar minha indefectível solidariedade resguardar atributos integrais chefia unipessoal única capaz manter coesão e disciplina telegrafei Fernando apelando suas altas responsabilidades que lhe impõe conduta cordata refletida dai-me notícia resultado conferência”.<sup>381</sup>

É razoável pensar – ainda que não nos seja possível comprovar – que a ideia de formar uma Comissão Executiva, de fato, tenha sido compartilhada com os irmãos Abbott e, diante da negativa do Dr. Pinheiro, o Dr. Fernando tenha agido de forma hostil na reunião de setembro, ocasião em que ameaçou deixar o partido e mesmo aliar-se às oposições. De todo modo, o fato de Pinheiro Machado e Borges de Medeiros estarem discutindo a questão, demonstra o quanto ela era cara para os líderes do PRR naquele momento, dentre eles o Dr. Fernando Abbott, que conforme indicava a imprensa, e mesmo intuía Borges de Medeiros, tinha evidentes pretensões de mando e/ou de acesso ao topo da hierarquia estadual perrerrista.

Para além de sua ambição pessoal, a conjuntura de reconfiguração do cenário político parecia lhe favorecer e mesmo apresentar condições para a sua ascensão. Desde 1902, por exemplo, sua candidatura era agitada por alguns dissidentes ao governo do Estado, o que indica seu prestígio e notoriedade diante das fileiras republicanas.<sup>382</sup> Na região da campanha e núcleo missionário, além de contar com importantes aliados e chefes locais, ele era bastante conhecido por sua autoridade política, conforme indica exemplar da imprensa de 1907, e que caracterizava São Gabriel como um mundo à parte “pois que, até as eleições estaduais e federais se faziam ou não segundo o Dr. Fernando Abbott queria ou não queria”.<sup>383</sup>

Em princípios de 1906, o coronel Ramiro de Oliveira (um dos principais chefes de Santa Maria) narrava a Borges de Medeiros as suas impressões acerca das futuras candidaturas, registrando a popularidade do Dr. Fernando, mas também certa predisposição ao nome de Carlos Barbosa Gonçalves:

[...] Os palpites sobre o futuro governo são variados. *Uns entendem que será o Dr. Fernando, dada essa popularidade que nós conhecemos, sem noção da arte de governar, pelo menos nos tempos que correm, em que a contração no trabalho é tudo, como se diz de vós.*

Eu, para evitar manifestações inconvenientes, tenho dito que será quem o senhor quiser, de acordo com o Senador Pinheiro.

<sup>381</sup> Telegrama de Pinheiro Machado a Borges de Medeiros. Rio de Janeiro, 25/08/1904. (nº 10711). Arquivo Borges de Medeiros. Acervo do IHGRGS.

<sup>382</sup> Nessa oportunidade, *A Federação* noticiou que o Dr. Aureliano Barbosa – que há pouco havia declarado hostilidade ao governo do estado e à direção central do PRR –, tendo fundado um novo partido em Itaqui, vinha apresentando aos sequazes locais, a candidatura Abbott à eleição presidencial (*Jornal A Federação*. 13/11/1902. Acervo da HDB.)

<sup>383</sup> *Jornal A Federação*, 28/09/1907. Acervo da HDB.

A esse respeito, os nossos amigos acham que, a não poderdes continuar, o nome que mais se imporá na ocasião será o do bom amigo Dr. José Barbosa Gonçalves, para mim ótimo, porque é um amigo dileto vosso, e conseqüentemente nosso. (...) <sup>384</sup>

Apesar de Fernando Abbott contar com grande legitimidade entre os correligionários, este encontraria um grande empecilho à sua candidatura pelo PRR, pois que, ainda de acordo com o relato do coronel Ramiro, “mal sabe ele e aqueles que o seguem, do modo de pensar do Senador Pinheiro, solidariamente convosco, a propósito do patrimônio político e administrativo do Rio Grande, que não pode ser confiado a quem não tiver linhas fundas de princípios e competência de mando”. <sup>385</sup>

Assim é que, desde 1904 – mediante a existência de conflitos e rivalidades expressas, bem como da intenção da chefia de obstar as pretensões de Abbott – vinha se configurando um ambiente favorável tanto à sua candidatura à presidência do estado quanto à cisão que se processou em 1907. Não obstante, é a partir de 1906, mais próximo das eleições, portanto, que se torna mais clara a constituição de duas grandes coalizões que disputariam, no caso de uns, o acesso ao comando estadual e, no caso de outros, a permanência nele.

Não sendo aceita pela cúpula do PRR a candidatura Abbott – a própria *A Federação* apresenta telegramas do Dr. Fernando solicitando o apoio de Pinheiro Machado – que optou pelo nome de Carlos Barbosa Gonçalves, processou-se a sua dissidência, que seria acompanhada por vários correligionários, a exemplo de Francisco Miranda e do coronel Aparício Mariense da Silva, de São Borja, de Carlos Maximiliano e Baptista Xavier, do coronel Antero Corrêa de Barros, de Santa Maria e de vários outros líderes locais que a ele se alinharam, desertando das fileiras do PRR.

Apesar de Abbott se apresentar como “defensor da construção castilhista” – criticando a falta de comprometimento de Borges de Medeiros com a obra do Patriarca – atribuindo, portanto, um sentido mais formal e ideológico a sua dissidência, por trás dela é possível perceber toda uma disputa em termos de liderança e prestígio, bem como o acesso aos principais postos da política estadual que, sem dúvida, oferecia maiores benefícios não só ao líder da facção que queria se autoafirmar na política estadual, mas também aos seus seguidores.

A ruptura de Abbott com o partido foi seguida por uma série de correligionários que, se não estavam descontentes com a chefia, ao menos buscavam, a partir da ascensão de um

---

<sup>384</sup> Correspondência de Ramiro de Oliveira a Borges de Medeiros. Santa Maria, 20/05/1906. (nº 7839). Arquivo Borges de Medeiros. Acervo do IHGRGS.

<sup>385</sup> Idem.

novo líder, maiores vantagens dela. Além disso, para além dos que deixaram o partido nesse momento, a coalizão ali formada também recebeu apoio de outros dissidentes, tais como Assis Brasil e Arthur Pinto da Rocha, e mesmo de algumas lideranças e facções federalistas, a exemplo de Pedro Moacyr.<sup>386</sup> Tomando esse panorama, que será melhor explorado a seguir, é possível desde já insinuar que, se as supostas divergências ideológicas são insuficientes para explicar as dissidências, do mesmo modo, as alianças políticas estabelecidas posteriormente, ao que tudo indica, não tinham como base primordial esse tipo de afinidade, levando em conta, sobretudo, questões outras, relativas ao afeto e a amizade, aos interesses comuns e as disputas por posições de mando.

#### 4.2.2 Os fabricantes da agitação

Tomando como pressuposto as afirmações de Carl Landé acerca dos *sistemas políticos de líderes-seguidores*, é possível pensar o PRR como um agrupamento estruturado a partir de vários chefes e suas respectivas facções.<sup>387</sup> Partindo dessa lógica, lutas pelo poder se colocavam com frequência, tendo gerado dissensões em várias conjunturas políticas, tal como ocorreu em 1907 (conjuntura ligada à primeira eleição ao governo do estado, pós-morte de Júlio de Castilhos). Ao passo que Borges de Medeiros era um dos líderes desse sistema segmentado, Fernando Abbott comandava outra facção importante dentro do partido, que rivalizava com o agrupamento borgista, pelo topo da hierarquia política e partidária.

Impedido de propor candidatura através do PRR, dado que Borges de Medeiros e Pinheiro Machado já haviam escolhido seu candidato e claramente queriam obstar suas pretensões, processou-se a dissidência de Fernando Abbott e a posterior apresentação de uma candidatura popular, que teve apoio não só de seus seguidores, mas também de outros líderes descontentes, pelos mais diversos motivos. Formava-se aí uma coalizão que viria a se

---

<sup>386</sup> Ressalta-se que Pedro Moacyr, antes de se vincular ao Partido Federalista, esteve filiado ao PRR por vários anos, tendo sido, inclusive, um dos responsáveis pelo jornal A Federação nos primeiros anos republicanos. Tornou-se dissidente do PRR em 1894, oportunidade em que Francisco Miranda e os irmãos Homero e Álvaro Baptista também deixaram o partido. O pequeno agrupamento, à época ficou conhecido como ‘nórmicos’ ou ‘autonomistas’, já demarcando a sua identidade em relação aos primeiros dissidentes (‘demetristas’, ‘assisistas’/‘democratas’).

<sup>387</sup> LANDÉ, Carl. **Groups politics and dyadic politics**: notes for a theory. SCHMIDT, S.W. et alli. (Eds.). Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977.

apresentar na cena política como “vanguardeiros atilados, incumbidos de abrir amplas clareiras na indestrutível construção castilhista”.<sup>388</sup>

A seguir, passamos a demonstrar como, aos poucos, se forma essa coalizão que entra firmemente na disputa pelo comando estadual e, do mesmo modo, pelos possíveis benefícios a ele relacionados. Partindo de uma análise de seus integrantes, ou em outras palavras, de quem concedeu seu apoio a Abbott, dispondo-se contra a chefia e desertando das fileiras do PRR, poderemos avaliar o que estava em jogo nessa disputa, adiantando desde já que, interesses diversos pesavam sobre a concessão do apoio, para cada caso analisado.

Em outras palavras, a avaliação de algumas dessas alianças deixará mais claro que a afinidade ideológica, ainda que relevante, não era condição prioritária e/ou essencial para a formulação dos alinhamentos políticos nessa conjuntura. Nesse sentido, continuavam tendo grande significado para a formação de alianças e concessão de apoio eleitoral, os vínculos de confiança e amizade, os interesses afins e, sobretudo, o objetivo comum de acessar os principais postos de mando do período.

A seguir, serão avaliados três casos, levando em conta os nomes que o próprio jornal do PRR apontou como os “corifeus do movimento”, ou seja, as pessoas de maior destaque ou influência política, que deram seu apoio a Fernando Abbott. Começaremos pelo caso de Assis Brasil que, embora não dissidente nessa ocasião, foi considerado “o chefe dos chefes da agitação”, portanto, de grande validade para se determinar como a coalizão, aos poucos, foi se formando. Por outro lado, sendo ele um “liberal” que teria supostamente rompido com Castilhos em função de divergências ideológicas, o fato de apoiar a campanha Abbott num momento em que este defendia a obra do Patriarca e o cumprimento da Constituição Estadual, demonstra que a disputa entre as duas coalizões tinha maior relação com a possibilidade de acesso e/ou permanência no poder do que com supostas rivalidades ideológicas entre os dois agrupamentos.

Em seguida avaliaremos o caso de Aparício Mariense da Silva, que seguiu a dissidência de Fernando Abbott, buscando demonstrar como a lógica da disputas faccionais se desenvolviam, na esfera local e estadual, causando influências uma sobre a outra, todo o tempo. Por fim, será analisado o caso de Arthur Pinto da Rocha, que obstado a uma candidatura pelos castilhistas e borgistas, aliou-se a Fernando Abbott com o objetivo de contribuir para a derrubada da facção que havia se tornado hostil a ele, ao mesmo tempo em

---

<sup>388</sup> Jornal *A Federação*, 13/09/1907. Acervo da HDB.

que vislumbrava, a partir da aliança com o novo agrupamento, alcançar também seus objetivos particulares (qual seja o de uma nova candidatura à deputação).

Logo, muito embora o dissenso ideológico tenha sido utilizado como argumento para o afastamento de Abbot e de seus seguidores do partido – e, igualmente, para a proclamação de sua candidatura –, ver-se-á que, para todos os casos analisados, havia uma sobreposição de conveniências particulares e interesses compartilhados que, atrelados às lógicas oriundas da grande política, oportunizavam a realização de alianças entre essas lideranças.

#### 4.2.2.1 Assis Brasil: “o chefe dos chefes da agitação”

Dissidente desde meados de 1891, vimos que Joaquim Francisco de Assis Brasil exerceu carreira diplomática durante longos anos, estando mais ou menos afastado dos assuntos políticos domésticos durante esse período.<sup>389</sup> Em 1903, contudo, já temos indícios de que, de passagem pelo Rio Grande do Sul, vinha agindo de modo a fortalecer a oposição ao PRR, e mesmo incitando dissidências, conforme acusou *A Federação* em relação ao caso de Bagé,<sup>390</sup> referido no capítulo anterior.

A disposição de retomar a ação política em seu estado de origem se intensificaria no contexto posterior à morte de Castilhos, conforme é possível perceber a partir da leitura da documentação primária. Tendo sido com o Dr. Júlio o seu embate principal à época da dissidência, é bastante provável que, tendo em vista o seu falecimento, Assis Brasil tenha vislumbrado um ambiente mais favorável ao seu retorno.

---

<sup>389</sup> Digo mais ou menos afastado tendo em vista que enquanto exercia a diplomacia, apesar de não empreender ação direta na política regional, era-lhe praticamente impossível manter-se totalmente alheio aos assuntos do Rio Grande. Assim é que, por exemplo, no contexto da Revolução Federalista, integrando a legação brasileira em Buenos Aires, e percebendo a preparação do cenário de guerra no Rio Grande, Assis Brasil empenhou-se para que o governo federal oferecesse uma solução apaziguadora aos grupos em atrito. Correspondendo-se com Floriano Peixoto, Assis Brasil apontou estar convencido de que “a [...] situação do Rio Grande, como está é insustentável”, chegando a sugerir que somente uma intervenção federal seria capaz de resolver o problema (Correspondência de Assis Brasil a Floriano Peixoto. Buenos Ayres, 05/01/1893, nº 264. Arquivo Floriano Peixoto – Acervo do Arquivo Nacional.). Em outra oportunidade, quando da formação do Partido Republicano Liberal, em 1896, por exemplo, Assis Brasil escreveu a Francisco Miranda, solidarizando-se com a agremiação fundada pelos dissidentes autonomistas. Dizia ele na correspondência: Sinto a necessidade de deixar-lhes duas palavras escritas que você publicando faça chegar aos amigos a quem não pude dizê-las verbalmente, relativamente a atual situação [...] Sou declarado adversário de todos os sistemas mais ou menos ditatoriais como o que foi instituído sem o voto consciente do povo rio-grandense. Assim pensando não poderia deixar de aplaudir a organização, ou melhor, a reorganização de um partido republicano com agrado, que prega a reforma da atual ordem de coisas no sentido democrático [...] Não se deve cogitar de um partido novo, mas de aviventar ou ressuscitar o antigo, cujo culto está esquecido ou profanado. Se alguém está em dissidência com o PRR não são os democratas. (Carta de Assis Brasil a Francisco Miranda. Rio Grande, 11/08/1896. Citado por O’DONNELL (1987, p. 106).)

<sup>390</sup> Jornal *A Federação*, 01/06/1903. Acervo da HDB.

Assim é que, em abril de 1904, cerca de seis meses depois da morte de Castilhos, novamente de passagem pelo Rio Grande, Assis Brasil teria escrito uma carta à redação da *Opinião Pública*, de Pelotas, abrindo caminho para uma reaproximação com o PRR. Dizia um comentarista que, apesar dele ter apontado defeitos nos negócios públicos do Estado em sua mensagem, teria ainda “o ilustrado patricio revelado a corrente enorme de simpatias que o arrasta para o seio da política castilhista, política que outrora combatera com toda a força de seu esclarecido entendimento”.<sup>391</sup> A análise do artigo apontava que:

Esperada com ansiedade sua palavra no momento em que visitava sua terra natal, não foi pequena a surpresa produzida no ânimo de nossos patricios, quando S. Ex longe de condenar solenemente os métodos pelos quais têm sido encaminhados os negócios públicos, veio mostrar que aspira aproximar-se dos homens que nos governam, o que quer dizer aplaudir a ação política e governamental dos detentores do poder.

É verdade que S. Ex, não podendo de um todo obscurecer a realidade das coisas, apontou alguns defeitos palpáveis, mas todos os que leram o ilustrado e fino diplomata reconheceram que S. Ex. tentou encobrir as enormes falhas de nossa administração, procurando ir assim pouco a pouco adquirindo simpatias no seio da coletividade partidária que assenhoreou-se do governo no Rio Grande do Sul.

Lançou S. Ex as bases de sua incorporação ao governo atual, e assim contamos vê-lo em breve ocupando o lugar que lhe compete no seio do partido fundado pelo finado Dr. Júlio de Castilhos.

Sua Ex será infalivelmente o guia, o chefe do partido republicano; este foi o intuito que o trouxe agora ao Rio Grande do Sul, e só assim explica-se a modificação profunda que se operou no ânimo do conhecido diplomata tentando abrir largo caminho para precipitar-se nos braços daqueles que combatera em épocas que não vão longe.<sup>392</sup>

A suavização do discurso de crítica de Assis Brasil era oportuna, tendo em vista a nova situação política, mais propícia a uma reaproximação com o PRR. Se, da parte do dissidente, a perspectiva de retornar ao partido era interessante – até então nenhum grande feito haviam conseguido estando na oposição – da parte do comando partidário existia certa predisposição a reconfiguração de seus quadros, tendo em vista a instabilidade vivenciada após a morte do principal chefe.<sup>393</sup>

Assim, ao mesmo tempo em que os irmãos Abbott entraram em conflito com Borges de Medeiros – no já citado caso das eleições de Santa Cruz – ameaçando mesmo abandonar o partido, negociava-se a reincorporação de membros da primeira dissidência, conforme atestou o Dr. Borges de Medeiros, em correspondência a Pinheiro Machado:

<sup>391</sup> Jornal *Gaspar Martins*: órgão parlamentarista, 28/04/1904. Acervo do IHGRGS.

<sup>392</sup> Jornal *Gaspar Martins*: órgão parlamentarista, 28/04/1904. Acervo do IHGRGS.

<sup>393</sup> AXT, Gunter (2011).

[...] Ontem procurou-me Homero. Mostra-se disposto voltar nosso grêmio. Hoje conferenciei novamente com ele, Antão, Francisco Miranda. Estão prontos colaborar no seio partido, subordinados atual chefia. Proporcionei-lhes volta honrosa, dizendo-lhes aceitávamos sua cooperação, desde abrissem mão revisão constituições federal, estadual, ou pelo menos se comprometessem não tomar iniciativa, aguardando oportunidade. Ficaram consultar, preparar amigos pronunciamento coletivo esperando Mensagem torná-lo público. Consta Assis vem aqui. Se me procurar responder-lhe-ei nos mesmos termos.<sup>394</sup>

De fato, feito o acordo, *A Federação* divulgou ‘com satisfação’ a reincorporação dos “distintos correligionários, que serviram, desde a propaganda, os princípios do nosso partido” e que, “tendo dele se afastado, há alguns anos, verificaram que não existem motivos para que esse afastamento continue, visto que compartilham, em substância, do conjunto de ideias de federação e de presidencialismo”.<sup>395</sup> Pouco tempo depois do conagraçamento, os irmãos Álvaro e Homero Baptista, assumiriam postos importantes junto ao PRR (Álvaro tornou-se Secretário da Fazenda no governo de Carlos Barbosa Gonçalves, ao passo que Homero foi eleito à deputação federal, já em 1906). Francisco Miranda, reincorporado, retomaria as atividades no partido republicano de São Borja. Antão de Faria não exerceu nenhuma atividade política posterior, muito embora tenha sido ele próprio a recusar uma indicação, proposta por Borges de Medeiros.<sup>396</sup>

No que diz respeito à Assis Brasil, contudo, a reincorporação não chegaria a ocorrer, ainda que ambas as partes tenham mostrado uma predisposição inicial ao acordo.<sup>397</sup> A partir daí é possível perceber uma aproximação entre ele e Fernando Abbott, que já iniciava um movimento de afastamento em relação ao PRR, como vimos (ainda que o incidente das eleições de Santa Cruz tenha sido dirimido). Lembre-se que, naquela oportunidade, o Dr. Fernando apresentava como uma de suas primeiras opções, caso viesse a romper com o PRR, a de solidarizar-se com o Dr. Assis Brasil.

---

<sup>394</sup> Correspondência de Borges de Medeiros a Pinheiro Machado, Porto Alegre, 02/09/1904. (nº 4679). Arquivo Particular de Borges de Medeiros. Acervo do IHGRGS.

<sup>395</sup> *Jornal A Federação*, 02/09/1904. Acervo da HDB.

<sup>396</sup> Em carta enviada por Borges de Medeiros, lê-se o seguinte: “Dr. Antão Faria, Lamento não houvésseis aceitado inclusão vosso nome chapa deputados estaduais 1º distrito, por julgardes inoportuno momento volta atividade política. Diante vossa recusa, foi escolhido prestigioso republicano, distinto industrialista tenente coronel Domingos Martins Pereira e Souza. Saudações cordiais. Borges de Medeiros. (Correspondência de Borges de Medeiros a Antão de Faria, Porto Alegre 15/02/1905. Doc. nº 35.493. Arquivo Borges de Medeiros. IHGRGS).

<sup>397</sup> Temos como hipótese – apesar de não ser possível comprová-la – o fato de que este tenha sido mais firme do que os demais, não abrindo mão da questão da revisão constitucional. Tal hipótese tem como base, por exemplo, o fragmento do jornal *A Federação*, onde se afirma que “falsas interpretações” teriam sido dadas as palavras do Dr. Assis Brasil à *Opinião Pública*, uma vez que, “na sua carta de abril deste ano, diz o ilustre diplomata que estará ao lado – do partido – que satisfazer suas ideias. Caso contrário, formará – partido”. (Fonte: *Jornal A Federação*, 23/08/1904. Acervo da HDB).

Antigos aliados políticos, lideranças importantes do município de São Gabriel, a proximidade começou a ser retomada, ao que tudo indica a partir da instalação de um *Centro Gabrielense*, cujo intuito seria o de “fomentar o desenvolvimento moral, intelectual e material do município”, tendo em vista que este passava por “uma crise econômica punitiva, mas também de fácil debelação, se esforços inteligentes se conjugarem para tal fim”.<sup>398</sup> Ressalta-se que, na escolha da diretoria, teria sido eleito presidente o Dr. Brandão Junior, companheiro de propaganda dos outros dois; por proposta de Brandão Júnior “foi aclamado sócio honorário o Dr. Fernando Abbott e, por proposta deste, foi aclamado presidente honorário o Dr. Assis Brasil”.<sup>399</sup> Portanto, questões de interesse local, naquele momento, teriam facilitado a aproximação dos dois, estendendo-se, em seguida, para o campo mais amplo da política.

Em princípios de 1906, a candidatura Abbott ao governo do Estado seria novamente agitada, a partir da imprensa.<sup>400</sup> Ao passo que *A Federação* acusava as folhas federalistas de “fomentar cizânias e intriga, e suscitar pretensões e rivalidades, explorando o nome do Dr. Fernando Abbott”, este parecia já estar operando nos bastidores, no sentido da formação de uma coalizão, que, sob sua liderança, se dispusesse a pleitear o comando estadual.<sup>401</sup> Para que esta se tornasse mais eficiente, na conjuntura eleitoral, era necessário expandir a cadeia de líderes-seguidores, tal como afirma Carl Landé. Em outras palavras, para além do séquito do Dr. Fernando, seria preciso constituir aliança com outros líderes e suas respectivas clientelas políticas, no sentido de conquistar o maior número de votos possível.

Assis Brasil seria um importante aliado nesse sentido, a ponto de causar preocupação aos líderes que permaneciam no PRR. Tendo em vista o alinhamento de ambos, o deputado Vitorino Monteiro teria oferecido uma recepção aos Drs. Fernando Abbott e Assis Brasil, na tentativa de reunir o partido. Naquela ocasião, conforme noticiou a imprensa, o senador Pinheiro Machado, teria afirmado “serem conhecidas as suas opiniões, pois sempre apelara para a união e conagração dos batalhadores do regime”, acrescentando ainda que “o estandarte republicano estava desfraldado para abrigar a todos que quiserem (ssem) colaborar no novo regime”.<sup>402</sup> Sem dúvida, naquele momento, era mais vantajoso para o PRR reincorporar o Dr. Assis Brasil às suas fileiras, do que perder a importante liderança do Dr. Fernando, inclusive dada a sua popularidade entre os correligionários.

<sup>398</sup> Jornal *A Federação*, 13/08/1904. Acervo da HDB.

<sup>399</sup> Jornal *A Federação*, 13/08/1904. Acervo da HDB.

<sup>400</sup> Jornal *A Federação*, 27/04/1906. Acervo da HDB.

<sup>401</sup> Jornal *A Federação*, 07/07/1906. Acervo da HDB. De acordo com *A Federação*, vários jornais vinham noticiando essa agitação e insinuando dissensões dentro do PRR, a exemplo do *Diário Popular*, de Pelotas, do *Correio do Povo*, de *A Reforma* e do *Correio Mercantil* (conforme dados retirados de *A Federação*, 27/04/1906 e 07/05/1906. Acervo da HDB).

<sup>402</sup> Jornal *A Federação*, 06/09/1906. Acervo da HDB.

Apesar da cordialidade aparente do evento promovido aos dois gabrielenses, parecia ser tarde demais para barrar a coalizão que ora se configurava. No mês seguinte, há registros de que o trabalho nos bastidores se intensificava, tendo ocorrido reunião secreta em Santa Maria. Denunciava um remetente anônimo, em carta ao Dr. Borges de Medeiros, que “Fernando está se entendendo com os nossos companheiros de mais prestígio. Escreveu ele a diversos chefes desgostosos. [...] Antero comprometeu-se com ele reservadamente. [...]. Fernando disse que ia à Uruguaiana, se entender com Romagueira”.<sup>403</sup>

Além da ação do próprio Dr. Fernando, a atividade desenvolvida por Assis Brasil – e também por outros líderes – igualmente seria determinante para a formação da coalizão opositora. Assim é que, por exemplo, em janeiro de 1907, o Dr. Assis Brasil escrevia a Francisco Miranda, dizendo ser “o mesmo amigo e o mesmo homem, apesar da distância e do silêncio”, destacando, dentre as várias preocupações de seu espírito, “a mais enérgica e a mais constante, a de voltar à terra natal e reatar o fio interrompido de tudo quanto lá fazia”, manifestando sua vontade de “nos encontrarmos de novo e fecharmos o círculo da vida como o começamos”.<sup>404</sup> Estando ele e a família de partida para Pedras Altas, concluía a carta convidando o velho amigo Miranda para lá passar uns dias, ao que completava: “lá poremos em dia tudo quanto faz objeto das mais íntimas e caras cogitações de ambos nós”.<sup>405</sup>

Pouco tempo depois, o amigo Francisco Miranda, há pouco reincorporado às hostes republicanas, deixaria mais uma vez o PRR, oferecendo seu apoio à candidatura Abbott.<sup>406</sup> A partir daí, conforme afirma Fernando O’Donnell, “Miranda, com Assis Brasil de contra-regra, procura conquistar o intendente de São Borja, Aparício Mariense, que também acabou aderindo à candidatura do Dr. Abbott”.<sup>407</sup>

Para além da consecução de importantes adesões como as de Francisco Miranda e de Aparício Mariense da Silva, o Dr. Assis Brasil procurava estender ainda mais a sua ação, na tentativa de cooptar outras lideranças para a campanha. Assim é que, conforme anunciou *A Federação*, “o Dr. Assis Brasil apelou para o Dr. Alcides Lima, em favor da candidatura

<sup>403</sup> Remetente: Anônimo; Destinatário: Borges de Medeiros. Santa Maria, 16/10/1906. (nº 7855) Arquivo Particular de Borges de Medeiros. Acervo do IHGRGS.

<sup>404</sup> Correspondência de Assis Brasil a Francisco Miranda. Buenos Ayres, 8 de janeiro de 1904. (nº 2) Arquivo Particular de Assis Brasil. Acervo do IHGRGS.

<sup>405</sup> Correspondência de Assis Brasil a Francisco Miranda. Buenos Ayres, 8 de janeiro de 1904. (nº 2) Arquivo Particular de Assis Brasil. Acervo do IHGRGS.

<sup>406</sup> Francisco Miranda era amigo pessoal de Joaquim Francisco de Assis Brasil, tendo participado da deposição de 12 de novembro de 1891, que instituiu o governicho no Rio Grande do Sul. Solidário, acompanhou o amigo em seu exílio diplomático na Argentina, na qualidade de secretário de seu secretário. Retornou ao Rio Grande do Sul por volta de 1894, quanto atuou na oposição ao PRR junto ao grupo dos irmãos Baptista e de Pedro Moacyr, sendo reincorporado ao PRR no ano de 1904, conforme já citado.

<sup>407</sup> O’DONNELL, Fernando. **Francisco Miranda vivendo a República**. Porto Alegre: Metrópole, 1987, p. 118.

Abbott, julgando azada a ocasião de voltarem à atividade política”, ao que complementa que, no entanto, o Dr. Alcides Lima, teria respondido negativamente ao pedido.<sup>408</sup>

Outro indício das articulações do Dr. Assis Brasil em prol da candidatura Abbott é a correspondência de Abelino Vieira a Borges de Medeiros. Nela, o remetente sugere que alguns dos membros do partido republicano de Santa Maria, de passagem por São Gabriel, estariam em conversação com Assis Brasil: “(?) e A. Neves ainda não regressaram de São Gabriel. Algumas pessoas, dos nossos, não compreendem a demora deles, uma vez que anunciaram a vinda no outro dia, mas eu desconfio que tenham ido à estância de Assis ou pelo menos mandado alguém entender-se com este”.<sup>409</sup>

De fato, tamanho foi o envolvimento de Assis Brasil com a campanha – se dividindo entre “os altos encargos da função eminente exercida em um país e a defesa da candidatura do Dr. Abbott” – que o mesmo chegara a colocar em risco seu posto de diplomata em Buenos Ayres. *A Federação* relatava o seguinte:

O *Diário de Notícias*, em criterioso artigo, estranha e condena a viagem do Dr. Assis Brasil a esse estado, para defender a candidatura do Dr. Fernando Abbott à presidência.

Chama a atenção do governo federal para esse fato, visto ser o posto que ocupa na diplomacia, de confiança, da qual ele abusa, no interesse de uma facção política não apoiada pelo governo a que serve. Aconselha ao Dr. Assis que para continuar na política deve deixar a legação em Buenos Aires.<sup>410</sup>

Narra ainda *A Federação* que, apesar do Dr. Assis Brasil ter telegrafado ao Ministro Rio Branco, dando-lhe explicações – negando sua participação na campanha e comunicando seu regresso a Buenos Ayres – não havia como negar que “ele se lançara na corrente da agitação, como as águas do Mar Vermelho nas do vetusto Mediterrâneo” e que “estava, pois disposto a vir falar de porta em porta para dizer o que não pusera na carta política em que apoiava o nome do Dr. Abbott à presidência”, e que fora veiculada pela imprensa.<sup>411</sup> *A Federação*, encerrando seu artigo, contradizia as negativas de Assis Brasil, veiculando várias notícias telegráficas, referentes a excursões que ele e o Dr. Fernando vinham fazendo pelo interior, buscando apoios a candidatura.<sup>412</sup>

<sup>408</sup> Jornal *A Federação*, 17/05/1907. Acervo da HDB.

<sup>409</sup> Correspondência de Abelino Vieira a Borges de Medeiros. Santa Maria, 04/02/1907. (nº 7872) Arquivo Particular de Borges de Medeiros. Acervo do IHGRGS.

<sup>410</sup> Jornal *A Federação*, 05/08/1907. Acervo da HDB.

<sup>411</sup> Jornal *A Federação*, 19/08/1907. Acervo da HDB.

<sup>412</sup> “E que a agitação envolveu o Sr. Assis Brasil, pelo menos no seu mecanismo telegráfico, sem protesto algum, aí vão algumas provas, tiradas do *Correio do Povo: São Gabriel*, 3. – Chegou hoje, a Bagé, o Dr. Assis Brasil, que naquela cidade, conferenciará com o Dr. Fernando Abbott. O Dr. Assis Brasil regressará, terça-feira, com

Apresentados esses elementos, é possível afirmar que o apoio do Dr. Assis Brasil – o ‘chefe dos chefes da agitação’<sup>413</sup> – foi decisivo na construção de alianças com vários líderes políticos, em âmbito local e regional, tanto à época da agitação do nome de Abbott à presidência quanto na construção de apoios eleitorais quando esta já havia sido proclamada. Depreende-se também que, para além de sua contribuição ter sido determinante na formação da coalizão que rivalizaria com a situacionista, de certo modo, e concomitantemente, ela também o fora para a própria dissidência de Fernando Abbott.

É importante ressaltar ainda que, nesse momento, em termos de ideologia, ambos ainda apresentavam muitas diferenças – exemplo disso é que o Dr. Fernando defendia o cumprimento da Constituição de 14 de julho de 1891 enquanto Assis Brasil posicionava-se a favor da revisão constitucional – contudo, compartilhavam de um interesse maior, ou seja, o de derrubar a outra facção do poder, ascendendo em seu lugar. Se da perspectiva de Fernando Abbott, isso significava acessar o comando estadual, o Dr. Assis Brasil, certamente, tiraria daí inúmeras vantagens, inclusive porque, sua intenção de retornar ao Rio Grande, abandonando a carreira diplomática, já tinha sido manifestada por ele próprio. Uma liderança mais favorável à sua pessoa, seguramente, lhe conferiria maiores espaços de poder e prestígio, abrindo-lhe novo cenário para atuar politicamente, tendo em vista que a diplomacia não vinha mais lhe oferecendo muitas opções.<sup>414</sup>

---

destino a Alegrete; *São Gabriel*, 6 (à noite) – O trem de Bagé passou atrasado quatro horas, devido a um descarrilamento. O Dr. Assis Brasil, que era esperado por seus amigos, na estação onde tocava uma banda de música, não veio de Bagé, deixando por isso, de seguir para Cacequi o Dr. Fernando Abbott; *São Gabriel*, 8 – o Dr. Fernando Abbott, que seguira ontem para Cacequi, em companhia do Dr. Assis Brasil, regressou hoje, depois de ter conferenciado com esse [...].( Fonte: *Jornal A Federação*, 19/08/1907. Acervo da HDB).

<sup>413</sup> Conforme referência do *Jornal A Federação*, 24/09/1907. Acervo da HDB.

<sup>414</sup> Em artigo para *A Federação*, Germano Hasslocher apontava ainda, que uma das razões do envolvimento de Assis Brasil na campanha democrática seria o fato de ele ter sofrido algumas ‘decepções diplomáticas’. Em suas palavras: “O Sr. Assis Brasil deve ter uma dor muito grande com os insucessos últimos sofridos. Imaginando-se primeira figura do nosso corpo diplomático, foi duas vezes preterido solenemente, depois de ter sofrido outras preterições que ainda podiam ser disfarçadas. Refiro-me quanto a estas últimas, não haver sido nunca lembrado para nenhuma das nossas questões de limites, assim como ter sido delegado do Brasil no Pan-Americano, debaixo da chefia do Sr. Nabuco, um *rallié* da última hora, mais moderno do que s. ex. na nossa diplomacia. Quanto às preterições solenes são estas: a embaixada de Washington não coube à ele que de là vinha, e a missão de Haya, para a qual não teve convite, sendo dada ao sr. Ruy, estranho no corpo diplomático e ao sr. Lisboa. Tudo isto dói.” (*Jornal A Federação*, 06/08/1907. Acervo da HDB).

#### 4.2.2.2 Aparício Mariense da Silva: “o republicano de maiores e mais antigos labores que figura ao lado da candidatura Abbott”<sup>415</sup>

Conforme apresentamos no capítulo anterior, o coronel Aparício Mariense da Silva desentendeu-se algumas vezes com a chefia do PRR – ainda a época de Castilhos – a ponto de sua ruptura com a agremiação ser colocada, nessas oportunidades, como opção política. Demarcamos também que os conflitos de que encontramos registros, ocorridos na década de 1890, tinham relação com ações do governo que iam contra seus interesses e/ou afetavam a vida de correligionários, não havendo referências para supostos desacordos ideológicos.

Apesar da incidência dessas querelas, o itinerário político do coronel Aparício, como vimos, foi marcado pelo longo período em que ele esteve à frente do comando municipal de São Borja (1899-1907), e igualmente pelo exercício da chefia do partido republicano local e/ou pelo papel de membro de sua comissão executiva. Ainda que sua autoridade e prestígio fossem reconhecidos entre os pares, outras lideranças também tinham bastante influência no cenário municipal, no que se destaca a figura de Manoel Nascimento Vargas, que também fez parte do comando partidário, seja como chefe, seja como membro da comissão executiva.

A respeito da situação política de São Borja, Eliane Colussi destaca que o PRR municipal era formado por duas facções: “uma liderada por Júlio Trois, Francisco Rodrigues Lima e Manuel do Nascimento Vargas e, a outra, que tinha a sua frente Aparício Mariense e a família Escobar”.<sup>416</sup> Ao passo que, nos primeiros anos republicanos, o poder foi se alternando nas mãos dos dois grupos, em 1907, teria ocorrido uma grande cisão, que só pode ser compreendida dentro de um contexto maior, relacionado à política desenvolvida pelo governo Borges de Medeiros em relação aos comandos municipais.

De acordo com Gunter Axt, posteriormente à morte de Castilhos, Borges de Medeiros buscou construir, no interior do estado, uma rede de compromissos e lealdades a sua pessoa, no que assumiu grande importância a intervenção nos processos eleitorais. Nesse sentido, destaca o autor, entre os anos de 1903 e 1908, ocorreram inúmeras substituições de comandos políticos no interior, sendo que, neste processo, “tradicionalistas castilhistas foram hostilizados e substituídos por facções políticas adversárias em diversas cidades”.<sup>417</sup>

Para além deste contexto mais geral, é provável que o histórico de instabilidade política do coronel Aparício Mariense tenham contribuído para que a aliança do Dr. Borges

---

<sup>415</sup> Jornal *A Federação*, 22/07/1907. Acervo da HDB.

<sup>416</sup> COLUSSI, Eliane. Violência política e cisão no PRR de São Borja. *Revista História Unisinos*, 11(1): janeiro-abril 2007, p. 85.

<sup>417</sup> AXT, Gunter. Op. Cit., 2005, p. 124.

com a facção liderada por Manoel Vargas, tenha se tornado mais conveniente, a partir de 1907. Além dos incidentes já citados, ocorridos na década de 1890, outros episódios ainda ocorreriam em princípios do novo século, solidificando determinada posição de desconfiança da chefia em relação ao Coronel Aparício. Em 1903, por exemplo, Aparício Mariense teria manifestado sua intenção de deixar o posto de intendente, ao que Castilhos e Borges de Medeiros não aceitaram, reforçando a sua importância na política local.<sup>418</sup> Em fins de 1904, cerca de um ano após a morte do Patriarca e, depois do desentendimento entre os irmãos Abbott e Borges de Medeiros, a imprensa chegou a noticiar que o Coronel “tinha a intenção de retirar-se à vida particular”.<sup>419</sup> Nesse período, o partido republicano local já não mais contava com um chefe único, mas sim com uma comissão executiva, integrada por Aparício Mariense, pelo general Lima e pelo general Vargas.

Para além da constante instabilidade da aliança de Aparício Mariense com o PRR, em 1904, como se disse, foram reincorporados antigos dissidentes ao PRR. Três deles eram são-borjenses – Francisco Miranda e os irmãos Homero e Álvaro Baptista – e, voltando a atuar nas fileiras do partido republicano local, tornaram o quadro de lideranças ainda mais complexo, logo, mais favorável a cisão entre as duas facções principais. Além disso, já em 1906, duas questões parecem ter mobilizado São Borja: uma praga de gafanhotos (tema de correspondências entre Aparício e Secretário da Fazenda)<sup>420</sup> e, principalmente, a questão da transferência de um batalhão de São Borja, que vinham, conjuntamente, afetando a vida local e a economia do município, portanto, trazendo ainda mais revezes ao jogo político.<sup>421</sup>

Tendo em vista esse cenário, em 1907, o coronel Aparício (ao lado do companheiro Francisco Miranda) fez parte da coalizão que apoiou a candidatura Abbott, tornando-se, desse

---

<sup>418</sup> Dizia o Dr. Borges de Medeiros, em correspondência: “Coronel Aparício Mariense. Estranhamos vossa comunicação telegrama 14. Ignoramos motivos determinativos renúncia; sejam quais forem, porém, bem sabeis quanto nos merecem vossos constantes serviços causa pública e vossa pessoa, que é insubstituível na direção política local. Retraimento anunciado não pode subsistir. Oportunamente Júlio vos telegrafará. Borges de Medeiros” (Correspondência de Borges de Medeiros a Aparício Mariense da Silva. Porto Alegre, 18/08/1903 (nº 31603), Arquivo Particular Borges de Medeiros. Acervo do IHGRGS).

<sup>419</sup> *Jornal A Federação*, 11/11/1904. Acervo da HDB.

<sup>420</sup> *Jornal A Federação*, 07/11/1906. Acervo da HDB.

<sup>421</sup> A querela arrastava-se desde 1905 e pode ser melhor explicada pela Carta de Homero Baptista para Borges de Medeiros. Segue trecho do documento: “[...] Temos estado aqui a braços com a questão da mudança do batalhão – da sede urbana para o Passo – bairro insalubre, como as povoações marginais das grandes vias, que, com os detritos de toda espécie, canalizam as febres esgotantes e mortíferas. O prejuízo da cidade é incontestável, pela deslocação de múltiplos interesses, vinculados à forma e as famílias dos oficiais e das praças, como bem compreenderás. Nosso partido, tornado de surpresa, atribui o fato a manejos de nossos adversários que contam com o comandante da guarnição, Coronel. João Manoel, um oficial aliás, muito digno, de severa e exemplar conduta, para o fim de nos desautorizarem perante o público, em vésperas de pleitos eleitorais. É indispensável que nos dê braço forte e nos guie nesta conjuntura, de que precisamos sair triunfantes [...]” (Correspondência de Homero Baptista a Borges de Medeiros, São Borja, 26/11/1905 (nº 8619). Arquivo Particular Borges de Medeiros. Acervo do IHGRGS).

modo, dissidente do PRR. Em junho daquele ano, Aparício Mariense teria divulgado Manifesto aos correligionários de São Borja, posicionando-se no debate político. Dizia ele que “a circular da comissão executiva do partido republicano deturpara a eleição prévia, indicando o nome do candidato oficial à presidência do Estado”, negando assim, “aos chefes do partido republicano o direito de lembrarem aos correligionários o nome de um companheiro para candidato à sucessão presidencial”.<sup>422</sup>

O Manifesto ia ainda mais longe à medida que o Coronel questionava a investidura de Borges de Medeiros no comando partidário: afirmava ele que a indicação do Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, havia sido “feita por quem não tem o direito de fazê-la importando em aviltante imposição ao eleitorado”, assegurando ainda que “morto Júlio de Castilhos, ninguém o substituiu na chefia do partido investido pela mesma forma de iguais poderes; para assumir a direção foi *indicado* o Dr. Borges, mas não com iguais prerrogativas e que os órgãos que o indicaram não tinham, da comunhão, poderes para tal fim”.<sup>423</sup>

Portanto, estavam em jogo a liderança partidária e o posto de presidente do estado, disputado por duas coalizões rivais, que tinha aliados políticos distribuídos em vários municípios. Se esse era o argumento oficial/público utilizado pelo coronel para o alinhamento político a Fernando Abbott, há de se levar em consideração também uma série de afinidades pessoais – já sugerimos que Francisco Miranda e Assis Brasil teriam contribuído para convencer o coronel acerca da nova posição; bem como a amizade de Aparício Mariense e Abbott, antigos companheiros de guerra – que certamente contribuíram para a formação dessa aliança. Além disso, conveniências e interesses particulares pareciam estar sendo feridos pela política implementada por Borges de Medeiros e que, claramente, visava promover a ascensão da facção dos Vargas e, conseqüentemente, a queda do coronel Aparício e de seus aliados no cenário municipal de São Borja.

Em setembro de 1907, *A Federação* lamentava “o desgarre do velho companheiro”, que havia sido “dominado por pequenas divergências locais que não soube evitar, nem dirimir”.<sup>424</sup> É ainda a folha republicana que aponta que “o ilustre coronel, atual intendente de São Borja, tendo começado por dissentir de seus amigos no assunto da escolha do seu sucessor, acabou por quebrar a velha solidariedade que mantinha, há longos anos, com seu partido, aderindo ostensivamente à candidatura da agitação democrática”.<sup>425</sup>

---

<sup>422</sup> Jornal *A Federação*, 23/07/1907. Acervo da HDB.

<sup>423</sup> Jornal *A Federação*, 21/06/1907. Acervo da HDB.

<sup>424</sup> Jornal *A Federação*, 13/09/1907. Acervo da HDB.

<sup>425</sup> Jornal *A Federação*, 17/09/1907. Acervo da HDB.

Assim, subentende-se que as disputas faccionais, ocorridas no plano estadual e local, imbricavam-se continuamente, tendo não só peso no processamento das dissidências, mas no reordenamento político de modo geral. Depreende-se da leitura da documentação que a questão da sucessão intencional e, mais do que isso, a divergência entre os nomes indicados pelas duas facções de São Borja, teria peso definitivo na dissidência de Aparício Mariense e no apoio concedido ao Dr. Fernando (que, em contrapartida, também apoiou a facção do Coronel e seu indicado à intendência).

O próprio General Vargas, narra os eventos ocorridos naquela oportunidade, denunciando ainda o papel desempenhado por Álvaro Baptista na querela do partido local. Dizia ele que o Dr. Álvaro, “cujos talentos ninguém nega, politicamente, no entanto tem sido um desastrado”, destacando que este:

Combateu com ardor o Dr. Júlio de Castilhos, fundou jornais de oposição, quis organizar com outros o finado partido Liberal Histórico. Afinal derrotado em toda parte recolheu-se a São Borja. Por intermédio de meu filho Viriato, quis lançar-se contra o Aparício que era o chefe aqui, nada conseguindo. Com seus companheiros assediou então o Cel. Julio Trois, com o mesmo fim e foi também repellido. *Mudou então de tática. Assediou o Aparício, espírito fraco e o lançou contra mim, contra o Julio Trois, enfim, contra V. Excia, de modo que irrompendo a agitação democrática, encontrou o Aparício preparado o qual rompeu lançando a candidatura do Dr. Álvaro a Intendência e a do Dr. Fernando a presidência. [...]* Álvaro nada disse quanto ao lançamento de sua candidatura ao partido republicano que ficou fiel a V. Ex, lançando a minha candidatura. Seguiu para São Luís onde estava o Senador Pinheiro e de lá para Porto Alegre. Daí é que por constantes pedidos nossos, rompeu com os dissidentes, tendo sido nessa ocasião até atacado pelo jornal de Aparício e Chico Miranda.<sup>426</sup>

Dá a entender Manoel Vargas que Álvaro Baptista tentava projetar-se no cenário local, primeiro como dissidente e depois novamente como membro do PRR, buscando adeptos à sua cobiçada candidatura de intendente. Apesar de obter o apoio de Aparício Mariense e de Francisco Miranda no contexto de 1907, a eleição já parecia estar determinada, inclusive, pelo apoio do comando borgiano a Manoel do Nascimento Vargas, líder da outra facção, aparentemente mais vantajosa como aliada principal do governo borgista, naquela conjuntura.

Se Álvaro Baptista foi convencido pelos membros da facção Vargas a permanecer no partido, rompendo com os dissidentes<sup>427</sup>, estes, por sua vez, lançaram novo nome à

<sup>426</sup> Correspondência de Manoel do Nascimento Vargas a Borges de Medeiros. São Borja, 11/02/1914 (nº 8643). Arquivo Particular de Borges de Medeiros. Acervo do IHGRGS.

<sup>427</sup> A Federação, no contexto, dizia ter o Dr. Álvaro se esquivado nobremente à iniciada campanha em favor da apresentação de seu nome aos sufrágios para intendente do município e que, “continuando o agitador Francisco

intendência de São Borja – tratava-se do capitão Ernesto Dornelles, cunhado de Aparício Mariense – articulando-se a um movimento ainda maior, de oposição ao governo do estado, liderado por Fernando Abbott. Dizia *A Federação* que a questão havia se generalizado: “O pleito perdeu para eles o aspecto local. Não era o general Vargas que ia ser derrotado pelo Coronel Aparício: era o governo do estado que ia ser vencido pela agitação”.<sup>428</sup>

Assim é que, dentro do processo de afirmação das lideranças partidárias, as disputas faccionais no plano local e estadual se imbricavam constantemente. Descontente com a chefia de Borges de Medeiros, que naquele momento optava por apoiar a facção concorrente em São Borja, outras alianças políticas passavam a ser formuladas pelo coronel Aparício, no que se destaca a sua participação na coalizão que tinha como objetivo instalar Fernando Abbott na presidência estadual. Conseguido este feito, seguramente o Dr. Abbott retribuiria aos chefes locais que o haviam apoiado, concedendo-lhes maiores poderes, atendendo interesses e pedidos seus e, respectivamente, de seus seguidiores, enfim, distribuindo-lhes prebendas diversas.

Portanto, por trás do discurso oficial, que buscava deslegitimar o comando borgista, existia uma série de interesses pessoais e facciosos que, ao serem desatendidos, tornaram-se determinantes para a dissidência do Coronel Aparício e, conseqüentemente, para a concessão de seu apoio a coalizão rival. Logo, o processamento das rupturas e dos novos alinhamentos políticos, na maior parte das vezes, pouco tinham a ver com questões ideológicas, mas sim, tinham maior relação com supostas vantagens políticas que as alianças formuladas poderiam oferecer.

É importante chamar atenção para o fato de que, em diversos pontos do Rio Grande, facções rivais disputavam o comando municipal e o apoio estadual e, tal como ocorreu em São Borja, várias outras cisões municipais ocorreram na conjuntura de 1907.<sup>429</sup> O fato de *A Federação* apresentar o coronel Aparício como “o único republicano de maiores e mais antigos labores que figura ao lado da candidatura Abbott” foi o que determinou que o elegêssemos como centro de nossa análise.<sup>430</sup> Não obstante, outros casos podem ser rapidamente citados, a fim de se demonstrar que o movimento de divisão do partido era uma tendência que se apresentava, igualmente, em outras localidades.

---

Miranda a teimar, recebeu telegrama do Dr. Álvaro no qual este declarou peremptória e formalmente que nunca fora candidato”. (Jornal *A Federação*, 06/08/1907. Acervo da HDB)

<sup>428</sup> Jornal *A Federação*, 17/09/1907. Acervo da HDB.

<sup>429</sup> AXT, Gunter.

<sup>430</sup> Jornal *A Federação*, 22/07/1907. Acervo da HDB.

Em Santa Maria, por exemplo, as duas facções locais tinham como líderes, respectivamente, os coronéis Ramiro de Oliveira e Antero Corrêa de Barros. Já em 1904, Borges de Medeiros havia, mediante negociação, pacificado o partido republicano local, após desinteligências entre as duas chefias acerca da candidatura à Intendência.<sup>431</sup> Contudo, o coronel Ramiro havia sido agraciado com a subchefia de polícia, o que lhe conferia outros poderes, provavelmente, causando desagrado ao coronel Antero.<sup>432</sup> Em 1907, pois, tendo em vista as novas circunstâncias do jogo político, o PRR local cindiu-se, tendo sido o coronel Antero “o primeiro na defecção”, aliando-se a Abbott e a ele dirigindo “suas lamúrias” acerca do comando e da presidência borgiana.<sup>433</sup> Posteriormente, em 1908, os dois coronéis disputaram o cargo de intendente, tendo Antero obtido o apoio dos fernandistas; contudo, e refletindo os resultados eleitorais obtidos no cenário estadual, também em âmbito local, a facção Ramiro de Oliveira seria a vencedora.<sup>434</sup>

Em Santa Cruz, por sua vez, desde a época da agitação a candidatura Abbott, em fins de 1906, o intendente do município teria demarcado sua posição política, que foi denunciada por um correligionário a Borges de Medeiros nos seguintes termos: “(...) Referindo-se às prováveis candidaturas à sucessão presidencial, disse o intendente de Santa Cruz, que de qualquer modo que surgisse a candidatura do Dr. Fernando Abbott, estaria ao lado dela”, ao que completava julgar-se “em dever de soldado vigilante e dedicado, sabedor de notas destoantes como essa, fazer ao chefe que muito prezo, prevenções como essa que fica aí feita”.<sup>435</sup>

É importante destacar que o então intendente era o coronel Galvão Costa, que havia sido nomeado ao cargo logo após as negociações entre Borges de Medeiros e os irmãos Abbott em 1904, e que invalidaram a eleição do Dr. Pitta Pinheiro, apoiado pelo então governador.<sup>436</sup> Logo, tendo sido beneficiado naquela oportunidade, era de se esperar que, de forma recíproca, o coronel apoiasse Fernando Abbott na nova conjuntura, integrando a coalizão que pretendia colocá-lo no governo. Assim é que, em julho de 1907, *A Federação*

---

<sup>431</sup> Nessa oportunidade, apresentou-se a candidatura do tenente-coronel Manoel José Dutra da Villa ao cargo de intendente e confiou-se a direção política local aos coronéis Antero de Barros e Ramiro de Oliveira, tendo o primeiro desistido da apresentação de seu nome como candidato ao cargo de intendente e, igualmente o coronel Ramiro retirado a candidatura do Dr. Miguel Cavalheiro (Jornal *A Federação*, 24/06/1904. Acervo da HDB).

<sup>432</sup>

<sup>433</sup> Jornal *A Federação*, 24/09/1907. Acervo da HDB.

<sup>434</sup> Jornal *A Federação*, 08/06/1908. Acervo da HDB.

<sup>435</sup> Correspondência de Francisco de Aragão a Borges de Medeiros. Santa Maria, 26/09/1906 (nº 7854). Arquivo Particular de Borges de Medeiros. Acervo do IHGRGS.

<sup>436</sup> De acordo com *A Federação*, o Coronel fora nomeado para exercer provisoriamente as funções de intendente em 07/10/1904. Contudo, em 1907 é possível perceber que ele ainda se mantinha no cargo, além de também ter se tornado o chefe do partido republicano local.

incluía artigo em um de seus números, contradizendo os comentários de que o coronel havia se exonerado da chefia do partido republicano de Santa Cruz, afirmando ainda que “o nosso amigo Galvão Costa é prestigiado pelo chefe republicano e benemérito presidente do estado”; e, sendo assim: “temos, porém, certeza que o coronel Galvão, não obstante quaisquer incidentes – consequências da intriga e aleivosias de alguns tecelões de crimes e infâmias – se subordinará aos ditames do chefe do partido – Dr. Borges de Medeiros”.<sup>437</sup>

O trecho sugere a ocorrência de algum acontecimento, caracterizado como insubordinação – possivelmente ligada a candidatura Abbott – que havia incomodado a chefia do PRR. É interessante apontar a contrapartida do comando partidário no sentido de impedir a dissidência, explanando o suposto prestígio que o Dr. Borges conferia ao líder local, coronel Galvão Costa. Para além disso, temos como hipótese que ambos tenham negociado a permanência deste último no PRR, mediante a consecução de um novo posto, qual seja, o de coronel comandante da 17ª brigada de infantaria da Guarda Nacional na cidade de Rio Pardo, para o qual Galvão Costa foi nomeado logo após as eleições estaduais, onde havia permanecido ao lado do comando palaciano.<sup>438</sup>

Esse caso, que foi revertido pelo comando partidário, é ilustrativo de que, apesar da reciprocidade ser uma das características estruturais de qualquer coalizão, essas, por natureza, também são dinâmicas, já que derivam de relações pessoais que são muito fluídas, conforme observou Boissevain.<sup>439</sup> Assim, se em 1904, o coronel Galvão Costa havia sido beneficiado pela ação dos irmãos Abbott, nada o impedia de, na nova conjuntura política (1907), acreditar que a aliança com Borges de Medeiros lhe fosse mais vantajosa - alinhando-se a ele - como de fato acabou sendo.

De todo modo, é importante destacar que, nesse processo de rupturas e (re)alinhamentos políticos, questões e disputas de ordem local e regional se imbricavam frequentemente, demonstrando que o comportamento político podia ser determinado por uma série de fatores nesse contexto, muito embora, sempre tendo em conta interesses pessoais e facciosos, e, em escala um pouco menor, os aspectos ideológicos.

---

<sup>437</sup> Jornal *A Federação*, 25/07/1907. Acervo da HDB.

<sup>438</sup> Jornal *A Federação*, 21/12/1907. Acervo da HDB.

<sup>439</sup> BOISSEVAIN, Jeremy. Coaliciones. In: SANTOS, F. R. **Análisis de redes sociales**. Barcelona: Siglo Veintiuno, 2003.

#### 4.2.2.3 Arthur Pinto da Rocha: “o chefe da agitação na imprensa da capital”<sup>440</sup>

Advogado, jornalista, teatrólogo, professor e membro fundador da Faculdade de Direito de Porto Alegre, Arthur Pinto da Rocha foi mais um dos apoiadores da candidatura Fernando Abbott à presidência, portanto, membro da coalizão que pleiteou o acesso ao comando estadual em 1907. Sua trajetória junto ao Partido Republicano Rio-Grandense foi marcada pelo período em que dirigiu o jornal *A Federação* (1894-1901) – tendo sido, portanto, uma espécie de porta-voz do partido, já que assumia, por meio de seus editoriais, a tarefa metódica de defesa às assertivas dos opositores – além de ter exercido o mandato de deputado à Assembleia dos Representantes (1892-1896) e de ter sido deputado federal por quatro legislaturas consecutivas (1894-1905).<sup>441</sup>

Tendo deixado a direção do órgão oficial do PRR em 1901, fundou, no ano seguinte, a *Gazeta do Commercio*, órgão de circulação semanal em Porto Alegre. Data mais ou menos desse período, certa querela que o jornalista e então deputado teve com Júlio de Castilhos, a ponto de ter sido “completamente banido de relações quaisquer do saudoso Dr. Júlio, que não lhe dava a honra do simples cumprimento”, conforme narrou *A Federação*.<sup>442</sup>

Algum tempo depois, já em 1904, o mesmo jornal denunciava uma tentativa de reaproximação por parte de Pinto da Rocha (“morto o chefe, a ave de rapina vem se chegando, a fazer roda ao partido”<sup>443</sup>), que não foi vista com bons olhos pela cúpula do PRR, ou ainda, pela facção borgista, assenhorada do poder. Nessa conjuntura, Evaristo do Amaral, seu sucessor na direção da folha, endereçou-lhe várias acusações que mancharam sua reputação. Afirmava, por exemplo, que Pinto da Rocha havia deixado o lugar de lente de Direito da Faculdade, “mais porque isso não lhe rendia do que por ignorância da matéria, destacando-se assim dos demais abnegados que continuaram exercendo o sacerdócio do ensino superior”; além disso, Evaristo do Amaral afirmava ter Pinto da Rocha “especulado

<sup>440</sup> Jornal *A Federação*, 30/04/1907. Acervo da HDB.

<sup>441</sup> FORTES, Betty. **Arthur Pinto da Rocha**: um homem e sua memória. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, PUCRS, 228f. 2004. Ainda, de acordo com a autora, Arthur Pinto da Rocha nasceu no município de Rio Grande, em princípios da década de 1860. Era filho do Visconde Antônio Joaquim Pinto da Rocha, alto comerciante de Pelotas (O Visconde era natural de Portugal, de cujo governo recebera o título nobiliárquico). Em 1874 fora encaminhado pela família para Coimbra, onde realizara o Curso de Direito. Retornou ao Brasil já em 1891, tendo sido nomeado promotor público da comarca de Rio Grande pelo então governador Fernando Abbott. Pouco depois, já à época do governo liderado por João de Barros Cassal, pediu exoneração do cargo. Depois de ter advogado cerca de dois anos em Rio Grande, fixou residência em Porto Alegre, onde passou a dirigir o jornal *A Federação*.

<sup>442</sup> Jornal *A Federação*, 05/01/1904. Acervo da HDB.

<sup>443</sup> Jornal *A Federação*, 05/01/1904. Acervo da HDB.

mercantilmente a morte dos filhinhos, pedindo auxílio à sua banca às moscas e aumento de ordenado na Federação”.<sup>444</sup>

A crítica também se estendia a seus escritos, jornalísticos e literários, no que se destacava que “até hoje só produziu o farelinho de umas banalidades e literatices”, “[...] artigos desse chato eram retirados de *A Federação* por inconiventes, cheios de dislates e erros palmares até em ortografia”.<sup>445</sup> Em meio a acusações que sugeriam uma ‘conduta inapropriada’, chamam atenção outras duas questões, relacionadas à sua dissidência. A primeira tem relação com o fato de ter Pinto da Rocha “pedido posições, direta e indiretamente, por cartas, por interpostas pessoas e de viva voz; foi em pessoinha ao palácio solicitar a nomeação de promotor público de Porto Alegre. Não obteve.”; a segunda, e que mais teria ferido “as faces deslavadas do Pasquino de Beco, foi o caso da exclusão da chapa de candidatos de 1903”, que teria sido determinada por Castilhos.<sup>446</sup>

Obstado à época de Castilhos, Pinto da Rocha parece ter tido vários motivos para romper com o PRR. Apesar de o mesmo intencionar uma aproximação após a morte do Patriarca, esta teria sido barrada por Borges de Medeiros, que assumiu em relação a ele a mesma postura, ainda que tenha aberto um espaço para recomposição com outros dissidentes. Seguiria daí sua posição de crítico a tudo quanto estivesse relacionado ao governo do PRR, a partir do *Jornal do Commercio*, conforme indica *A Federação*, em 1906:

Há longos anos transformou seu jornal em alçapão de seus despeitos, ninguém escapando a essa sanha demolidora: governo, autoridades, membros e créditos da administração, chefes políticos, o partido republicano, enfim... Diariamente, até hoje, o oficioso trânsfuga calunia a tudo e a todos porque faliram todos os planos para voltar a deputação federal.<sup>447</sup>

Assim, a nova postura assumida foi a de fazer oposição ao PRR através da imprensa, culminando, no contexto eleitoral de 1907, na sua participação na coalizão que sustentou a candidatura do Dr. Abbott, em oposição a de Carlos Barbosa Gonçalves. Além da ação exercida por meio de seu jornal – *A Federação* o apresentava como “o chefe da agitação da imprensa na capital” – sua atuação também foi bastante importante na Faculdade de Direito de Porto Alegre.

---

<sup>444</sup> Idem.

<sup>445</sup> Idem. É interessante apontar o quanto a crítica política se estendia ao (e/ou se confundia com o) terreno pessoal. Betty Fortes enuncia uma trajetória literária respeitosa, tendo Pinto da Rocha ingressado ao IHGB em 1915, por recomendação do Conde Afonso Celso. Nessa oportunidade, sua monografia de ingresso à instituição teria recebido vários elogios do relator Clovis Bevilacqua (FORTES, 2004, p. 54)

<sup>446</sup> *Jornal A Federação*, 05/01/1904. Acervo da HDB.

<sup>447</sup> *Jornal A Federação*, 09/02/1906. Acervo da HDB

No contexto de 1907, a instituição teria se dividido internamente entre duas facções (pró-Abbott e pró-Carlos Barbosa), que englobavam professores e alunos. De acordo com Luiz Alberto Grijó, o professor Pinto da Rocha “aglutinava em torno de si considerável ala de estudantes, talvez a maioria”, apontando também que, seu jornal, *Gazeta do Commercio* “granjeou a simpatia da mocidade”.<sup>448</sup> De acordo com João Neves da Fontoura, aluno da instituição e membro do grupo adversário:

Com sua combatividade, Pinto da Rocha se tornou, na imprensa, o pregoeiro da candidatura Abbott e se fez, por isso mesmo, alvo predileto dos ataques de *A Federação*. Quanto aos estudantes, não constituiu tarefa fácil desligá-los da ascendência que Pinto exercia sobre a classe. Acolhendo-nos em sua casa, no recinto de sua esplêndida biblioteca, ganhara dedicações e simpatias.<sup>449</sup>

Sinal do engajamento e, sobretudo da importância de Pinto da Rocha na coalizão que sustentava Fernando Abbott é que aquele teria participado de reunião, realizada na estância do coronel Lauro Prates, de onde saiu o manifesto/programa político do Dr. Abbott. Do conclave, estiveram presentes poucas pessoas, de modo que, conforme afirma *A Federação*, “referir seus nomes é fazer a gênese do movimento abbottista”: concorreram, pela capital, os Srs. Pinto da Rocha, Marcello Gama, Osório Neves, por Santa Maria estão Antônio Ramos, Andrade Neves e Carlos Maximiliano, por Pelotas o Sr. Victor Leivas, por São Vicente, os coronéis Lauro Prates e Álvaro Leitão e por São Francisco o Sr. Manoel Alves.<sup>450</sup>

Apesar da derrota eleitoral de 1907, a coalizão permaneceria reunida, tendo em seguida formado o Partido Republicano Democrático (PRD). Assim é que, no Congresso realizado em Santa Maria, já em 1908, quando se deu a fundação da nova agremiação, o Dr. Pinto da Rocha permanecia entre as suas principais lideranças. Conforme anunciou *A Federação*, instalado o congresso, “assim ficou constituída a diretoria: Assis Brasil, presidente; Pedro Osório, vice-presidente; Pinto da Rocha, secretário”.<sup>451</sup>

Por meio do PRD, em 1908, Arthur Pinto da Rocha negociaria a tão cobiçada candidatura a deputação federal, para a qual já não tinha mais espaço como membro do PRR. Assim, em dezembro desse mesmo ano, Pinto da Rocha teria “em S. Gabriel, conferenciado com *os chefes da democracia* [...] e procura também a satisfação de seu sonho dourado”.<sup>452</sup>

<sup>448</sup> GRIJÓ, Luiz Alberto. Op. Cit., p 100. A ala de estudantes que se manteve fiel a facção de Borges de Medeiros reagiu formando o Bloco Acadêmico Castilhistas; amparados pelo partido do governo, fundaram uma publicação própria (*O Debate*).

<sup>449</sup> FONTOURA, João Neves. **Memórias**. p. 86.

<sup>450</sup> Jornal A Federação, 18/05/1907. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>451</sup> Jornal A Federação, 21/09/1908. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>452</sup> Jornal A Federação, 04/12/1908. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

Pouco tempo depois, Fernando Abbott afirmava, através da imprensa, estar “envidando esforços para que o nome acatado do Dr. Pinto da Rocha seja sufragado unanimemente pelo eleitorado democrata”.<sup>453</sup>

A estratégia assumida naquele momento era a de não concorrer pelo primeiro círculo eleitoral, do qual fazia parte o município de Porto Alegre e onde conseguira pequeno número de votos na última eleição, fazendo-o pelo terceiro distrito, núcleo de origem e residência do Dr. Fernando. Apesar dos esforços realizados, Pinto da Rocha não conseguiu se eleger a deputação naquela oportunidade; mesmo assim, é preciso chamar a atenção para a grande votação recebida em São Gabriel – do total de 2.888 votos recebidos em todo o círculo eleitoral, 1.206 haviam sido angariados ali<sup>454</sup> – indicando o comprometimento de Abbott com a candidatura Pinto da Rocha e, mais do que isso, a reciprocidade pelo apoio que este lhe havia conferido na eleição anterior.

Portanto, ainda que não tenha dissentido do PRR junto de Fernando Abbott, Pinto da Rocha, aliando-se à coalizão que sustentou o nome do gabrielense ao governo do estado, garantiu que seus interesses também fossem defendidos pelo mesmo agrupamento e, especialmente, pelo líder de São Gabriel, um ano depois. Assim, questões ideológicas não eram critério essencial, ou mesmo suficiente, nem para explicar a permanência no PRR, e nem para a formulação de novos alinhamentos políticos. Pelo contrário, a formulação de novas alianças levava em conta o atendimento de objetivos particulares e comuns, no que se sobressaía a possibilidade de acesso a postos importantes na hierarquia política e benesses variadas.

O caso de Pinto da Rocha, o “chefe da agitação da imprensa na capital”, portanto, um dos principais protagonistas da campanha Abbott, ilustra bem essa questão. Arthur Pinto da Rocha era reconhecidamente comtista – tendo se tornado dissidente, não por divergências ideológicas, mas sim, após ter sido obstado à reeleição para o cargo de deputado federal, por parte de Júlio de Castilhos.<sup>455</sup> Logo, se a impossibilidade do acesso a determinadas posições eram motivos de dissidência, a probabilidade de indicação ao cargo desejado, por parte de

---

<sup>453</sup> Jornal A Federação, 15/01/1909. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>454</sup> O total da votação recebida, distribuída pelos municípios que compunham o círculo eleitoral, foi a seguinte: Arroio Grande (1), Bagé (0), Caçapava (24), Cacimbinhas (204), Cangussú (216), Dores do Camaquã (136), Dom Pedrito (88), Encruzilhada (89), Herval (8), Jaguarão (18), Livramento (72), Pelotas (112), Rio Grande (16), Rosário (104), São Gabriel (1206), São Jerônimo (56), São João de Camaquã (144), São José do Norte (15), São Lourenço (44), São Sepé (308). (Fonte: Jornal A Federação, 06/02/1909. Acervo da HDB).

<sup>455</sup> De acordo com o jornal A Federação, datado de 04/11/1907. Acervo da HDB. Destaca Betty Fortes que, a defesa de Castilhos e de seu governo foram assumidos por Pinto da Rocha, em várias oportunidades, onde se destacam as manifestações nos editoriais de A Federação. Nas palavras da autora, “Castilhos, enquanto personalidade, teve em Arthur Pinto da Rocha um defensor apaixonado; Arthur foi dos sustentáculos públicos e jurídicos daquela obra política” (p. 34)

outra facção que visava se estabelecer no comando estadual, igualmente, era um pretexto para a configuração de novas alianças políticas.

Da parte de Fernando Abbott, a aliança também era vantajosa, dada a influência de Pinto da Rocha na imprensa da capital, mas também, entre os alunos da Faculdade de Direito de Porto Alegre. De acordo com Boissevain, uma das características das facções era a possibilidade (mas não obrigatoriedade) de haver algum grau de especialização interna, o que significa dizer que, no interior desse tipo de coalizão, determinadas pessoas poderiam assumir tarefas específicas, como acreditamos ter sido o caso do papel desempenhado por Pinto de Rocha junto à Escola e à imprensa da capital.<sup>456</sup>

Se analisarmos como a facção se comportou na sequência, continuaremos a perceber que questões referentes a ideologia não eram o que moviam as disputas (ocasionando as dissidências) e, tampouco, o que constituía a base da polarização política naquele momento. Exemplo disso é que, os *democratas* indicaram Antão de Faria – que havia rompido mais uma vez com o PRR – ao cargo de intendente de Porto Alegre, em 1908. Acusava *A Federação* a falta de lógica do apoio, uma vez que o Dr. Antão era positivista e, disputava a intendência com o Dr. José Montauray de Aguiar Leitão, a quem o “conluio federo-democrático” direcionava, dentre outras acusações, exatamente, a de ser positivista. Concluía daí que “o Dr. Antão de Faria está incompatibilizado para substituir o Dr. Montauray na intendência, porque tem os mesmos defeitos que este”, afirmando ainda que: “o Dr. Antão poderia ser candidato com o apoio de todos, menos dos federalistas e democratas, salvo se renegou o seu passado e as suas doutrinas pela vaga promessa de um cargo que jamais alcançará”.<sup>457</sup>

Logo uma análise das alianças estabelecidas já antes e também a partir da dissidência de 1907, indica que a base da construção do movimento opositor tinha menos relações com supostas afinidades ideológicas do que com interesses outros, ligados a questões pessoais e facciosas, e, sobretudo, à disputa em torno das posições mais vantajosas para os principais líderes da coalizão, mas também para os seus seguidores, que assim tinham maior acesso a distribuição dos recursos estaduais.

Em outras palavras, ainda que a ideologia se fizesse cada vez mais presente nos discursos formais – tanto na formulação da crítica aos oponentes como na concepção de programas e manifestos de candidaturas, por exemplo –, na prática, e para a formação das várias alianças que compunham as coalizões, ainda tinham grande importância lógicas outras,

---

<sup>456</sup> BOISSEVAIN, Jeremy. Coaliciones. In: SANTOS, F. R. **Análisis de redes sociales**. Barcelona: Siglo Veintiuno, 2003.

<sup>457</sup> *Jornal A Federação*, 10/08/1908. Acervo da HDB.

relativas à amizade, ao compartilhamento de interesses e aos objetivos comuns, essenciais no jogo político de sociedades como a o Rio Grande do Sul de princípios do Século XX.

Por fim, a própria *A Federação* relatava a inconstância dos discursos proferidos e a imprecisão do programa da candidatura de Fernando Abbott. Acusando as “instabilidades” do Dr. Fernando, o órgão apontava que, “como nauta perdido em negro mar, sem astros e sem lua, o Dr. Fernando Abbott vai vagando conforme a inspiração do momento, arrastado, para rumo ignorado, por correntes desconhecidas”.<sup>458</sup> Ainda de acordo com a folha: “finalmente, já não se pode mais saber o que quer, o que deseja, o que pretende o nosso ilustre patricio no terreno dos princípios: é conservador, é reacionário, é mantenedor da constituição rio-grandense, é revisionista, está dentro do seu partido, declara-se fora dele, orgulha-se de ter combatido inimigos com quem agora se ufana de se ver unido, sustenta num dia um princípio e no dia seguinte dá a sua adesão à antítese, à negação cabal dele”, ao que concluía: “*a única coisa em que até agora não variou, o único ponto em que se há mantido firme é em proclamar, a todo transe, a bondade e a necessidade de sua candidatura*”.<sup>459</sup>

Finalmente, tendo em vista o material empírico analisado, pode-se afirmar que, apesar de o PRR ter, ao longo do tempo, procurado edificar uma imagem de disciplina, coesão e união partidárias (concepção, em grande medida incorporada pela historiografia), a mesma era impossível de ser sustentada na prática. Fica evidente, pois, que a agremiação, assim como os demais partidos políticos contemporâneos (Partido Liberal, Partido Conservador, Partido Federalista – e, o mesmo ocorrendo, inclusive, com outros Partidos Republicanos regionais), era fortemente marcada pela segmentariedade e pela competição entre as diversas facções que a compunham. Além disso, no interior dos agrupamentos republicanos, em especial, no caso do PRR aqui analisado, permaneciam pautando o comportamento político dos sujeitos (e, conseqüentemente, inteferindo sobre a decisão de tornar-se ou não dissidente), as lógicas da “pequena política”, atreladas (em maior ou menor escala, a depender do caso analisado) às gramáticas da política mais formal, que recém começava a viver um processo de institucionalização, na virada do século XIX para o século XX.

---

<sup>458</sup> Jornal *A Federação*, 28/05/1907. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>459</sup> Jornal *A Federação*, 28/05/1907. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Grifos nossos.

## CONCLUSÃO

Tomando como objeto as dissidências republicanas, procuramos explorar, ao longo do texto, algumas das lógicas inerentes ao jogo político regional, no primeiro quartel da Primeira República. A reconstrução dos itinerários de alguns dos principais líderes que romperam com o Partido Republicano Rio-Grandense e, sobretudo, dos debates em que estiveram envolvidos à época de suas dissidências, permitiram demonstrar que a opção de abandonar a agremiação esteve condicionada, em grande medida, a um jogo de interesses privados e pessoais, ainda caro à dinâmica partidária naquele momento.

Nesse sentido, procuramos demonstrar que, ao contrário da ideia – cristalizada principalmente pela produção historiográfica das décadas de 1970 e 1980 – de que o PRR era um partido coeso, disciplinado e homogêneo ideologicamente, e, por conseguinte, suas dissidências teriam como principal motivação as divergências ideológicas; – o mesmo era constituído por diversas facções e seus respectivos líderes, que em determinados momentos, dada a contraposição de interesses entre si, entravam em confronto direto, ocasionando as cisões partidárias. Desse modo, questões relativas à honra, à liderança, ao prestígio entre os pares e correligionários, ao acesso e/ou permanência aos principais postos, igualmente condicionavam o jogo político, tendo grande peso no processamento das dissidências.

Partindo daí, o primeiro capítulo teve como objetivo identificar, na produção historiográfica, seja ela contemporânea ou mais recente, os principais momentos de dissidência do PRR, os personagens envolvidos e as motivações atribuídas a essas rupturas. Percebeu-se, a partir da leitura desse material, grande ênfase em três dissidências principais, quais sejam aquelas processadas nos anos de 1890/91, 1907 e 1915. De modo geral, as explicações acerca da primeira dissidência convergiram em apontá-la como resultado de desacordos em relação ao apoio à candidatura do Marechal Deodoro à presidência da República (especialmente para os casos de Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Faria) e, às desavenças filosóficas/ideológicas entre alguns agentes, caso de Apolinário Porto Alegre e Assis Brasil, que estariam vinculados a uma vertente republicana liberal, se contrapondo, portanto, à maioria dos líderes do PRR, adeptos do positivismo.

A segunda dissidência, por sua vez, também foi explicada a partir de uma base comum, endossada pela maioria dos autores, qual seja da rivalidade entre dois agrupamentos principais dentro do PRR, um deles mais e outro menos ortodoxo, em seguida, reconfigurados como democratas e positivistas. Assim, a cisão que teve em Fernando Abbott um de seus

principais líderes, também foi explicada pelo viés ideológico, sem que se conferisse atenção a outras questões também inerentes ao jogo político, tais como as disputas por posições na hierarquia partidária e estadual, que apesar de enunciada por alguns trabalhos, ainda não havia sido analisada empiricamente.

Por fim, a terceira dissidência foi relacionada, majoritariamente, ao preterimento de Ramiro Barcellos à vaga de senador em 1915, levando-se em consideração, ainda, o contexto de fragilização política do PRR, tendo em vista a enfermidade de Borges de Medeiros e o falecimento de Pinheiro Machado, que teriam reascendido as disputas pelo poder dentro do partido. Tendo em vista que, tanto para a primeira quanto para a segunda dissidência, o fator ideológico predominou como cerne da explicação trazida por vários trabalhos, estas duas foram selecionadas para a nossa análise. Deste modo, os capítulos seguintes tiveram como fio condutor os itinerários de alguns dos membros dessas duas dissidências, com o intuito de remontar o que estava por trás, individualmente, de cada uma dessas rupturas.

Assim, no capítulo segundo, apresentamos aspectos relativos às origens sociais de cada um dos líderes dissidentes, chamando atenção para o fato de essas lideranças serem membros de famílias não só abastadas economicamente, como também envolvidas com a política rio-grandense, em vários casos, através de gerações. O fato de pertencerem a essas famílias, inclusive, teria lhes oportunizado o investimento nos estudos superiores (sendo os cursos de Direito, Medicina e Engenharia os mais procurados) favorecendo, desse modo, o seu ingresso no mundo da política.

Num segundo momento, concentramo-nos nos itinerários políticos desses agentes junto ao PRR, demonstrando a sua participação e preeminência nos clubes republicanos, na imprensa e na própria comissão executiva do partido. Do mesmo modo, indicamos os postos e mandatos que lhes foram possíveis acessar até o momento de suas dissidências e, sobretudo, os conflitos em que estiveram envolvidos, ainda antes do rompimento efetivo com o PRR.

A reconstrução dos trajetos políticos dos dissidentes permitiu identificar um histórico de querelas partidárias, ocorridas em vários momentos, seja ainda antes de o PRR ter assumido o poder no Estado (caso explorado através do rompimento de Antão de Faria e Apolinário Porto Alegre e Castilhos na década de 1880), seja no período republicano (conforme demonstraram, dentre outros, os casos de Aparício Mariense da Silva e Fernando Abbott), e que, certamente, tiveram peso para o processamento das dissidências, algum tempo depois. Partindo desse diagnóstico, passamos a questionar a ideia frequente de união e coesão partidárias, indicando, em contrapartida, que a estrutura e a dinâmica interna do PRR

caracterizavam-se pela segmentariedade, o que tornava as disputas e a competição interna algo frequente e, as dissidências, certa tendência, dentro da agremiação.

O terceiro capítulo, por sua vez, teve como objetivo captar o momento em que cada um dos líderes do PRR, individualmente, se tornou dissidente. Para tal, remontamos os debates e situações em que estes estiveram envolvidos no sentido de determinar o que estava efetivamente em disputa em cada uma dessas ocasiões. Os casos de Apolinário Porto Alegre, Demétrio Ribeiro, Antão de Faria, João de Barros Cassal e Joaquim Francisco de Assis Brasil tornaram-se o cerne da análise da primeira dissidência. No que diz respeito aos desacordos entre Apolinário Porto Alegre e as demais lideranças perrerristas, identificamos uma disputa em torno da liderança partidária, traduzida em seguida pela posse ou não do diploma de curso superior e da adesão a certa educação científica, já no momento de formação do partido. As querelas ganhariam profundidade logo que o PRR ascendeu ao poder, tendo em vista o impedimento do ingresso de Aquiles Porto Alegre ao serviço administrativo do Estado e, conseqüentemente a exclusão de Apolinário Porto Alegre da União Republicana, fatores que feriam não só o prestígio individual de ambos, como também prejudicou a reputação social familiar e, igualmente, sua relação com o mundo da política.

No que diz respeito aos rompimentos de Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Faria, foi possível perceber uma série de questões camufladas pelo desacordo com o apoio à candidatura Deodoro, tomado como argumento oficial para a dissidência. Nesse sentido, identificamos o peso do caso Fanor Cumplido e da subsequente demissão de Antão de Faria da Superintendência de Obras Públicas do Rio Grande do Sul – questão que tinha grande relação com a possibilidade de beneficiamento de amigos e correligionários políticos nos assuntos do Estado – para o processamento dessa ruptura, que congregou também Demétrio Ribeiro e Barros Cassal, seja por vínculos de amizade e lealdade (e, igualmente, por fazerem parte de uma mesma facção política), seja pelo fato de compartilharem o desejo de exercício da liderança, uma vez que Castilhos, embora viesse se projetando em detrimento dos demais membros do PRR, ainda não havia se consolidado como estrela principal da agremiação. Nesse ínterim, identificamos também o papel da União Republicana como espaço de mobilização, projeção e apoio dos três líderes dissidentes, em sua disputa com a facção contrária, liderada por Castilhos.

O caso de Joaquim Francisco de Assis Brasil encerrou nossa apreciação acerca das motivações da primeira dissidência. Colocado, também ele, no centro da análise, foi possível demonstrar que, para além dos desacordos ideológicos, expostos, sobretudo, a partir de meados de 1891, pós-promulgação da Constituição Estadual, uma série de querelas vinham

ocorrendo já desde a eleição do Marechal Deodoro à presidência da República. Depreendeu-se da leitura da documentação, que para além de seu descontentamento com o movimento de afirmação de Castilhos como principal líder, seguiu-se determinada exclusão do cenário político, decorrente de seu desacordo com a bancada do PRR na Constituinte Federal. Dois outros membros da família – Bartholomeu de Assis Brasil e José de Assis Brasil – também tiveram sua ação política (e mesmo profissional, no caso do sobrinho José) obstada e/ou prejudicada pela facção liderada por Castilhos, tornando a disputa ali travada ainda mais complexa, envolvendo, portanto, não só a questão da liderança, mas também do prestígio e da honra pública da família naquela conjuntura.

Ao fim e ao cabo, já nos anos de 1890 e 1891, a divisão entre diversas facções – no que se destacaram os castilhistas, demetristas e assisistas – e a competição daí decorrente marcaram o cenário intrapartidário, incidindo sobre as dissidências e sobre o reordenamento do jogo político de modo mais geral. Disfarçadas por argumentos formais ou menos ‘fisiológicos’, as disputas entre elas puderam ser trazidas à tona por meio de uma leitura diacrônica dos itinerários de alguns dos protagonistas da dissidência e dos episódios em que estiveram envolvidos à época em que abandonaram o partido. Nossa hipótese ganhou ainda mais força à medida que os casos relacionados à segunda dissidência reafirmaram a insuficiência do fator ideológico como motor dos conflitos e do reordenamento político, e, igualmente, indicaram que questões semelhantes às encontradas para a primeira dissidência – relativas, portanto, a liderança, ao prestígio, ao acesso ao topo da hierarquia política – eram o que, de fato, criavam condições para os rompimentos.

A reconstrução do itinerário de Fernando Abbott demonstrou que, desde 1904, ou seja, pouco depois da morte de Castilhos, este intentava acessar o topo da hierarquia estadual e partidária, posição que lhe permitiria uma melhor distribuição de prebendas à sua facção. O ápice desse movimento em direção ao comando – após uma série de atritos com Borges de Medeiros e Pinheiro Machado e, igualmente, mediante a sua popularidade como líder dentro do PRR – deu-se com a sua dissidência, depois de ter sua candidatura à presidência do estado negada em 1907. A avaliação de sua ação política, em específico, demonstrou que a preocupação com o legado de Castilhos fora muito mais aventado como argumento discursivo do que pôde ser encontrado como prática real. Nesse sentido, ganhou importância também o modo como se formou a coalizão que entrou em disputa pelo governo do estado, e de quem foram os principais protagonistas e apoiadores da candidatura do Dr. Fernando.

Identificados alguns de seus principais aliados políticos naquele momento, com destaque para: a) o coronel Aparício Mariense da Silva (em constante conflito com a chefia do

PRR por conta de questões de ordem local, referentes ao município de São Borja); b) Arthur Pinto da Rocha (obstado pelo PRR à candidatura de deputado federal e, buscando, por meio da aliança com a facção abbottista, nova indicação); e, c) Assis Brasil (que vendo malogrados seus planos de retornar ao partido após a morte de Castilhos, e, perdendo espaço no terreno diplomático, apoiou a facção que poderia lhe ser mais vantajosa se acessasse o comando estadual), foi possível demonstrar que a afinidade ideológica, ainda que relevante, não era condição prioritária e/ou essencial nem para o processamento das dissidências, nem para a formulação dos alinhamentos políticos. Nesse sentido, continuavam tendo grande significado para (ou determinando) a formação das alianças e dos novos agrupamentos, os vínculos de confiança e amizade, os interesses afins e, sobretudo, o objetivo comum de acessar os principais postos de mando do período.

Em suma, apesar de o PRR procurar se apresentar como um agrupamento unido, coeso e disciplinado – discurso, em grande parte, incorporado e endossado pela historiografia regional – sua estrutura e dinâmica internas, em fins do século XIX e princípios do século XX, ainda era bastante demarcada pela segmentariedade e pela competição entre as diversas facções partidárias e suas respectivas lideranças. Não obstante a ideologia estar se tornando cada vez mais importante nessa conjuntura, concomitante a ela, permaneciam tendo grande peso na arena política os interesses pessoais, familiares e facciosos, que apareceram mais facilmente por meio da análise de como cada um dos líderes do PRR se tornaram dissidentes, nas duas principais conjunturas de cisão selecionadas para a análise.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- AITA, Carmen (Org.). **Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos**. Porto Alegre: ALRS, 2006.
- ALMEIDA, João Pio de. **Borges de Medeiros – subsídios para o estudo de sua vida e de sua obra**. Porto Alegre: Globo, 1928.
- ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALVES, Francisco das Neves. **Oposições e dissidências no Rio Grande do Sul (1896-1908): tentativas de rearticulação**. Biblos, Rio Grande, v. 7, p. 189-211, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Wenceslau Escobar e a oposição ao borgismo (1906-1923)**. Revista Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 21, n. 2, 1995.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: as oposições e a Revolução de 1923**. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 1981.
- AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza; AXT, Gunter. (Orgs.). **História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)**. V.3, T. 1. Passo Fundo: Méritos, p. 89-128.
- \_\_\_\_\_. **Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul (1889-1929)**. Porto Alegre: Paiol, 2011.
- BARNES, John. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.
- BELLONI, Frank; BELLER, Denis. **The Study os Party Factions as Competitive Political Organizations**. The Western Political Quarterly. Utah, University of Utah, vol. 29, n. 4, 1976.
- BEVILAQUA, Clovis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. V. 1. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.
- BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. **Coronelismo, Borgismo e Escândalos Políticos: o caso Ribeiro Tacques (Santa Maria: 1925-1926)**. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, 2004.
- BOISSEVAIN, Jeremy. Coaliciones. In: SANTOS, F. R. **Análisis de redes sociales**. Barcelona: Siglo Veintiuno, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. 183-192.

\_\_\_\_\_. Da regra às estratégias. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: \_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. O capital social – notas provisórias. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRIQUET, Jean-Louis. Uma história de família. A gestão familiar de um patrimônio político. O caso de uma família de notáveis corsos: os Gavini (1850-1962). Tradução de João Gilberto do Nascimento Lima para fins didáticos de: BRIQUET, Jean-Louis. Une histoire de famille. La gestion d'un patrimoine politique. Le cas d'une famille de notables corses: les Gavini (1850-1962). In: PATRIAT, Claude ; PARODI, Jean-Luc. **L'héritage en politique**. Paris: Economica, 1992.

BROSSARD, Paulo (Org.). **Ideias políticas de Assis Brasil**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.

CABEDA, Rafael; COSTA, Rodolpho. **Os crimes da ditadura**: a história contada pelo dragão. 2. ed. (Org.). Coralio B. P. Cabeda; Ricardo Vaz Seeling; Günter Axt. Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Memorial, 2002.

CANEDO, Leticia. Estratégias familiares na produção social de uma qualificação política. **Educação & Sociedade**, n. 39, 1991.

\_\_\_\_\_. Gestão familiar da escola e aprendizagem das habilidades para o ofício da política. In: ALMEIDA, Ana Maria; NOGUEIRA, Maria Alice. **A escolarização das elites**: um panorama internacional da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 76-100.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial/**Teatro das Sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Escola de Minas de Ouro Preto**: o peso da glória. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, vol. 40, nº 2, Rio de Janeiro, 1997, p. 1-10.

\_\_\_\_\_. **Rui Barbosa e a razão clientelista**. **Dados**, v. 43, n. 1, Rio de Janeiro, 2000.

CARVALHO, Mário Teixeira de. **Nobiliário Sul-riograndense**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais**: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930). Rio de Janeiro: Record, 1999.

COLUSSI, Eliane. **Violência política e cisão no PRR de São Borja**. Revista História Unisinos, 11(1): janeiro-abril 2007, p. 84-95.

DAUDT FILHO, João. **Memórias**. 3. ed. Rio de Janeiro: s/ed., 1949.

(DHBB) **DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2001, 5v.

DOMINGUES, Fausto; PINTO, Paulo; GUERRA, Plínio. (Orgs.). **Ideias políticas de Demétrio Ribeiro**. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; CORAG, Letra & Vida, 2011.

ELMIR, Cláudio Pereira. **As armadilhas do jornal**: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. Cadernos de Estudos do PPG em História da UFRGS. Porto Alegre, UFRGS, v. 13, p. 19-29, 1995.

ESCOBAR, Wenceslau. **30 anos de Ditadura Rio-grandense**. Rio de Janeiro, s/ ed., 1922.

FÉLIX, Loiva. **Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERREIRA FILHO, Arthur. **História Geral do Rio Grande do Sul (1503-1964)**. Porto Alegre, Ed. Globo, 1978.

FIGUEIREDO, Osório Santana. **História de São Gabriel**. s/ed; 1993.

\_\_\_\_\_. **São Gabriel desde o princípio**. 2. ed. Santa Maria: Pallotti, 1980.

FILHO, Alberto Venâncio. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1982.

FONTOURA, João Neves. **Memórias**: Borges de Medeiros e seu tempo. v. 1. Editora Globo: Porto alegre, 1958.

FORTES, Betty. **Arthur Pinto da Rocha**: um homem e sua memória. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, PUCRS, 228f. 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa (Org.). **Dicionário Político do Rio Grande do Sul (1821-1937)**. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2010.

\_\_\_\_\_. **Júlio de Castilhos e sua Época**. Porto Alegre: UFRGS, 1988.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; RJ: Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escritas da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV. 2004.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”**. 1998. 250f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. Foi o PRR um “partido político”? In: **Revista Logos**. Canoas: Editora da Ulbra, v. 11, n. 1, maio de 1999, p. 65-68.

\_\_\_\_\_. **Ensino jurídico e política partidária no Brasil**: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937). Tese de Doutorado em História, UFF, 2005.

\_\_\_\_\_. Biografia, para quê? In: CORADINI, Odaci (Org.) **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

GRYNSZPAN, Mário. **Os idiomas da patronagem**: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n. 14, ano 5, out. de 1990.

\_\_\_\_\_. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. In: **BIB**, Rio de Janeiro, n. 41, 1996, p. 35-83.

GUTFREIND, Ieda. **Rio Grande do Sul (1889-1896)**: a proclamação da república e a reação liberal através de sua imprensa. Dissertação (Mestrado em História). 133 pgs. Porto Alegre, PUCRS, 1979.

HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por uma outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KRAUSE, Silvana. **Economia, política e religião em Santa Cruz do Sul na República Velha**. 259 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1991.

LANDÉ, Carl. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S.W. et alli. (Eds.). **Friends, Followers and Factions**. A reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977.

\_\_\_\_\_. **Groups politics and dyadic politics**: notes for a theory. SCHMIDT, S.W. et alli. (Eds.). **Friends, Followers and Factions**. A Reader in political clientelism. Berkeley, University of California Press, 1977.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002, p. 167-182.

LEMOS, Renato. **Bem traçadas linhas**: a história do Brasil em cartas pessoais. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

LIMA, João Gilberto do Nascimento. **Diversificação de papéis e divisão do trabalho político especializado: análise a partir de uma “família de políticos” do Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2012.

\_\_\_\_\_. Coalizões em disputas eleitorais: notas a partir de um caso do nordeste brasileiro. In: **Tom**, n. 25, 2014.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MARTINS, Ari. **Escritores do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/IEL, 1978.

MARTINY, Carina. “**O chefe político dos mais avançados republicanos**”: Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903). 2018. 385f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018.

MAYER, Adrian. C. A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

MORITZ, Gustavo. **Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul: partes I e II**. AXT, Gunter [et.al.] (Orgs.). Porto Alegre: Procuradoria-Geral da Justiça, Projeto Memória, 2005.

NEDEL, Letícia; RODRIGUES, Mara. **Historiografia, crítica e autocrítica**: itinerários da História no Rio Grande do Sul. *Ágora*. v. 1, n.1, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1995, p. 161-186.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélió. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823-2002)**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

O'DONNELL, Fernando. **Aparício Mariense da Silva**: contextualização histórica e dados biográficos. Santa Maria, Ed. Pallotti, 1982.

OSÓRIO, Joaquim Luís. **Partidos políticos no Rio Grande do Sul**: período republicano. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1992.

PALMEIRA, Moacir. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio. (Orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria, 1996.

\_\_\_\_\_. Eleição Municipal, política e cidadania. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Cesar. **Política no Brasil**: visões de antropólogos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006.

PESAVENTO, Sandra. **Borges de Medeiros**. 2. ed. Porto Alegre: IEL, 1996.

PICCOLO, Helga I. L. **A política rio-grandense no II Império (1868-1882)**. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, 1974.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Contribuição ao estudo do Partido Republicano Rio-Grandense**. 1979. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 1979.

\_\_\_\_\_. **Política rio-grandense na República Velha**: a percepção das oposições. *Revista Análise Econômica*, ano 5, n. 8, Porto Alegre: UFRGS, p. 83-111.

PORTO ALEGRE, Álvaro. **Apolinário Porto Alegre**. Porto Alegre: Thurmann, 1954.

PORTO ALEGRE, Aquiles. **Homens ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ERUS, s/d.

RAMOS, Eloísa H. Capovilla. **O Partido Republicano rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul (1882-1895)**. 1990. 284 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 1990.

REZENDE, Suzana Garcia de. **Vargas e Borges: o local e o regional na política gaúcha (1913-1917)**. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, 2010.

ROCHA, Artheniza W.; ALMEIDA, Luiz; MARCHIORI, José. **J. F. de Assis Brasil: interpretações**. Santa Maria: UFSM, 1995.

RODRIGUES, José Honório (Org.). **Correspondência de Capistrano de Abreu**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. v. I.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo: uma filosofia da República**. Porto Alegre: UCS/EST, 1980.

ROSA, Othelo. **Júlio de Castilhos: perfil biográfico e escritos políticos**. Porto Alegre: Globo, 1930.

\_\_\_\_\_. **Carlos Barbosa Gonçalves**. Conferência no IHGRGS, na sessão comemorativa do nascimento de Pinheiro Machado, em 8 de maio de 1951. Porto Alegre: s/ed., 1951.

ROUSTON JUNIOR, Eduardo. **Não só do pão do corpo precisa e vive o homem, mas também do pão do espírito: a atuação federalista na Assembleia dos Representantes (1913-1924)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Partido Federalista na Primeira República Brasileira: imprensa e discursos parlamentares**. 2016. 230 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. PUCRS, Porto Alegre, 2016.

RUSSOMANO, Victor. **História Constitucional do Rio Grande**. Porto Alegre: ALRS, 1976 (1ª ed. 1932).

SACCOL, Tassiana M. P. **Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)**. 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANTOS FILHO, Lycurgo. **História da Medicina no Brasil (do século XVI ao século XIX)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1947.

SCHMIDT, Benito B. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In: GUAZZELLI, César A. *et al.* **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Jandira M. M da; CLEMENTE, Ir. Elvo; BARBOSA, Eni. **Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense**. Porto Alegre: CORAG, 1986, p. 170.

SILVEIRA, Cássia D. M. **Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política em Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. PPG História da UFRGS, 2008.

SOUZA DOCCA, E. F. de. **História do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.

SPALDING, Walter. **Construtores do Rio Grande**. Porto Alegre: Sulina, 1973.

TORRES, Homero. **Na agonia da ditadura**. São Paulo: Tipografia Modelo, 1923.

TRINDADE, Héglio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 119-191.

\_\_\_\_\_. **Poder Legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul (1891-1937)**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

VARELA, Alfredo. **Rememranças: tempos idos e vividos**. 2. ed. Rio de Janeiro: A.G.U.S.A. Editora, 1959.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: UFSM/Anpuh-RS, 2010.

VELHO, Keter (Org.) **Teu amigo certo: Júlio de Castilhos, correspondência inédita**. Porto Alegre: Edijuc, 2013.

WOLF, Eric. Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: RIBEIRO, Gustavo Lins, BIANCO, Bela Feldman (Orgs.). **Antropologia e poder: contribuições de Eric. R. Wolf**. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial; Campinas: Ed. Unicamp, 2003.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)